Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 25
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 29
1.5 Principais clientes 64
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 65
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 73
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 74
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 75
1.10 Informações de sociedade de economia mista 80
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 81
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 82
1.13 Acordos de acionistas 84
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 85
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 86
1.16 Outras informações relevantes 87
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 95
2.2 Resultados operacional e financeiro 106
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 110
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 111
2.5 Medições não contábeis 114
2.6 Eventos subsequentes as DFs 121
2.7 Destinação de resultados 122
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 124
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 125
2.10 Planos de negócios 126
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 131
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 132
3.2 Acompanhamento das projeções 133

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 135
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 167
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 168
4.4 Processos não sigilosos relevantes 172
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 180
4.6 Processos sigilosos relevantes 181
4.7 Outras contingências relevantes 182
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 183
5.2 Descrição dos controles internos 192
5.3 Programa de integridade 196
5.4 Alterações significativas 205
5.5 Outras informações relevantes 206
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 207
6.3 Distribuição de capital 210
6.4 Participação em sociedades 211
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 212
6.6 Outras informações relevantes 213
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 214
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 221
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 222
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 225
7.4 Composição dos comitês 240
7.5 Relações familiares 248
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 249
7.7 Acordos/seguros de administradores 254
7.8 Outras informações relevantes 255
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 266

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 289
8.3 Remuneração variável 293
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 295
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 323
8.6 Outorga de opções de compra de ações 324
8.7 Opções em aberto 325
8.8 Opções exercidas e ações entregues 326
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 327
8.10 Outorga de ações 328
8.11 Ações entregues 334
8.12 Precificação das ações/opções 335
8.13 Participações detidas por órgão 338
8.14 Planos de previdência 339
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 341
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 343
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 344
8.18 Remuneração - Outras funções 345
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 346
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 347
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 348
8.20 Outras informações relevantes 349
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 367
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 368
9.4 Outras informações relevantes 370
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 373
10.1 Descrição dos recursos humanos 375
10.2 Alterações relevantes 376
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 377
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 380
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 381

Índice

10.5 Outras informações relevantes 382

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 383

11.2 Transações com partes relacionadas 386

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 404

11.3 Outras informações relevantes 410

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 411

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 412

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 413

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 415

12.5 Mercados de negociação no Brasil 416

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 417

12.7 Títulos emitidos no exterior 418

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 419

12.9 Outras informações relevantes 421

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 424

13.1 Declaração do diretor presidente 425

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 426

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 427

1.1 Histórico do emissor

A Companhia teve sua origem em 1983, sob a denominação social "Microsiga Software S.A.", a partir da união dos sócios, Sr. Ernesto Mário Haberkorn e Laércio Cosentino, ex-CEO da Companhia, com o objetivo de desenvolver softwares para computadores pessoais e, posteriormente, passou a atuar no mercado de softwares de gestão empresarial integrada, acessíveis a empresas de pequeno e médio porte.

A partir dos anos 1990, decisões estratégicas foram tomadas visando estruturar a Companhia para um crescimento sustentável, com a criação de um ambiente necessário para assumir a liderança de mercado que a Companhia conquistaria no final. Algumas decisões e eventos que merecem destaque são:

1983: Laércio Cosentino, fundador da TOTVS, e Ernesto Haberkorn fundam a Microsiga Software – Assessoria, Software e Comércio de Computadores S.A.

1990: Início do sistema pioneiro de franquias exclusivas para distribuição das soluções de gestão da TOTVS.

1997: Início das operações internacionais com a abertura de uma filial na Argentina.

1999: Lançamento do ADVPL, linguagem de programação própria.

2005: É alterada a razão social para TOTVS S.A. (palavra que vem do latim e significa tudo, todos, totalidade); e, a Companhia é admitida pelo BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe e se torna sócia da Companhia.

2006: Abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), atualmente denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Novo Mercado (nível mais alto de Governança Corporativa); aquisição da RM Sistemas S.A.; e constituição das atividades de consultoria empresarial da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

2008: Aquisição da Datasul e consolidação do mercado brasileiro de sistemas de gestão

2011: Criação de ofertas de softwares especializadas por segmentos da economia.

2014: Início das operações da TOTVS Cloud.

2015: Lançamento do modelo comercial de subscrição TOTVS Intera para pequenas, médias e grandes empresas.

2018: Consolidação do plano de sucessão da Companhia e o anúncio da chegada de Dennis Herszkowicz em substituição ao fundador da Companhia, Laércio Cosentino, que por sua vez, foi eleito Presidente do Conselho de Administração.

2019: Aquisição da Supplier e estabelecimento da unidade de negócio Techfin, seguida pelo lançamento do novo plano estratégico baseado em um Ecossistema estruturado em três segmentos operacionais (unidades de negócio) para ampliação do mercado endereçável (TAM), continuidade do crescimento acelerado da Companhia e ampliar nossa proposta de valor, nos consolidando como Trusted Advisor para nossos clientes. Destaca-se, ainda, a oferta de ações (Follow-on), que captou um total de R$1,066 bilhão, destinada a operações de fusões e aquisições.

2020: As ações da Companhia passaram a integrar a carteira IBrX 50, índice da B3 formado pelas 50 ações com maior negociabilidade do mercado acionário brasileiro e, na mesma linha, as ações da Companhia entraram na composição da categoria middle cap dos índices MSCI Brazil, MSCI Latin America e MSCI Emerging Markets.

2021: Aquisição da RD Station, que consolidou a unidade de negócio, além da realização de oferta subsequente de ações (Follow-on), que captou R$1,443 bilhão. Outro destaque foi a celebração de sociedade com a B3 para a criação da Dimensa S.A., empresa com foco em soluções de Gestão para o

1.1 Histórico do emissor

mercado financeiro, fintechs e ampliação de portfólio com os lançamentos de novos produtos em Techfin. Por fim, as ações da Companhia passaram a integrar a carteira do índice Great Place to Work da B3, reforçando o foco da Companhia em práticas ESG e de seu esforço em promover as melhores práticas no mercado de trabalho.

2022: Criação de uma Joint Venture com o Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, por meio da integração de uma gama completa de serviços financeiros.

2023: Incorporação da Lexos e a Exact Sales na unidade de negócio RD Station, Franquia TOTVS TRS, Franquia IP e AHGORA na unidade de negócio Gestão, além da conclusão do fechamento da Joint Venture com o Itaú na unidade de negócio Techfin. Inserção no iDIVERSA B3, evolução no score no MSCI de “A” para “AA” e obtenção do selo "Empresa Pró Ética".

2024: Conclusão da aquisição da totalidade do capital social das empresas IP São Paulo Sistemas de Gestão Empresarial Ltda., AHGORA e VarejOnline Tecnologia e Informática S.A., e aquisição das ações remanescentes da RD Station pela TOTVS S.A., além da aquisição da Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda. pela controlada Dimensa S.A. No mesmo ano, a agência Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito de longo prazo da Companhia em “AA+(bra)” e revisou a perspectiva de estável para positiva.

2025: Celebração de contrato para aquisição da totalidade das ações da Linx Participações S.A., a ser titular, no fechamento da transação, de parte do segmento de negócio de software da Linx, pelo valor de R$3,05 bilhões, sujeita à aprovação do CADE. No mesmo ano, a agência Fitch Ratings elevou o rating de crédito de longo prazo da Companhia e de sua 5ª emissão de debêntures de “AA+(bra)” para “AAA(bra)”.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

Somos uma das maiores Companhias de tecnologia e *software* da América Latina, de acordo com o estudo “Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2023”, emitido pela Gartner em abril de 2024. Com soluções que vão muito além dos tradicionais *softwares* de gestão (“ERP”), atuamos há mais de 40 anos oferecendo tecnologia para a digitalização das operações de empresas de todos os portes.

Contamos com uma base instalada de, aproximadamente, 70 mil clientes, operando majoritariamente no Brasil, mas também com presença em mais de 40 países. Atualmente, cerca de um terço das companhias listadas na B3 (com ações ordinárias e/ou preferenciais ativas) são nossos clientes.

Um dos principais diferenciais da TOTVS é o modelo integrado de vendas e distribuição, baseado em unidades próprias e franquias, permitindo presença, proximidade e um atendimento ágil e eficaz a nossos clientes. No Brasil, operamos com 6 filiais regionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Interior Paulista), 3 unidades focadas (Large Enterprise, Setor Público e Saúde) e 38 territórios franqueados (atendidos por 11 franquias consolidadoras) e 9 centros de desenvolvimento (São Paulo, Belo Horizonte, Joinville, Porto Alegre, Florianópolis, Cascavel, Assis, Ribeirão Preto e Goiânia). Além disso, temos 5 filiais no exterior (Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos e México) e 2 centros de desenvolvimento (Estados Unidos e México).

SOMOS A TOTVS, A MAIOR EMPRESA DE TECNOLOGIA DO BRASIL

Do pequeno ao grande, de norte a sul do Brasil e da América Latina. A TOTVS, ao longo de sua trajetória, tornou-se parceira estratégica para o crescimento de empresas, ao oferecer tecnologia de ponta, que vai muito além do ERP.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

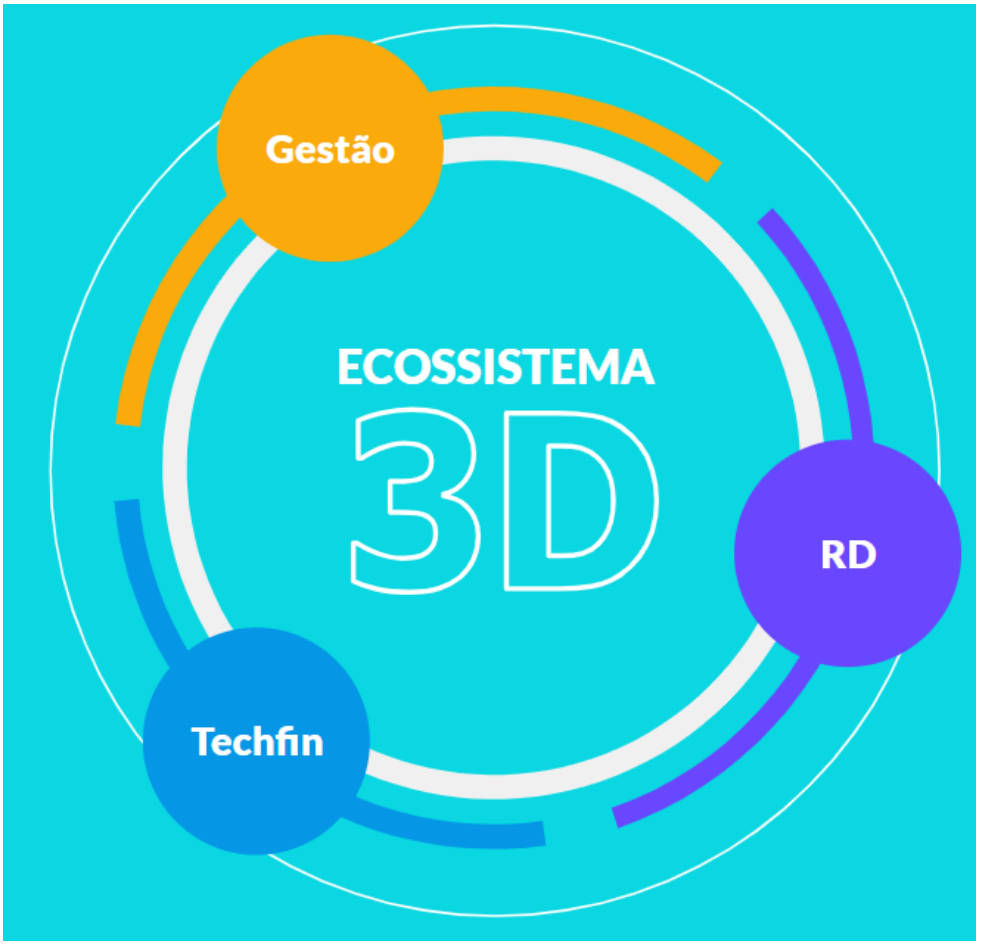


1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



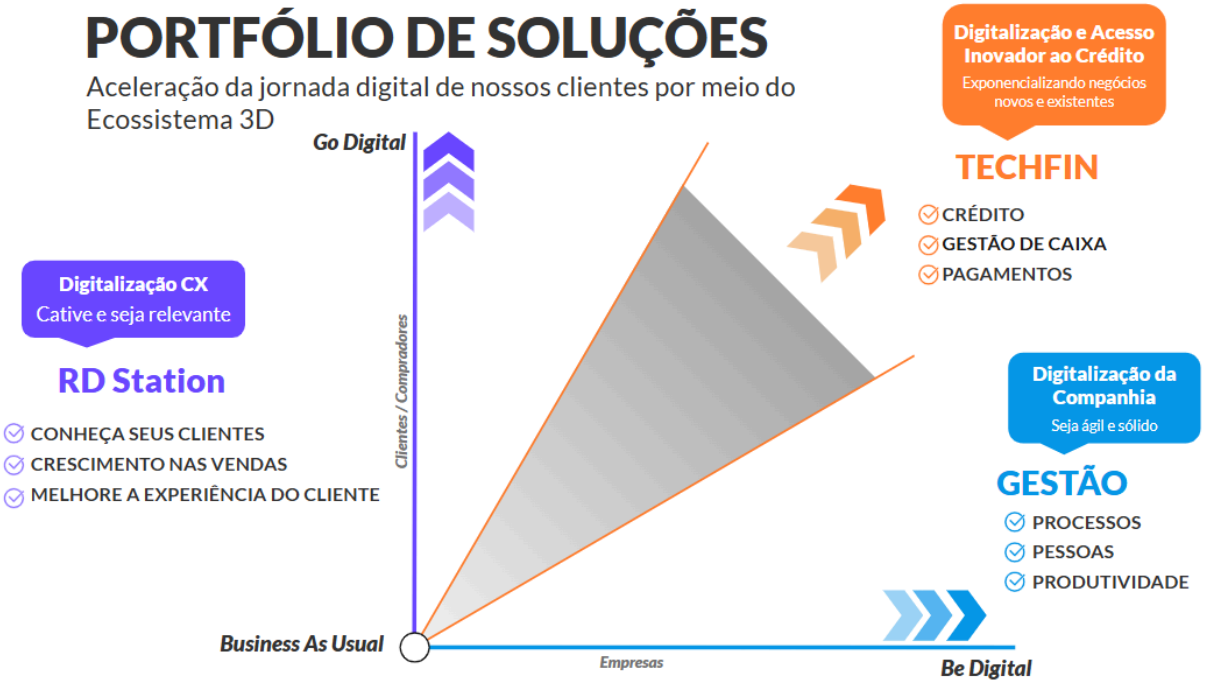
Temos como propósito melhorar o resultado das empresas, por meio da tecnologia. Para isso, buscamos digitalizar os negócios de nossos clientes por meio de sistemas e plataformas para gestão de empresas, oferecendo serviços financeiros e soluções de *business performance* em 12 setores da economia.

Estamos transformando o cenário competitivo por meio da criação de um ecossistema inovador e pioneiro, baseado em três unidades de negócio:



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Esse modelo de negócios expandiu consideravelmente o nosso mercado endereçável, abrindo uma ampla gama de novas possibilidades de atuação. A figura a seguir sintetiza a visão da Companhia em relação ao ecossistema 3D.



Na unidade de negócio **Gestão**, nosso portfólio engloba ERP, soluções para a área de recursos humanos — desde folha de pagamento até o gerenciamento do capital humano — e soluções verticais desenvolvidas para diversos segmentos da economia. Somos líderes nesse mercado no Brasil, entregando a robustez necessária para suportar a digitalização de nossos clientes.

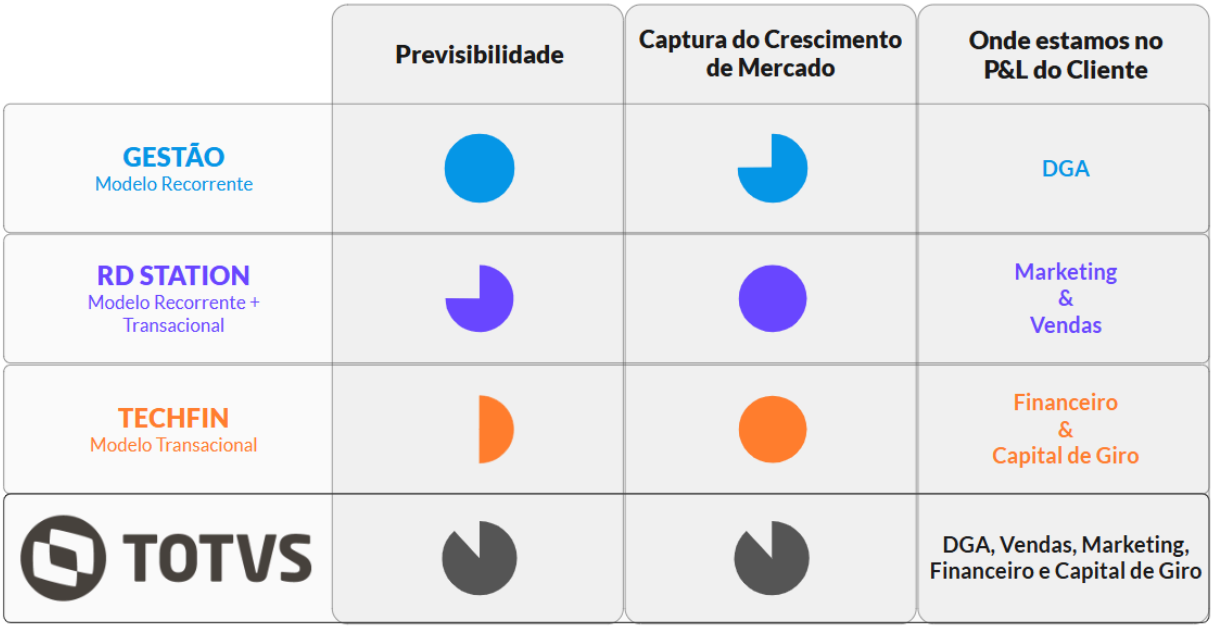
Já na unidade de negócio **RD Station**, a Companhia procura oferecer um amplo conjunto de serviços focados em auxiliar os clientes a melhorar seu desempenho comercial, aumentar suas vendas e tornarem-se mais competitivos em seus respectivos setores de atuação. Em março de 2021, adquirimos a **RD Station**, líder no mercado de automação de marketing digital e vendas, o que reforçou significativamente nossa gama de soluções em *business performance*. Em 2022, a aquisição da Tallos marcou um avanço significativo em direção ao conversacional, fortalecendo a estratégia de multiproduto da **RD Station**. No ano seguinte, em 2023, além da aquisição da Lexos (especializada em integração entre varejo físico, virtual, *marketplace* e *e-commerces*) e da Exact Sales (líder em Sales Engagement), estabelecemos uma parceria estratégica com a Shopify para distribuição de soluções de *software* para *e-commerce* no Brasil.

Na unidade de negócio **Techfin**, estamos na jornada que visa a transformar a TOTVS TECHFIN S.A. na principal plataforma de serviços financeiros para as PMEs

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

(Pequenas e Médias Empresas), facilitando o acesso a serviços financeiros por meio de soluções integradas de crédito, gestão de caixa e pagamentos. Em 31 de julho de 2023, demos mais um importante passo nessa direção com a concretização de uma Joint Venture ("JV") com o Itaú Unibanco S.A., com o racional estratégico de combinar os esforços entre a maior empresa de tecnologia da informação e o maior conglomerado financeiro do país, unindo a expertise da TOTVS em soluções de gestão (ambientes nos quais as empresas gerem suas informações transacionais) à expertise financeira do Itaú, que dispõe de capacidade de *funding* em larga escala e em condições competitivas.

Essa transformação estratégica ampliou significativamente o mercado endereçável da Companhia e acelerou seu crescimento. Adicionalmente, o ecossistema permite uma maior resiliência e previsibilidade do modelo de recorrência ao negócio, somados à captura de crescimento de mercado e *take rate* do modelo transacional, conforme demonstrado na imagem abaixo:



A Companhia segue focada em se tornar o *Trusted Advisor* dos clientes por meio da inovação que, para a TOTVS, é fazer algo novo e diferente, que agregue valor. O ecossistema 3D é exatamente isso: uma estratégia singular, que permitirá ampliar a proposta de valor em um modelo dificilmente replicável, multiplicando o *addressable market*.

Por meio da tecnologia, a Companhia continuará focada em apoiar empresas na expansão de seus negócios, aumento da rentabilidade, crescimento sustentável de suas operações e melhoria contínua de seus resultados. Esse é o nosso propósito: contribuir para o sucesso das empresas, acreditando que todos podem crescer e trabalhando juntos para isso — acreditando no Brasil que faz.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Em milhões de reais (exceto percentagens)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2024	2023
Receita Líquida Consolidada(1)	5.377,8	4.576,9
Receita Recorrente Consolidada(2)	4.640,6	3.837,1
Lucro Líquido	735,4	764,4
EBITDA Ajustado(3)	1.290,9	1.089,9
ARR Consolidada(4)	5.538,3	4.688,7

(1) Receita Líquida considera os resultados de Techfin à 50% líquida do Custo de Funding para todos os períodos.

(2) Compreende subscrição de software, suporte técnico e evolução tecnológica. Para mais detalhes sobre a Receita Líquida de Software Recorrente.

(3) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós, que corresponde ao EBITDA ajustado pelo resultado da operação descontinuada, pelos gastos com transações de M&A, ajustes de M&A à valor justo, pela Perda (Ganho) na Baixa de Ativos e pelo crédito tributário, que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Para mais detalhes sobre o EBITDA Ajustado ver item 2 deste Formulário de Referência.

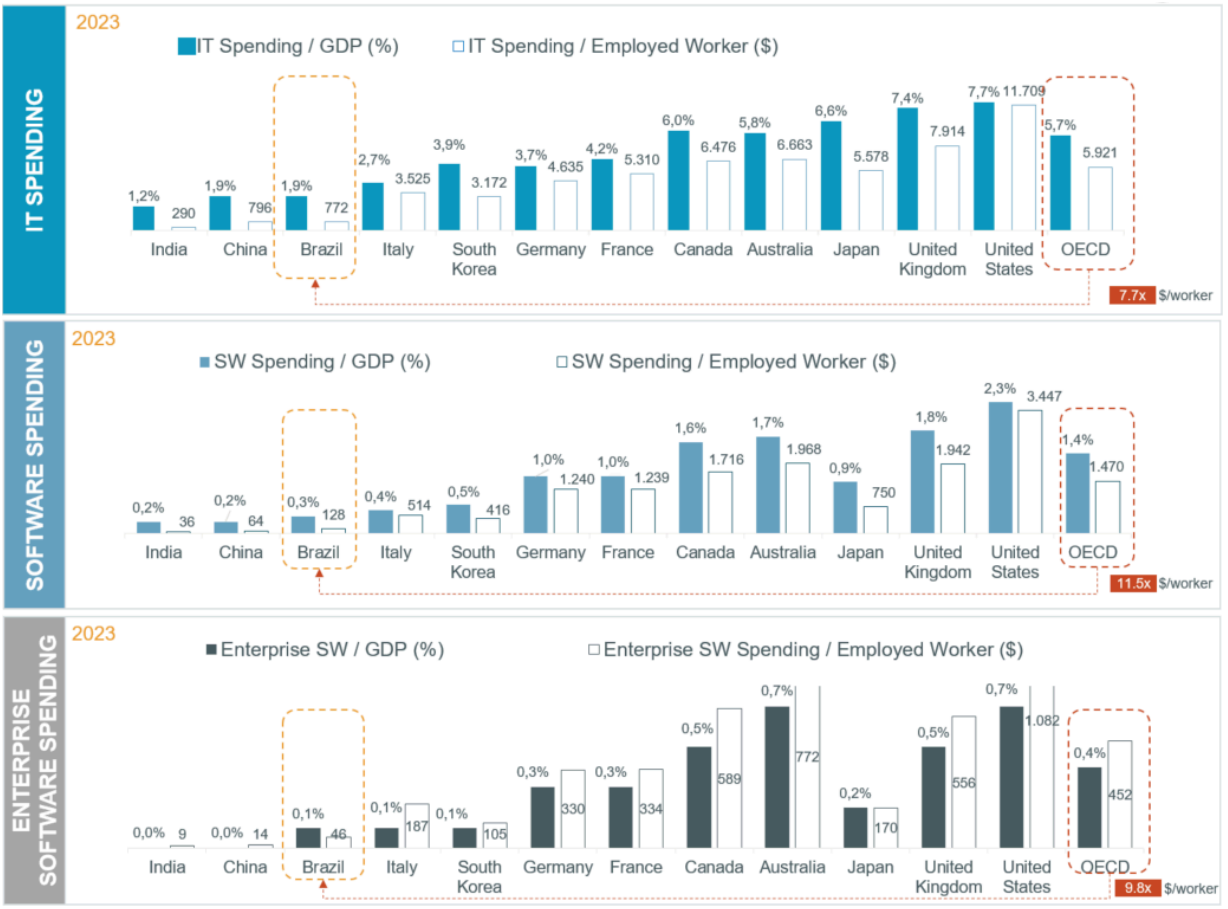
(4) A receita recorrente anualizada (ARR) corresponde à receita líquida anualizada da somatória dos contratos vigentes no período desconsiderando os efeitos de carências temporárias.

Oportunidades de Mercado

Mercado de Software no Brasil (Gestão e RD)

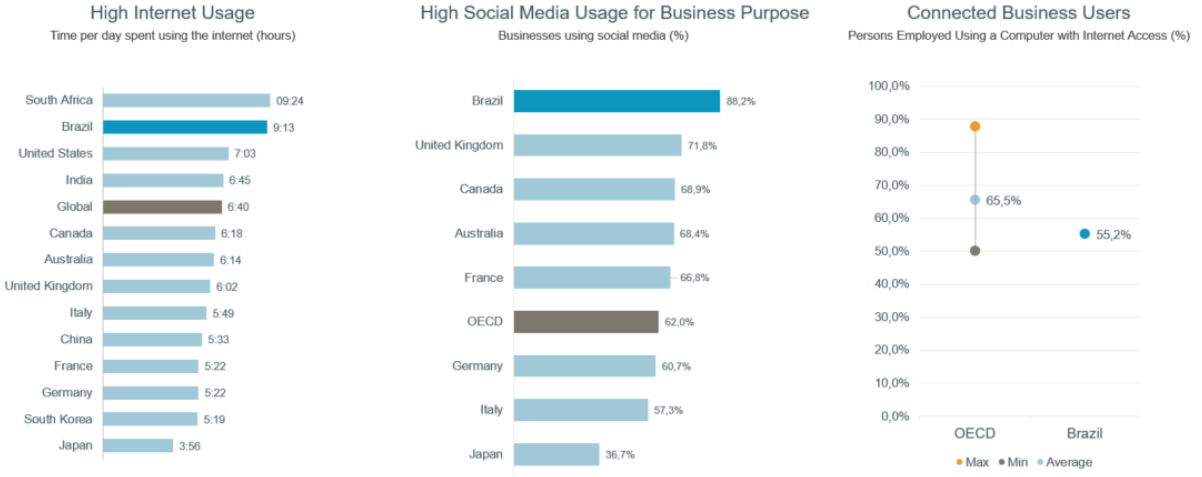
Segundo o estudo Market DataBook, da Gartner, publicado em março de 2025, frente aos dados de 2024, o Brasil se encontra entre os 12 maiores mercados de TI no mundo, apresentando gastos em torno de 70,6 bilhões de dólares, dos quais 11,9 bilhões de dólares representam investimentos em *software*. Entretanto, o investimento em TI e *software* no Brasil ainda é relativamente menor do que os países mais desenvolvidos e da maioria dos principais mercados de TI. Com base em informações do Banco Mundial, o Brasil concentrava aproximadamente 3% da força de trabalho global e 2,4% do PIB global, no entanto os dispêndios com *software* representam em torno de 1,1% dos gastos globais, evidenciando que o mercado brasileiro de software ainda não está maduro e ainda tem muito espaço para crescimento. Os gráficos abaixo mostram essa diferença em relação a outros países e à média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Banco Mundial, OCDE, TOTVS

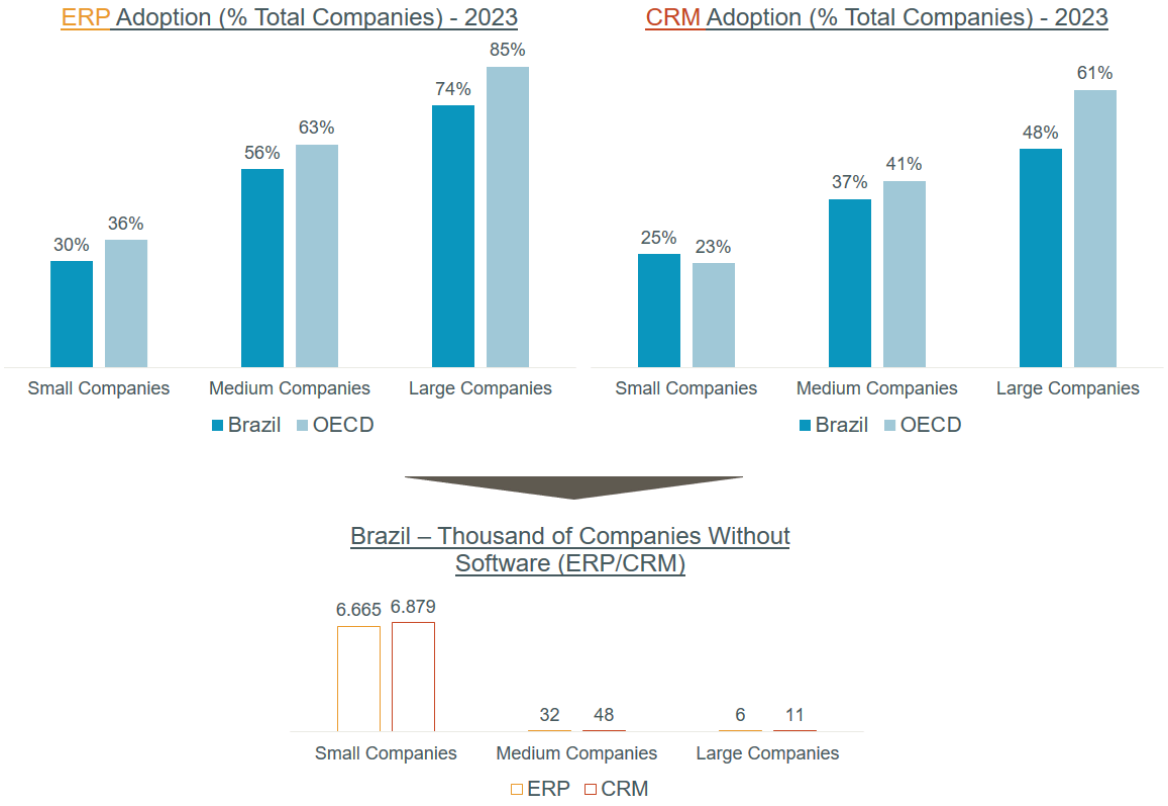
Apesar do uso de TI e *software* ser relativamente baixo em comparação a países mais desenvolvidos, o Brasil já apresenta elementos que indicam boas perspectivas para o crescimento do investimento em TI no futuro. Segundo pesquisa da Digital 2024: Global Overview Report e dados de 2023 da OCDE, a população do Brasil apresenta altos níveis de consumo de serviços pela internet e de uso de mídias sociais com propósito empresarial ficando no topo do *ranking* entre países desenvolvidos, da média mundial e da média dos países da OCDE, conforme os gráficos a seguir:



Fonte: Global Overview Report, OCDE

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

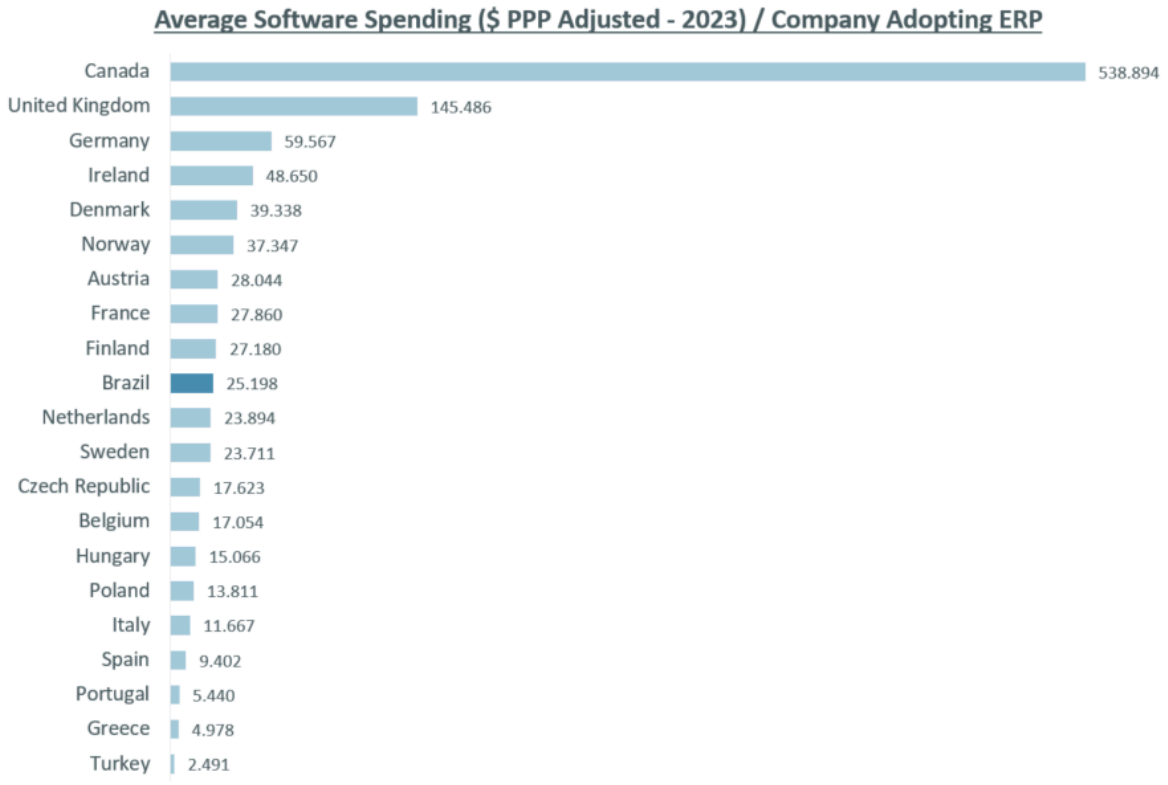
A Companhia acredita que existam 3 principais drivers de crescimento do mercado de *software* no Brasil. O primeiro *driver* é a baixa penetração de mercado. Estatísticas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) e da OCDE sobre o nível de utilização de ERP e CRM no Brasil e no mundo mostram que o mercado brasileiro, de uma forma geral, possui menor penetração do que países da OCDE. Os dados de penetração no Brasil combinados com dados do IBGE indicam uma estimativa do volume de empresas (quase 7 milhões) que ainda não adotam *software* (ERP/CRM) em suas operações.



Fonte: CETIC (TIC Empresas 2021), IBGE, 2022, Estatísticas da OCDE 2023

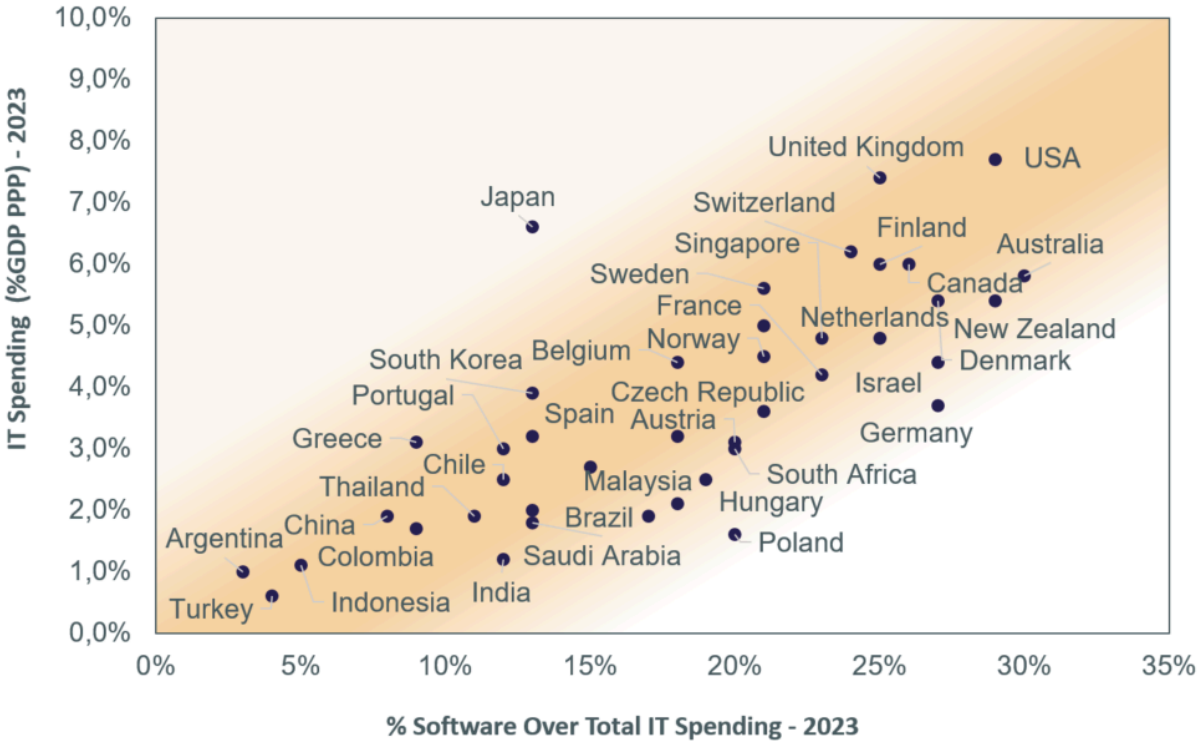
O segundo *driver* é o maior potencial de uso em mercado já penetrado. Mesmo as empresas que já utilizam ERP no Brasil, gastam menos em *software* do que a média das empresas de muitos países da OCDE.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Banco Mundial, Estatísticas da OCDE, Análises TOTVS

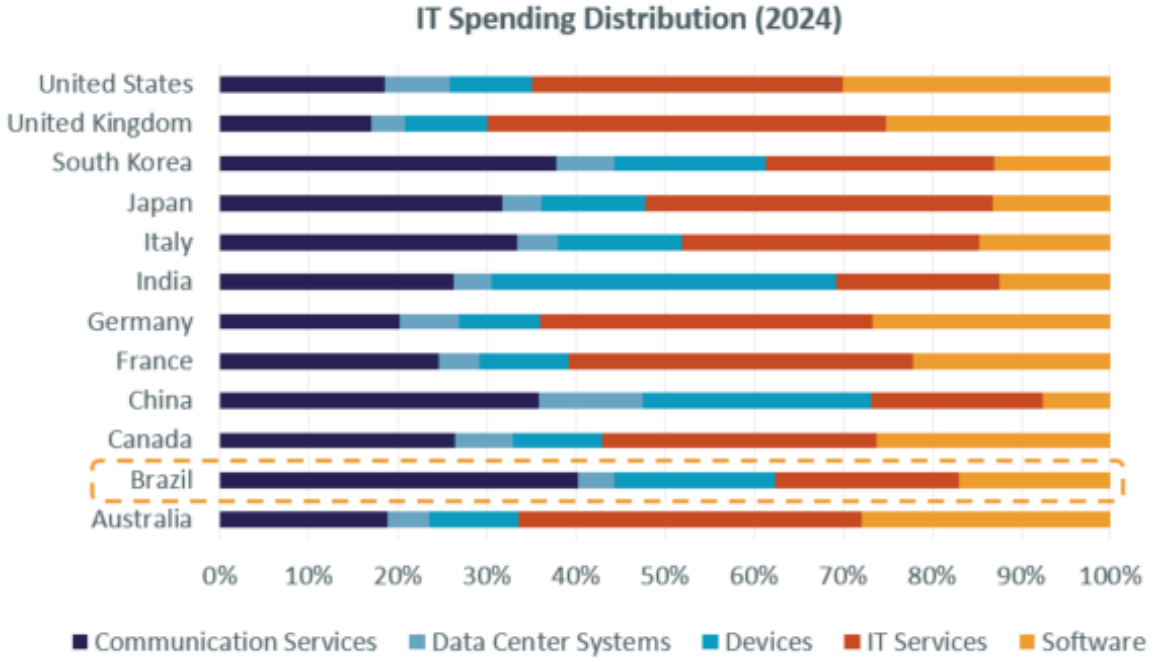
O terceiro *driver* é o potencial de participação de *software* no gasto com TI. Dados mostram uma correlação positiva entre o gasto com TI e a relevância de *software* sobre o Gasto Total com TI em cada país, ou seja, conforme os países amadurecem e passam a investir mais em TI, consequentemente o investimento em *software* se torna mais representativo dentro do total de gastos em TI.



Fonte: Banco Mundial, Análise TOTVS

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No Brasil, observa-se uma baixa participação no gasto com *software* em relação ao Gasto total de TI em comparação com outros mercados líderes de TI, o que evidencia um alto potencial para expansão de investimentos em *software* no Brasil.



Fonte: Gartner, 2025

Mercado de Techfin no Brasil

O mercado brasileiro de crédito pessoa jurídica (PJ), apesar de ainda ser um mercado bastante concentrado nos principais bancos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander e Bradesco), que atualmente são responsáveis por 61% de toda a carteira de crédito PJ de 2023, vêm ano a ano observando uma queda importante nessa concentração.

Mudanças regulatórias para aumentar a competição nesse mercado, o surgimento e crescimento de novas tecnologias, dentre outros fatores, vêm abrindo espaço para a atuação e crescimento de novos *players* explorando nichos de mercado nos quais os *players* tradicionais não conseguem explorar com qualidade e/ou possuem altos custos.

Esse panorama cria uma oportunidade para a Companhia atuar no segmento **Techfin**, sem esquecer de nosso DNA de tecnologia, como uma empresa de *software*. A Companhia se posiciona como **Techfin** em vez de FinTech, para oferecer soluções para simplificar, aumentar o acesso e diminuir o custo de produtos financeiros, incluindo soluções de meios de pagamentos e crédito para seus clientes. O nosso segmento de **Techfin** pode se alavancar: (i) da nossa expertise e *know-how* de soluções digitais e tecnológicas; (ii) da nossa habilidade de coletar e

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

analisar o alto volume de dados; (iii) da nossa capacidade de lançar novos produtos para se adaptar às necessidades do usuário; (iv) da nossa plataforma de distribuição robusta em todas as regiões no Brasil; (v) do nosso acesso a uma ampla base de clientes recorrentes ao longo da cadeia produtiva; e (vi) da nossa marca bem estabelecida. Essas soluções podem ser, inclusive, oferecidas em parcerias com *players* do setor financeiro, sejam eles consolidados ou novos entrantes, que possuem conhecimentos complementares como expertise do produto, conhecimento do ambiente regulatório e análise de risco dos clientes.

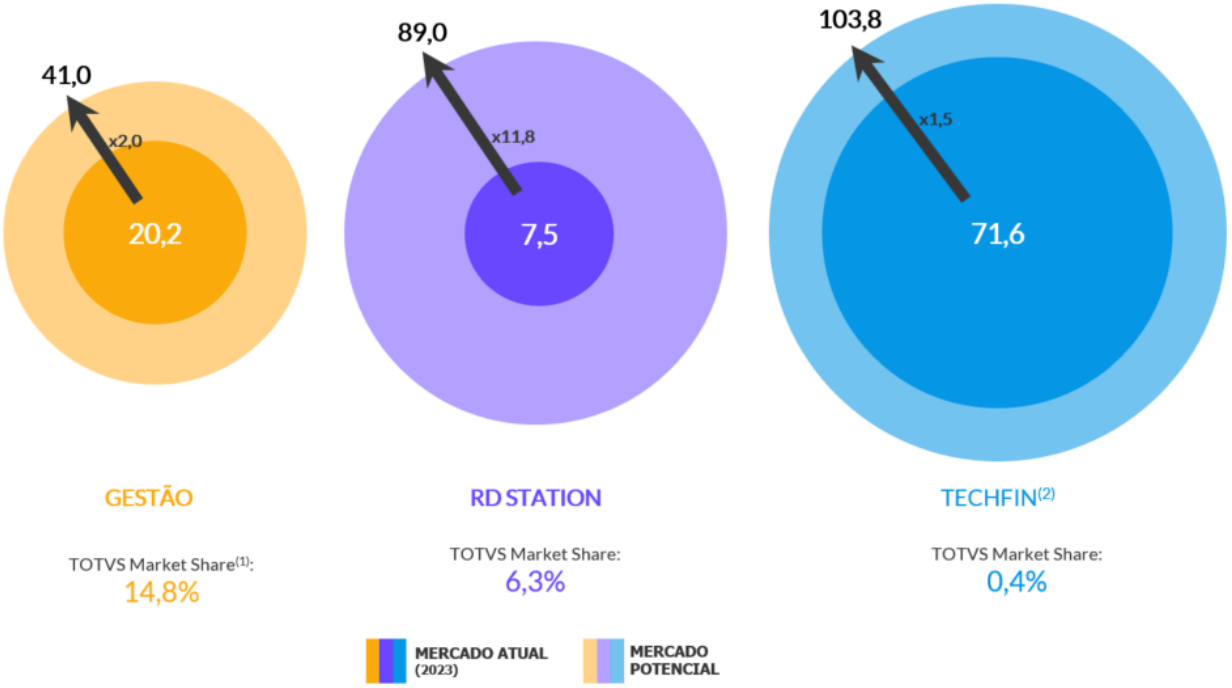
Além disso, o acesso a uma ampla base de clientes em que suas operações são intermediadas e suportadas pelos sistemas da Companhia, aliada a uma tendência de digitalização das empresas e pressão por ganhos de eficiência e aumento de resultado, cria uma oportunidade para que a Companhia desenvolve soluções para aumentar a performance de seus clientes a partir da análise de seus dados, incluindo, por exemplo, medidas para aumentar vendas em determinadas situações ou gerenciar melhor os recursos da empresa

Mercado Endereçável Total: Potencial ecossistema de três unidades de negócio

A Companhia estima que há um potencial de mercado de *software* endereçável à Companhia no Brasil de, aproximadamente, R$220,5 bilhões, em 2023, dividido em: (1) R$41,0 bilhões do mercado de **Gestão**; (2) R$89,0 bilhões do mercado de **RD**, ambos quando as empresas brasileiras atingirem um nível de maturidade de TI observado nos países da OCDE; e (3) R$90,4 bilhões do mercado de **Techfin**. Esse potencial pode ser explorado de diferentes maneiras, seja por meio de oportunidades de *up-selling*, *cross-selling* e atuação dentro do mercado não penetrado.

No segmento **Techfin**, a Companhia estima o potencial de mercado endereçável quando todas as empresas do Brasil contratarem crédito conforme o nível de endividamento oneroso médio daquelas que já contratam hoje. Este potencial poderá ser explorado por meio da nossa estratégia de nos tornarmos uma plataforma única de crédito e pagamentos para nossos clientes de pequeno e médio porte.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: IDC, Banco Central e TOTVS Market Intelligence

As oportunidades aqui evidenciadas somadas a positiva trajetória do setor de TI, que tem apresentado histórico de crescimento acima da média da economia brasileira, reforçam a nossa visão de que o mercado brasileiro é uma importante fonte de crescimento e oportunidade para a Companhia. Além disso, o tamanho dos novos mercados e seu potencial de crescimento demonstram que a Companhia não necessita ser dominante neles para que o crescimento proveniente dos novos segmentos seja relevante.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Posição de liderança e marca

Somos uma Companhia multinacional brasileira líder no mercado de ERP no Brasil, com 55% de *market share*, de acordo com o estudo “Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2023” da Gartner. Estimamos que a receita agregada dos nossos clientes representa, aproximadamente, R$2,7 trilhões.

Nossa posição de liderança nos permite amplo acesso a diversos segmentos do mercado em que atuamos e viabiliza a oferta de diversos produtos de forma verticalizada para novos e atuais clientes de todos os tamanhos, incluindo oportunidades de *cross-selling*. Acreditamos, ainda, que a nossa forte reputação tem a capacidade de agregar profissionais de excelência, parceiros e clientes ao nosso redor, em um ecossistema aberto, capaz de acompanhar e integrar as evoluções das demandas atuais e antecipar as tendências do futuro.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A TOTVS tem sido destaque em relação à agenda ESG e reconhecida pelo mercado por suas ações nesta frente. Em 2024, podemos destacar alguns prêmios de mercado conquistados que demonstram a forte competitividade da marca TOTVS, como por exemplo:

Prêmios e Reconhecimentos:

- Institutional Investor Research: a TOTVS foi eleita melhor companhia no setor de tecnologia, mídia e telecomunicações (TMT) da América Latina, sendo reconhecida como a Melhor ESG 2021-2024 na categoria *mid cap*.
- Ranking GPTW: Pelo 5º ano consecutivo, a TOTVS conquistou o selo GPTW, ocupando a 11ª posição em empresas de tecnologia da categoria grande porte, 19ª no ranking de melhores empresas para se trabalhar em São Paulo e 45ª posição entre as melhores empresas do Brasil. Além disso, ficamos na 12ª colocação no ranking de jornada de trabalho flexível.
- Ranking GPTW: A RD Station integra a categoria de melhores empresas para se trabalhar no Brasil pela primeira vez, ocupando a 9ª posição na categoria de empresas de médio porte, e se manteve no *ranking* de empresas de tecnologia, ocupando a 10ª posição.

- Selo de Direitos Humanos e Diversidade (iniciativa da Prefeitura de São Paulo): reconhecimento de 3 iniciativas: Banco de talentos #ELASNATOTVS (categoria mulheres); Programa Speed to Hero Pessoas Com Deficiência (categoria Pessoas com Deficiência); e Investimento social no IOS (categoria juventudes).
- Selo Empresa Amiga do Estagiário: Pela segunda vez consecutiva, recebemos o selo Empresa Amiga do Estagiário, da WallJobs. Esse prêmio destaca o nosso compromisso em apoiar e promover o desenvolvimento dos estagiários e estagiárias da TOTVS.
- Selo Igualdade Racial: Em 2024, a TOTVS foi reconhecida com o Selo Igualdade Racial, iniciativa que destaca empresas que possuem em seu quadro de profissionais, pelo menos, 20% de pessoas negras, distribuídas em diferentes hierarquias e funções.
- Selo Empresa Pró Ética: TOTVS obteve o selo “Empresa Pró-Ética 2022-2024”, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), para reconhecer as empresas privadas que, comprovadamente, adotam medidas voltadas à prevenção, detecção e remediação à atos de corrupção, fraude e suborno, em linha com as melhores práticas de mercado.
- Ranking espanhol Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco): A TOTVS integra duas categorias da Merco no setor de tecnologia, sendo elas o

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

ranking de Melhor Reputação Corporativa e Empresas Mais Responsáveis em ESG.

- ANEFAC - Troféu Transparência: Pelo 4º ano consecutivo, a TOTVS está entre as empresas com receita líquida de até R$5 bilhões.

- A TOTVS integra a lista Elite InfoMoney 2024, que elenca as empresas brasileiras de capital aberto – com ações negociadas no Brasil e nos Estados Unidos – que mais crescem.
- Insight Comunicação e Fundação Getúlio Vargas - FGV: TOTVS ficou em 61º lugar no ranking geral das 100 Empresas com Maior Destaque ESG.
- Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (ABQV): A TOTVS ganhou o prêmio que reconhece as práticas mais eficazes e consistentes na promoção da saúde e do bem-estar em organizações modernas e de alta performance em todo o país pelo 4º ano consecutivo.
- World 200 Top SGOs: Instituto da Oportunidade Social (IOS), listado entre as 50 melhores organizações sociais do Brasil (11º lugar) e entre as 200 melhores organizações sociais do mundo (149º lugar).

Índices e Ratings Nacionais e Globais

- Novo Mercado (B3): Nível Mais Alto de Governança Corporativa da B3 - Novo Mercado (desde 2006).
- ICO2 B3: Pelo 3º ano consecutivo, a TOTVS integra a carteira, consolidando-se entre as 75% empresas que menos emitem gases de efeito estufa.
- IGPTW (B3): TOTVS integra desde 2022 a carteira GPTW da B3, índice que tem como objetivo ser um indicador de desempenho médio das cotações das empresas certificadas pela GPTW listadas na B3 e complementa a família de índices com foco em ESG, reforçando o papel dessas companhias e de suas lideranças em promover as melhores práticas no mercado de trabalho.

- IBRx-50 (B3): TOTVS integra a carteira do IBrX50 desde 2021, índice da B3 formado pelas 50 ações com maior negociabilidade do mercado acionário brasileiro.
- MSCI (global): Em 2023 evoluímos a nota da TOTVS de A para AA, e desde então seguimos no quadrante de liderança em gestão de riscos e oportunidades na MSCI.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- ISS (global): A TOTVS obteve a melhor avaliação em governança (score 1) e social (score 1), e alcançou bons resultados em ambiental (score 3), destacando-se pela transparência e qualidade das informações.
- CDP (global): A TOTVS retornou para a categoria D (*disclosure*) do CDP. O score passou por mudanças metodológicas para estimular a melhor gestão do tema nas empresas e nós identificamos oportunidades de melhoria no mapeamento de riscos socioambientais e trabalharemos para evoluir em nossa estratégia de gestão de impactos.
- Fitch (global): Em 2025, a Fitch Ratings elevou o rating da TOTVS de AA+(bra) para AAA(bra), o nível máximo, com perspectiva estável.

- IDIVERSA (B3): Ingresso da TOTVS na carteira do índice IDIVERSA, criado pela B3 em 2023.

Recomendação da TOTVS em carteiras e portfólios de investimentos ESG:

- A TOTVS figura entre as principais recomendações de tecnologia nas carteiras ESG do BTG, Itaú, Santander e XP.

Plataforma de distribuição

A Companhia está presente em todo o território brasileiro e possui clientes em 41 países. Esta ampla capilaridade é fruto da nossa estratégia de expansão por meio de filiais, canais e franquias exclusivas, iniciada na década de 90 e que nos permite estar sempre próximos aos nossos clientes, conhecer melhor o negócio deles, as particularidades da região onde atuam e a conquistar sua confiança.

Acreditamos que nossa plataforma de distribuição é um forte diferencial, com presença local e digital que é capaz de atender companhias de todos os tamanhos.

No segmento **Gestão**, nossa estratégia de distribuição segue o tamanho dos clientes da seguinte forma:

(i) Nas grandes corporações (mais de 500 funcionários), possuímos uma divisão especializada com profissionais qualificados em cada indústria de atuação, oferecendo não apenas serviço especializado, mas suporte e consultoria.

(ii) No segmento de pequenas e médias empresas (de 10 a 500 funcionários), possuímos 6 unidades próprias e 38 territórios franqueados. Acreditamos que essa capilaridade da força de vendas nos proporciona conhecimento único das necessidades dos nossos clientes, além de custos comerciais e de implementação

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

otimizados. Os nossos franqueados atuam de forma exclusiva e são remunerados não apenas pelas vendas realizadas, mas também pelas Receitas Líquidas de Software Recorrentes, o que acreditamos motivar referidos franqueados em manter um alto grau de alinhamento aos nossos interesses, em especial à manutenção da relação de longo prazo com os nossos clientes.

(iii) No atendimento a microempresas (menos de 10 funcionários), atuamos em um sistema de múltiplos canais por meio de parceiros, revendas e distribuidores, o que nos permite atingir todas as regiões e grandes centros do Brasil.

No segmento **RD Station**, a distribuição é feita majoritariamente pelo vasto ecossistema de agências de marketing parceiras que divulgam e recomendam nossas soluções. Adicionalmente, os produtos desta unidade de negócio possuem características mais intensas de PLG (Product Led Growth), através da qual as vendas para clientes da base (**up-sell**) são indicadas ao time comercial pelo próprio produto por meio da intensidade de uso do cliente. Por fim, nosso foco é também no *cross-selling* com os clientes do segmento **Gestão**, por meio de equipes especializadas, totalmente integradas aos times atuais de vendas.

No segmento **Techfin**, temos também equipes especializadas que apoiam o *cross-selling* das nossas soluções de **Techfin** que estão apenas no início da jornada de integração com os times atuais de vendas, já trazendo resultados acima do esperado. Além disso, para nossa solução de crédito da Supplier (que será explorada em detalhes mais a frente), a distribuição e contratação de crédito são realizados por meio dos nossos clientes, os quais chamamos de afiliados, que se utilizam do nosso serviço de cartão de crédito digital para vender mais aos seus clientes.

Portfólio amplo, diverso e flexível

Nosso portfólio abrange uma completa oferta horizontal, com soluções: (i) de **Gestão**, entre elas ERP, RH, Verticais e Plataformas de Inovação; (ii) de **Techfin**, incluindo serviços financeiros de crédito, gestão de caixa e meios de pagamento; e (iii) **RD Station**, incluindo inteligência de dados, *digital commerce*, *conversational commerce*, marketing digital e CRM. Acreditamos que nossas soluções são amplas, diversas e flexíveis, lidando e atendendo as necessidades de todos os nossos clientes nas mais diversas verticais de 12 segmentos de mercado (agroindústria, construção e projetos, distribuição, educacional, serviços financeiros, hospitalidade e turismo, jurídico, logística, manufatura, saúde, prestadores de serviços e varejo).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atendemos empresas de todos os portes, com soluções disponibilizadas em *cloud* ou *on-premises*. As nossas soluções são escaláveis e modulares, podendo ser facilmente configuradas para permitir funcionalidades específicas de diferentes segmentos de negócio e tamanhos com integração consistente.

Modelo de negócios com histórico de crescimento e rentabilidade

Nosso modelo na unidade de negócio **Gestão** consiste na oferta e desenvolvimento com constante inovação de sistemas de ERP confiáveis e eficientes para o processamento de informações corporativas com segurança, constituindo uma ferramenta de grande relevância para os nossos clientes no gerenciamento de seus negócios no qual acreditamos possuir profunda expertise. Adicionalmente, nossas ofertas da unidade de negócio **RD Station** ampliam e reforçam as ofertas de **Gestão** com soluções que permitem nossos clientes ampliarem suas vendas, serem mais competitivos e terem melhor desempenho de receita e, nossas soluções integradas ao ERP e baseadas em dados da unidade de negócio **Techfin** permitem o acesso a serviços financeiros mais amplos, acessíveis e simplificados.

Esse modelo de negócios tem uma abordagem focada no cliente, amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, equipe de pós-vendas que inclui especialistas com expertise em promover vendas de *cross* e *up-sell*, assim como times centralizados de implementação e manutenção. Proporcionamos aos nossos clientes mais simplicidade e facilidade na contratação e utilização de nossas soluções por meio de variadas modalidades comerciais, que se adaptam a realidade do cliente segundo o seu estágio de maturidade. Isso nos permite apoiar a evolução dos nossos clientes na digitalização dos seus negócios, nos posicionando como um "*Trusted Advisor*", para que eles possam crescer, alavancar suas operações e tornar seus negócios mais rentáveis.

Tal flexibilidade comercial nos permite crescer junto com os nossos clientes, suportando relacionamentos de longo prazo. Ao final de 2024, atingimos a marca superior a R$5,5 bilhões em Annual Recurring Revenue (1) (ARR, em português Receita Recorrente Anualizada), 18% acima do mesmo período em 2023, e com uma produção de crédito que superou R$11,7 bilhões em 2024. Acreditamos que esses fatores, somados a um modelo que combina a resiliência e previsibilidade da receita recorrente com o *take rate* e captura de crescimento de mercado da receita transacional, possibilitam a manutenção do crescimento de receita e uma rentabilidade saudável na operação.

Aceleração por Aquisição

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Acreditamos que as aquisições são uma poderosa alavanca para a execução da estratégia de fortalecimento do nosso posicionamento no segmento de negócio **Gestão** e na expansão para novos mercados (**Techfin** e **RD Station**) e, para isso, avaliamos constantemente possíveis aquisições estratégicas baseadas em 3 grandes pilares:

1. Reforçar e defender o *core business* - reforçar e defender nosso negócio de **Gestão** com a adição de soluções horizontais, verticais e base de clientes que alavancam nossa capacidade de *cross selling*;

2. Aprofundar atuação nos Segmentos - aprofundar nossa atuação buscando a liderança em segmentos de negócio; e

3. Novos mercados - aumentar nosso mercado potencialmente acessível (**Techfin** e **RD Station**). O nosso *pipeline* de potenciais alvos de aquisição é constantemente atualizado, tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe em ao menos um dos quatro pilares do *pipeline*, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado.

Histórico de Aquisições

Acreditamos que a Companhia possui capacidade de execução e histórico sólidos na identificação, prospecção, negociação e integração após dezenas de aquisições que, ao longo de mais de 20 anos, geraram valor para a Companhia, sendo uma poderosa alavanca para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do *core business* e de expansão para novos mercados, além da criação de sinergias significativas.

Desde 2005, nós adquirimos diretamente mais de 40 Companhias que reforçaram desde a nossa unidade de negócio principal (**Gestão**) até a entrada em novas unidades de negócio de atuação (**Techfin** e **RD Station**). Nossos executivos possuem experiência tanto no processo de aquisição quanto no de integração das novas empresas, o que alavanca o potencial das sinergias a serem extraídas, com foco no aumento do *cross* e *up-selling*, redução de *churn*, aumento dos serviços e soluções ofertadas, redução de custos, melhora da governança e expansão das vendas com o uso da marca TOTVS. São exemplos significativos da nossa capacidade de integração, as aquisições da RM, Datasul, Consinco, etc, todas transformacionais para a Companhia devido ao tamanho no momento da aquisição.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Também realizamos transações que ampliaram nossos mercados de atuação, como as aquisições da Supplier e da RD Station, que marcaram um passo decisivo para o estabelecimento das unidades de negócio TOTVS **Techfin** e **RD Station. Essas aquisições** se mostraram fundamentais para a construção de um ecossistema com três frentes de tecnologia B2B, voltado à ampliação do *addressable market*, o aumento de share of wallet e à fidelização de clientes. Outro exemplo relevante foi a criação da *Joint-Venture* entre TOTVS Techfin e o Banco Itaú, iniciativa estratégica que uniu, de forma inédita, a maior empresa de tecnologia e o maior conglomerado financeiro do país. O objetivo: ampliar, simplificar e democratizar o acesso a uma ampla gama de produtos financeiros no mercado B2B. Essa aliança tem potencial para beneficiar pequenas e médias empresas, assim como toda a cadeia produtiva do país, ao combinar a expertise da TOTVS em sistemas de gestão - ambientes nos quais as empresas gerem suas informações transacionais - à expertise financeira única e capacidade de funding do Banco Itaú.

Por fim destacamos a criação da Dimensa - anteriormente TOTVS Financial Services - TFS - resultado da união entre dois dos principais *players* do segmento de serviços financeiros: TOTVS e B3. A nova empresa iniciou uma nova etapa com *management* renovado, total autonomia e foco no dinâmico segmento de tecnologias B2B voltadas para o mercado financeiro e às *fintechs.* Com essa estrutura, a Dimensa busca ampliar os investimentos em inovação, expandir seu portfólio de soluções e sua base de clientes, por meio de desenvolvimento orgânico, parcerias estratégicas e aquisições. O o objetivo é claro: ser a principal opção de tecnologia B2B para o setor financeiro.

As principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas, ao longo de 2024, em ordem cronológica.

DATA	ASSUNTO
30/12/2024	TOTVS TECNOLOGIA EM SOFTWARE DE GESTÃO LTDA., concluiu, em 30 de dezembro de 2024, a aquisição da totalidade do capital social da VAREJONLINE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA S.A.
07/05/2024	TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A., exerceu, em 07 de maio de 2024, u a opção de compra das ações remanescentes da RD GESTÃO E SISTEMAS S.A.
28/03/2024	SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SERVIÇOS TTS LTDA., concluiu, em 28 de março de 2024, a aquisição da totalidade do capital social da AHGORA HCM S.A. e WEBTRAINING LTDA.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

01/02/2024	DIMENSA S.A. celebrou, em 01 de fevereiro de 2024, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da totalidade do capital social da Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda.
01/02/2024	SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SERVIÇOS TTS LTDA. (“TTS”) concluiu, em 01 de fevereiro de 2024, a aquisição da totalidade do capital social da franquia IP SÃO PAULO SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.

Obs. As datas mencionadas acima referem-se à assinatura dos contratos definitivos e divulgação das transações previamente ao Fechamento das transações (quando aplicável).

Comprometimento com agenda ESG

Na TOTVS, **sustentabilidade está no centro da nossa estratégia**, impulsionando a inovação, a resiliência operacional e a perenidade dos nossos negócios. Como empresa líder em tecnologia, entendemos que nosso papel vai além de fornecer soluções eficientes: buscamos transformar positivamente a sociedade, mitigar nosso impacto ambiental e fortalecer uma governança sólida, alinhada às estratégias de crescimento sustentável.

Nosso compromisso com a eficiência e a responsabilidade se reflete na gestão de nossa pegada de carbono. Pelo terceiro ano consecutivo, integramos o **Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3**, reforçando a transparência das emissões e o aprimoramento das nossas práticas ambientais. Com o segundo inventário de emissões de gases de efeito estufa, ampliamos nossa análise para escopos 1, 2 e 3, permitindo um planejamento mais estruturado para reduzir impactos e otimizar processos, como a eficiência energética em nossas operações e *data centers*.

Acreditamos que o desenvolvimento da tecnologia deve andar lado a lado com a inclusão e o acesso a oportunidades. Por isso, investimos em formação profissional e empregabilidade, com iniciativas como o Programa Start Tech, preparando novos talentos para o setor. Internamente, fortalecemos a diversidade e a inclusão com políticas estruturadas, grupos de afinidade e programas como os bancos de talentos **#ELASNATOTVS** e **#INCLUSAONATOTVS**, que ampliam o acesso de mulheres e pessoas com deficiência ao mercado de tecnologia.

O **Instituto da Oportunidade Social (IOS)** é um dos principais pilares da nossa atuação responsável, conectando impacto social e desenvolvimento do setor de tecnologia. Com mais de 45 mil pessoas formadas, o IOS capacita jovens em situação de vulnerabilidade para ingressarem no mercado de trabalho, suprindo a crescente demanda por profissionais qualificados em tecnologia e promovendo a inclusão socioeconômica de forma efetiva.

Para sustentar nossa trajetória de crescimento e inovar com responsabilidade, investimos na evolução contínua da nossa governança corporativa, **reconhecendo**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

que ela atua como um forte estímulo à inovação para TOTVS. Implementamos a asseguração independente dos nossos indicadores de sustentabilidade, elevando a confiabilidade das nossas informações e garantindo transparência na gestão. Nossa cultura de ética e conformidade foi reconhecida com a conquista, pelo segundo ano consecutivo, do **Selo Pró-Ética**, reforçando nosso compromisso com a integridade nos negócios.

Mantemos compromissos sólidos com iniciativas como o **Pacto Global da ONU e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos** desde 2014, reforçando nosso papel na construção de um ecossistema empresarial mais responsável. Nossa jornada de sustentabilidade está conectada ao nosso core business, garantindo que cada solução que desenvolvemos, cada iniciativa que promovemos e cada decisão que tomamos contribua para um futuro mais inovador, inclusivo e sustentável.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia entrega produtividade por meio da digitalização dos negócios, com ofertas de softwares de gestão, serviços financeiros, soluções de *business performance*, plataformas tecnológicas, além de serviços de consultoria para empresas de todos os portes, com venda direta aos clientes ou por meio de uma rede exclusiva de franquias.

Desta forma, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou seus resultados financeiros e operacionais segregados em 3 segmentos operacionais (denominadas unidades de negócio, *business unit* ou "BU"). Abaixo, temos um breve descritivo de cada um deles:

- **Gestão**: Segmento operacional base que viabiliza as demais unidades de negócio, pelo fato de ser a BU onde os dados e as integrações são gerados, por meio de um portfólio de soluções focado na eficiência das operações de *back* e *middle office* dos clientes, por meio de soluções de ERP/RH, de soluções verticais especializadas em 12 segmentos da economia e de soluções direcionadas para atender aos micro e pequenos negócios.

- **RD Station**: é a unidade de negócio que visa alavancar os resultados, performance e relacionamento das diferentes áreas de negócios de nossos clientes. Consolida a plataforma de marketing digital e as soluções de apoio a vendas, compostas pela suíte de *e-commerce* e *conversational commerce*. A aquisição da RD Station consolidou o surgimento da unidade de negócio e foi um passo definitivo na construção de um ecossistema de tecnologias *business to business* (B2B), que vai além do ERP. Essa estratégia tem como objetivo ampliar o *addressable market*, o *take rate* e, por fim, aumentar a fidelização de clientes, por meio do avanço nas cadeias de valor, liderando uma jornada de digitalização que visa exponencializar as operações da Companhia.

- **Techfin**: é a unidade de negócio que busca simplificar, ampliar e democratizar o acesso dos clientes SMB da TOTVS a serviços financeiros B2B, por meio de soluções de crédito, contemplando as operações da Supplier (Antecipa, Capital de Giro, Consignado, Mais Negócios, Mais Prazo, Painel Financeiro e EduConnect Pay) e da Techfin, consolidadas sob a TOTVS Techfin.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

O compromisso de criação de uma Joint Venture (JV) com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda, de acordo com o CPC-31/IFRS-5 e, dessa forma, as informações financeiras trimestrais revisadas (“GAAP”) apresentam o resultado da operação de Techfin consolidado na linha “Lucro (Prejuízo) Líquido da Unidade de Negócio Techfin”. Visando a preservação da análise de receitas e margens EBITDA dos 3 segmentos operacionais (unidades de negócio), mantivemos o padrão de apresentação anterior, o qual denominamos como padrão “Non-GAAP”, isto é, sem a reclassificação das linhas de receitas, de custos e de despesas da Techfin para a linha “Lucro (Prejuízo) Líquido da Unidade de Negócio Techfin”. Adicionalmente, foi mantida a utilização do conceito de Receita Líquida de Funding Unidade de Negócio Techfin à 50%, inclusive na consolidação da Receita Líquida (Non-GAAP) da Companhia.

Nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2023 e 2024, os segmentos operacionais (unidades de negócio) obtiveram a seguinte representatividade da receita líquida consolidada:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em Reais mil	2024	2023	Δ (%)
Gestão	4.665.214	4.018.560	16,1%
RD Station	558.793	421.883	32,5%
Techfin Líquida de Funding a 50%	153.753	136.427	12,7%
Receita Líquida Consolidada(1)	5.377.760	4.576.871	17,5%

(1) Adicionou-se à Receita Operacional Consolidada a receita proporcional da unidade de negócios Techfin, visando refletir de forma mais precisa o crescimento das receitas das controladas e coligadas da TOTVS.

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Para avaliar o desempenho de cada unidade de negócio, a Companhia utiliza a métrica não contábil de margem EBITDA Ajustada, que consiste no Lucro Bruto descontado das despesas operacionais, ou seja, as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento, Provisão para Perdas Esperadas, das Despesas Comerciais e de Marketing Ajustadas (líquidas dos ajustes extraordinários) e das Despesas Gerais Administrativas e Outras Ajustadas (líquidas dos ajustes extraordinários).

O compromisso de criação de uma Joint Venture (JV) com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda, de acordo com o CPC-31/IFRS-5 e, dessa forma, as

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

informações financeiras trimestrais revisadas (“GAAP”) apresentam o resultado da operação de Techfin consolidado na linha “Lucro (Prejuízo) Líquido da unidade de negócio Techfin”. Visando a preservação da análise de receitas e margens EBITDA das três unidades de negócio, mantivemos o padrão de apresentação anterior, o qual denominamos como padrão “Non-GAAP”, isto é, sem a reclassificação das linhas de receitas, de custos e de despesas da Techfin para a linha “Lucro (Prejuízo) Líquido da Unidade de Negócio Techfin”. Adicionalmente, foi mantida a utilização do conceito de Receita Líquida de Funding na BU Techfin à 50%, inclusive na consolidação da Receita Líquida (Non-GAAP) da Companhia, base para o cálculo das margens EBITDA.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tais unidades de negócio obtiveram a seguinte representatividade da margem EBITDA:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)
Gestão	
Receita Líquida Total	4.665.214
Custos Operacionais Ajustados(1)	-1.326.781
Lucro Bruto Ajustado	3.343.469
Despesas Operacionais Ajustadas(1)	-2.123.345
EBITDA Ajustado(1)	1.220.123
% EBITDA Ajustado	26,2%
RD Station	
Receita Líquida Total	558.793
Custos Operacionais	-139.602
Lucro Bruto	419.191
Despesas Operacionais Ajustadas(1)	-364.935
EBITDA Ajustado(1)	54.488
% EBITDA Ajustado(1)	9,8%
Techfin	
Receita Líquida a 50%(2)	153.753
Custos Operacionais	-22.335
Lucro Bruto	131.398
Despesas Operacionais Ajustadas(1)	-274.850
EBITDA	13.552

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

% EBITDA	8,8%
Consolidado	
Receita Líquida Consolidada (Non-GAAP)	5.377.760
Lucro Bruto	3.629.858
Despesas Operacionais Ajustadas(1)	-2.763.130
EBITDA Ajustado(1)	1.290.940
% EBITDA Ajustado(1)	24,0%

(1) Ajustado excluindo-se os impactos extraordinários.

(2) Incorpora o conceito de Receita de Techfin a 50%, Líquida do Custo de Funding na consolidação das receitas da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em Reais mil	2024	2023	Δ(%)
Gestão(1)	1.220.123	1.059.773	15,1%
RD Station(1)	54.488	16.462	231,0%
Techfin(1)	16.330	13.679	19,4%
EBITDA(1)	1.290.941	1.089.914	18,4%

(1) Ajustado excluindo-se os impactos extraordinários.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. Características do processo de produção

Produtos oferecidos pela Companhia

1. PORTFÓLIO DE GESTÃO

Nosso portfólio de software inclui a oferta em 5 camadas: (i) a solução de ERP para operações de backoffice, que contempla os processos gerais da operação de um negócio como contratos, atividades administrativas e financeiras, entre outros, e a solução de RH; (ii) as soluções de software especializadas na vertical de negócios do cliente, portanto totalmente direcionada aos desafios dos 12 segmentos de atuação da Companhia; (iii) as plataformas de inovação, que representam evoluções do sistema de gestão, com arquitetura mais aberta, integráveis as aplicações e desenhadas com premissas de produtividade, colaboração, gestão e relacionamento, e robusta inteligência e capacidade de análise de dados; (iv) soluções para micro e pequenos negócios com soluções sob medida para microempresas; e (v) portfólio de prestação de serviços que compõem nossos serviços de implementação de software, cloud, educação empresarial e consultoria.



Figura: Portfólio de Gestão

1.1. Soluções ERP

O sistema de gestão empresarial (ERP, ou Enterprise Resource Planning) é a base de todas as operações de um negócio, que permite acesso fácil e confiável aos dados de uma empresa em tempo real, a qualquer hora e em qualquer lugar,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

integrando e facilitando a comunicação entre diferentes departamentos, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos, e viabilizando maior controle e gerenciamento dos processos de uma organização. A partir dos dados levantados por um ERP e sua respectiva análise, é possível fazer diagnósticos aprofundados, o que pode contribuir para o gestor tomar decisões mais adequadas para maior eficiência e produtividade, redução de custos, crescimento, rentabilidade e aumento da competitividade da empresa.

Os ERPs TOTVS estão em constante evolução tecnológica para oferecer cada vez mais funcionalidades e benefícios para os negócios, acompanhando a dinâmica e mudanças aceleradas do mercado, garantindo a observância das regras de negócios, fiscais e a segurança das informações.

Os ERPs TOTVS compreendem os processos essenciais e complementares para a gestão, integrando soluções orientadas de acordo com a especialidade atendida, em uma plataforma de produtividade e colaboração. Este núcleo compreende desde o back office administrativo e financeiro, com atendimento integral da legislação, até os módulos fundamentais para colocar em operação qualquer tipo de indústria, serviços, armazenamento, distribuição e logística.

A legislação tributária brasileira é uma das maiores e mais complexas do mundo, o que sujeita as empresas à necessidade de acompanhar esse cenário que sofre atualizações constantes. A dificuldade para manter a gestão estratégica dos riscos fiscais é potencializada diariamente com mudanças legislativas e um calendário repleto de obrigações e prazos distintos para cumpri-las em todo o território nacional, além da necessidade de investimento em profissionais, software, armazenagem de dados, consultoria, terceirização, advogados e despesas judiciais.

O calendário de vencimento das obrigações sofre constantes alterações, muitas vezes impulsionadas, inclusive, por eventos naturais adversos ou outras questões definidas como calamidade pública. Nesse sentido, possuímos um site denominado Espaço Legislação que apoia nossos clientes com informações e possui, entre outros, um serviço de calendário onde mantemos as informações atualizadas com todas as datas e vencimentos para auxiliar nossos clientes em suas operações.

Os meios do Fisco para garantir a observância das normas fiscais ganham robustez a cada ano. Todo o histórico e processo operacional praticado pelo contribuinte está sob os olhares atentos das autoridades fiscais. De posse de documentos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

eletrônicos , escriturações mensais e escriturações anuais o Fisco utiliza sua expertise tributária para os mais diversos fins com o objetivo de controlar, monitorar e fiscalizar as informações tributarias, contábeis, trabalhistas e previdenciárias.

As obrigações fiscais fazem parte do dia a dia de todas as empresas, independentemente do porte e do segmento de atuação. Compreender o cenário tributário brasileiro é uma tarefa extremamente complexa, que exige tempo, conhecimento e atualização constante.

A Reforma Tributária no Brasil é um tema de grande importância e urgência, amplamente debatido por empresas, economistas e especialistas fiscais. Surge em um cenário em que nosso país tem um dos sistemas tributários mais complexos do mundo. Passaremos por um longo período de transição para implantarmos o IVA Dual que será complementado pelo Imposto Seletivo e juntos visam substituir o PIS/COFINS pelo CBS- Contribuição Sobre Bens e Serviços, assim como ICMS/ISS pelo IBS- Imposto sobre Bens e Serviços.

TOTVS RH: A Companhia tem soluções completas para atender os processos que compõem a suíte de Recursos Humanos, proporcionando às empresas uma gestão e desenvolvimento do capital humano de forma simples e ágil em todos os processos, como: suporte às exigências legais e processamento de folhas de pagamento, gestão de benefícios, controle da jornada de trabalho dos colaboradores, planejamento da força de trabalho, atração e retenção de talentos, gestão de treinamentos, gestão por competências e acompanhamento de resultados por meio de indicadores e planos de ação e o estabelecimento de metas estratégicas.

1.1 Soluções Verticalizadas

A Tecnologia da Informação (TI) é um setor de altíssimo valor agregado e tem potencial para contribuir decisivamente para a sustentação de novos ciclos de desenvolvimento no País, impactando positivamente – e de modo abrangente – todas as cadeias produtivas. Neste sentido, a Companhia definiu focar a sua atuação em 12 segmentos econômicos, estratégia que lhe permitiu incorporar as melhores competências ao seu portfólio, tornar os seus produtos mais especializados e também integrar cada vez mais a cadeia produtiva de seus clientes de ponta a ponta, como, por exemplo, o Supply Chain que agrupa os segmentos Agroindústria, Manufatura e Logística.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia estrutura suas equipes com profissionais especializados para cada um dos 12 segmentos de negócio dos seus clientes, maximizando assim os benefícios da especialização. Desta forma, passamos a oferecer soluções ainda mais específicas, não apenas para os nossos clientes, mas para os clientes dos nossos clientes. Isso quer dizer que, por exemplo, quando desenvolvemos uma ferramenta para uma universidade, procuramos entender as necessidades não somente dos profissionais dessa instituição de ensino, mas também dos seus clientes, ou seja, dos estudantes.

Integrada aos sistemas de back-office, a estruturação dos softwares verticalizados em cada setor responde aos desafios do core business do cliente e objetiva a consolidação das soluções e processos de negócios por setor de atuação da economia, otimizando o desenvolvimento, a atualização e a inovação das soluções. Isso permite que as soluções ofertadas pela Companhia atendam desde as necessidades básicas das empresas, relacionadas às operações rotineiras de back-office, tais como processos de contas a pagar, contas a receber, fiscais e relações humanas, até as necessidades relacionadas ao core business das empresas, tais como controle de alunos em uma universidade, controle de estoques em uma manufatura ou gestão de obras em uma construtora.

Neste sentido, o portfólio da Companhia está organizado em soluções de negócios especializadas para os seguintes 12 segmentos da economia:

- Agroindústria: a Companhia tem soluções especializadas para o segmento agroindústria que abrangem a cadeia de valor dos seguintes subsegmentos: Beneficiamento e Comercialização de Commodities Agrícolas, Produção de Cultivos e Bioenergia. Nosso objetivo é viabilizar maior rastreabilidade da produção, melhor gestão econômica-financeira e total planejamento e controle dentro de processos característicos do agronegócio, que vão desde o planejamento agrícola até a colheita e industrialização, considerando melhores práticas de manejo em agricultura de precisão e identificação granular onde estão os gargalos de custo e rendimentos operacionais que podem contribuir com melhor performance.

- Manufatura: no cenário atual de transformação digital, nossa proposta de valor é viabilizar uma manufatura leve através da simplificação e digitalização de processos. Investimos em soluções de mobilidade e automação para garantir maior velocidade e acuracidade nos registros do chão de fábrica, aumentar a eficiência, melhorar a produtividade e reduzir custos. Possuímos uma moderna solução de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

planejamento avançado da produção, para apoiar a sincronização e sequenciamento da cadeia de suprimentos. Disponibilizamos uma poderosa Plataforma IoT, especialmente desenvolvida para criação de soluções conectadas e ecossistemas colaborativos. Altamente escalável, a plataforma conta com avançados recursos para coleta, agregação e visualização de dados, possibilitando o melhor entendimento da grande quantidade de dados provenientes dos dispositivos de chão de fábrica como sensores, motores, atuadores, drives, controladores, etc. Aliamos uma aplicação de Inteligência Artificial que provê soluções de otimização industrial focada em trazer os conceitos mais avançados de industrial analytics, um dos pilares da indústria 4.0. Nossas soluções atendem, dentre outras, especialmente a oito grandes especialidades: Metal-Mecânico e Plásticos, Bens Duráveis, Bens de Consumo, Química e Reciclagem, Extrativismo e Beneficiamento, Papel e Celulose, Têxtil e Vestuário e Bens de Capital, viabilizando uma manufatura cada vez mais sustentável com inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos aliados à preservação ambiental.

- Logística: a Companhia oferece soluções especializadas para a Logística, que atende aos desafios dos mais variados segmentos, entre eles, transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados, manufatura, distribuidores, varejo, etc. Nestes segmentos, objetivamos garantir uma Logística altamente produtiva e eficiente com a adoção das nossas soluções. Permitindo a total gestão da Cadeia de Armazenagem, desde o Planejamento e Recebimentos das Docas, Gestão de Pátios e Portaria, Inspeção na Entrada e Saída dos veículos (check-list), Pesagem através de balanças rodoviárias e Gestão de Armazenagem. Atendemos também a Cadeia de Transporte com soluções que permitem fazer todo o controle operacional e a gestão sobre transporte, controlando o Frete a Receber e a Pagar, Integração com Meios de Pagamento, Otimização Logística com uso de AI, Gestão de Frotas, Coleta/Entrega e o Market Place Logístico. Por fim, atendemos o pilar de visibilidade onde entregamos soluções de Insights Logísticos e Portal Logístico. O uso das soluções eleva o nível de serviço das empresas, permitindo eficiência operacional, redução de custos, estoques balanceados, redução do tempo de ciclo do processamento das demandas (pedidos, nf, cte, etc), fluxo de informações precisas e confiáveis para gestão da Logística de Inbound e Outbound.

- Varejo: no varejo, são atendidos os seguintes subsegmentos: Gestão de Concessionárias de Veículos, Redes de Franquias, Supermercados, Moda, Food Service e Alimentação, Supermercados, Magazines e Lojas de Departamentos e Materiais de Construção. Nossas soluções se propõem a oferecer a gestão completa para um varejista, desde a automação dos processos administrativos até a finalização da venda no PDV – Ponto de Venda (checkout, selfcheckout e pdv móvel), inclusive nas atividades de gestão de loja, gestão de crédito, mobilidade, e-

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

commerce, gestão de estoques, precificação, RFID, gestão de grade e sortimento, com segurança nas informações e soluções integradas.

- Distribuição: soluções que atendem diversos tipos de operação, desde a distribuição de insumos primários até o atacadista distribuidor dos mais diversos tipos de produtos, como mercearia, frios, cosméticos, higiene e limpeza, material de construção, farmacêutico, química e autopeças. Nossas soluções são pensadas de acordo com as etapas da cadeia produtiva, e visam a automatizar desde a compra de mercadorias, o recebimento e a armazenagem dos produtos, passando pela venda, separação, expedição, faturamento, acerto de carga, tesouraria, financeiro até as operações fiscais e contábeis da empresa.

- Prestadores de Serviços: a Companhia oferece soluções específicas para os seguintes subsegmentos: Terceirização de mão de obra, Locação de Equipamentos (rental), Field Service Management (assistência técnica), Transporte de passageiros na linha de fretamento rodoviário, contínuo, eventual e urbano. Visamos contribuir para que nossos clientes possam garantir o controle das operações com otimização da alocação de recursos e consequente aumento de sua produtividade, gerar valor de maneira sustentável aos seus clientes com oferta de serviços de qualidade para a perenidade de seus relacionamentos, e oferta de mão de obra qualificada para a prestação dos seus serviços.

- Construção: a Companhia oferece soluções específicas para os subsegmentos de Construtoras e Gestão Imobiliária. Com nossa expertise em toda a cadeia da construção, gestão de imóveis para incorporação, aluguel e gestão de condomínios comerciais e shopping centers, nossas soluções são adaptadas para atender às necessidades específicas de cada setor. Nossa proposta de valor para construtoras é fornecer soluções integradas para a gestão eficiente do canteiro de obras, planejamento estratégico, orçamentação precisa, acompanhamento rigoroso de contratos e fornecimento de materiais. Com nossas soluções, as construtoras podem obter maior eficiência operacional, economia de tempo e maximizar seus lucros. Por sua vez, nossa proposta de valor para os subsegmentos de incorporação, aluguel e gestão de condomínios comerciais e shopping centers é oferecer soluções que garantem uma gestão eficiente e transparente de imóveis, com foco em rentabilidade e satisfação dos clientes. Com nossas soluções, os clientes podem obter uma visão completa do desempenho dos imóveis e maximizar seus retornos financeiros.
- Educacional: a Companhia oferece soluções especializadas para os subsegmentos de Educação Básica, Educação Superior e Educação Continuada. Nosso objetivo é

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

permitir que a instituição de ensino possa digitalizar e otimizar todos os seus processos de gestão educacional como captação de novos alunos, matrículas, gestão de avaliações e frequência, gestão do acervo acadêmico, gestão de recebíveis, relacionamento com a comunidade acadêmica, certificação e diplomação. Além disso, queremos ajudar as instituições a obter maior retenção e satisfação de alunos e familiares em relação a prestação de serviços educacionais.

- Hotelaria: a Companhia oferece soluções específicas para o setor de Hospitalidade, incluindo hotéis, pousadas e resorts, com o objetivo de facilitar a gestão hoteleira. Com nossas soluções integradas é possível acessar facilmente operações como check-in, check-out, governança e gestão de reservas, bem como obter ampla visão dos principais indicadores de gestão, como taxa de ocupação, diária média, REVPAR e receita em tempo real. Além disso, nossa solução conta com integração com os principais players de distribuição, garantindo a distribuição de reservas em diferentes canais de venda, tudo isto suportado por uma solução de back-office completo para processos financeiros, fiscais e contábeis, permitindo visibilidade dos indicadores de gestão hoteleira. Nossas soluções proporcionam uma gestão mais eficiente, melhor experiência para os hóspedes e maior lucratividade para o estabelecimento.

- Jurídico: a Companhia compreende a realidade da cadeia de serviços jurídicos e contribui para que, escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas tenham mais flexibilidade e rapidez, e se mantenham constantemente atualizados, por meio de soluções escaláveis e especializadas que controlam operações, reduzem custos, melhoram o relacionamento com o cliente e contribuem para a conquista de novas demandas. A proposta para este segmento é permitir aos responsáveis pelos departamentos jurídicos gestão completa da atividade processual e administrativa; gestão acessível e com mobilidade para relacionamento de qualidade com escritórios parceiros; e para escritórios jurídicos a gestão definitiva para a sustentação da operação com back-office especializado, e facilidade na operação e escalabilidade.

- Saúde: a Companhia desenvolve soluções específicas para o segmento de saúde, atendendo clínicas, centros clínicos, hospitais, cooperativas médicas, operadoras de planos de saúde e autogestões. Buscamos oferecer a gestão da instituição de saúde com a melhoria da performance clínica (prontuário eletrônico completo, gestão de medicamentos, etc.), garantia do compliance e geração de resultados financeiros sustentáveis, suportando seu negócio com dados e informações confiáveis e interoperáveis para tomadas de decisões corretas, desde a processos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de autorização de procedimento e cobranças, o repasse adequado de recurso aos prestadores, passando pelo controle de glosas, até o atendimento às regulamentações do setor, garantindo agilidade e qualidade no atendimento ao paciente.

- Financial Services: a Companhia oferece soluções especializadas para todos os tipos de instituição financeira como bancos e financeiras, cooperativas de crédito, fundos de investimento, previdência complementar, corretoras e seguradoras, englobando as suas áreas de investimentos, crédito, cartões e core banking, desde o ambiente de negócios até a contabilidade e área operacional, passando pelos controles gerenciais e de compliance e de mercado. O nosso propósito é permitir ao cliente a confiabilidade das operações financeiras, precisão nos cálculos financeiros, eficiência nos processos de concessão de crédito com a redução de risco e envio de informações necessárias aos órgãos legais.

1.2 Soluções de Plataformas de Inovação

Para a Companhia, o ERP é o seu principal negócio e, assim como o mundo, ele está em transformação constante: evoluindo de sistemas para plataformas abertas, conectadas e personalizáveis. Hoje, a Companhia oferece plataformas de inovação aos clientes, que se integram ao portfólio de gestão, potencializando as soluções de backoffice e os softwares especializados em segmentos do cliente, agregando assim maior valor às suas operações. São elas:

- Plataforma de Dados e Inteligência Artificial TOTVS Carol: a TOTVS Carol é a plataforma de dados e inteligência artificial da Companhia que facilita o tratamento de dados para implementação de algoritmos de inteligência artificial. É a inteligência cognitiva das soluções da Companhia. Permite aprimorar a propriedade dos dados nas organizações e ampliar a capacidade de análise e a velocidade de tomada de decisões diante de um ambiente de negócios com um volume crescente de informações, também facilita a implementação de produtos de AI, com um assistente virtual, respondendo perguntas e oferecendo insights de negócios. Utiliza técnicas de Deep Learning e Machine Learning para promover a transformação da gestão das empresas e de seus resultados, de forma simples, assertiva e com robusta qualificação dos dados e informações do negócio, para que elas possam aproveitar as oportunidades geradas pela economia digital baseada em dados, compartilhamento e colaboração. Possui também como forte característica a capacidade infinita de aprendizado, pois sua API ("Application Programming Interface" ou ‘‘Interface de Programação de Aplicativos’’) é aberta, o que permite que qualquer pessoa ou empresa ensine novas habilidades a ela e crie outros modelos de aplicações com base na plataforma Carol.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- TOTVS Fluig: é a solução que potencializa a produtividade da empresa. Elimina a complexidade, integra processos, oferece agilidade, aumenta a produtividade e reduz custos. Tudo em uma única plataforma. Lançada em 2013, mais de 5.000 empresas já escolheram o TOTVS Fluig para a criação e a viabilização dos projetos de inovação das empresas, seja qual for o sistema que ela adota, desde o legado ao ERP, as aplicações da solução são inúmeras. No RH, aumentando a colaboração, disseminação de informações e mais velocidade nos processos de BackOffice. No Financeiro, apoiando na orquestração de centro de serviços compartilhados, aumentando a eficiência operacional e uma gestão mais digital, o que permite um melhor gerenciamento e acompanhamento da saúde financeira da empresa. Em compras, reduz gargalos e erros manuais, adicionando mais agilidade e fluidez na comunicação com o fornecedor. Para viabilizar esses projetos as empresas podem criar elas mesmas os processos, por meio de desenhadores e recursos LOW-CODE, a plataforma possui a STORE, uma loja virtual com soluções prontas para a empresa utilizar rapidamente. Como uma solução CROSS o TOTVS Fluig possui cases nos mais diversos segmentos: Serviços, Manufatura, Varejo, Logística, Agronegócio, Construção e Projetos, Saúde e Educação.

- TOTVS Collab: solução para resolver os principais desafios de colaboração, produtividade e comunicação entre as áreas da empresa. Com ele, o cliente digitaliza a gestão de equipes e projetos e dá aos profissionais de negócios mais autonomia para administrar suas rotinas e otimizar o gerenciamento, sem depender do suporte de TI. O TOTVS Collab é simples, com uma interface intuitiva para facilitar a rotina. O sistema tem boa capacidade de escala, configuração flexível e roda em nuvem, por isso não depende de uma grande infraestrutura de tecnologia. Além disso, a contratação é feita por assinatura, de acordo com o número de usuários. Com isso, há uma melhor relação entre custo e benefício. O TOTVS Collab também proporciona mais mobilidade à gestão das empresas. O acesso é via web, para facilitar o gerenciamento das equipes e projetos em qualquer lugar e a qualquer hora, pelo tablet ou pelo celular.
- TOTVS Analytics: Solução de business analytics que apresenta dados de forma estruturada, consolidando as informações da empresa em dashboards dinâmicos e intuitivos que permitem uma gestão de indicadores e resultados muito ágil proporcionando uma tomada de decisão segura. A ferramenta está disponível 100% na nuvem, o que dispensa gastos com infraestrutura. Oferece indicadores e relatórios em um único local, de maneira prática e ágil, sem necessidade de acessar várias fontes diferentes, já sendo integrada ao ERP TOTVS, com mais de 300 relatórios e indicadores prontos e disponíveis.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- TOTVS Identity: Solução completa de Identity Management (IDM) que oferece uma gama de recursos para proteger seus dados confidenciais, simplificar o acesso a recursos e garantir a conformidade com as regulamentações. Através de permissões detalhadas para cada usuário ou grupo, é possível controlar quem pode acessar quais sistemas, dados e funcionalidades. Utilize métodos de autenticação multifator, para garantir que apenas os usuários autorizados acessem seus sistemas. Centralize o gerenciamento de identidades e acessos em um único sistema, reduzindo a complexidade e eliminando a necessidade de gerenciar senhas e acessos individualmente em cada aplicativo.

- TOTVS iPaaS: O TOTVS iPaaS é uma plataforma low code, com o objetivo de facilitar a construção e manutenção de integrações, para perfis de usuários com baixo aprofundamento técnico a usuários com grande experiência em desenvolvimento.O produto proporciona integrações simples ou complexas de forma segura, otimizando o aproveitamento de suas ferramentas tecnológicas. Na prática, o sistema se posiciona como ponte de orquestração entre dois ou mais sistemas e você nem se lembra que a integração existe. Desse modo, suas integrações não precisam mais ser sinônimo de problema e dor de cabeça. O resultado é um processo de integração com o melhor custo benefício. Com o TOTVS iPaaS, você controla as entregas de mensagens entre um sistema e outro, e cria códigos De:Para compatíveis para permitir a comunicação entre as soluções integradas. E ainda conta com dashboards dinâmicos e total rastreabilidade que permitem acompanhar a comunicação entre os sistemas interligados pelo TOTVS iPaaS em tempo real, permitindo identificar qualquer problema facilmente. O TOTVS iPaaS é contratado por assinatura, roda em plataforma cloud, e atende todos os segmentos como: Serviços, Manufatura, Varejo, Logística, Agronegócio, Construção e Projetos, Saúde e Educação.

Além disso, a ferramenta possui alta capacidade de escala, e pode acompanhar facilmente o crescimento das operações da sua empresa.

- Plataforma TOTVS CRM possui duas soluções distintas para gestão de relacionamento comercial.

O TOTVS CRM Gestão de Clientes é um sistema completo de gestão de vendas B2B. Trata-se de uma solução robusta 100% SAAS, com uma interface simples e intuitiva, fácil de operar. Conta com uma visão 360 graus para gerir o

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

relacionamento dos times comerciais com seus leads e clientes, com possibilidade de integração à ERPs e ferramentas digitais via APIs ou Marketplace dentro da própria plataforma. A Plataforma facilita a tomada de decisões estratégicas e facilita a visão dos diferentes clientes em cada estágio do funil de vendas. O TOTVS CRM Gestão de Clientes também ajuda a derrubar barreiras de informação, integrando em uma só plataforma dados analíticos da área comercial e marketing, potencializando a sinergia entre as diferentes equipes. Além disso, a solução conta com uma série de ferramentas para automação de processos como controle de agenda do time de vendas e prospecção, workflows e gestão de pipeline, além de possibilitar automação de propostas com preenchimento automático através de um dicionário de TAGs, entre outras, que facilitam a gestão de vendas, sem perder tempo com tarefas mecânicas e burocráticas.

O TOTVS CRM Automação da Força de Vendas – SFA é um sistema robusto e flexível de automação de força de vendas, capaz de atender desde empresas de pequeno e médio porte até grandes empresas, permitindo a integração com uma ampla gama de ERPs. A contratação é por assinatura, e o sistema pode ser hospedado em servidores on premisses ou em plataforma cloud. Conta com uma interface intuitiva, fácil de operar, e que proporciona uma excelente experiência de uso. Possui regras flexíveis, que permitem configuração da plataforma de acordo com as regras de negócio e particularidades das operações. Permite o gerenciamento da carteira de clientes e equipes de vendas com uma visão 360 graus; controla agendas, rotas de visitas, atendimentos e visitas aos clientes, entre outros processos fundamentais para sua atividade comercial. A Plataforma inclui visão analítica de dados para acompanhamento dos indicadores de vendas, emissão de pedidos de vendas, faturamento entre outros. Além disso, a solução conta com um módulo voltado para o segmento do agronegócio, que auxilia no planejamento, acompanhamento e medição de resultados da lavoura, facilitando a análise e tomada de decisões.

- Inteligência de Dados: Soluções que tem como objetivo otimizar os resultados das empresas em marketing digital e Inteligência de dados, com soluções como CDP (Costumer Data Plataform) para gestão dos dados dos consumidores, DMP (Data Management Plataform) para ativação de audiência em mídias digitais e CMP (Consent Management Plataform) para obter consentimento na coleta de cookies nos sites das empresas. Além de soluções prontas que utilizam esses softwares para mercados específicos como o Tail Shoppers para o mercado de bens de Consumo e Varejo.

1.3 Portfólio de Prestação de Serviços

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Implementação e customização de Software: o time de implementação da Companhia realiza a implementação apenas das soluções que são comercializadas pela empresa por meio da metodologia de implementação TOTVS, que dá as diretrizes, métodos, padrões e etapas a serem seguidos desde o início dos serviços até os controles de qualidade pós-implementação. As unidades próprias e as franquias da Companhia seguem a metodologia de implementação em todos os locais, utilizando as mesmas técnicas de execução das tarefas e as mesmas ferramentas para realizar as tarefas relacionadas à implementação das soluções de software TOTVS.

- Cloud Computing: oferta da TOTVS que oferece um portfólio completo de serviços de nuvem, tais como: infraestrutura, serviços de monitoramento, backup, banco de dados e segurança, assim como a gestão de softwares da TOTVS. A oferta está disponível no modelo PaaS ou SaaS para os softwares TOTVS e IaaS para softwares de terceiros, e é disponibilizada através do T-Cloud, uma plataforma vocacionada para inovar integrar e estender aplicações TOTVS na nuvem, através da qual as empresas obtêm mais segurança, simplicidade e autonomia para gerenciar seus recursos e administrar o seu produto TOTVS na nuvem.

- Universidade TOTVS Business: soluções educacionais desenvolvidas em diferentes modalidades, com aulas gravadas (e-learning) ou ao vivo, que oferecem ambientes para prática de exercícios, conteúdos e infraestrutura para a capacitação profissional nos produtos TOTVS. São destinadas à empresas, instituições e/ou pessoas físicas que necessitam ou desejam alavancar conhecimento e/ou certificação nos conteúdos TOTVS, de forma centralizada ou dispersa geograficamente.

- Consultoria: a TOTVS Consulting é um time estratégico de consultoria em gestão empresarial e tecnologia da informação, que visa ajudar as organizações a resolver problemas, criar valor, maximizar o crescimento e melhorar o desempenho dos negócios. Atua em todo o território brasileiro e internacional, a partir de bases em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nos seguintes pilares de ofertas: Compliance, Sustentabilidade/ESG, Pessoas, Business, Supply Chain e Consultoria Tecnológica.

2. PORTFÓLIO DE TECHFIN

Nosso portfólio de Techfin contempla tecnologia e inovação para ampliar, simplificar e baratear o acesso das empresas aos serviços financeiros. Oferecemos serviços

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

financeiros inteligentes e personalizados, de acordo com o perfil de cada empresa e as necessidades da jornada financeira dos negócios dos clientes, ampliando as opções para comprar insumos e melhores condições para pagar despesas. Do outro lado do ciclo, as empresas podem vender de forma mais simples e integrada, e receber de forma mais rápida e eficiente.

Nossas ofertas estão estruturadas de forma a maximizar a vantagem da tecnologia, que transforma processos complexos e burocráticos em ações simples viabilizando fácil acesso a serviços financeiros. Elas se dividem em

3 categorias: (i) Crédito, ofertas de soluções simples, acessíveis e personalizadas, que facilitam o acesso a crédito para empresas e seus funcionários; (ii) Pagamentos, soluções integradas ao PDV e PIX (Pagamento Instantâneo); além de soluções para instituições de ensino para pagamentos online que simplificam e geram eficiência para facilitar as operações de pagamento, (iii) Gestão de Caixa, oferta de plataforma de gestão financeira que permite, de forma automática e integrada ao ERP, o acesso a indicadores financeiros e de fluxo de caixa.

Crédito

- TOTVS Antecipa: Solução de antecipação de recebíveis da Companhia que está integrada à solução TOTVS back-office. Trata-se de uma forma mais moderna e diferente de contratar, antecipar e acessar os recebíveis, com fácil visualização de notas fiscais da carteira que estão em aberto e seleção para antecipação dos mesmos, com possibilidade de aprovação e liberação do recurso ainda no mesmo dia, conciliação automática, sem burocracia e processos complexos. Com essa solução as empresas podem manter o fluxo de caixa positivo e garantir mais capital de giro.

- TOTVS Mais Negócios: De forma simples e rápida, nosso cliente cria novos planos de pagamento em seu ERP TOTVS. As vendas efetuadas nesses planos utilizam o limite aprovado, garantindo que nosso cliente receberá o valor dessas vendas de forma antecipada, e ainda assim oferecendo prazo a seus clientes. Tudo de forma integrada, sem risco de crédito e sem regresso de inadimplência.

- TOTVS Mais Prazo: Plataforma de prorrogação e parcelamento de boletos de fornecedores. Tudo de maneira 100% digital, em poucos cliques e sem burocracia. Uma solução criada para ajudar nossos clientes a garantir dinheiro em caixa e manter suas contas em dia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- TOTVS Capital de Giro: é uma modalidade de crédito com objetivo de fornecer aos nossos clientes um empréstimo com pouca burocracia e agilidade na liberação do recurso, sendo a solução para maximizar investimentos ou ajustar o fluxo de caixa. A flexibilidade nos prazos de pagamento, permite que as parcelas se adequem a cada cliente, além de contar com um atendimento humanizado, de ponta a ponta, com um especialista TOTVS TECHFIN. Uma solução pensada para as necessidades do seu negócio.

- TOTVS Consignado: Solução inovadora que simplifica a gestão de empréstimo consignado privado dos funcionários, pois automatiza todas as etapas do departamento de recursos humanos, desde a criação do contrato até a averbação dos descontos em folha. Além disso, simplifica a simulação, contratação e acompanhamento da solicitação, do extrato e do saldo do crédito pelos seus colaboradores.

Pagamentos

- TOTVS Pagamento Instantâneo: Trata-se de uma solução completa para o recebimento de pagamento via PIX, novo meio de pagamento do Banco Central. O produto permite que as empresas recebam PIX de maneira rápida, simples e econômica ao oferecer taxas menores que as dos meios de pagamento tradicionais. O recebimento acontece na conta que a empresa já possui, sem a necessidade de negociar com instituições financeiras. A empresa conta ainda com conciliação de vendas automática.

- eduCONNECT Pay: Uma nova forma de receber pagamentos para as instituições de ensino. Uma solução que permite receber pagamentos de mensalidades e outros serviços via cartão de crédito, permitindo negociações digitais e possibilidade de ativação de pagamento recorrente. Tudo 100% integrado ao ERP com conciliação automática, antifraude e recorrência. Mais comodidade para pais e alunos e menos inadimplência para as escolas e universidades.
- TOTVS Pagamento Digital: Solução criada para permitir que as empresas ofereçam novos meios de pagamentos digitais aos seus clientes, como PIX e carteiras digitais, sem necessidade de aderir a diversos sistemas e maquininhas. Com ele, é possível realizar uma gestão unificada das carteiras, reduzir custos com taxas de administração e receber o dinheiro na hora, na conta da empresa, sem precisar esperar a compensação ou liquidação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

● TOTVS PIX Cobrança: Produto criado para permitir que as empresas recebam seus pagamentos através do QrCode ou PIX Copia Cola, facilitando o processo de geração e identificação de pagamento de forma integrada ao ERP, simples, ágil e sem burocracia.

3. PORTFÓLIO DE RD STATION

Por meio da unidade de negócio RD Station, oferecemos um amplo portfólio de soluções focadas no aumento de vendas, competitividade e desempenho dos clientes, por meio de soluções de Marketing, Vendas e E-commerce.

● E-Commerce: Serviço de soluções integradas com foco em vendas, com as opções de (i) Plataforma de comércio completa (em parceria com a Shopify): Criar e personalizar uma loja virtual, vender em vários lugares, como na web, em dispositivos móveis, nas redes sociais e em lojas físicas e gerenciar produtos, estoques, pagamentos e fretes; e (ii) integrador de marketplaces: gestão de produtos e pedidos em um único lugar.

● Marketing digital e Vendas: RD Station Marketing é a ferramenta de automação que reúne todos os recursos necessários para uma operação de Marketing Digital. Com ele, é possível fazer campanhas, criar anúncios, nutrir leads, qualificar oportunidades para o comercial, analisar indicadores precisamente e alcançar mais resultados com Marketing Digital. O RD Station CRM é a ferramenta para organizar e automatizar os processos comerciais da sua equipe. Com ele, você organiza e automatiza processos de vendas consultivas. Foca nas oportunidades certas e aumenta a produtividade da equipe comercial.

● Marketing Conversacional: RD Station Conversas é a ferramenta que integra diferentes canais em um só lugar e combina atendimento humano e chatbot, para que times comerciais aumentem seus indicadores com um atendimento digital mais eficiente. Com a ferramenta, a empresa agiliza seu atendimento, melhora sua conversão de Leads por WhatsApp e outros canais, organiza seu processo comercial e acompanha facilmente seus indicadores de performance.

Pesquisa e Desenvolvimento

A Companhia busca atender a demanda do mercado por software e serviços, o que se reflete no contínuo esforço do seu departamento de pesquisa e desenvolvimento em desenvolver soluções (softwares e serviços) de ponta.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os principais objetivos das áreas de Tecnologia e Desenvolvimento são:

➢ Aprimoramento do fundamento técnico de seus softwares, permitindo maior eficiência no desenvolvimento de soluções;

➢ Adoção de novas tecnologias e avaliação de seu impacto;

➢ Implementação de alternativas tecnológicas que mantenham a operação de seus produtos resguardada e protegida;

➢ Constante aprimoramento de conceitos, funcionalidade, acessibilidade e usabilidade dos produtos de software;

➢ Desenvolvimento de produtos especiais para clientes;

➢ Constante busca de novas metodologias de desenvolvimento, buscando agilidade e qualidade nos softwares;

➢ Integração de ferramentas de terceiros; e

➢ Constante avaliação de novos modelos organizacionais e sua aplicabilidade.

A Companhia investe também no desenvolvimento de novos produtos, visando a acessar novos mercados. Para identificar quais produtos devem ser desenvolvidos, a Companhia realiza constantes pesquisas mercadológicas, visando a identificar segmentos de negócios que necessitem soluções específicas e, por consequência, o desenvolvimento de soluções orientadas a tais segmentos. A pesquisa visa também a analisar, em conjunto com os canais de vendas, quais seriam os segmentos potenciais que viabilizaram a ampliação do volume de negócios.

A modularização também tem sido fundamental nas estratégias de crescimento da Companhia para estimular o desenvolvimento de aplicativos que executam suas principais soluções por desenvolvedores internos e externos (pequenos softwares, desenvolvedores de aplicativos e startups de tecnologia).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Atualmente, as estruturas da Companhia focadas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são:

CENTROS DE P&D – Especializados nos 12 segmentos estratégicos de atuação da Companhia, os centros contam com especialistas que compreendem as necessidades e os desafios específicos de cada segmento, traduzindo-as em soluções inovadoras e alinhadas ao core do negócio dos nossos clientes. Cada centro está estruturado com times especializados em produto e desenvolvimento, suporte, atendimento e relacionamento, serviços (implantação entre outros).

UX LABS – UX Lab é o Laboratório de Experiência do Usuário da Companhia, localizado em São Paulo (Brasil), reúne em seu espaço de aproximadamente 200 m² um time de pesquisadores e product designers dedicados à exploração de oportunidades de inovação, tendências de mercado e à melhoria da experiência de uso das nossas soluções (softwares e serviços) por meio de pesquisas, validações com clientes e colaboração. No Laboratório, os projetos são conduzidos pela abordagem do Design Thinking - Espiral Design, e envolvem empatia, colaboração e criatividade, visando a descoberta de novas soluções baseadas em necessidades dos nossos clientes e pessoas, constante aperfeiçoamento dos processos revisão das interfaces, da navegabilidade, acessibilidade e usabilidade dos nossos produtos, unificação da identidade e experiência única de nossas soluções, bem como a disseminação da cultura do Design para colaboradores e clientes.

TOTVS LABS EUA – Centro de Inovação localizado em Raleigh (Carolina do Norte, Estados Unidos da América), próximo do Research Triangle Park (RTP), o maior parque de pesquisa científica dos EUA e numa região com ambiente tecnológico pujante e grande oferta de talentos, que está focado na criação de soluções disruptivas em linha com as mais modernas tendências de tecnologias relacionadas a Big Data, Mobile, Social Media e Cloud. O TOTVS Labs atua também na identificação de novos modelos de negócios e startups, estabelecendo parcerias estratégicas e transferindo conhecimento às demais unidades de negócios da Companhia. As principais tecnologias trabalhadas no Labs envolvem Inteligência Artificial, Visão Computacional, Processamento de Linguagem Natural, Machine learning e UX Design.

Desenvolvimento Ágil

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conectada às principais tendências globais em desenvolvimento de software, a Companhia utiliza e evolui constantemente processos e ferramentas ágeis, utilizando o processo de desenvolvimento ágil de software em todos os segmentos da Companhia nas equipes de desenvolvimento de software (Inovação, Manutenção e Testes) dos produtos da Companhia.

As metodologias ágeis foram uma relevante ruptura no processo de desenvolvimento de software, pois transformou radicalmente a forma como pensamos e desenvolvemos nossos produtos, gerando importantes reflexões não somente sobre nossos processos, ferramentas e tecnologias, mas também sobre as pessoas envolvidas e seus respectivos papéis, que passaram a estar mais integrados e serem mais decisivos na qualidade do produto final, independentemente do nível hierárquico ou atividade que estes exerçam durante o processo criativo. É a partir deste princípio que integramos de ponta a ponta todos os profissionais das equipes de Inovação, Manutenção e Testes.

No modelo ágil, com a integração dos times, construímos um processo altamente colaborativo de profissionais com visão interdisciplinar que se dedicam a desenvolver a melhor solução, com uma maior liberdade de criação. Também, passamos a planejar mais o que será desenvolvido, o que permite que os objetivos do produto sejam melhor absorvidos com o desdobramento para as squads, gerando um processo mais consistente, mitigação da chance de erros e retrabalho nos produtos e entregas de maior qualidade e valor agregado ao cliente final.

A Companhia consolidou, ao longo dos anos, sua posição de liderança no mercado de software ERP nos segmentos de empresas de médio e pequeno porte. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento nas unidades de negócio de Gestão e RD Station, que somaram R$2 bilhões nos últimos 3 anos, até o período findo em 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo, foram essenciais para que a Companhia se destacasse da concorrência, ao trazer soluções inovadoras, em tecnologia proprietária, e prestar serviços agregados.

	Exercícios social encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$, exceto %)	2024	2023	2022
Receita Líquida de Software	5.224.007	4.440.443	3.792.932
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	-893.313	-797.292	-678.473

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

% Receita Líquida de Software	17,10%	17,95	17,89%

*Os valores correspondentes ao somatório das unidades de negócio Gestão e RD Station.

Componentes utilizados na composição das ofertas de software de gestão integrada

As soluções de software de gestão integrada descritas no item 1.3 são formadas a partir da integração de componentes oriundos das linhas de produtos de diferentes plataformas tecnológicas e que foram incorporadas ao seu portfólio.

Plataformas tecnológicas utilizadas

A TOTVS Platform é a plataforma tecnológica da Companhia que suporta o desenvolvimento das soluções de software TOTVS, bem como de soluções associadas com a gestão, negócios e colaboração.

Historicamente a Companhia vem desenvolvendo a TOTVS Platform para garantir sua independência tecnológica, oferecendo linguagens de desenvolvimento e ambientes de execução próprios, que suportam os desenvolvedores atuais do software e oferecem novas funcionalidades e facilidades para as soluções de software. Isso inclui desde opções de plataformas e sistemas operacionais, até a escolha de bancos de dados e modelos de processamento e distribuição de carga entre ambientes de execução. Essa estratégia permitiu a Companhia tornar-se uma das poucas empresas de software no mundo que detém esse tipo de tecnologia.

Atualmente, a Companhia atende os diversos requerimentos de infraestrutura para aplicações, tanto em modelo “on premises” como na nuvem gerenciada.

A TOTVS Platform é dividida em Plataforma para Gestão, onde encontram-se atualmente nossos principais softwares de gestão; e Plataforma TOTVS Apps, onde encontram-se nossos softwares Cloud Native. A Companhia utiliza diversas linguagens de programação, arquiteturas, padrões de desenvolvimento e ferramentas para o desenvolvimento de suas soluções.

A Companhia acredita ser a única empresa latino-americana que desenvolveu um middleware. Este middleware também é utilizado por empresas associadas. O middleware utilizado pela Companhia lhe garante independência de (i) interface; (ii) plataforma tecnológica; (iii) topologia (instalação física e de comunicação dos computadores adotados pela empresa); (iv) conexão (comunicação entre os

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

computadores) e (v) base de dados, preservando seus clientes de quaisquer conflitos com as plataformas operacionais por eles utilizadas. Além disso, o domínio do middleware permite à Companhia e seus clientes comporem o conjunto de hardware, sistema operacional, sistema de rede e sistema de banco de dados mais adequado às suas preferências, necessidades técnicas e capacidade de investimento.

O TOTVS Apps é um ecossistema projetado para manter os aplicativos cloud-native da TOTVS, por meio de entrega de serviços essenciais e de valor, com segurança e escalabilidade, através de uma plataforma de software.

A plataforma atua em quatro frentes principais:

1. Arquiteturas: Utilizar e promover conceitos de arquitetura cloud native e devops e definir características de aplicação para trazer velocidade ao negócio.

2. Convenções: Convencionar práticas e definir padrões de desenvolvimento, observabilidade, persistência, integração, segurança, computação, implantação, publicação e ambientes.

3. Operação: Definir responsabilidades, modelos de compartilhamento de custos, suporte, processos e relatórios e dashboards de informações operacionais.

4. Serviços: Organizar e convergir os serviços de software que proveem suporte e a infraestrutura para os produtos de negócio.

A plataforma TOTVS Apps utiliza uma ampla variedade de tecnologias, incluindo orquestradores de container, ferramentas de CI/CD, serviços de provedores de nuvem, diversas linguagens de programação e etc, sempre priorizando lock-in com protocolos e tecnologias ao invés de produtos específicos de fornecedores.

Para mais informações relacionadas aos riscos inerentes à atividade da Companhia e seus segmentos operacionais, vide item 4.1 “Fatores de Risco” deste Formulário de Referência.

b. Características do processo de distribuição

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia também utiliza estratégia diferentes em cada segmento operacional para a distribuição das soluções, além de uma estratégia conjunta de marketing e de alianças e parcerias, que serão abordadas a seguir:

1. Distribuição de Gestão

A forte distribuição da Companhia na unidade de negócio Gestão tem sido suportada pelo seu modelo nacional de franqueado, tornando possível a implementação de um sistema amplo e personalizado para a venda de soluções para pequenas e médias empresas.

1.1 Estratégia para Clientes de Grande Porte

A Companhia conta com estrutura própria para atendimento e relacionamento com o cliente de grande porte e em processos de expansão e digitalização ou mudanças de modelo de negócio. Nossa estrutura oferece um atendimento consultivo por meio de uma equipe de profissionais especializada em diferentes segmentos de negócio e capacitada para viabilizar a sua jornada digital.

O atendimento conta com profissionais especializados e é feito sob medida, que vai desde a prospecção, elaboração de propostas, desenho das ofertas e produtos, até a metodologia de implantação e estrutura de atendimento pós-implantação.

1.2 Estratégia para Clientes de Pequeno e Médio Porte

A Companhia licencia e subscreve seus softwares por meio da combinação de vendas via canais diretos (unidades próprias, controladas ou filiais) e indiretos (franquias, representações, revendas autorizadas e agentes de negócio), sendo a franquia o principal canal indireto. O relacionamento com canais de vendas indiretos aumenta a penetração de mercado da Companhia, seja no mercado nacional ou no internacional.

De forma consolidada, a Companhia dispõe dos seguintes canais para atendimento e relacionamento com os seus clientes:

- Unidades próprias: A Companhia conta com 6 filiais regionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Interior Paulista), 3 unidades focadas (Large Enterprise, Setor Público e Saúde) e no mercado internacional conta com unidades na Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América e México.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

● Franquias: a Companhia conta com 38 territórios franqueados no Brasil atendidos por 11 unidades consolidadoras que, somadas às unidades próprias, cobrem todo o território nacional e atendem a demandas específicas de cada empresa em diferentes regiões do país. A companhia conta também com diversos canais na América Latina.

As franquias são canais exclusivos de distribuição e estão baseadas no STF - Sistema TOTVS de Franquia. O STF define regiões geográficas de atuação para cada franquia, nas quais a exclusividade se dá por setor de atividade econômica (segmento). Nas regiões em que atuam, as franquias desenvolvem a prospecção de venda das soluções, a demonstração das soluções (pré-venda, venda e pós-venda) e a negociação das condições de venda (dentro de limites pré-definidos pela Companhia), além da prestação de serviços de treinamento, implantação e adaptação às necessidades do cliente (customizações), tendo em vista sua presença local e proximidade do cliente.

As franquias recebem um percentual de comissionamento pelas receitas de licenças, havendo um comissionamento diferenciado para as franquias que também recebem comissões sobre a receita de subscrição e manutenção gerada pelos clientes baseados nos territórios onde atuam, além de faturarem diretamente o próprio serviço realizado.

As unidades próprias da Companhia são referência para as atividades operacionais, comerciais e técnicas dos franqueados. A Companhia mantém um departamento de controle, acompanhamento e coordenação das franquias, que presta assessoria às franquias e acompanha suas atividades operacionais, desenvolvimento das estratégias comerciais, administrativas e de marketing. As atividades das franquias também são controladas por pesquisas de satisfação realizadas com os clientes atendidos por todos os agentes comerciais da Companhia.

1.3 Estratégia para Micro e Pequenos Negócios

Vendas diretas ou por intermédio de Revendedores: a Companhia conta com uma estratégia de multicanais dedicados principalmente às vendas para o mercado de microempresas na parte de software.

2. Distribuição de RD Station

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Na unidade de negócio de RD Station, as soluções de marketing digital, Conversational e CRM contam com um amplo ecossistema de empresas de marketing e vendas parceiras que visa entregar sucesso aos clientes através de nossas soluções, ganhando produtividade, geração de leads e relacionamento com os clientes. Outra estratégia relacionada a estas soluções é o up-sell por meio do Product Led Growth (PLG) no qual os clientes começam testando as soluções de forma gratuita ou versões simplificadas por preços atrativos e, conforme eles vão avançando nas funcionalidades e uso dos produtos eles podem fazer um upgrade de versões pela própria ferramenta, sem a necessidade de uma interação comercial.

Adicionalmente, o cross-selling com os clientes da unidade de negócio Gestão também é um importante foco da Companhia, por meio de equipes especializadas, totalmente integradas aos times atuais de vendas (franquias e filiais), nas ferramentas de digital commerce, CRM e marketing digital.

3. Distribuição de Techfin

Na unidade de negócio Techfin, a JV possui equipes comerciais especializadas que apoiam o cross-selling das soluções visando ampliar o attach rate de soluções junto aos clientes TOTVS. Para isso, as equipes são integradas aos times de vendas TOTVS (AR) de forma espelho nas franquias e filiais. Essa sinergia entre times comerciais TOTVS e Techfin visa a abertura de oportunidade via AR e a construção de relacionamento com a persona financeira por parte da Techfin.

Em paralelo, no caso da solução de crédito Supplier - o Mais Negócios, conta com os diretores comerciais da Supplier para uma venda mais especializada. Após integração, a estratégia de distribuição e contratação de crédito são realizadas através dos nossos clientes, os quais chamamos de parceiros. O parceiro disponibiliza para seus clientes limites de crédito para compra de forma white label via Supplier/Techfin, em uma experiência integrada ao ERP, visando aumentar seu volume de vendas sem correr risco de crédito.

4. Marketing

Em 2024, os esforços da área de Marketing se mantiveram voltados ao posicionamento em inovação, tecnologia e soluções completas para cada um dos doze segmentos atendidos pelo portfólio da TOTVS, além da geração de oportunidades de venda de software. Durante o ano, a área de Marketing também fortaleceu e consolidou a comunicação da estratégia de negócio da companhia, que tem como base no ecossistema de tecnologia composto por 3 unidades de negócio: Gestão, Techfin e RD Station.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Universo TOTVS

Em 2024, tivemos mais uma edição do Universo TOTVS, principal evento anual da companhia, que aconteceu nos dias 18 e 19 de junho no Expo Center Norte, em São Paulo, e reuniu mais de 16.000 pessoas nos dois dias.

Foram mais de 290 conteúdos incluindo masterclasses e painéis com palestrantes nacionais e internacionais, como Platon, fotógrafo e fundador da The People's Portfolio; Ian Beacraft, futurista, consultor e CEO da Signal and Cipher; Rick Chesther, autor de Best-Seller e Diretor-presidente do Instituto Movimento Pega a Visão; e Mônica Souza, Diretora-executiva da Mauricio de Sousa Produções.

O Universo TOTVS 2024 ainda contou com dezenas de tracks segmentadas conduzidas por especialistas e executivos da companhia que apresentaram tendências, novidades e lançamentos do portfólio; e classes, com workshpos e conteúdos sobre carreira. A programação do evento ainda contou com atividades voltadas para o público tech de desenvolvedores e profissionais de tecnologia: o espaço Code No Code, comandado por experts da TOTVS que ministraram aulas teóricas e práticas mostrando as tecnologias e aplicações por trás das soluções da companhia; a Arena Developers, onde a comunidade de desenvolvedores se reuniu para debates e bate-papos sobre o mundo dev, com apresentação de André Noel, criador do "The Developer's Life; e a novidade do Palco Dados e IA, um espaço integralmente dedicado ao tema com uma programação exclusiva com que abordou cultura data driven, governança de dados, IA Generativa, questões éticas, privacidade e segurança no desenvolvimento da Inteligência Artificial e mais.

- Prêmio TOTVS Brasil que FAZ 2024

Em 2024, tivemos a 3ª edição do Prêmio TOTVS Brasil que FAZ, que reconheceu clientes de todo o país e diferentes segmentos que desenvolveram projetos de tecnologia com soluções TOTVS que impactaram positivamente a produtividade e rentabilidade dos negócios, potencializando o crescimento dessas empresas.

As 15 empresas vencedoras foram anunciadas e premiadas no palco do Universo TOTVS 2024.

- Lançamento de estudos ao mercado

Em 2024, lançamos ao mercado mais dois estudos segmentados, realizados em parceria com a H2R insights e trends:

- O Índice de Produtivodade Tecnológica (IPT) do Agro avaliou o uso e o aproveitamento de sistemas de gestão integrados e tecnologias complementares

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

no agronegócio. Este estudo foi lançado no mês de março e, até o final de 2024, acumulou mais de 1.350 downloads e mais de 280 resultados na imprensa com menção à pesquisa.

- A 2ª edição do Índice de Produtivodade Tecnológica (IPT) da Manufatura, por sua vez, avaliou o uso, internalização e ganho de performance de empresas do setor da indústria a partir da adoção de sistemas de gestão e tecnologias complementares, comparando os resultados com a 1ª edição da pesquisa, lançada em 2019. Este estudo foi lançado em coletiva de imprensa no Universo TOTVS, em junho, e até o final de 2024 acumulou mais de 340 downloads e mais de 360 resultados na imprensa com menção à pesquisa.

- Nova campanha publicitária

Em 2024, a TOTVS lançou sua nova campanha institucional “O Brasil, que faz, faz com TOTVS”, com foco em awareness de marca e objetivo de explicar quem somos e o que fazemos.

A nova campanha trouxe uma evolução do conceito trabalhado nos últimos anos (A TOTVS acredita no Brasil que faz), evoluindo-o para “O Brasil, que faz, faz com TOTVS”, que reafirma não apenas o relacionamento e proximidade que a empresa tem com as mais de 70 mil empresas clientes, mas também mostra ao público que a TOTVS é uma potência tecnológica que move o Brasil.

Enquanto as peças colocam o cliente no centro da abordagem por meio de retratos reais que dão protagonismo às pessoas e sua potência; o filme publicitário reforça a poderosa ideia de que tem TOTVS em tudo. Referência no mercado de tecnologia B2B, com unidades espalhadas em todas as regiões do Brasil, a TOTVS possui um extenso portfólio de soluções que atende as empresas de diferentes portes e variados segmentos da economia. E para mostrar que a tecnologia da TOTVS está em todos os tipos de negócios e lugares, o filme viaja por diferentes cenas, em um verdadeiro passeio pela economia, do agronegócio até a moda, passando por educação, esporte, varejo, saúde, indústria e inclusive entretenimento, que é reforçado em cena pela jornalista Marília Gabriela, que já foi o rosto da TOTVS em campanhas publicitárias passadas.

O novo filme e as peças publicitárias “O Brasil, que faz, faz com TOTVS” foram lançados no dia 04 de junho de 2024, com veiculação nacional do filme publicitário em TV, spots de rádio, peças em canais digitais, jornais e revistas impressos, além de mídia out of home (outdoors, mobiliário urbano, etc).

5. Alianças e Parcerias

A Companhia investe fortemente em alianças e parcerias estratégicas com as principais e mais renomadas empresas mundiais do setor de tecnologia, e de outros setores inerentes aos negócios e mercados de atuação da TOTVS. A estratégia é

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ampliar a capacidade da Companhia de desenvolver novos mercados e ofertas por meio da inovação externa e conexão com outras empresas, com foco em entregar aos clientes tecnologia e soluções de negócios que melhorem os resultados das empresas, fortalecendo cada vez mais o papel de trusted advisor da TOTVS junto aos clientes.

A estratégia de formar alianças e parcerias estratégicas tem por objetivo: (i) desenvolver novas capabilities para a TOTVS levar cada vez mais inovação e competitividade ao mercado; (ii) ampliar o portfólio de ofertas, soluções e negócios; (iii) acelerar o time to market ao lançar ofertas inovadoras e diferenciadas de forma rápida; (iv) aproveitar a sinergia existente entre as soluções e marcas da Companhia e de seus parceiros; (v) desenvolver ações conjuntas de marketing, divulgação e geração de negócios; (vi) expandir o uso da tecnologia da Companhia para demais empresas, parceiras ou clientes; (vii) entrar em novos mercados; (viii) aumentar o alcance e fortalecer o relacionamento com novas personas; e (ix) acelerar a consolidação e a integração das três unidades de negócio da TOTVS (Gestão, Techfin e RD Station).

As alianças estratégicas da Companhia têm como natureza do negócio as soluções de tecnologia e são representadas, principalmente, por empresas globais como Microsoft, Progress e Oracle, entre outras. Além das alianças estratégicas, a Companhia adota também o modelo de parcerias como forma de alavancagem de negócios, redução do ciclo de desenvolvimento do produto e aceleração do Go to Market, se relacionando com empresas de diversos segmentos, portes e nacionalidades.

As principais parcerias são empresas que: (1) detém uma solução de negócio que fortalece a proposta de valor da Companhia em seu mercado de atuação, preferencialmente sendo integrada às soluções TOTVS; (2) desenvolvem soluções de negócios em tecnologia TOTVS utilizando a linguagem ADVPL e a tecnologia fluig; (3) se integram tecnicamente aos softwares TOTVS ou (4) possuem amplo alcance aos mercados-target da TOTVS.

Essas parcerias são constituídas com empresas atuantes em setores de mercado que, direta ou indiretamente, estão conectados à estratégia de crescimento TOTVS e podem trazer benefícios à Companhia, seja por meio da difusão de seus produtos e serviços, pela simples indicação das marcas da Companhia aos seus clientes ou pelo fato de que os produtos e serviços oferecidos por tais empresas gerarem valor

aos produtos e serviços da Companhia, nos segmentos em que não competem. Vale ressaltar que há ofertas e negócios que se originaram no próprio ecossistema da TOTVS e que hoje se configuram como parcerias de negócios. Movimento este que fortalece cada vez mais o desenvolvimento de negócios entre as próprias empresas que formam e participam do ecossistema TOTVS de algum modo.

Além de potencializar as parcerias atuais do ecossistema, a Companhia firmou novas parcerias estratégicas como a DeepESG, startup brasileira investida pelo CVC iDEXO, que acelera a jornada de adoção de ESG nas empresas ao entregar uma plataforma que mensura os impactos sociais e ambientais da operação e gera insights a partir dos dados coletados dos ERPs para gestão integrada da sustentabilidade do cliente.

c. Características dos mercados de atuação

O Mercado de Software

Mundo

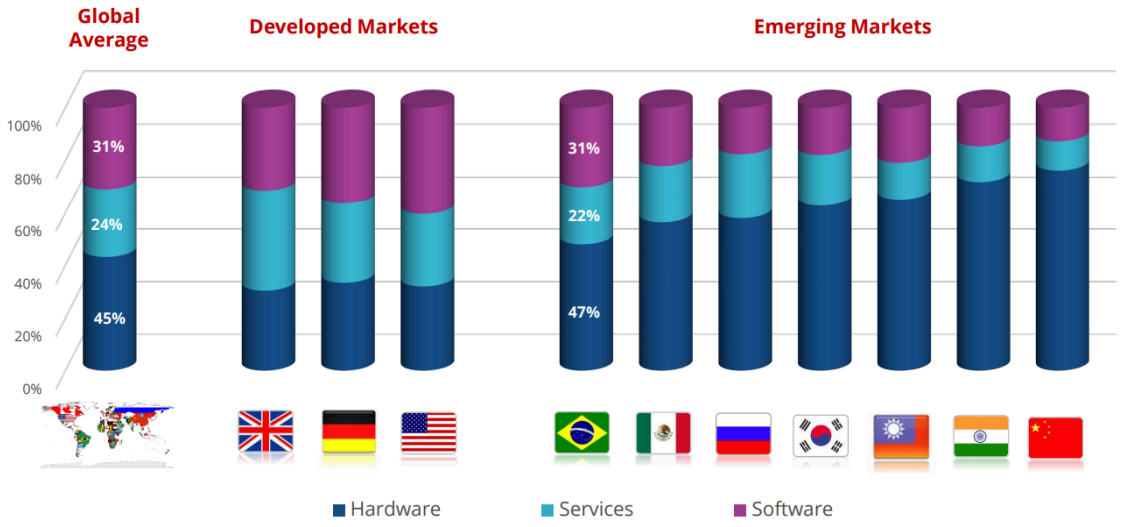
A tecnologia da informação vem sendo aplicada na otimização de processos empresariais, trazendo amplos benefícios para empresas de todos os portes, em praticamente todos os setores e ao redor do mundo. A automação de processos empresariais, principalmente com o uso de equipamentos e programas de informática, vem reduzindo ineficiência e aumentando produtividade em todos os segmentos econômicos globalizados. Diversas categorias de aplicativos de software foram desenvolvidas para otimizar a eficiência de determinados aspectos empresariais de um negócio, recorrendo à automação de segmentos de vendas, comercialização, fabricação, distribuição, suporte a clientes, contabilidade, gestão financeira, recursos humanos e outras tarefas até então relegadas a processamento manual. Por exemplo, os softwares para gestão de recursos humanos são atualmente utilizados na armazenagem e manutenção de registros de empregados, facilitando a administração da folha de pagamento e benefícios, bem como a emissão de relatórios e demonstrativos de impostos, além de tarefas que, embora rotineiras e exaustivas, são essenciais às empresas. Ao longo do tempo, essas categorias distintas de aplicativos de software passaram a ser integradas em “sistemas integrados” (suítes), visando facilitar ainda mais as operações comerciais, mediante o compartilhamento de informações dentre as várias funcionalidades. As duas principais classes de sistemas integrados de software de gestão empresarial integrada são o ERP e o CRM. Via de regra, os sistemas integrados ERP estão direcionados a funções administrativas ou de back-office, tais como a gestão de recursos humanos e financeiros, ao passo que os sistemas integrados CRM estão voltados para funções envolvendo relacionamento direto com o cliente, ou front-office, tais como vendas, comercialização e suporte ao cliente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

De acordo com IDC, em 2024, o mercado mundial de TI atingiu US$3,7 trilhões de dólares, sendo que o segmento de software representou 31% desse mercado. No mesmo ano, o Brasil era o 10º país com maior mercado de TI com um tamanho total de US$58,6 bilhões, representando cerca de 1,6% do mercado mundial.

A distribuição observada no mercado global é uma maior representatividade de software e serviços no total do mercado de TI em países desenvolvidos versus países emergentes. Dentre os países emergentes, o Brasil é o país que apresenta uma realidade mais próxima dos países desenvolvidos e da média global.

Distribuição do Mercado de TI no Mundo



Fonte: ABES, 2025.

A produção mundial de TI apresentou, em 2024, um crescimento de 10,8%, enquanto no Brasil o crescimento chegou a 13,9% atingindo US$58,6 bilhões (excluindo exportações).

As empresas estão investindo cada vez mais em tecnologia para aumentar eficiência, produtividade, qualidade do relacionamento com o cliente e a capacidade de inovação e a Companhia captura esse movimento como oportunidade para alavancar a sua posição única como o maior player de ERP do Brasil.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia lançou cinco plataformas complementares ao ERP: Fluig (Gestão, Produtividade e Colaboração), Carol (Inteligência Artificial), TOTVS Analytics (Business Intelligence) e TOTVS CRM, todas desenvolvidas com uma abordagem agnóstica - ou seja, pronta para integrar as soluções TOTVS com outras de mercado, expandindo o mercado endereçável para além da base de clientes da Companhia. A Companhia também vem evoluindo na construção de um

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ecossistema de soluções além do segmento de (i) Gestão – com o portfólio de soluções e plataformas abertas, conectadas e personalizáveis de ERP, RH e Verticais; que engloba também (ii) Techfin, com produtos de crédito, pagamentos e serviços; e (iii) RD Station, com soluções de vendas e performance.

Com esse ecossistema, o mercado endereçável atual da Companhia pode atingir até R$220,5 bilhões, sendo dividido em: (1) R$41,0 bilhões do mercado de Gestão, (2) R$89,0 bilhões do mercado de RD; e (3) R$90,4 bilhões do mercado de Techfin.

América Latina

De acordo com o IDC, o mercado de TI na América Latina atingiu US$169 bilhões em 2024, tendo o Brasil como protagonista com uma parcela de 34,7%, enquanto o segundo maior mercado é o México com 22,1%. A grande diferença de tamanho e maturidade do mercado de TI no Brasil comparado aos demais países da América Latina tem sido um dos impulsores para a expansão nesse mercado.

Brasil

O mercado brasileiro de tecnologia da informação cresceu de forma acelerada nos últimos anos. De acordo com o IDC, o mercado de TI no Brasil atingiu US$58,6 bilhões em 2024 (excluindo exportações). O setor de software foi responsável por US$18,0 bilhões, representando 30,8% do total de TI.

O mercado brasileiro de software possui maior concentração na região sudeste do país. De acordo com o IDC, no mesmo ano, a região representava 62,6% desse mercado, seguida da região sul com 13,8%, centro-oeste com 11,5%, nordeste com 8,7% e norte com 3,3%.

Os softwares de gestão empresarial integrada, conhecidos como ERP, vêm se afirmando como ferramentas indispensáveis à administração das empresas. Mais especificamente o modelo SaaS vem ganhando espaço de forma significativa no mercado quando comparado ao modelo tradicional de compra de licença.

Histórico do Setor de Software no Brasil

Durante a década de 80 e início dos anos 90, o Brasil adotou uma legislação de reserva de mercado, que estabelecia regras diferenciadas para hardwares e softwares criados/fabricados por empresas nacionais e estrangeiras, na tentativa de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

criar uma indústria nacional de informática. A reserva de mercado, em realidade, mostrou-se danosa ao desenvolvimento de equipamentos de informática no Brasil, pois o hardware produzido no Brasil era limitado e tecnologicamente defasado, além de muito caro em relação ao hardware produzido em outros países. Já no caso do software, a reserva de mercado não foi prejudicial, favorecendo a competição entre produtos nacionais e estrangeiros. A evolução da indústria de software nacional deu-se por meio de parcerias tecnológicas com os provedores de softwares básicos, sistemas operacionais, sistemas de rede e bancos de dados, de forma a se preparar para o fim da reserva de mercado. O resultado é que, seja pela capacidade criativa, seja pela facilidade de assimilação de novas tecnologias pelo público brasileiro, o software brasileiro tornou-se referência internacional em algumas áreas, como as de automação bancária e de utilização da Internet para os mais diversos tipos de relacionamento e, atualmente, o país tem independência tecnológica em diversas áreas de desenvolvimento de softwares.

Em 1993, uma medida importante foi tomada pelo governo brasileiro com relação à indústria de software a implementação do programa SOFTEX 2000-Programa Nacional de Software para Exportação, que tinha como objetivo facilitar a entrada de empresas brasileiras no mercado internacional de software, por meio do estímulo às exportações. O Programa era coordenado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a participação e representação das empresas brasileiras de software, sendo financiado pelo governo e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Programa alcançou, no período 1993 a 2001, entre outros, os seguintes resultados:

- Implantação de Sistemas de Qualidade nas empresas, introdução de Métodos de Avaliação de produtos, indução da adoção de normas internacionais de qualidade de software; mais de 100 empresas nacionais de software com sistemas de gestão da qualidade ISO 9000 implantadas;

- Criação de linhas de financiamento específicas para software - mais de R$ 74 milhões em 52 empresas;
- Criação de rede com 32 agentes materializando 23 Pólos de Desenvolvimento de Software no País;
- Implantação de rede com 19 Incubadoras ligadas às principais instituições acadêmicas do País;
- Contribuição para criação de 73 mil empregos diretos qualificados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) evoluiu e se tornou uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) que executa as políticas públicas do Governo Federal para o setor de TI. As ações desenvolvidas pela entidade visam a promover a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) e a qualificação de recursos humanos. Desde 1996 a Softex é gestora do Programa da Excelência do Software Brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia,

Inovação e Comunicações.

O Sistema Softex atualmente beneficia aproximadamente 6 mil empresas em todos os estados do Brasil por meio da sua rede de 21 agentes regionais que agem em conjunto com a iniciativa privada, esfera pública e instituições acadêmicas de fomento da tecnologia. A Softex lista como suas diretrizes:

- Implantação das melhores práticas em desenvolvimento de software
- Capacitação de recursos humanos para o setor
- Alavancagem de recursos financeiros junto e a fontes públicas e privadas
- Produção e disseminação de informações qualificadas sobre a Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI

- Empreendedorismo e inovação
- Formulação de políticas de interesse do setor tanto no Brasil como no exterior
- Criação e desenvolvimento de oportunidades de negócios tanto no Brasil como no exterior

Histórico do Setor de Techfin no Brasil

Os serviços financeiros são um setor com altas barreiras de entrada e tradicionalmente destinados a grandes players. Historicamente, a inércia do consumidor ajudou instituições financeiras maiores, mais especificamente bancos, a reter seus clientes com pouca preocupação pela concorrência. Com o advento da tecnologia, diversas barreiras de entrada foram derrubadas.

As Fintechs desempenharam um papel de disrupção fundamental em toda a cadeia: os clientes que estavam acostumados à distribuição física, à escrita de cheques ou à assinatura de contas bancárias para efetuar pagamentos, passaram a poder

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

realizar transações em questão de segundos. O cash-back e ofertas lucrativas que surgiram, adicionaram outra camada de fator a toda a experiência do cliente revolucionando o mercado.

No Brasil, as primeiras Fintechs surgiram no país em 2013, já trazendo modelos inovadores, de baixo custo e com distribuição digital, totalmente focadas em reformular a experiência do cliente. Com o surgimento dessas startups, focadas no mercado financeiro, criou-se também a ABFintechs, uma associação criada para atender às demandas dessas empresas, sendo responsável por representar os interesses das Fintechs, atuando como interlocutora junto a órgãos governamentais e reguladores e, principalmente, gerando negócios para que os associados se fortaleçam e possam prosperar em suas atividades.

O crescimento foi rápido e altamente influenciado por novas regulamentações. Somente entre 2014 e 2018 surgiram mais de 670 e atualmente, já existem mais de 1.592 Fintechs atuando no Brasil, segundo dados do estudo Fintech Report 2024, da consultoria de inovação aberta Distrito, disponível a partir do endereço .

Mais recentemente, uma nova vertente surgiu para movimentar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros. As Techfins são o próximo passo de uma evolução iniciada alguns anos atrás pelas Fintechs. Enquanto as Fintechs utilizam o sistema financeiro original e melhoram sua tecnologia, as Techfins buscam reconstruir o sistema com tecnologia. O movimento das Techfins surgiu como empresas de tecnologias que dão um passo além para o mundo das finanças criando financeiros inovadores e modernizados, com foco em tecnologia, dados e na sua base de clientes.

O termo Techfin foi utilizado pela primeira vez pelo fundador do grupo Alibaba, para se referir à Ant Financial (iniciativa financeira do Alibaba que operacionaliza o sistema de pagamentos Alipay) em um evento em 2016. O termo refere-se a empresas de tecnologia que encontraram uma melhor maneira de fornecer produtos financeiros, após entender o que realmente os seus clientes precisam.

No Brasil, a Companhia, que desde 2019 já vinha no caminho para ofertar produtos financeiros, tornou-se a primeira Techfin brasileira. Aproveitando sua expertise com dados e sua ampla plataforma tecnológica, a companhia começou a oferecer serviços financeiros que poderiam ser agregados à sua família de produtos de gestão de empresas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

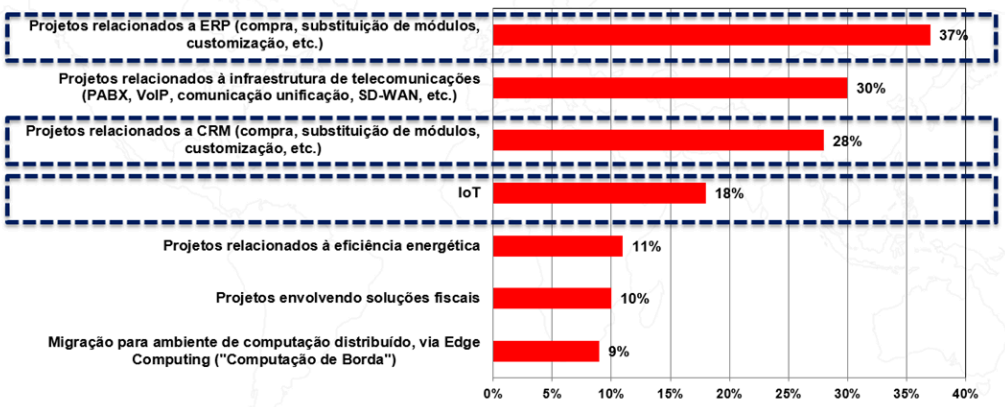
i. participação em cada um dos mercados

A Companhia detém no Brasil 55% de market share no mercado de ERP, de acordo com o estudo “Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2023”, publicado pela Gartner em abril de 2024, e na América Latina é o maior player da região com 35% de participação de mercado. No mesmo período, o 2º player no Brasil detinha 26% de participação. Na metodologia da Gartner, calcula-se a participação de mercado sob a ótica da representatividade da receita e o market share é calculado em dólar.

No segmento de Gestão, que inclui soluções de back-office ERP, verticais, RH dentre outras, a Companhia possui um market share de 14,8% no Brasil em 2023, de acordo com dados do IDC do relatório Software Tracker 2023H2, publicado em maio de 2024, considerando o mercado endereçável de R$41,0 bilhões.

Já no segmento de RD, que inclui soluções de vendas, marketing, dentre outras, o market share da Companhia é de 6,3% e o mercado endereçável atual de R$89,0 bilhões, conforme relatório IDC Semiannual Software Tracker 2023H2.

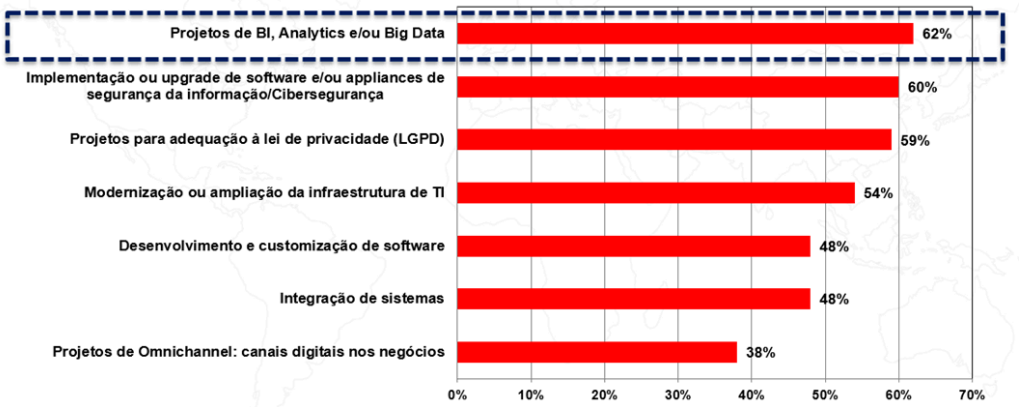
Por fim, no segmento de Techfin, a Companhia possui 0,5% de market share e o tamanho total de mercado endereçável atual é de R$90,4 bilhões. Os números representam a receita financeira proveniente das operações de crédito B2B, com dados obtidos através das análises TOTVS. Esses segmentos de negócios possuem grande poder de crescimento à medida que passam a se tornar prioridade de investimento da Companhia, tanto por meio do investimento em segmentos já estabelecidos quanto em novas tecnologias. BI e CRM têm ganhado destaque nos últimos anos, sendo o ERP ainda um tema central para investimentos no Brasil.



Fonte: IT4CIO (Tendências de Investimento em TI, 2022)

Todavia, em relação a novas tecnologias, BI, Analytics e Big Data se destacam como principais intenções de investimentos das empresas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: IT4CIO (Tendências de Investimento em TI, 2022)

i. condições de Competição nos Mercados

À medida em que o mercado se transforma e a Companhia expande seus mercados de atuação, ela passa a competir com novos players que antes não faziam parte do seu campo de batalha tradicional.

Cada vez mais se observa empresas de segmentos diferentes como por exemplo Fintechs, marketplaces, bancos, fornecedores de software, dentre outros, expandindo seus mercados de atuação, avançando na cadeia de valor e entrando nos mercados uns dos outros para construírem seus próprios ecossistemas oferecendo mais serviços aos seus clientes.

Outro fator importante no cenário competitivo é o avanço do consumo de software na modalidade como serviço (SaaS). A assinatura de software ajudou a democratizar o uso desse tipo de solução por empresas de menor porte que antes não usavam software. Esse movimento vem abrindo espaço para o surgimento de novos fornecedores “SaaS Native” com soluções mais simples voltadas para atender esse tipo de público.

Os mercados de software de aplicação empresarial e Techfin possuem como clientes empresas de grande, médio e pequeno porte. Cada um destes segmentos pode apresentar diferentes necessidades e estágios de maturidade e consequentemente produzem diferentes características quanto às condições competitivas. A Companhia oferece soluções para todos os portes de empresas.

d. Eventual sazonalidade

A indústria de tecnologia da informação, especialmente software, não apresenta uma sazonalidade relevante.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada em sua equipe própria de profissionais. No entanto, possuímos fornecedores e parceiros de desenvolvimento de alguns softwares que comercializamos, além dos fornecedores de banco de dados, que são revendidos aos clientes e provedores de plataforma tecnológica, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros para desenvolvimento de parte de seus componentes de software e tecnologia, em especial aqueles da linha de produto RM e Datasul que estão baseados na plataforma da Microsoft e Progress, respectivamente. Para mais informações, consulte o texto “Plataformas tecnológicas utilizadas”, neste item 1.4.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, os preços dos softwares e serviços da Companhia não têm apresentado volatilidade relevante.

1.5 Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Secretarias da Fazenda de diversos estados brasileiros exigem que a Companhia obtenha aprovações governamentais para comercializar determinados produtos de software (aplicativos fiscais e a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica), conforme atos e convênios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda por meio do COTEPE – Conselho Técnico Permanente do Ministério da Fazenda. Os equipamentos fiscais são homologados segundo essas regras, e os aplicativos fiscais são certificados por institutos cadastrados. Também existem decretos e portarias estaduais que regulam as atuações nos Estados.

Situações análogas à descrita no parágrafo acima também ocorrem na introdução de outras tecnologias, por exemplo o Ato DIAT nº 56/2024 determina um cronograma de obrigatoriedade de implantação em SC ao longo de 2025 para Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica , e do Bilhete de Passagem Eletrônico Já no PR a NPF - Norma de Procedimento Fiscal Nº 62/2023 obriga a implantação de identificação do CSRT- Código de Segurança do Responsável Técnico, que tem como objetivo identificar o desenvolvedor responsável tecnicamente pelo sistema de emissão de NFe ou NFCe.

Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais

Embora normas e leis setoriais já disciplinassem questões pertinentes à privacidade e proteção de dados no Brasil, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais passaram a ser reguladas de forma unificada, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, tanto no meio físico quando no meio digital, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A LGPD estabeleceu a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, exercendo as funções de (i) fiscalização e investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção e privacidade de dados e medidas de segurança da informação no país.

Além da ANPD, outros órgãos do Poder Público, como o Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor, já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo a função de fiscalização baseada na LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Apesar de a LGPD ter entrado em vigor no dia 18 de setembro de 2020, as suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, tiveram sua aplicação a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

A aplicação de sanções administrativas foi regulamentada pela Resolução da ANPD nº 1 de 28 de outubro de 2021 – que dispõe sobre o Processo de Fiscalização e o Processo Administrativo Sancionador e pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 2023 – que dispões sobre a Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas. A partir desta, as sanções passaram a ter efetividade prática.

Todavia, além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção

de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos do Poder

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Público, como de defesa do consumidor.

Em relação às sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa diária ou simples, limitadas a até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar as disposições previstas na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou uso não autorizado de dados pessoais já que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em outras sanções, indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A partir deste cenário regulatório de proteção de dados, a Companhia está adequada às novas disposições e obrigações da LGPD e já nomeou seu Encarregado/DPO (Data Protection Officer), elaborou Políticas de Privacidade para fins de garantir transparência aos titulares dos dados tratados, estruturou canal de atendimento aos titulares dos dados, entre outras medidas de adequação à LGPD.

Em 2023 a TOTVS implementou ferramentas de gestão de privacidade, realizando em ferramenta única e de forma centralizada: o mapeamento de processos de tratamento de dados pessoais; a elaboração de Relatórios de Impacto ao

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Tratamento de Dados pessoais; a homologação de fornecedores e parceiros; avaliação de produtos e funcionalidades por meio da abordagem “Privacy by Design”; a gestão de banners de cookies de seus produtos; e o registro e documentação de incidentes entre outros.

Ao fim de 2023 a Companhia anunciou a estruturação da área de Governança de Dados e Inteligência Artificial, que estendeu o escopo de trabalho da área de privacidade de dados para gestão ampla de todos os tipos de dados, com o objetivo de aplicar diretrizes de proteção e de governança a todos os dados tratados pelo Grupo TOTVS e, desta forma, aumentar o nível de confiabilidade e segurança não apenas de seus produtos e serviços, mas também das decisões estratégicas que toma.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais do emissor

A TOTVS tem evoluído continuamente sua estratégia de sustentabilidade, ampliando sua visão para além dos três pilares do ESG. Nossa abordagem integra a sustentabilidade ao modelo de negócios, conectando resiliência, inovação e eficiência à criação de valor para toda a nossa cadeia. Nesse contexto, estar em conformidade com as regulações ambientais, como a Política Nacional de Resíduos, e sociais, como a Lei de Igualdade Salarial, é um dos pilares da nossa governança ética e responsável, assegurando a perenidade do negócio e o compromisso com nossos stakeholders.

Nossa Política de Privacidade, implementada em 2021, é mandatória para todas as áreas e terceiros que tratam dados em nosso nome, assegurando uma governança robusta nesse tema. Também contamos com políticas e guias específicos sobre o uso de dados e Inteligência Artificial , de cumprimento obrigatório para todos os colaboradores, reforçando nosso compromisso com práticas responsáveis e seguras nessas áreas. Com essa abordagem, fortalecemos nosso compromisso com uma atuação ética, responsável e inovadora, mantendo a TOTVS preparada para os desafios e oportunidades de um cenário de negócios cada vez mais dinâmico.

Desde 2014, somos **signatários do Pacto Global da ONU**, reafirmando nosso alinhamento com princípios internacionais de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Também aderimos ao **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção**, do Instituto Ethos, e em 2023 e 2024 conquistamos o **Selo Pró-Ética**, reforçando nossa transparência e compromisso com a integridade.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Adotamos como referência os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da ONU, reconhecendo sua importância global, porém priorizando os desafios e oportunidades específicos do nosso negócio e setor.

No aspecto ambiental, fortalecemos nossa governança climática e, pelo terceiro ano consecutivo, integramos o **Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3**, refletindo nosso compromisso com a transparência das emissões e a evolução contínua das práticas ambientais.

Além disso, seguimos aprimorando nossa atuação em privacidade e segurança da informação, adotando os princípios de **Privacy by Design e Security by Design** para garantir conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Nossa **Política de Privacidade**, implementada em 2021, é mandatória para todas as áreas e terceiros que tratam dados em nosso nome, assegurando uma governança robusta nesse tema. Também contamos com **políticas e guias específicos sobre o uso de dados e Inteligência Artificial (IA)**, de cumprimento obrigatório para todos os colaboradores, reforçando nosso compromisso com práticas responsáveis e seguras nessas áreas.

Com essa abordagem, fortalecemos nosso compromisso com uma atuação ética, responsável e inovadora, mantendo a TOTVS preparada para os desafios e oportunidades de um cenário de negócios cada vez mais dinâmico.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros no desenvolvimento de determinados componentes, como mencionado no item 1.4.e.ii.

Softwares: O direito autoral de determinado software nasce com a sua criação, independentemente de ser levado a registro junto às autoridades competentes, conforme disposições, conforme os termos da Lei de Software (Lei 9609/98) e da Lei de Direito Autoral (Lei 9610/98). Nesse sentido, é relevante destacar que o órgão responsável por, atualmente, realizar o registro de softwares é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de acordo com o Decreto n° 2558/98.

Como mencionado anteriormente, o registro do software, ainda que não seja obrigatório, acaba funcionando como uma ferramenta importante para comprovação da autoria de seu desenvolvimento perante o Poder Judiciário, podendo ser muito útil como prova de autoria em casos de processos relativos à concorrência desleal, cópias não autorizadas, pirataria, etc.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Ainda, para que se possa garantir a exclusividade na produção, uso e comercialização de um software, o interessado deverá comprovar a autoria deste, sendo, portanto, revestido de grande importância o seu registro no INPI. A tutela dos direitos relativos ao programa de computador é assegurada, nos termos da Lei de Software, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

Por fim, é relevante destacar que o departamento Jurídico da Companhia é responsável pelo registro de software no INPI. Para tanto, a área interna TOTVS, que pretende o registro de software, aciona o departamento jurídico. Este faz a coleta de todas as informações e intermedia o processo de registro junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados.

Marcas: Apesar da proteção legislativa baseada no uso, depósito ou notoriedade da marca, o registro de marca assegura o direito de propriedade e uso exclusivo da marca em todo o território nacional. Sua concessão se dá mediante pedido depositado junto ao INPI. A proteção não incide sobre a marca propriamente dita, mas sobre o seu uso para identificar um determinado produto ou serviço, com o objetivo de coibir o risco de confusão ou associação indevida, a tutela concernente ao registro da marca se estende também (i) a qualquer outra marca que a imite ou reproduza, de forma parcial ou com acréscimo e (ii) a qualquer outro produto ou serviço semelhante ou afim.

O departamento Jurídico da Companhia é responsável pelo registro de marcas no INPI, considerando que este é acionado pela área interna da TOTVS que pretende efetuar o registro. Ainda, é importante apontar que o Jurídico realiza o acompanhamento de eventual apresentação de oposição ao registro de marca de terceiro que enseja algum tipo de risco às marcas registradas TOTVS e de pedidos de oposição apresentados quanto às marcas TOTVS, junto à área de Marketing TOTVS. Em todas as ocasiões, o mencionado departamento faz a coleta de todas as informações e intermedia o devido processo junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados.

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A TOTVS não faz contribuições financeiras para ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. Em favor de partidos políticos

A TOTVS não faz contribuições financeiras aos partidos políticos.

iii. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Em 2024, a TOTVS realizou contribuições associativas no total de R$582.824,16, sendo este valor referente à anuidades e mensalidades das entidades associativas empresariais nas quais a área de Relações Institucionais e Governamentais, Relações com Investidores e Compliance exercem representação institucional e/ou governamental. A TOTVS acredita no diálogo propositivo e colaborativo entre sociedade e setor público com o objetivo de contribuir com a construção de políticas públicas mais sólidas e sustentáveis. Por isso, nos dedicamos a estabelecer mecanismos de troca e relacionamento para levar a nossa visão e contribuir para a construção de conhecimento que impulsione a inovação, a transformação digital, o crescimento econômico nacional, a inclusão digital e a criação de políticas públicas eficazes que beneficiem o Brasil, toda a sociedade e o desenvolvimento do mercado de tecnologia.

Nos engajamos ativamente com governos e entidades de representação setorial. Nossas ações de relacionamento se concretizam por meio dos seguintes canais:

- Grupos temáticos de trabalho associativos que discutem os impactos de ações institucionais e governamentais e constroem posicionamento setorial técnico para as agendas trabalhadas;
- Rodadas e reuniões para discussões setoriais entre empresas, associações e governos;
- Participação em consultas e audiências públicas organizadas pelo Poder Público e terceiro setor;
- Visitas técnicas e institucionais;
- Reuniões individuais (liderança TOTVS) e setoriais (com associações) com representantes do governo e outras entidades;
- Patrocínio em eventos de mercado que pautem e reforcem a importância da tecnologia, transformação digital e inovação no país;
- Debates e desenho de propostas setoriais;
- Desenvolvimento de projetos de interesse público e apoio institucional.

É importante reforçar que nossas interações comerciais e institucionais seguem processos estruturados de acordo com a nossa Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos, que é atualizada periodicamente .

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Todos os contatos são obrigatoriamente registrados, sejam eles presenciais ou à distância, por meio de uma ferramenta eletrônica, visando à transparência nessa relação. São proibidas as interações individuais com entes públicos, os encontros devem acontecer, necessariamente, na presença de 02 ou mais pessoas. Esperamos e estimulamos que terceiros, subcontratados, representantes, consultores, fornecedores e prestadores de serviços também pautem suas ações no que está disposto na referida política quando estiverem se relacionando com a empresa ou nos representando.

A TOTVS não realiza contribuições financeiras diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos e veda a realização de doações e/ou patrocínios para partidos e/ou candidatos políticos, agentes públicos ou pessoas físicas, a título de contribuição para campanha eleitoral em nome de qualquer empresa da TOTVS.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que é vedada, pelo seu Código de Ética e Conduta, a prática de doações direta ou indiretamente, para financiamento de campanhas eleitorais, inclusive partidos políticos e coligações ou comitês financeiros, inclusive para agentes públicos ou pessoas físicas, a título de contribuições para campanhas eleitorais. Complementarmente, a Política de Contribuições, Doações e Patrocínios da Companhia veda qualquer tipo de contribuição, pagamento de despesas, doação e desembolso de caráter pecuniário ou não em favor de agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas, bem como para partidos políticos ou para campanhas eleitorais.

O Código de Ética e Conduta e a Política de Contribuições, Doações e Patrocínios podem ser encontrados na íntegra no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foi auferido o montante de R$5.091.739 mil, proveniente dos clientes atribuídos no Brasil (país sede do emissor), o que representava 97,5% da receita líquida da Companhia.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foi auferido o montante de R$132.268 mil, proveniente das empresas nacionais auferidas fora do Brasil, o que representava 2,5% da receita líquida da Companhia.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Dado que a receita líquida auferida fora do Brasil representava 2,5% da receita líquida no período findo em 31 de dezembro de 2024, como mencionado no item 1.7, a Companhia entende que não há impactos relevantes em seus negócios decorrentes da regulação estrangeira.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga, desde 2016, seu Relatório Anual de Sustentabilidade (“Relato Integrado”), que reúne de forma transversal as informações sobre seus resultados econômicos, sociais e ambientais. Desde 2014, também publica a Comunicação de Progresso (COP) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reafirmando seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, diversidade e inclusão, boas práticas trabalhistas, preservação ambiental e combate à corrupção. Em 2024, a Companhia passou a reportar, ainda, as diferenças salariais por gênero, em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 14.611/2023, Decreto nº 11.795/2023 e Portaria nº 3.714/2023).

Como parte do fortalecimento de sua estratégia, em dezembro de 2020 a Companhia lançou sua Política de Sustentabilidade, documento que traduz o propósito do Grupo TOTVS de impulsionar impactos positivos em seu ecossistema, por meio da integração entre negócios, pessoas e tecnologia, com a sustentabilidade como valor central. Em 2023, essa política foi revisada e ampliada, reforçando o alinhamento entre os aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança. A governança do tema é liderada pelo Comitê de Governança e Indicação (CGI), com o acompanhamento e engajamento do Conselho de Administração (CA).

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relato Integrado da Companhia é elaborado com base na estrutura conceitual do Relato Integrado, desenvolvida pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), e segue as diretrizes da Orientação CPC 09 – Relato Integrado. Além disso, utilizamos a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) e consideramos os 10 Princípios do Pacto Global da ONU.

A partir do relatório referente ao ano-base 2023, passamos a adotar também os indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), com foco específico em empresas do setor de Tecnologia e Software.

A Companhia adota a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), as diretrizes de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IRRC), os 10 Princípios do Pacto Global, e a partir do Relato Integrado ano-base 2023 adotamos os indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), com recorte para empresas de Tecnologia e Software.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Em 2024, o Relato Integrado foi submetido à asseguração externa pelo terceiro ano consecutivo. Conduzida pela KPMG, a verificação teve como intuito de avaliar a aderência aos aspectos e às orientações GRI e do SASB Standards, e da Orientação CPC 09 – Relato Integrado, correlatas com a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo IIRC. As informações financeiras incluídas neste documento contemplam as operações consolidadas da Companhia e passaram por auditoria externa, também da KPMG.

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As versões do Relato Integrado da Companhia, referentes ao ano-base 2024 e ciclos anteriores, estão disponíveis no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/). As publicações da Comunicação de Progresso do Pacto Global da ONU também podem ser acessadas diretamente no portal oficial da ONU.

e. Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relato Integrado da TOTVS é publicado com base em uma matriz de materialidade que orienta os temas prioritários na gestão de sustentabilidade da Companhia, revisada a cada dois anos. Em 2024, foi concluída a revisão da matriz de materialidade para o ciclo 2024–2026, composta por oito temas materiais (organizados por ordem alfabética):

1. Atração, Retenção e Desenvolvimento de Pessoas
2. Crescimento Sustentável
3. Diversidade, Inclusão e Combate à Discriminação
4. Gestão de Impactos Ambientais e Mudanças Climáticas
5. Governança Ética e Responsável
6. Saúde e Bem-estar das Pessoas
7. Segurança da Informação, Proteção e Privacidade de Dados
8. Transformação e Inovação em Modelo de Negócio

Neste ciclo, a TOTVS adotou pela primeira vez a metodologia de dupla materialidade, que proporciona uma visão ampla e integrada dos riscos e

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

oportunidades que impactam tanto os aspectos financeiros quanto não financeiros da organização. Tivemos um aumento significativo na quantidade de stakeholders engajados nesse processo, somando cerca de 56% a mais de participantes que no ciclo anterior.

O Relato Integrado também apresenta os indicadores-chave de desempenho relacionados a cada tema material. As descrições completas dos temas e seus respectivos indicadores podem ser consultadas no Anexo I do documento, disponível no site de Relações com Investidores.

f. Se o relatório ou documento leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Adotamos como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, reconhecendo sua importância global, porém priorizando os desafios e oportunidades específicos do nosso negócio e setor.

g. Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas emanadas pela TCFD, divulgamos nosso impacto ambiental através de nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa e do Relato Integrado (ambos disponíveis em https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/) e de forma mais detalhada através do reporte do CDP (Carbon Disclosure Project).

h. Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia divulga ao mercado desde 2022 seu Inventário de Gases de Efeito Estufa,elaborado com base nos conceitos, princípios e diretrizes da metodologia The Greenhouse Gas Protocol – A Corporate Accounting and Reporting Standard (GHG Protocol), conforme estabelecido pelo Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). O documento contempla as emissões diretas e indiretas relacionadas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

aos escopos 1, 2 e 3 e está disponível no site de Relações com Investidores(https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/), as informações relacionadas às emissões também são descritas no Relato Integrado. Além disso, o Inventário de GEE serve como base para o reporte do Carbon Disclosure Project (CDP).

i. Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) A não divulgação de informações ASG

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.a deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

(ii) A não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota uma matriz de materialidade com temas materiais específicos.

(iii) A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota indicadores-chave de desempenho.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.c deste Formulário de Referência, o Relato Integrado da Companhia é auditado e revisado por empresa especializada independente.

(v) A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Estamos começando a introduzir as recomendações da TCFD como forma de preparo para as primeiras publicações do CBPS 02 (IFRS S2) de Divulgações Relacionadas ao Clima, onde é orientada a implementação das recomendações do Relatório da TCFD.

Além disso, divulgamos nosso impacto ambiental através de nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa, em nosso Relato Integrado e de forma mais detalhada através do reporte do no CDP (Carbon Disclosure Project). Desde 2022, o Inventário de Gases de Efeito Estufa, é elaborado com base nos conceitos, princípios e

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

diretrizes da metodologia The Greenhouse Gas Protocol – A Corporate Accounting and Reporting Standard (GHG Protocol), conforme estabelecido pelo Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). O documento contempla as emissões diretas e indiretas relacionadas aos escopos 1, 2 e 3 e está disponível no site de Relações com Investidores (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

(vi) A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.h deste Formulário de Referência, a Companhia realiza anualmente, desde 2022, a divulgação de seu Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para as suas operações, disponível no site de Relações com Investidores: https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. Interesse público que justificou sua criação

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

b. Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

c. Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em 12 de abril de 2022, a Companhia divulgou a criação, junto ao Itaú Unibanco S.A., de uma Joint Venture, denominada TOTVS TECHFIN ("JV"), cujo objetivo é operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através de uma gama completa de serviços financeiros. A Joint Venture recebeu a aprovação definitiva pelo CADE em 01 de novembro de 2022 e, em 22 de junho de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu ofício aprovando a alteração do controle societário da Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A., como consequência do ingresso do Itaú Unibanco S.A (Autorização BACEN). Por fim, no dia 31 de julho de 2023 após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da Operação.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 01 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que sua subsidiária SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SERVIÇOS TTS LTDA. concluiu a aquisição da totalidade do capital social da franquia IP SÃO PAULO SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., no montante total de R$137,6 milhões. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado disponível na CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/comunicados-ao-mercado/).

Na mesma data, a Companhia comunicou que sua controlada, Dimensa S.A., celebrou, Contrato de Compra e Venda de Quotas e outras Avenças para aquisição da totalidade do capital social da Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda. pelo montante de R$115 milhões. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado disponível na CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/comunicados-ao-mercado/).

Em 28 de março de 2024, a Companhia comunicou que sua subsidiária SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SERVIÇOS TTS LTDA, concluiu, após terem sido atendidas todas as condições precedentes aplicáveis, incluindo, sem limitação: (i) a aprovação pelo CADE; e (ii) a reorganização societária das sociedades adquiridas, a aquisição da totalidade do capital social da AHGORA HCM S.A. e WEBTRAINING LTDA, pelo montante total de R$380 milhões. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado disponível na CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/comunicados-ao-mercado/).

Em 07 de maio de 2025, a Companhia comunicou que sua subsidiária TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A. exerceu a opção de compra das ações remanescentes da RD GESTÃO E SISTEMAS S.A. correspondentes a 337.981 ações ordinárias e sem valor nominal, de emissão da RD Station, pelo montante aproximado de R$259 milhões, calculada nos termos previstos no acordo de acionistas firmado entre as partes em 31 de maio de 2021 e pago em moeda corrente nacional. Com o exercício da Opção de Compra, a RD Station passa a ser integralmente detida pela TOTVS Large. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado disponível na CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/comunicados-ao-mercado/).

Em 06 de novembro de 2024, a Companhia comunicou que sua subsidiária, TOTVS TECNOLOGIA EM SOFTWARE DE GESTÃO LTDA., celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, para a aquisição da totalidade do capital social da VAREJONLINE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA S.A. pelo montante de R$49 milhões. Em continuidade, em 30 de dezembro de 2024, a Companhia comunicou que a sua subsidiária, TOTVS TECNOLOGIA EM SOFTWARE DE GESTÃO LTDA., concluiu a aquisição da totalidade do capital social

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

da VAREJONLINE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA S.A. pelo montante total de R$49 milhões. Para mais informações, acesse o Comunicado ao Mercado disponível na CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/comunicados-ao-mercado/).

1.13 Acordos de acionistas

Não há acordos de acionistas da Companhia que estejam arquivados em sua sede.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não há alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e/ou suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Em complemento às informações divulgadas nessa seção 1, cumpre notar que a Companhia está sempre atenta a oportunidades de crescimento, seja ele orgânico, por meio de aquisição ou por parcerias estratégicas de negócios, dentro de seus segmentos de atuação no curso regular de seus negócios e está continuamente analisando potenciais operações ou parcerias de negócios que agreguem valor aos seus acionistas.

Ainda, em complemento ao item 1.9:

Outras iniciativas

Investimento Social Privado: Instituto da Oportunidade Social ("IOS")

Fundado em 1998 como iniciativa de funcionários da então Microsiga, hoje TOTVS, o Instituto da Oportunidade Social (IOS) nasceu com o propósito de proporcionar acesso à tecnologia para jovens em vulnerabilidade social e pessoas com deficiência por meio de programas de formação profissional tendo como principal foco empregar os jovens qualificados em posições de entrada nas empresas.

O IOS é uma organização sem fins lucrativos que oferece formação profissional gratuita em administração e tecnologia da informação, com extensão em Educação Digital, Cidadania, Sustentabilidade, Matemática, Comunicação e Expressão, Habilidades Socioemocionais, além de acompanhamento com equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos). O público-alvo do Instituto é composto por jovens em vulnerabilidade social de 15 a 29 anos e Pessoas com Deficiência a partir dos 16 anos.

Ao longo de 2024, completando 26 anos de existência, o IOS esteve presente nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde fica a sede do Instituto. Neste período, passaram pelo Instituto mais de 47 mil alunos. Anualmente, mais de 2 mil jovens são formados e, em média, mais de mil e duzentos empregados, por empresas parceiras de diversos segmentos e pela Companhia, gerando um forte impacto social.

No último ano, o IOS formou 1800 alunas e alunos, e apoiou a empregabilidade de 1.407 jovens formados a conseguirem um emprego formal, através de esforços do Instituto junto às empresas parceiras, o que inclui a TOTVS. De acordo com estudos feitos pelo Instituto, em 2024 houve um aumento médio de 59% na renda das famílias quando um aluno formado começa a trabalhar, percentual que reflete um protagonismo do jovem cada vez maior em sua família, bem como reforça o impacto social gerado pelo Instituto.

1.16 Outras informações relevantes

Das pessoas formadas no IOS, 95% foram estudantes da rede pública de ensino, 53% mulheres, 56% negros e 4% de pessoas com deficiência, ampliando a inclusão social para populações minorizadas.

Neste mesmo ano, por meio do apoio da Companhia e de 811 colaboradores, foi realizada em julho/2024 uma nova edição da campanha “Gente que Acredita” (antiga TOTVERS que Fazem), que promoveu a doação de R$ 57.440,00 pelos TOTVERS, somado ao valor de R$ 300.000,00 doados pela Companhia.

A Companhia centraliza seu investimento social estratégico no IOS e hoje é a principal mantenedora do Instituto, que conta também com o apoio de outras empresas parceiras. O IOS dispõe de toda a estrutura e suporte para preparar os alunos e encaminhá-los para o mercado de trabalho, além de apoiar no cumprimento da Lei da Aprendizagem e da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, desenvolvendo os talentos do presente na economia do futuro.

O Instituto da Oportunidade Social é auditado anualmente pela KPMG, reporta anualmente utilizando-se do padrão GRI (Global Reporting Institute), e, como a TOTVS, também é signatária da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. O IOS possui reconhecimento internacional no ranking da TheDotGood como uma das 200 melhores organizações sociais do mundo, a 12ª do Brasil, e já recebeu o Selo de Diversidade e Direitos Humanos, da Prefeitura de São Paulo.

Mais informações do IOS estão disponíveis no site do Instituto: https://ios.org.br/

Diversidade e Inclusão

Entendemos nosso papel como uma grande empresa de tecnologia e estamos comprometidos com o desenvolvimento de uma agenda diversa e inclusiva, que reflete o propósito e a visão do Grupo TOTVS sobre a forma como seus negócios podem influenciar e impactar positivamente a sociedade, enquanto empregadora e agente social.

Acreditamos no poder transformador da tecnologia, na sua capacidade de contribuir para a construção de um ecossistema cada vez mais diverso, inclusivo, respeitoso e acolhedor.

A atuação em diversidade no Grupo TOTVS é suportada por uma política, comissão e área de Diversidade e Inclusão, que atua em conjunto com Grupos de Afinidade, Código de Ética e Conduta e políticas organizacionais que prezam pela

1.16 Outras informações relevantes

transparência, ética e integridade nas relações estabelecidas entre o Grupo TOTVS e seus públicos.

No Grupo TOTVS acreditamos que todas as pessoas são iguais na sua essência e, as diferenças culturais, biológicas, sociais, econômicas, dentre outras, fazem de cada indivíduo um ser único, que contribui e enriquece as relações, trocas e construções no ambiente corporativo e na sociedade. A partir desta crença, fomentamos os seguintes princípios norteadores:

- Cultura Inclusiva
- Liderança inclusiva
- Linguagem e comunicação inclusiva
- Promoção de processos inclusivos e intencionais
- Acessibilidade
- Representatividade
- Linguagem clara e sem barreiras

Nossos avanços são focados no letramento de todas as pessoas da TOTVS com a disponibilização do treinamento obrigatório de Diversidade e Inclusão e contamos com 87% de pessoas concluintes no primeiro mês. Além do Treinamento Obrigatório, contamos com a Política de Diversidade e Inclusão, Comissão de Diversidade e Inclusão (agenda estratégica com a alta liderança), os Grupos de Afinidade (espaço para acolhimento e construção de ações coletivas), o Código de Ética e Conduta e as demais políticas organizacionais para sustentar o Programa de D&I. O conteúdo do Treinamento aborda os seguintes tópicos:

- Introdução ao tema de D&I
- Vieses inconsciente
- Impacto da falta de representatividade nas empresas
- Gênero
- LBGTQIAP+
- Pessoas com deficiência
- Raça e Etnia
- Religião
- Interseccionalidade dos marcadores sociais
- Tendências de mercado

1.16 Outras informações relevantes

- Diversidade como pauta estratégica de negócios
- Como criar e implantar uma cultura de diversidade

Também fortalecemos nossos grupos de afinidade com a promoção de encontros e eventos para a conexão das pessoas participantes e construções conjuntas.

Para que as novas pessoas da TOTVS já entrem alinhadas com o programa, na integração é apresentado o posicionamento da empresa e o programa de diversidade e inclusão. Esse momento é bem importante para ensinar conceitos básicos de D&I para o pessoal que está entrando.

O Programa de Diversidade e Inclusão tem como objetivo valorizar gente boa que é boa gente e garantir que o nosso ambiente de trabalho seja livre de discriminação e preconceito, em que cada pessoa possa ser quem realmente é.

O programa possui 5 frentes voltadas para públicos minorizados: mulheres - #ELASNATOTVS, pessoas com deficiência - #INCLUSÃONATOTVS, étnico-racial - #PERTENCIMENTONATOTVS, LGBTQIAP+ - #CORESNATOTVS e Pessoas 50+ - #MATURIDADENATOTVS.

Em 2024 lançamos em conjunto com os grupos de afinidade, 4 guias de letramento denominados Guia Antimachista, Guia Antirracista, Guia Antilgbtfóbico e Guia Anticapacitista. Esses materiais são parte do nosso compromisso em letrar e educar todas as pessoas na TOTVS sobre o tema.

Sustentabilidade na TOTVS: tecnologia e governança para um crescimento responsável

A TOTVS tem evoluído continuamente sua estratégia de sustentabilidade, ampliando o olhar para os desafios e as oportunidades que o cenário atual apresenta. Mais do que integrar boas práticas ao nosso negócio, queremos que todo o nosso ecossistema seja sustentável – fortalecendo empresas, impulsionando a inovação e promovendo eficiência em toda a cadeia.

Acreditamos que a sustentabilidade está diretamente ligada à longevidade e à resiliência dos negócios. Por isso, buscamos antecipar tendências e responder proativamente às mudanças que impactam a economia e a sociedade. Nosso foco está na análise aprofundada de riscos e oportunidades, e na criação de soluções inovadoras que tornem empresas mais eficientes e competitivas, ao mesmo tempo em que contribuem para um desenvolvimento sustentável.

Como uma empresa brasileira de tecnologia, vemos um enorme potencial para que o Brasil se torne referência em inovação sustentável. O país tem a capacidade de liderar o desenvolvimento de soluções que equilibrem crescimento econômico, inclusão e mitigação de impacto ambiental. A TOTVS quer ser parte ativa dessa

1.16 Outras informações relevantes

transformação, ajudando empresas de todos os setores a digitalizar seus processos, otimizar recursos e reduzir impactos ambientais por meio da tecnologia.

Para garantir que a sustentabilidade continue sendo um direcionador estratégico, contamos com uma governança robusta. Nossa atuação é sustentada por estruturas sólidas, incluindo as diretrizes do **Comitê de Estratégia (CE)**, a liderança do **Comitê de Governança e Indicação (CGI)** e o engajamento do **Conselho de Administração (CA)**. Esses pilares garantem que a sustentabilidade seja tratada de forma transversal, conectada à estratégia de negócios e à geração de valor para nossos *stakeholders*.

Seguimos investindo para que nossos clientes sejam mais eficientes e preparados para os desafios do futuro. Sustentabilidade não é apenas um diferencial competitivo, é um elemento central na nossa estratégia, garantindo a perenidade do negócio e a geração contínua de valor para toda a sociedade.

Compromissos Públicos

Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

A Companhia aderiu em 2014 à Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. É a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 21 mil participantes, entre empresas e organizações, com abrangência e engajamento em 162 países.

Em 2024, a TOTVS se tornou signatária do Movimento Educa2030, do Pacto Global da ONU, reforçando o nosso real compromisso com a educação. Essa iniciativa tem como objetivo engajar as empresas a se comprometerem com metas ambiciosas em prol do aumento da escolaridade da população, a inclusão produtiva de jovens e o aumento de mulheres em carreiras STEM . A TOTVS também assinou em 2014 os WEP's que são os princípios de empoderamento feminino da ONU**.**

A Companhia participa de Grupos de trabalho do Pacto Global da ONU, incluindo afirmação dos dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia também aderiu no mesmo ano ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, que tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável e socialmente responsável. Este pacto apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos que obedecem às políticas adotadas em relação a sistemas de integridade e combate à corrupção. Como parte desse compromisso, a Companhia participa do Grupo de Trabalho de Integridade do Instituto Ethos, que promove debates e troca de experiências quanto à implementação de políticas e ações de integridade e combate à corrupção. Como parte desse compromisso, a Companhia participa do Grupo de Trabalho de Integridade do Instituto Ethos, que promove debates e troca de experiências quanto à implementação de políticas e ações de integridade e combate à corrupção.

Parcerias e Engajamento com o Ecossistema e Entidades do Setor

Semana da Integridade: com o objetivo de contribuir para o fomento da cultura de integridade na Companhia, em 2024 foi realizada a 5ª Semana da Integridade da TOTVS, com o mote “O papel do compliance e da ética em um mundo contemporâneo”, com a realização de palestras de temas como: "Ética e suas tensões no mundo contemporâneo" e "Prevenção aos diferentes tipos de assédio", além de um jogo online sobre o Código de Ética e Conduta. Contou um público total de 1705 colaboradores.

AGENDA INSTITUCIONAL

A TOTVS atua institucionalmente no seu ecossistema por meio de agendas prioritárias. O propósito desse engajamento é garantir que a TOTVS tenha voz no processo de construção de políticas públicas.

Entre as principais iniciativas de 2024, destacamos:

AGENDA INSTITUCIONAL

- **Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Social (CDESS):** em 2024 demos continuidade na participação do CDESS, representada por Laércio Cosentino na coordenação da Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital. Esta é uma das Comissões mais engajadas e com entrega concreta para o desenvolvimento do país com destaque na participação das Plenárias do CDESS. Avançamos nesta agenda em 2024 com a instituição do Comitê Interministerial para a Transformação Digital, que tem a finalidade de assessorar o Presidente da República na elaboração e implementação de políticas públicas de transformação digital. A iniciativa compõe o Plano Brasil Digital 2030+, um Plano de país, que nasceu na Brasscom e foi levado, defendido pelo Presidente do Conselho da TOTVS, Laércio Cosentino, na Comissão de

1.16 Outras informações relevantes

Tecnologia, Inovação e Transformação do Conselhão (CDESS). Essa conquista trará ganhos para a sociedade e para o setor produtivo, para que, por meio de tecnologia prioritárias, haja a promoção de capacitação profissional, potencialize a pesquisa e inovação, contínua melhoria do ambiente de negócios do Brasil, que sejam reduzidas as desigualdades e que haja crescimento sustentável do PIB.

- **Trilha de Educação Cidadã:** Somos uma empresa que tem inovação no DNA e por isso nos chama a atenção o quanto o tema ‘educação cidadã’ ainda é uma inovação no ambiente corporativo. Dialogar e promover essa temática fomenta a participação consciente e responsável das pessoas na sociedade, construindo soluções e oportunidades que possibilitem o bem-estar da população, por meio de uma cultura humanizada. Para fortalecer uma atividade política com maior participação da sociedade civil, a TOTVS disponibilizou, por meio de sua Universidade Corporativa, uma trilha completa de conteúdos que exercitam mais de 22 conceitos do nosso viver em sociedade. Esse projeto fez a TOTVS ser a vencedora da 7ª edição do Prêmio Marco Maciel, na categoria “RIG em organização privada ou mista”. Promovida pela Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG), a premiação tem como intuito reconhecer e divulgar as melhores práticas realizadas por organizações e instituições, por meio de seus profissionais de RIG (Relações Institucionais Governamentais), que atuaram guiados por ética, transparência, diálogo e responsabilidade social.
- **Prêmio TOTVS BRASIL QUE FAZ | Categoria Inovação - Lei do Bem:** A Lei do Bem é uma importante política pública de fomento à pesquisa e inovação em nosso país e mais da metade das empresas que a utilizam são clientes TOTVS. Em 2024, mais uma vez inovamos e criamos a primeira premiação dos projetos mais inovadores dos nossos clientes que utilizaram esse mecanismo de fomento.

AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

- **Conferência ANPEI**: Patrocinamos a Conferência ANPEI de Inovação, que destaca-se como o principal encontro voltado para a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil. A TOTVS participou do painel sobre Inteligência Artificial que teve como discussão central “5 coisas que você precisa saber sobre IA hoje”, conversa conduzida por um de nossos principais Executivos.
- **Lei do Bem:** enxergamos a Lei do Bem como importante instrumento de incentivo à inovação do país e permanecemos nos engajamos em diversos fóruns de debate sobre o tema.
- **Regulamentação de Inteligência Artificial**: a regulamentação da inteligência artificial no Brasil é um tema de alto impacto e prioritário para a TOTVS, os desdobramentos dessa regulamentação impacta no processo de desenvolvimento de tecnologias e governança tanto em soluções internas como para o atendimento

1.16 Outras informações relevantes

aos clientes da Companhia. A TOTVS tem atuado ativamente nas Brasscom, ABES e MBC - Movimento Brasil Competitivo, durante o debate da proposta de regulamentação debatida no Senado Federal. Além disso, a TOTVS atual com liderança defendendo posicionamento de forma individual com stakeholders selecionados. Essa atuação terá continuidade no ano de 2025 durante as novas etapas de debate na Câmara de Deputados e o eventual retorno ao Senado Federal.

AGENDA DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS

- **Reforma Tributária:** A segunda fase da Reforma Tributária foi debatida no Congresso e a TOTVS atuou com as associações Brascom, ABES e MBC para entender o texto e apresentar propostas de melhorias e aperfeiçoamento. Alguns dos pleitos foram parcialmente acolhidos e incorporados à Lei.
- **Reoneração da Folha:** O ano foi iniciado com uma Medida Provisória que extinguiu a Desoneração da Folha, mas a TOTVS trabalhou com a Brasscom para fomentar a manutenção do benefício junto aos parlamentares. Terminamos 2024 com aprovação da matéria, postergando o início da reoneração somente para 2025 e de forma progressiva até 2027.

AGENDA DE PRIVACIDADE

- **Proteção de dados**: nos engajamos por meio de associações setoriais do processo de fiscalização e implementação da LGPD e da Inteligência Artificial feito por consultas públicas e tomadas de subsídios abertas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O setor tem sempre a colaboração com o Poder Público para o aprimoramento da legislação brasileira como um propósito.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições financeiras/patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 2.1, informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral, uma análise da situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, compromissos ou eventos importantes que impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram constituídas com base nas demonstrações financeiras da Companhia, que são de responsabilidade da Administração da Companhia e estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial nas datas abaixo indicadas:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Patrimônio líquido	4.987.121	5.012.671
Ativo circulante	2.763.558	3.906.298
Dívida Líquida (Caixa Líquido) [1]	(265.942)	(986.372)

[1] A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos (exceto arrendamentos), debêntures, obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida (Caixa Líquido) de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em 2024, a Companhia encerrou o ano em uma posição de Caixa Líquido, tendo como principais destaques a geração de caixa operacional, que foi parcialmente compensada pelo programa de recompra de ações e obrigações por aquisição de investimentos ao longo do ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de capital

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e de recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis.

Apresentamos, no decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela a seguir:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Passivo Circulante e não Circulante (capital de terceiros)	3.544.600	3.816.189
Patrimônio Líquido (capital próprio)	4.987.121	5.012.671
Capital de Terceiros[(1)]	41,55%	43,22%
Capital Próprio[(2)]	58,45%	56,78%

[(1)] O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.
[(2)] Capital próprio refere-se ao Patrimônio Líquido da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia era de R$1.879.039, dos quais R$178.504, ou 9,5%, estão no passivo circulante e R$1.700.535 ou 90,5% no passivo não circulante.

A Companhia e suas controladas têm apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A maior parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da venda e prestação de serviços de software, que são prestados nos países onde são comercializados.

A Companhia e suas controladas mantêm um perfil conservador de investimento financeiro e atualmente não possui operações em mercados de risco e/ou derivativos.

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade de pagamento:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida Bruta [1]	1.879.039	2.272.724
Dívida Líquida (Caixa Líquido) [2]	(265.942)	(986.372)
Índice de Endividamento [3]	0,2	0,3
Índice de liquidez corrente [4]	2,4	2,9
Índice de liquidez geral [5]	1,0	1,2

[1] A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos (exceto arrendamentos), debêntures e obrigações por aquisição de investimentos. A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[2] A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde à Dívida Bruta deduzida dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras, garantias de investimentos, circulante e não circulante. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular este indicador de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[3] O índice de endividamento corresponde ao quociente da divisão da Dívida Bruta ao fim do exercício pelo Ativo Total.

[4] O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

[5] O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão: (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto investimento, imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante.

Em 2024, a Companhia realizou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com o objetivo de otimizar o custo financeiro e alongar o perfil de seu endividamento bruto, mantendo sua posição sólida de caixa, tendo em vista que os recursos líquidos obtidos com esta emissão foram integralmente utilizados para o resgate

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª (quarta) emissão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento foi de 0,2, o índice de liquidez corrente foi de 2,4 e o índice de liquidez geral foi de 1,0, demonstrando a capacidade da Companhia e de suas controladas de cumprirem com seus compromissos de curto e de longo prazos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuem deficiências de liquidez. Caso exista a necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados; e/ou (ii) emitir títulos de dívida, como por exemplo debêntures.

Vale ressaltar também que, apesar de a Diretoria entender que a Companhia e suas controladas não possuem deficiências de liquidez, entende que possuem linhas pré-aprovadas com bancos privados que podem ser acessadas no curtíssimo prazo.

Por fim, em 19 de fevereiro de 2025, a agência de classificação de risco Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da TOTVS, bem como de sua 5ª (quinta) emissão de debêntures, de ‘AA+(bra)’ para ‘AAA(bra)’, indicando risco de crédito mínimo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Encargos financeiros	Em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Arrendamentos	10,09% a.a. e 13,59% a.a	126.418	165.281
Contas garantidas e outras (i)	-	-	32.083
Empréstimos e arrendamentos		**126.418**	**197.364**
Passivo Circulante		58.133	90.701
Passivo Não Circulante		68.285	106.663

(i) Cédula de empréstimo para financiamento com fornecedores, no montante de R$32.083 em 31 de dezembro de 2023.

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Em 31 de dezembro de	
Emissão	Debêntures	Encargos Financeiros Anuais	Preço unitário em Reais	2024	2023
[5ª] Emissão de debêntures - Série única	1.500.000	100% do CDI + Spread 0,95% a.a.	1	1.535.131	-
[4ª] Emissão de debêntures - Série única	1.500.000	100% do CDI + Spread 1,35% a.a.	1	-	1.546.703
Debêntures				**1.535.131**	**1.546.703**
Passivo circulante				62.845	55.208
Passivo não circulante				1.472.286	1.491.495

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os montantes de empréstimos, arrendamentos e debêntures registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

(Em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
2025	-	55.003
2026	46.069	787.050
2027	11.317	755.699
2028	364.001	406
2029	372.778	-
2030	374.137	-
2031	372.269	-
Empréstimos, arrendamentos e debêntures (Passivo não circulante)	**1.540.571**	**1.598.158**

Arrendamentos: a Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de arrendamento financeiro com prazo contratado entre 3 e 9 anos referentes a equipamentos eletrônicos, alugueis e instalações de suas unidades.

Debêntures: no dia 19 de julho de 2024, a Companhia aprovou a 5º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, destinada exclusivamente a investidores profissionais, no montante total de R$1.500.000 (um bilhão e quinhentos mil reais), sendo o valor nominal unitário de R$1.000 (mil reais). Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros de um dia) “over extra-grupo”, acrescida de *spread* equivalente a 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. As debêntures terão vencimento final em 19 de julho de 2031.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
A Companhia e suas controladas não mantêm outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 2.f.i.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas
As dívidas da Companhia e de suas controladas são quirografárias, portanto, não há grau de subordinação entre elas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures: as debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado (*"covenants"*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. O índice financeiro aplicado a esta escritura decorre do coeficiente da divisão da Dívida Líquida/Caixa Líquido (com base nos critérios acordados com o agente fiduciário) pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser igual ou inferior a 4 vezes. Este indicador não considera para a dívida e EBITDA, os efeitos decorrentes do IFRS 16, bem como não estão sendo considerados os passivos, EBITDA e disponibilidades da TOTVS Techfin S.A. e suas subsidiárias.

	Em 31 de dezembro de	
INDICADOR DE ALAVANCAGEM	**2024**	**2023**
(+) Dívida Bruta Consolidado	1.879.039	2.272.724
(+/-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.942.162)	(3.129.162)
(=) Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(63.123)	(856.438)
EBITDA Ajustado Gestão + RD Station	1.274.611	1.076.234
Dívida Líquida (Caixa Líquido) / EBITDA	-0,05	-0,80

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se encontrava adimplente com todos os *covenants* estipulados em seus referidos contratos de debêntures.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data de apresentação deste item, não existiam linhas de financiamento contratadas e não utilizadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		Análise vertical		Análise Horizontal
	2024	2023	2024	2023	24 vs. 23
Receita Líquida	**5.224.007**	**4.440.443**	***100,0%***	***100,0%***	***17,6%***
Custo de software	(1.594.149)	(1.304.449)	*-30,5%*	*-29,4%*	*22,2%*
Lucro bruto	**3.629.858**	**3.135.994**	***69,5%***	***70,6%***	***15,7%***
Receitas (despesas) operacionais					
Pesquisa e desenvolvimento	(945.253)	(844.764)	*-18,1%*	*-19,0%*	*11,9%*
Despesas comerciais e marketing	(1.135.920)	(989.089)	*-21,7%*	*-22,3%*	*14,8%*
Provisão para perda esperada	(59.356)	(36.394)	*-1,1%*	*-0,8%*	*63,1%*
Despesas gerais e administrativas	(593.409)	(502.234)	*-11,4%*	*-11,3%*	*18,2%*
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(17.080)	(66.013)	*-0,3%*	*-1,5%*	*-74,1%*
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros e equivalência patrimonial	**878.840**	**697.500**	***16,8%***	***15,7%***	***26,0%***
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	278.306	355.764	*5,3%*	*8,0%*	*-21,8%*
Despesas financeiras	(327.632)	(373.173)	*-6,3%*	*-8,4%*	*-12,2%*
Resultado da equivalência patrimonial	(1.571)	3.195	*0,0%*	*0,1%*	*-149,2%*
Lucro antes da tributação	**827.943**	**683.286**	***15,8%***	***15,4%***	***21,2%***
Imposto de renda e contribuição social	(91.415)	(146.620)	*-1,7%*	*-3,3%*	*-37,7%*
Lucro (prejuízo) líquido da operação continuada	**736.528**	**536.666**	***14,1%***	***12,1%***	***37,2%***
Lucro (prejuízo) da unidade de negócio Techfin	**(1.085)**	**227.769**	**-**	**-**	**-**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**735.443**	**764.435**	***14,1%***	***17,2%***	***-3,8%***
Lucro atribuído aos sócios da empresa controladora	**717.513**	**734.820**	***13,7%***	***16,5%***	***-2,4%***
Lucro atribuído aos sócios não controladores	**17.930**	**29.615**	***0,3%***	***0,7%***	***-39,5%***

Receita Líquida

A Receita Líquida consolidada de 2024 cresceu 17,6%, quando comparada ao ano anterior. Essa aceleração resultou na superação da marca de R$5.000.000 no ano, impulsionada principalmente pelo crescimento de 20,9% ano contra ano das Receitas Recorrentes das unidades de negócio Gestão e RD Station, que, juntas, representam 88,8% da Receita Líquida, um crescimento de 240 pontos base contra o ano de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outro destaque de 2024 é o resultado da Receita Recorrente Anualizada (ARR), que encerrou 2024 em R$5.538.274, com uma Adição Total consolidada de R$849.571. Este resultado é fruto do foco da Companhia em Receitas Recorrentes, que traz resiliência e previsibilidade, e estabelece a base para a Receita Recorrente do ano de 2025.

Lucro Bruto

Os custos de software fecharam 2024 com um crescimento de 22,2% comparados ao ano anterior, resultando em uma margem bruta de 69,5% ou 110 pontos base menor que em 2023, refletindo o foco da Companhia em Receitas Recorrentes e redução do TCO (*Total Cost of Ownership*) como forma de aumentar a sua competitividade.

É importante explicar que, há muitos anos, a TOTVS foca na geração de Receitas Recorrentes, que são as mais rentáveis e perenes, bem como na redução de TCO (*Total Cost of Ownership*), que torna as soluções mais acessíveis. Esse movimento impacta a Margem Bruta devido à redução da relevância da Receita de Licenças, que são mais rentáveis no curto prazo e à redução da margem bruta da Receita de Serviços Não Recorrentes (normalmente associados aos projetos de implantação e customização em novas vendas). Da mesma forma, as aquisições realizadas ao longo de 2023 e de 2024 normalmente trazem empresas com Margem Bruta inferior, o que também pressiona o desempenho nessa métrica no curto prazo. Por outro lado, esses movimentos ajudam a sustentar o crescimento da receita e, à medida em que essas operações começam a ser integradas, eleva-se a Margem EBITDA.

Despesas

- **Pesquisa e Desenvolvimento -** em 2024, as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) representaram 18,1% da Receita Líquida, frente a 19% de 2023. Essa diluição, principalmente na unidade de negócio de Gestão, é consequência do modelo de negócio mais recorrente que tem permitido ganhos de escala sem comprometer a continuidade dos investimentos necessários para a manutenção da estabilidade, profundidade e amplitude funcional das soluções, bem como para a inovações no portfólio de soluções.

- **Despesas Comerciais e de Marketing -** na comparação anual, as Despesas Comerciais e de Marketing apresentaram aumento de 14,8% em relação a 2023, representando 21,7% sobre a Receita Líquida em 2024, frente a 22,3% de 2023. Esta redução na representatividade da Receita Líquida é ainda mais relevante considerando a realização de uma grande campanha publicitária TOTVS, focada em construção de marca, além da realização do Universo TOTVS numa área 50% maior do que a utilizada em 2023, ou seja, o ganho de eficiência do time comercial permitiu aumentar os investimentos em Propaganda e Marketing e Eventos com incremento na margem no total das Despesas Comerciais e de Marketing. Adicionalmente, a realização do RD Summit em 2024 foi novamente um sucesso, atraindo, em média, 21 mil participantes diários ao longo dos três dias de evento (crescimento de 10% em relação a 2023) e com custo total líquido de aproximadamente R$14 milhões, similar ao de 2023. Este resultado é reflexo do crescimento na venda de ingressos e das

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

cotas de patrocínio, o que reforça a capacidade de engajamento e relevância do RD Summit para o ecossistema, sendo considerado como o maior evento de marketing digital do Brasil.

- **Despesas Gerais e Administrativas e Provisão para Contingências -** a representatividade desse grupo de despesa em 2024 foi de 11,4% da Receita Líquida, em linha com 2023 que foi de 11,3%. Este ligeiro aumento está relacionado à estrutura das operações adquiridas no período, bem como à estrutura corporativa atual, que foi estabelecida ao longo do 2º semestre de 2023 e impactou integralmente o ano de 2024.

- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais -** na comparação ano contra ano, o resultado líquido negativo da rubrica Outras Receitas (Despesas) operacionais apresentou uma redução de 74,1% em relação a 2023. Esta linha é impactada principalmente pelo complemento de obrigação por aquisição de investimentos em decorrência do processo anual de revisão e da atualização dos montantes de *earn-out* das transações de M&A. Em 2023, houve um complemento de R$57.445, enquanto que 2024 foi impactado pela reversão de R$22.647, que foi compensada com a provisão para *impairment* de R$30.619 .

- **Resultado Financeiro -** a redução de R$31.917 do Resultado Financeiro em 2024 é resultado da diminuição da Receita Financeiro como consequência da redução da posição de Caixa, decorrente das amortizações das Debêntures e dos *earn-outs* de aquisições realizadas em períodos anteriores, além da execução do programa de recompra de ações e do pagamento das aquisições recentemente realizadas.

- **Resultado da equivalência patrimonial -** representa equivalência patrimonial na proporção de 50% do resultado da TOTVS Techfin, *Joint Venture (JV)* com Itaú Unibanco S.A. focada em serviços financeiros via integração com os softwares de gestão.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social -** no acumulado de 2024, a redução de 37,7% em relação a 2023 reflete a constituição de IR Diferido ativo da controlada RD Station no valor de R$90.908, que reuniu neste exercício os elementos suficientes para o registro de tais créditos tributários. Excluindo este efeito, a taxa efetiva ficaria em 22% em 2024, patamar similar ao apresentado em 2023.

Lucro (prejuízo) líquido da operação continuada:

O Lucro líquido da operação continuada relativo a 2024 totalizou R$736.528, um aumento de 37,2% em relação a 2023. Em linhas gerais, o aumento do Lucro líquido da operação continuada é consequência do aumento da receita recorrente e disciplina na gestão de custos e despesas ao longo do ano.

Lucro (prejuízo) da Unidade de negócio Techfin:

Esta rubrica corresponde aos resultados da unidade negócios Techfin anteriores ao fechamento da *Joint Venture* com o Itaú Unibanco S.A. em 31 de julho de 2023, quando a TOTVS e o Itaú passaram a deter,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

cada um, 50% de participação no capital social da TOTVS Techfin S.A. e seus resultados estão representados na linha de Resultados de Equivalência Patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		*Análise Horizontal*
	2024	2023	*24 v. 23*
Caixa bruto gerado nas atividades operacionais	**1.448.739**	**1.366.639**	***6,0%***
Juros pagos	(177.930)	(224.921)	*-20,9%*
Imposto de renda e contribuição social pagos	(156.198)	(189.611)	*-17,6%*
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.114.611**	**952.107**	***17,1%***
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado e intangível, líquidos das vendas de ativos	(230.712)	(273.692)	*-15,7%*
Obrigações com investimentos, líquido de caixa e de recebimento por venda	(1.055.306)	(132.309)	*697,6%*
Fundo CVC	(47.025)	(24.836)	*100,0%*
Mútuo com franquias	(589)	13.150	*-104,5%*
Caixa proveniente (utilizado na) da Unidade de Negócio Techfin	-	405.223	*-100,0%*
Demais atividades de investimentos	-	9.073	*-100,0%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.333.632)**	**(3.391)**	***39228,6%***
Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	(131.259)	(37.928)	*246,1%*
Aumento de capital, líquido e investimento de não controladores	-	4.164	*-100,0%*
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(265.352)	(412.163)	*-35,6%*
Ações em tesouraria, líquidas e crédito com empresas ligadas	(571.368)	(109.392)	*100,0%*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(967.979)**	**(555.319)**	***74,3%***
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1.187.000)**	**393.397**	***-401,7%***

O aumento de 17,1% no Caixa líquido gerado nas atividades operacionais do exercício de 2024 em relação a 2023 está principalmente relacionado ao aumento no Lucro líquido da operação continuada.

O significativo aumento do caixa aplicado nas atividades de investimento está principalmente relacionado aos pagamentos de obrigações por aquisição de investimentos oriundo dos M&As como Tallos, RD Station, Gesplan e Supplier, além das aquisições das empresas Quiver, TOTVS IP, Ahgora e VarejOnline.

O aumento de 74,3% no caixa aplicado nas atividades de financiamento se deu principalmente pelo maior volume de recompra de ações em 2024.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os critérios de reconhecimento de receita de software não sofreram alterações significativas que pudessem comprometer a sua comparabilidade no ano de 2024.

As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos descontos e custos com parceiros quando aplicável. A Companhia e suas controladas separam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma:

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. A Companhia e suas controladas ativam os gastos de remuneração variável dos vendedores para obtenção de contratos pagos na venda de subscrição de software e amortizam este custo com base no tempo médio de permanência dos clientes.

A receita de software não recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento. A **taxa de licenciamento** é reconhecida em determinado momento, quando todos os riscos e benefícios inerentes à licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e suas controladas. As **receitas de serviços de implementação e customização** representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo, à medida em que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram:

1) Dinâmica de Inflação na unidade de negócio Gestão: os reajustes de receita recorrentes de Gestão possuem uma dinâmica diferente dos reajustes de salários (dissídio e/ou acordo coletivo), devido aos formatos, aniversários e, principalmente, aos índices terem comportamentos divergentes em alguns momentos. Desta forma, o descasamento do IGP-M e IPCA pode contribuir como um "*tailwind*", impactando positivamente o ganho de rentabilidade, quando o IGP-M está acima do IPCA, ou impactando negativamente como um "*headwind*", prejudicando a rentabilidade, quando as curvas se invertem. Ao longo de 2023 e a primeira metade de 2024 a economia brasileira apresentou uma dinâmica de IGP-M com índices abaixo do IPCA o que gerou um impacto negativo estimado de 60 pontos base na Margem EBITDA de 2024 desta unidade de negócio.

2) Foco em receitas recorrentes e redução do TCO: a Companhia possui maior foco na geração de Receitas Recorrentes, que são as mais rentáveis e perenes, bem como na redução de TCO (*Total Cost of Ownership*), que torna as soluções mais acessíveis. Esse movimento impactou a rentabilidade de 2024 devido à redução da relevância da Receita de Licenças, que são mais rentáveis no curto prazo e à redução da margem bruta da Receita de Serviços Não Recorrentes (normalmente associados aos projetos de implantação e customização em novas vendas).

3) Ganho de escala na unidade de negócio RD Station: a contínua expansão da receita dessa unidade de negócios associada ao andamento do processo de integração das empresas adquiridas mais recentes fizeram a Margem EBITDA Ajustada da BU RD Station crescer 590 pontos base sobre 2023 e atingir aproximadamente 10% em 2024.

4) IR Diferido da RD: após incorporação da subsidiária Tallos e atualização do estudo de recuperabilidade dos tributos diferidos ao longo dos próximos anos da RD Station, a Companhia registrou o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal acumulado, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volume e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em consonância com a estratégia da Companhia, as Unidades de Negócios RD Station e Techfin são novos negócios e motores de crescimento, além claro do modelo SaaS (*Software as a Service*) na Unidade de Negócio de Gestão e consumo de nuvem que seguem com sólida demanda, com destaque especial para as soluções T-Cloud (incluindo *PaaS - Plataform as a Service*).

O ano de 2024 foi marcado por avanços no volume de vendas, principalmente com a crescente demanda e consumo de nuvem, resultando em um avanço de 31% da receita de Cloud em 2024 comparada a 2023. Em relação aos índices inflacionários no componente do preço, o ano começou com o IGP-M acumulado de 12 meses rodando abaixo de zero e foi recomposto ao longo do segundo semestre, impactando positivamente os contratos com aniversário de reajuste deste período.

Na RD Station, o crescimento e grandes ganhos de margem demonstram a potência dessa unidade de negócio, que se tornou multi-produto, multi-canal, multi-interlocutor, multi-cliente, dentre outras propriedades. Em Techfin, entramos na inflexão ascendente da curva J que mencionamos na criação da *joint venture* com o Itaú, acelerando para criar o primeiro *ERP Banking* do Brasil.

A Companhia possui subsidiárias na Argentina, país com economia hiperinflacionária e conforme IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, os itens do patrimônio líquido e a demonstração do resultado das controladas na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino, estão sendo corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mercado local.

Para fins de conversão de moeda estrangeira para economia não hiperinflacionária como o Real, os montantes comparativos são apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações financeiras do ano anterior. Os impactos de hiperinflação resultantes das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2024 e de 2023 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. O efeito resultou em um prejuízo líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de R$8.717 (sendo que, para fins de comparação, o prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2023 foi de R$11.437).

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento estimado acima de 3% em 2024, impulsionado pela indústria e pela recuperação no setor de serviços. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 5,08%, acima do intervalo da meta, refletindo pressões de preços em itens como alimentos e energia, agravadas por fatores climáticos que prejudicaram

2.2 Resultados operacional e financeiro

parte das colheitas. Em resposta, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic para 12,25% ao ano, buscando controlar a inflação e ancorar as expectativas de mercado.

No setor externo, o déficit em transações correntes ampliou-se para 2,55% do PIB, contra 1,32% do PIB no ano de 2023.

No mercado de câmbio, o real enfrentou volatilidade ao longo do ano, influenciado principalmente pelo cenário externo, política monetária restritiva nos Estados Unidos e por incertezas fiscais domésticas. O dólar oscilou entre R$4,80 e R$5,30 ao longo de 2024, refletindo as decisões do FED e as expectativas sobre o crescimento global, enquanto o Banco Central manteve intervenções pontuais para conter movimentos bruscos na taxa cambial.

Já no resultado financeiro, as debêntures emitidas em 2024 são atreladas à variação do CDI. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os juros incorridos relacionados à debêntures representaram 63% da despesa financeira.

A dívida da Companhia está exposta aos seguintes indicadores em cada período abaixo:

Operação	Risco	Indicadores
Debêntures	CDI	100% do CDI + Spread 0,95% a.a.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira dessas aplicações, que estão atreladas à taxa de juros, representou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 representou 90,9% da receita financeira da Companhia.

Adicionalmente, as receitas de algumas controladas que atuam internacionalmente estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar Americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP). A Companhia e suas controladas atuam para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração. Em 31 de dezembro de 2024, as receitas das controladas do mercado internacional representaram 2,5% (2,9% em 31 de dezembro de 2023) da receita consolidada da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houveram mudanças de práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os auditores independentes emitiram relatório do auditor sem opiniões modificativas ou ênfases nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional para o ano de 2024.

Com o objetivo de contribuir com o atingimento dos objetivos estratégicos, a Companhia avalia constantemente oportunidades de investimento e desinvestimento. As principais operações realizadas pela Companhia podem ser identificadas no item (b) desta seção.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da Franquia Interior Paulista (IP)

Em 30 de outubro de 2023, a subsidiária da Companhia, TTS, celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição de 100% do capital social da franquia IP São Paulo Sistemas de Gestão Empresarial Ltda.. A transação foi concluída em 31 de janeiro de 2024, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), bem como da verificação de outras condições usuais para este tipo de operação. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$139.613, incluindo o valor retido de R$7.000 para eventuais indenizações.

Em 1º de julho de 2024, a IP foi incorporada pela TTS, pelo acervo líquido de R$13.604, o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido na data base de 31 de maio de 2024. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TTS.

Aquisição da Quiver

Em 1º de fevereiro de 2024, a controlada Dimensa celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição de 100% do capital social da Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda. O valor pago à vista foi no montante de R$113.083, que inclui o valor retido de R$15.000 para eventuais indenizações. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições.

No mercado desde 1992, a Quiver atende seguradoras, corretoras e bancos para vendas e gestão de apólices. Seu portfólio é dividido em software para corretoras de seguros e de benefícios, soluções de cálculos e de vendas de dados.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Aquisição da Ahgora

Em 30 de novembro de 2023, a subsidiária TTS celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição de 100% das ações da Ahgora HCM S.A. ("HCM")e das quotas da Webtraining Ltda. ("Webtraining" e, em conjunto com a HCM, "Ahgora"). O fechamento desta transação dependia da aprovação das autoridades concorrenciais, da conclusão da reorganização societária e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação, as quais foram concluídas no dia 28 de março de 2024. O valor pago à vista foi no montante de R$372.000, que inclui o valor retido de R$10.000 para eventuais indenizações.

Com a operação de software da Ahgora, a TOTVS reforçou sua posição como plataforma para RH na unidade de negócio Gestão.

Em 31 de outubro de 2024, a HCM e sua subsidiária Webtraining foram incorporadas pela TTS, pelo acervo líquido de R$19.117 e R$3.516, respectivamente. Estas empresas foram avaliadas por peritos que emitiram os laudos de avaliação contábil do patrimônio líquido na data base de 30 de setembro de 2024. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TTS.

Aquisição da VarejOnline

Em 6 de novembro de 2024, a subsidiária da Companhia, TOTVS Gestão, celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 100% do capital social da VarejOnline Tecnologia e Informática S.A. ("VarejOnline")

A transação foi concluída no dia 30 de dezembro de 2024, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da verificação de outras condições precedentes. O valor pago à vista foi de R$47.000, incluindo o valor retido de R$7.000 para eventuais indenizações. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições.

Com a VarejOnline, a TOTVS deu mais um passo na construção de uma "Suíte Varejo" completa, com foco em transformar a gestão de varejistas através da integração de tecnologias de ponta.

Alienação das subsidiárias IPSP Sorocaba e Neopenso, oriundas da aquisição da Franquia Interior Paulista (IP)

Em 1º de julho de 2024, a IPSP Sorocaba e a Neopenso, subsidiárias integrais da Franquia Interior Paulista (IP), foram alienadas, cujo ganho líquido da operação registrada em outras receitas operacionais foi no montante de R$24.943.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais para o ano de 2024.

2.5 Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de renda da pessoa jurídica, contribuição social sobre o lucro líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil calculada pela Companhia.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da CVM n° 156, de 24 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156/22"), conciliada com suas demonstrações financeiras, sendo que o EBITDA consiste no lucro líquido (ou prejuízo) do exercício, ajustado pelas receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas despesas de depreciação e amortização.

A **Margem EBITDA** é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida do período.

O **EBITDA Ajustado** é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA adicionado pelo EBITDA da Unidade de negócio Techfin, Ajuste de Reestruturação Operacional, Ajustes de M&A ao Valor Justo, Perda (Ganho) na Baixa de Ativos, Gastos com Transações de Aquisições (M&A), Créditos Tributários e ajuste de Reoneração da Folha de Pagamento que, na opinião da Administração, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho da Companhia, entre outras receitas e despesas não recorrentes e que não são parte das operações da Companhia. Os ajustes às operações da Companhia estão descritos abaixo:

(i) EBITDA da Unidade de negócio Techfin: representa 50% do EBITDA da Unidade de negócio Techfin oriunda da *Joint Venture* formada com o Itaú. Essa operação possui controle compartilhado, e portanto, não está consolidado do resultado da Companhia**;**

(ii) Ajuste de reestruturação operacional: despesas extraordinárias referente à reestruturação de algumas operações da Unidade de Negócio de Gestão;

(iii) Ajuste de M&A ao valor justo: refere-se à atualização a valor justo dos pagamentos/recebimentos contingentes relacionados a transações de M&A;

(iv) Perda (ganho) na baixa de ativos: ganho ou perda gerado pela baixa de ativos imobilizados e intangíveis;

(v) Gastos com transações com M&A: honorários e demais custos decorrentes de processo de aquisição de empresas (M&A);

(vi) Crédito tributário: refere-se à constituição de crédito tributário extemporâneo de PIS e COFINS pela exclusão do ICMS da base de apuração, apresentados líquidos do custo com honorários advocatícios para obtenção do parecer legal sobre o tema.

(vii) Ajuste de reoneração da Folha de Pagamento: refere à provisão para contribuição

2.5 Medições não contábeis

previdenciária pela reoneração da folha de pagamento decorrente do fim do programa Brasil Maior. A reoneração da folha de pagamento reintroduz o pagamento da contribuição previdenciária por parte das empresas de 17 setores que, a partir de janeiro de 2025, passam a pagar 5% sobre a folha de pagamento, passando para 10% a partir em janeiro de 2026, 15% a partir de janeiro de 2027 e chegando a 20% em janeiro de 2028. Em contrapartida, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que no nosso setor era de 4,5% até dezembro de 2024, passa para 3,6% a partir de 2026, decrescendo no início dos próximos 3 anos até atingir 0% em janeiro de 2028.

A **Margem EBITDA Ajustada** corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida Total.

O **EBITDA ajustado Gestão + RD Station** e a **Margem EBITDA ajustada Gestão + RD Station** é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustada desconsiderando o EBITDA e a Margem EBITDA da Unidade de negócio Techfin.

O EBITDA e a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + RD Station e a Margem EBITDA Ajustada Gestão + RD Station não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("*IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("*IASB*"), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido do exercício, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BR-GAAP ou o IFRS. A Companhia utiliza o EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada como medidas de desempenho para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotem esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela referida normativa.

Seguem abaixo os valores de EBITDA, Margem EBITDA %, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada %, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

2.5 Medições não contábeis

	Em 31 de dezembro de	
Em milhares de Reais	**2024**	**2023**
EBITDA	1.203.538	983.495
Margem EBITDA%	23,0%	22,1%
EBITDA Ajustado	1.290.941	1.089.913
Margem EBITDA Ajustada%	24,0%	23,8%
EBITDA Ajustado Gestão + RD Station	1.274.611	1.076.234
Margem EBITDA Ajustada Gestão + RD Station %	24,9%	24,2%

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A **Dívida Bruta** corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos (exceto arrendamento), debêntures, obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante.

A **Dívida Líquida (Caixa Líquido)** é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos.

A Companhia utiliza a Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Dívida Bruta na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (*IASB*), de modo que não possuem significados padrões e não são comparáveis às definições de Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) em 31 de dezembro de 2024:

	Em 31 de dezembro de	
Em milhares de Reais	**2024**	**2023**
Dívida Bruta	1.879.039	2.272.724
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(265.942)	(986.372)

2.5 Medições não contábeis

Receita Líquida Techfin (Non-GAAP)
A receita líquida Techfin (Non-GAAP) é composta pela Receita de Techfin, deduzida do Custo de captação, que é formado pela remuneração das cotas seniores e mezanino do FIDC, além do custo de eventuais linhas bancárias.

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	**2024**	**2023**
Receita líquida de *funding* Techfin (50%)	153.753	136.427

A Companhia utiliza a receita líquida Techfin (Non-GAAP) para avaliar a margem da operação a partir da receita líquida do custo de captação.

A receita líquida Techfin (Non-GAAP) não é medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou *International Financial Reporting Standards* (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (*IASB*), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Receita Líquida elaborada por outras empresas. A receita líquida Techfin (Non-GAAP) apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de desempenho.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A conciliação entre essas medições não contábeis e as demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

2.5 Medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + RD Station e Margem EBITDA Ajustada Gestão + RD Station

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	**2024**	**2023**
Receita Líquida Total	5.224.007	4.440.443
Lucro (Prejuízo) Líquido	**735.443**	**764.435**
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	49.326	17.409
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)	91.415	146.620
(+) Depreciação e Amortização	326.269	282.800
(+/-) Lucro/ Prejuízo líquido da operação descontinuada	1.085	(227.769)
EBITDA	**1.203.538**	**983.495**
Margem EBITDA%	**23,0%**	**22,1%**
(-) Resultado da equivalência patrimonial	1.571	(3.195)
(-/+) Ajuste de M&A a Valor Justo	40.077	72.928
(-/+) Ajuste Extraord. Reestruturação Op.	8.342	12.539
(-/+) Perda (Ganho) na baixa de ativos	(7.158)	-
(+) Gastos com transações de M&A	12.762	9.837
(-) Crédito tributário	-	630
(-) Ajuste Reoneração da folha de pagamento	15.479	-
EBITDA Ajustado Gestão + RD Station	**1.274.611**	**1.076.234**
Margem EBITDA Ajustada Gestão + RD Station%	**24,4%**	**24,2%**
EBITDA Unidade de Negócio Techfin	16.330	13.679
EBITDA Ajustado	**1.290.941**	**1.089.913**
Margem EBITDA Ajustada %	**24,0%**	**23,8%**

2.5 Medições não contábeis

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

	Em 31 de dezembro de	
Em milhares de Reais	**2024**	**2023**
Empréstimos e arrendamentos (circulante e não circulante)	-	32.083
Debêntures (circulante e não circulante)	1.535.131	1.546.703
Obrigação por aquisição de investimentos	343.908	693.938
Dívida Bruta	**1.879.039**	**2.272.724**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.942.162)	(3.129.162)
(-) Garantias de investimentos	(202.819)	(129.934)
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**(265.942)**	**(986.372)**

Índice de Endividamento sobre Ativo Total

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	**2024**	**2023**
Dívida bruta	1.879.039	2.272.724
Ativo Total	8.531.721	8.828.860
Índice de Endividamento	**0,2**	**0,3**

Receita Líquida Techfin (Non-GAAP)

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	**2024**	**2023**
Receita líquida Techfin	225.717	221.773
Custo de funding	(71.964)	(85.346)
Receita de Techfin Líquida de Funding (50%)	**153.753**	**136.427**

2.5 Medições não contábeis

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + RD Station e Margem EBITDA Ajustada Gestão + RD Station

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas que melhor refletem a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. Dessa forma, contribuem para a comparabilidade da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação no Brasil e no exterior, uma vez que as empresas do setor podem apresentar diferentes estruturas de capital e diferentes patamares de despesas com amortização, especialmente de intangíveis oriundos de aquisições.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Gestão + RD Station e Margem EBITDA Ajustada Gestão + RD Station são medidas de desempenho mais apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados a: (i) EBITDA da Unidade de negócio Techfin; (ii) ajuste de reestruturação operacional; (iii) ajuste de M&A ao valor justo; (iv) perda (ganho) na baixa de ativos; (v) gastos com transações de aquisições (M&A); (vi) crédito tributário; (vii) ajuste de reoneração da Folha de Pagamento. Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada do seu real desempenho.

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia entende que as medições da Dívida Líquida (Caixa líquido) e Dívida Bruta são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

Índice de Endividamento sobre Ativo total

A Companhia entende que a medição do Índice de Endividamento sobre Ativo total é útil na avaliação de sua liquidez, ou seja, sua capacidade de pagamento dos passivos de curto e longo prazo, uma vez que demonstra a dívida da Companhia em múltiplos do Ativo total, e demonstra também a capacidade de pagamento das dívidas da Companhia. Este indicador é uma das referências para cumprimento das obrigações descritas nos *covenants* das debêntures emitidas em julho de 2024, no âmbito da 5ª emissão de debêntures da Companhia.

Receita Líquida do Custo de Funding (Non-GAAP)

A Companhia entende que a Receita de Techfin Líquida de Funding (Non-GAAP) é a métrica que melhor representa a Receita Líquida gerada na operação de crédito da Unidade de negócio Techfin, deduzindo os custos de captação gerados pela remuneração dos cotistas seniores e mezanino do FIDC.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que as altere substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

Exercício social encerrado em 31/12/2024	
a. Regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei das S.A., a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei das S.A., a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	A Administração propõe a seguinte destinação do lucro líquido, que será deliberada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 23 de abril de 2025: Reserva legal R$35.876 e Reserva de Retenção de Lucros R$415.930.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	R$415.930 revertidos da conta de Reserva de Retenção de Lucros correspondem a 58% do lucro líquido declarado pela Companhia.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. e no artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Em regra, ao final de cada exercício social. Não obstante, o Estatuto Social da Companhia, em seu art. 39, contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.

2.7 Destinação de resultados

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política específica formalmente aprovada que trate sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia continua com sua estratégia de buscar o crescimento inorgânico por meio de transações de fusão e aquisição de empresas, desenvolvedoras de software de gestão ou de empresas que possam ampliar as ofertas de serviços de valor agregado da Companhia, no mercado brasileiro e/ou internacional.

A Companhia faz investimentos em *Corporate Venture Capital as a Service* ("CVC") por meio de um fundo de investimento de participações ("FIP"), um conceito novo que conta com um gestor externo e independente e que nos permitiu criar um mecanismo de investimento direcionado para startups com alto potencial de crescimento e inovação. Em 31 de dezembro de 2024, o valor investido totalizou R$47.025.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é outra linha relevante no plano de investimento, dada sua importância estratégica para o setor da economia no qual a Companhia está inserida. Tais investimentos permitem oferecer soluções cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes e agregar inovações tecnológicas que propiciam maior produtividade dos usuários das soluções. Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas Demonstrações Financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R$1.007.951, sendo R$945.253 impactou o resultado da Companhia na linha de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento e R$62.698 que foram capitalizados de acordo com os critérios contábeis para inovação.

As principais iniciativas na linha de investimento com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia no último ano foram voltadas a Inteligência Artificial (AI), de modo a consolidar e exponencializar produtos voltados para as Unidades de Negócios Gestão e RD Station, com a ampliação e modernização do portfólio de produtos, atendimento de novas regulamentações, além da continuidade em facilitar o acesso de nossos clientes a serviços financeiros de forma mais tecnológica, ágil e econômica (Unidade de Negócio Techfin):

- Projetos voltados a levar inovação ao mercado financeiro, gerando melhores resultados operacionais aos usuários das ferramentas de *financial services*.

2.10 Planos de negócios

- Investimentos em projeto para atender as necessidades dos mercados de manufatura, integrando as diversas soluções com agilidade e buscando sempre as melhores práticas da indústria 4.0.
- Projetos com foco na integração e produtividade da plataforma, tem por objetivo facilitar a administração e utilização da infraestrutura em nuvem.
- Pesquisa e desenvolvimento aplicado a promover ganho de eficiência e melhores práticas na gestão de transportadoras, operadores logísticos, portos, recintos alfandegados e comércio de material de construção.
- Projeto para aumento da escalabilidade da plataforma de inteligência artificial por meio de alterações na arquitetura de armazenamento da plataforma.
- Projetos de inovação voltados para a transformação digital do RH através de portfólio de soluções e ofertas que incorporam o inovador conceito *"HXM - Human Experience Management"*.
- Desenvolvimento de competências para capturar, armazenar, analisar e gerar *insights* de negócios a partir de grandes volumes de dados.
- Projetos voltados a uma melhor experiência dos clientes com o acesso a informações e com as soluções da companhia.
- Desenvolvimento de soluções de Marketing Digital, Vendas/Digital Commerce e soluções de CX - Customer Experience com foco no aumento de vendas, competitividade e desempenho dos clientes.
- Projeto de modernização das principais linhas de ERP da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos em P&D têm como fonte de financiamento os recursos gerados nas atividades operacionais da Companhia, emissões de ações e/ou Debêntures (vide item 2.1.(f)). Além dos recursos gerados nas atividades operacionais, as transações de fusão e aquisição de empresas podem também ser viabilizadas por meio de operações estruturadas que envolvam, tanto recursos próprios, quanto de terceiros de acordo com a magnitude da transação.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes de desinvestimento na data base de 31 de dezembro de 2024.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O total de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento foi de R$945.253 e representou 18,1% da receita líquida da Companhia e suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, ao longo de 2024, a Companhia e suas controladas capitalizaram gastos com desenvolvimento de alguns projetos, com claras perspectivas de retorno no médio/longo prazo que totalizaram R$62.698 que representam 1,2% da receita líquida total da Companhia.

2.10 Planos de negócios

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A TOTVS tem evoluído continuamente sua estratégia de sustentabilidade, ampliando o olhar para os desafios e oportunidades que o cenário atual apresenta. Por isso, nosso compromisso vai além da incorporação dos princípios ESG (Ambiental, Social e de Governança) às nossas operações. Buscamos garantir a longevidade e a resiliência do negócio, antecipando tendências e respondendo proativamente às mudanças que impactam a economia e a sociedade.

Nesse sentido, compreendemos que sustentabilidade significa eficiência, ética e inovação. Como consequência, estamos expandindo nossa análise de riscos e oportunidades para incluir os impactos já visíveis das mudanças climáticas e suas implicações para nossos clientes e para o mercado. Acreditamos que uma abordagem baseada em dados e inteligência de mercado nos permitirá não apenas mitigar riscos, mas também explorar oportunidades sustentáveis que fortaleçam nosso ecossistema de negócios.

Essa evolução estratégica se reflete diretamente no desenvolvimento de nossas soluções tecnológicas. Trabalhamos para que nossas ferramentas não apenas aprimorem a eficiência operacional das empresas, mas também otimizem o uso de recursos e impulsionem a digitalização do mercado. Dessa forma, contribuímos para um ambiente empresarial mais preparado para os desafios do futuro. Além disso, seguimos comprometidos em apoiar empresas em sua jornada de crescimento, garantindo que a digitalização seja simples e gere impactos positivos em toda a economia.

No campo social, esse compromisso se traduz em investimentos contínuos no desenvolvimento de talentos, na diversidade e inclusão, e no fortalecimento de parcerias estratégicas. Como reflexo dessa visão, o Instituto da Oportunidade Social (IOS) continua sendo um pilar essencial da nossa atuação social, capacitando jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade para o mercado de trabalho. Com isso, ampliamos o impacto positivo da TOTVS na sociedade e contribuímos para a redução de desigualdades.

2.10 Planos de negócios

Dessa maneira, para 2025, nosso objetivo permanece o mesmo: ser um Trusted Advisor para os nossos clientes. Reforçamos nossa visão de futuro, garantindo que nossa atuação atenda às necessidades atuais e fortaleça nossa resiliência gerando um impacto sustentável de longo prazo. Seguiremos inovando e construindo soluções que tornem a TOTVS e seu ecossistema cada vez mais preparados para os desafios e oportunidades que estão por vir.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante além daqueles já comentados nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

As informações divulgadas nesta seção representam uma estimativa e envolvem fatores de mercado e outros que são alheios ao controle da TOTVS, portanto, não constituem promessa de desempenho da Companhia ou de seus administradores e, desta forma, poderão sofrer alterações.

a. Objeto da projeção

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

3.2 Acompanhamento das projeções

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não há projeções sendo substituídas, uma vez que a Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Conforme Fato Relevante divulgado em 07 de agosto de 2024, a Companhia forneceu a alteração das projeções relativas aos custos e despesas operacionais (“OPEX”) da TOTVS TECHFIN S.A. ("TOTVS TECHFIN"), referentes ao período do quarto trimestre de 2024 (“4T24”), em substituição à projeção anteriormente apresentada no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 08 de agosto de 2023.

Projeções do 3T23

A variação entre os valores realizados e as projeções do OPEX da TOTVS TECHFIN relativos ao terceiro trimestre de 2023, deve-se, principalmente, ao ritmo abaixo do projetado de contratação de novos recursos para a operação.

TOTVS TECHFIN	3T23	
	Realizado(1)	Projetado
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)(2)	**R$20,2 milhões**	**R$24 a 30 milhões**

(1) Valor realizado (não é uma projeção) refletido nos resultados divulgados.

(2) OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

Projeções do 4T24

A revisão da projeção para o 4T24 se deu em virtude dos avanços em curso e já alcançados, decorrentes da integração das operações entre a TOTVS TECHFIN e a Supplier Administradora de Cartão de Crédito S.A. ("Supplier"), conforme verificado no segundo trimestre de 2024, quando o OPEX exclusivamente da TOTVS TECHFIN (isto é, sem o OPEX da Supplier), representou R$23,4 milhões. Tal integração tem permitido à TOTVS TECHFIN maior fluidez e ganho de eficiência operacional nos investimentos para a construção do novo portfólio de soluções, que considera a tese de ERP Banking, com diferenciais ligados à jornada B2B digital

3.2 Acompanhamento das projeções

integrada aos softwares de gestão e uso extensivo dos dados disponíveis nesses softwares.

TOTVS TECHFIN	4T24	
	Projetado (anterior)	Projetado (revisado)
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)(1)	**R$32 a 40 milhões**	**R$20 a 30 milhões**

(1) OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

O OPEX da TOTVS TECHFIN encerrou o 4T24 em R$21,3 milhões, alinhado à faixa revisada de projeção financeira estipulada para o 4T24, devido principalmente à continuidade dos investimentos realizados para expandir o portfólio de produtos.

TOTVS TECHFIN	4T24	
	Realizado(1)	Projetado
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)(2)	**R$21,3 milhões**	**R$20 a 30 milhões**

(1) Valor realizado (não é uma projeção) refletido nos resultados divulgados.

(2) OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar (ou ter) ou causará (ou terá) “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. Riscos relacionados à Companhia

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes.

O mercado de sistemas de gestão, principal mercado em termos de receita em que a TOTVS atua, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos e serviços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar corretamente seus produtos e serviços, de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software, de subscrever pelo uso do software e de contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes e, com isso, sofrer um impacto relevante em seus resultados.

A habilidade da Companhia para continuar competitiva depende, em parte, de sua capacidade de atender a demanda de seus clientes e do setor de gestão e análise de dados por soluções tecnológicas inovadoras. Caso a Companhia não consiga acompanhar as referidas demandas ou não consiga se associar a parceiros que atendam tempestiva e adequadamente às necessidades tecnológicas do setor, os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante, podendo afetar a competitividade da Companhia nos mercados em que atua.

A eventual não realização de avanços no tocante às linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções, uso inadequado ou insuficiente de dados para o desenvolvimento de novos produtos e atualização do seu portfólio, bem como atraso ou não adoção de novas tecnologias, incluindo mas não se limitando ao uso de inteligência artificial no desenvolvimento de produtos, poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no mercado de crédito com a Unidade de Negócio Techfin

Parte importante da estratégia da Companhia é expandir seus negócios na Unidade de Negócio Techfin, com a oferta de produtos e serviços financeiros através do ERP Banking.

O sucesso da Companhia na Unidade de Negócio Techfin dependerá de sua capacidade de extrair, tratar e utilizar dados oriundos dos seus ERPs (Enterprise Resource Planning ou Software de Gestão Empresarial, “ERP”) para o desenvolvimento de novos produtos e ofertas. A Companhia poderá ser impactada também pela baixa quantidade e qualidade de dados.

A TOTVS poderá, ainda, não dispor de canais de distribuição e força de vendas suficientes e com conhecimento técnico especializado no portfólio de produtos financeiros, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados o crescimento e a capacidade de aumentar a base de clientes pode ser afetada ainda pelo baixo nível de *awareness* da Unidade de Negócio Techfin como um player do mercado de crédito. A estratégia de expansão

4.1 Descrição dos fatores de risco

da Unidade de Negócio Techfin também pode ser afetada negativamente caso a Companhia não obtenha sucesso nos esforços para sinergia e integração, incluindo os aspectos de distribuição, desenvolvimento de produtos e vendas.

O eventual agravamento do nível de inadimplência, devido a falhas na concessão de crédito, concentração da carteira de crédito em determinados segmentos ou grupo de clientes ou fatores externos, também poderá impactar negativamente essa operação, ocasionando aumento das provisões e retração da oferta de crédito. A operação poderá ser afetada também por variáveis macroeconômicas que alterem significativamente a taxa de juros, bem como pelo baixo crescimento econômico, fatores que podem inibir a demanda por crédito pelos clientes, alterar as condições de concessão de crédito e a competitividade da companhia.

O *funding* representa um elemento fundamental para o sucesso da Unidade de Negócio Techfin. Se a Companhia não for capaz de captar recursos em volume suficiente e em condições favoráveis e competitivas frente ao mercado, pode não conseguir manter e/ou ampliar a oferta de crédito e sua estratégia de crescimento pode ser adversamente afetada. A Companhia está sujeita a descasamentos entre as obrigações decorrentes da captação de recursos e os créditos concedidos, em relação às taxas de juros e os prazos de vencimentos da carteira de crédito e portanto a rentabilidade das suas operações de crédito depende de sua capacidade de equilibrar o custo para obtenção de recursos com as taxas de juros cobradas de seus clientes. Ainda, o eventual descasamento entre o vencimento das operações de crédito e os prazos de amortização do funding pode impactar no risco de liquidez dessa operação.

Além disso, eventuais alterações legislativas podem dificultar e/ou demandar adequações operacionais e conceituais significativas em novos modelos de negócios pela Companhia, particularmente no que se refere ao tratamento de dados e regulamentações específicas do setor financeiro. Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar, integrar e expandir a Unidade de Negócio Techfin conforme planejado, os investimentos realizados nessa Unidade de Negócio poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia e sua estratégia de crescimento.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de marketing digital e vendas com a Unidade de Negócio RD Station

A Unidade de Negócio RD Station, voltada a apoiar os clientes a aumentar suas vendas e sua competitividade no mercado, é fundamental para a estratégia de crescimento da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de desenvolver produtos e serviços que atendam às necessidades dos seus clientes nessa Unidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

de Negócio, os seus objetivos estratégicos e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

A estratégia de expansão da Unidade de Negócio RD Station poderá ser afetada negativamente caso a Companhia não obtenha sucesso nos esforços para sinergia e integração com as Unidades de Negócio Gestão e Techfin, incluindo os aspectos de distribuição, desenvolvimento de produtos e vendas, ou ainda, caso a Unidade de Negócios RD não seja capaz de ampliar o seu ecossistema de parceiros. A Companhia poderá, ainda, não dispor de canais de distribuição e força de vendas suficientes e com conhecimento técnico especializado em produtos e serviços dessa Unidade de Negócio, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados.

O ritmo de crescimento dessa Unidade de Negócio também pode ser adversamente afetado caso a RD não seja capaz de ampliar o seu portfólio de produtos.

Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar, integrar e expandir a Unidade de Negócio RD Station conforme planejado, os investimentos realizados poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia e sua estratégia de crescimento.

As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação

Fusões e aquisições constituem elemento importante da estratégia da Companhia e ela espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. De modo não exaustivo, a Companhia está sujeita aos seguintes riscos nessas aquisições:

(i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia;

(ii) pode-se pagar pela aquisição mais do que seu valor justo, bem como pode-se não conseguir rentabilizar os ativos intangíveis e os negócios adquiridos nos níveis estimados à época da aquisição;

(iii) a Companhia poderá ter dificuldade em integrar as tecnologias ou produtos adquiridos às suas linhas de produtos, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes;

(iv) o relacionamento com os atuais e novos profissionais, clientes e distribuidores poderá ficar prejudicado;

(v) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade de produto ou estrutura dos produtos da empresa adquirida, bem como aspectos relacionados à deficiências na governança, no ambiente interno e outros passivos desconhecidos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(vi) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos;

(vii) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros;

(viii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas à transição ou a integração;

(ix) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência;

(x) aquisições de empresas com cultura organizacional com características muito diferentes em relação à cultura da Companhia, podem dificultar o processo de integração e retenção de talentos estratégicos para o negócio; e

(xi) aquisições podem acarretar na perda de pessoas chave e com conhecimento específico do negócio das empresas adquiridas.

Adicionalmente, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Além dos riscos mencionados, durante esse processo de integração, a Companhia pode enfrentar outros riscos, inclusive os detalhados a seguir:

- Dificuldades de integração, tais como: (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; (ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersos geograficamente; (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes, podendo ocasionar, inclusive, no descumprimento das diretrizes de conduta estabelecidas pela Companhia; (iv) resistências e morosidade no processo de disseminação e unificação da cultura organizacional; e (v) limitações impostas pelas autoridades de defesa da concorrência;
- Eventual incapacidade de coordenar e integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para efetivamente comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir com êxito a venda combinada de produtos, bem como a integração das atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Ademais, outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia poderão existir.

Esses fatores podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa,

4.1 Descrição dos fatores de risco

especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. Adicionalmente, à medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas e o lucro por ação poderá ser impactado.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação, bem como exigem uma estrutura tecnológica altamente complexa e dependem da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas de software, data centers, internet, telecomunicações e sistemas de terceiros. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais eletrônicos, bem como para se comunicar com clientes, fornecedores, parceiros e canais de distribuição.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques cibernéticos, falhas de segurança da informação no desenvolvimento, operação e manutenção dos seus produtos, problemas de telecomunicações, vírus, ausência de avaliação dos requisitos de segurança da informação na contratação de fornecedores, ausência ou insuficiência de testes de vulnerabilidade em seus sistemas, assim como falhas de segurança em empresas adquiridas pela Companhia, entre outros fatores. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de prevenir e identificar as violações tempestivas às suas diretrizes internas de segurança da informação, incluindo no uso de inteligência artificial no desenvolvimento de produtos e serviços, bem como nos processos internos.

Apesar da Companhia possuir seguro cibernético para minimizar os impactos de eventuais incidentes de segurança da informação no ambientes de Cloud e corporativo, os resultados das operações da Companhia podem ser negativamente afetados em caso de ocorrência de qualquer incidente envolvendo seus sistemas de tecnologia da informação, especialmente caso esse incidente não esteja coberto pela sua apólice de seguro cibernético.

Eventuais incidentes de segurança da informação podem causar interrupção nos negócios da Companhia e resultar em desempenho reduzido e aumento de custos operacionais, o que pode ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Ainda, incidentes de segurança

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem resultar em apropriação indevida de informações confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

Qualquer incidente de segurança no ambiente tecnológico, envolvendo *malware*, *phishing*, *ransonware* ou quaisquer outros mecanismos dessa natureza podem resultar em acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, podendo ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia e sujeitá-la a litígios significativos, multas regulatórias e outras penalidades, perdas de clientes e/ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade, disponibilidade ou rastreabilidade das informações e/ou dados armazenados e tratados pela Companhia poderá prejudicar a sua reputação e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

A Companhia está sujeita à Constituição Federal, à Lei n° 10.406/02 (Código Civil), à Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e), à Lei n° 12.965/14 (Marco Civil da Internet), ao Decreto n° 8.771/16 e à Lei nº 13.709/2018, que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”), sendo essas as principais leis que regulam as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil.

A LGPD disciplina regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil em todos os setores da economia, para organizações de todos os portes, tanto no meio digital quanto no meio físico. Dentre outros requisitos previstos na legislação, para que a Companhia possa coletar, utilizar, armazenar e de qualquer outra forma tratar dados pessoais, é necessário que exista uma hipótese legal para cada tratamento e que sejam observados todos os princípios e direitos dos titulares estipulados na legislação, inclusive quanto à informação aos titulares de dados sobre as práticas de tratamento de dados pessoais da Companhia. A LGPD também prevê sanções administrativas em caso de descumprimento de suas disposições, que variam de advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As medidas de segurança adotadas em nossas redes e plataformas internas podem não funcionar como esperado ou podem não ser suficientes para proteger nossas redes internas e plataformas contra certos ataques. Além disso, as técnicas usadas para sabotar ou obter acesso não autorizado a redes nas quais os dados são armazenados ou por meio das quais os dados são transmitidos mudam e evoluem com frequência. Como resultado, a Companhia pode não ser capaz de antecipar essas técnicas ou implementar medidas preventivas adequadas para evitar um ataque em seus sistemas.

A Companhia pode ser adversamente afetada por falhas em seus processos internos relacionadas à proteção de dados, incluindo o mapeamento e classificação de dados, atendimento dos titulares, funcionalidades associadas ao cumprimento da LGPD em seus produtos, comunicação de incidentes à ANPD, bem como pode ser afetada por fragilidades no ambiente e nos controles de empresas adquiridas, entre outros fatores.

Em 27 de fevereiro de 2023, a ANPD publicou Resolução com o regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas, dessa forma tais sanções e multas já podem ser aplicadas pelo órgão em razão de desconformidade com a LGPD, inclusive para processos abertos antes da publicação da referida Resolução.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com tal legislação, estará sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) advertência, com indicação do prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Em caso de reincidência, penalidades administrativas mais graves previstas na LGPD poderão ser aplicadas, tais como: (i) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e/ou da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (ii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

A Companhia também pode ser responsabilizada judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares de dados pessoais, inclusive quando causados por subsidiárias, prestadores de serviços e parceiros que atuem como operadores de dados pessoais em nome da Companhia ou como controladores em conjunto com a Companhia, em razão do não cumprimento das obrigações previstas na LGPD. Eventuais sanções administrativas ou condenações

4.1 Descrição dos fatores de risco

judiciais podem causar impactos financeiros relevantes, além de afetar adversamente a reputação da Companhia no mercado.

A Companhia pode falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na modernização e gestão de ciclo de vida dos produtos existentes

Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter um portfólio que seja aderente aos diferentes modelos de negócios existentes no mercado e que atenda às necessidades de seus clientes, além de não haver garantia de que novos produtos, incluindo aqueles provenientes das empresas adquiridas, atingirão os resultados e retornos esperados.

Caso a Companhia invista em novos produtos que não tragam o retorno financeiro esperado, mantenha produtos com baixa rentabilidade no portfólio ou deixe de investir os recursos necessários no desenvolvimento de novas tecnologias e modernização de produtos, a competitividade e os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao uso de inteligência artificial em seus sistemas e operações

O uso de inteligência artificial ("IA") tem colaborado de forma significativa para a inovação no setor de tecnologia, sendo utilizada como ferramenta para desenvolver, aperfeiçoar e promover inovações disruptivas em produtos e serviços.

Diante do cenário de rápida evolução tecnológica, a Companhia pode falhar na implementação e sustentação do uso de inteligência artificial em seus sistemas e operações, bem como pode não ser capaz de adotar a inteligência artificial em seus produtos com a mesma velocidade e eficiência de seus concorrentes, podendo afetar a sua competitividade no mercado, tanto na retenção dos clientes atuais como na aquisição de novos clientes.

O uso da inteligência artificial implica ainda em riscos associados ao ambiente de segurança de dados, considerando a necessidade de coleta e o armazenamento de grandes volumes de dados para alimentar os sistemas de IA. Os sistemas baseados em IA estão expostos ainda a ataques cibernéticos e à exploração de falhas de segurança nos modelos desenvolvidos e/ou utilizados. Caso a Companhia não adote medidas adequadas, suficientes e tempestivas de segurança para proteger seus sistemas de vulnerabilidades decorrentes do uso de IA, os dados armazenados podem ser expostos de forma indevida, podendo comprometer a privacidade de seus clientes e ocasionar perda de confiança e danos à sua reputação, bem expor a Companhia a riscos financeiros e legais.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de seus produtos que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem

4.1 Descrição dos fatores de risco

corrigidos

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos não identificados previamente na fase de homologação ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) remanejamento de recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação e desenvolvimento de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (vii) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente os nossos resultados e reputação perante o mercado.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo

A Companhia concorre em mercados caracterizados pela alta competitividade, pelas evoluções tecnológicas, pelas mudanças das necessidades dos clientes, pelos padrões adotados pelo setor de atuação e frequentes introduções de novos produtos, tecnologias e serviços.

Face ao advento e crescente utilização de inteligência artificial no mercado de tecnologia, a Companhia pode sofrer perda de competitividade frente aos seus concorrentes caso não adote de forma tempestiva ou adote de forma incorreta esse tipo de tecnologia em seus produtos. Além disso, a Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de softwares e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de softwares de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de softwares que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e startups de tecnologia.

Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em uma gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia.

Além disso, a concorrência no mercado de atuação da Companhia pode aumentar em decorrência de fusões realizadas entre clientes em potencial dos produtos da Companhia, bem como entre seus concorrentes, em decorrência de alianças estratégicas entre os concorrentes e demais empresas. Em resposta à concorrência,

4.1 Descrição dos fatores de risco

às fusões nos setores em que a Companhia atua e às conjunturas econômicas adversas, a Companhia poderá ter que conceder a clientes descontos, carências ou outros abatimentos no preço, ou ainda modificar seus modelos de cobrança, para permanecer em condições de concorrência competitivas.

Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado ou não conseguir avançar em novos mercados caso não seja capaz de avançar na digitalização dos seus canais de venda e distribuição em velocidade igual ou superior aos seus concorrentes, bem como se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses.

Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de software ERP para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia possui data center localizado próximo ao Campo de Marte, em São Paulo (SP), o que pode acarretar interrupções e falhas na operação do data center em decorrência de acidentes aéreos

Um dos *data centers* da Companhia, ambiente projetado para abrigar servidores e armazenar dados, fica localizado próximo à base aérea do Campo de Marte, em São Paulo (SP), local com potencial risco para acidentes aéreos.

Caso os riscos mencionados se materializem, por qualquer razão exógena ao controle da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a desastres naturais que possam ocasionar qualquer dano, interrupção ou falha nas atividades do data center, inclusive qualquer acidente em tal região, os dados nele armazenados podem ser afetados, ainda que temporariamente, o que pode prejudicar a imagem e os negócios da Companhia.

Caso a Companhia seja obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança ou reparar os problemas causados por violações e interrupções ou falhas no data center, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz ou pode falhar em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, podendo, assim, ter um impacto negativo em seus resultados operacionais

4.1 Descrição dos fatores de risco

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger seus ativos de propriedade intelectual atuais e futuros, tais como marcas, códigos-fonte, nomes de domínio, dentre outros direitos de propriedade intelectual.

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marcas da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), o eventual uso não autorizado ou indevido de sua propriedade intelectual, ou, ainda, o eventual reconhecimento de nulidade administrativa dos registros de marca da Companhia podem diminuir o valor dos ativos de propriedade intelectual da Companhia, afetando adversamente os seus negócios e/ou sua reputação.

Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas tempestivamente ou os seus concorrentes podem contestar o uso de quaisquer dos ativos registrados ou futuros solicitados ou licenciados pela Companhia. Além disso, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Nesses casos, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto. A Companhia também pode ser obrigada a alterar, no todo ou em parte, algumas das suas marcas que, conforme o caso, infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas expressivas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório.

Eventuais acessos não autorizados a mídias físicas e digitais podem elevar o risco de roubo ou uso indevido de sua propriedade. Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia em determinados segmentos e reduzir o valor de suas marcas e produtos.

Qualquer discussão acerca do direito de uso e exploração das marcas pela Companhia poderá afetar adversamente a reputação da Companhia, impactando negativamente em seus resultados. Ainda, tais alterações poderão requerer a atenção da administração e/ou acarretar despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatores que podem afetar substancial e negativamente os resultados operacionais financeiros da Companhia.

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis à Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais

A Companhia é, e pode vir a ser, parte no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de

4.1 Descrição dos fatores de risco

proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis à Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despender valores significativos. A Companhia também está sujeita ao impacto de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais em processos nos quais a Companhia não seja parte, mas que versem sobre suas atividades ou sobre a regulação a que está sujeita.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à Companhia, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como os negócios, a situação financeira e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos seus canais de vendas, que abrangem franquias exclusivas, agências parceiras e demais canais complementares e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento executados por esses canais

A Companhia conduz seus negócios nos países em que atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de franquias exclusivas, agências parceiras e outros canais complementares que comercializam e implementam nossas soluções, conforme escopo contratual. Esses canais contribuem de forma relevante para as vendas da Companhia, especialmente no mercado de pequenas e médias empresas (Small and Medium Business – SMB) e, consequentemente, nossos negócios e resultados podem ser negativamente afetados diretamente pela sua performance, sobretudo pelos franqueados, considerando a sua relevância na geração de receitas. Esses canais participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação das nossas soluções diretamente aos nossos clientes. A perda de canais pode prejudicar nosso relacionamento com clientes nos territórios franqueados, o que poderá afetar negativamente novas vendas, prestação dos serviços aos clientes e, como consequência, a situação

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeira e os resultados operacionais da Companhia. Além disso, os canais podem não ter o nível de especialização adequado para a venda em um mercado em constante evolução tecnológica, considerando produtos segmentados e o portfólio das unidades de negócio Techfin e RD Station, o que pode afetar negativamente a capacidade de expansão a distribuição desses produtos e por consequência a estratégia comercial e os resultados operacionais da Companhia.

A qualidade e agilidade na prestação dos serviços de implementação por terceiros sob contrato de franquias exclusivas pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pelos nossos canais próprios de venda, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, consequentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelas franquias, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, sua reputação e cotação de mercado das ações da Companhia

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção e os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que possam agir em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Qualquer investigação de conduta irregular por parte da Companhia e/ou descumprimento das leis anticorrupção aplicáveis à Companhia no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis, de caráter administrativo e judicial. A Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou nos demais países de atuação.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção e os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir, detectar e tratar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, empregados ou representantes agindo em nome, interesse ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

benefício (exclusivo ou não) da Companhia, (iii) gerir os riscos de compliance/integridade mapeados, bem como identificar novos riscos; ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com os princípios éticos da Companhia, que possam afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade objetiva nos âmbitos administrativo e civil às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e quaisquer atos que visem impedir, dificultar ou manipular investigações ou fiscalizações pelas autoridades governamentais. As empresas punidas pela Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, entre outras sanções.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer dessas leis pela Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, podendo afetar sua reputação, resultados financeiros e estratégia de negócios em segmentos voltados à vendas para clientes do Setor Público.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, coligadas, consorciadas ou no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o

4.1 Descrição dos fatores de risco

que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

Caso a Companhia não concretize a aquisição de empresas essenciais à consolidação dos pilares de sua estratégia de negócios e plano de crescimento, os seus resultados podem ser afetados adversamente e a Companhia pode sofrer perda de competitividade frente aos demais concorrentes de mercado

Nos últimos anos, a Companhia tem realizado aquisições de empresas com o objetivo de atingir o crescimento planejado e complementar o seu portfólio de produtos e serviços. Historicamente, o mercado de fusões e aquisições tem sido bastante aquecido, o que gera maior concorrência por oportunidades de negócio, especialmente nos segmentos de tecnologia, financeiro, meios de pagamento, marketing digital e e-commerce. Consequentemente, a Companhia poderá não conseguir obter êxito na concretização de determinadas transações de M&A consideradas estratégicas para seu plano de negócios, crescimento e desenvolvimento de novos mercados ou, ainda, ter de pagar preços mais altos do que inicialmente previstos, o que pode afetar adversamente os seus resultados financeiros e implicar em perda de competitividade perante concorrentes diretos ou indiretos, inclusive no que tange à conquista de novos mercados.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser captado com a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas ações de emissão da Companhia

A Companhia poderá emitir mais ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia a fim de levantar capital visando realizar novas aquisições ou para diversas outras finalidades. Emissões adicionais das ações ordinárias da Companhia poderão ser realizadas de acordo com o exercício ou a conversão de títulos de dívida conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações ou outros prêmios de incentivo em ações. Essas emissões poderão não contemplar direitos de preferência aos acionistas da Companhia em algumas situações estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que poderá diluir a participação do investidor no Capital Social. Além disso, a Companhia também poderá realizar incorporações ou outras operações semelhantes no futuro que poderão diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Qualquer parceria estratégica, emissão ou colocação das ações ordinárias da Companhia e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias da Companhia poderá afetar o preço de mercado de suas ações ordinárias e resultar em uma diluição da participação societária do investidor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

b. Riscos relacionados aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”) em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das S.A. permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das S.A., o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de juros sobre o capital próprio pode estar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária e alguns dos contratos de financiamento da Companhia restringem o pagamento de dividendos.

A Companhia não possui um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que pode deixá-la mais exposta a alianças e conflitos entre acionistas e outros eventos dessa natureza podem ocorrer na ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante

A Companhia não possui um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Entretanto, podem ocorrer alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

Caso surja um grupo de controle e que passe a deter o poder decisório da Companhia, essa poderia sofrer mudanças inesperadas em suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus Administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos decorrentes desse movimento. Pode ser também que a Companhia se torne alvo de investidas por parte de investidores para burlar as disposições do Estatuto que preveem a realização de oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de mais de 20% do capital social. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de

4.1 Descrição dos fatores de risco

decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

c. Riscos relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis às controladas da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais.

As controladas da Companhia podem ser ou vir a ser partes no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis às controladas da Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

Poderá ensejar para a Companhia a responsabilidade subsidiária judicial em processos envolvendo suas controladas

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, coligadas, consorciadas ou no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas

4.1 Descrição dos fatores de risco

operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

d. Riscos relacionados aos administradores da Companhia

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair, formar e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia

O crescimento e sucesso da Companhia dependem em grande parte da qualificação de seus profissionais e da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações, produtos e serviços. Adicionalmente, no caso das empresas adquiridas, os empreendedores podem não permanecer na condução do negócio após o período de earn-out, e a Companhia pode não ter sucessores preparados para sucedê-los. Caso não seja capaz de promover de forma adequada a sucessão nessas empresas, a Companhia pode ser afetada adversamente pela perda de conhecimento do negócio (know-how) e ter seus resultados operacionais e sua estratégia de crescimento impactados.

Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, reconhecidamente escassos no cenário atual, considerando a carência de mão-de-obra especializada no mercado e a competição cada vez mais globalizada por esses talentos.

Além disso, a adoção de modelos de trabalho remoto no mercado em geral aumenta a competição pela contratação desses profissionais, ao derrubar ou limitar o impacto de barreiras territoriais. Ademais, há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica, serviços de implementação de software e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de obter mão-de-obra qualificada ou ter que oferecer remuneração mais elevada para atrair e manter esses profissionais, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou por preços mais elevados.

A Companhia, adicionalmente, pode não ser capaz de formar e qualificar seus profissionais internos em tempo e quantidade suficientes para diminuir a dependência de contratação de profissionais de mercado para atender a sua demanda ou, ainda, ter dificuldades na atração e retenção de profissionais caso não

4.1 Descrição dos fatores de risco

seja capaz de oferecer um pacote de remuneração e benefícios compatíveis com o setor de atuação e com o mercado de forma geral.

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis aos administradores da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais

Os administradores da Companhia podem ser ou vir a ser, partes no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis aos administradores da Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública ou do direito de exploração dos serviços de telecomunicações prestados. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis aos diretores e conselheiros da Companhia, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como em seus negócios, situação financeira e o valor de mercado de suas ações. Ademais, eventuais decisões desfavoráveis aos diretores e conselheiros da Companhia poderão ocasionar o impedimento do exercício das funções que desempenham na Companhia.

e. Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A perda do relacionamento e/ou falência dos prestadores de serviços, inclusive com relação a serviços de parceiros de tecnologia da informação, ou de suporte para manter os produtos e serviços, podem impactar a continuidade das operações da Companhia

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade da operação e da prestação de serviços aos seus clientes. Os serviços e produtos que a Companhia utiliza de seus parceiros, como por exemplo, sistemas de telecomunicação, internet e data centers são partes fundamentais de sua infraestrutura.

Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços desses fornecedores, inclusive decorrentes de falhas de segurança da informação e na

4.1 Descrição dos fatores de risco

proteção de dados, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, e as falhas ocorridas podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade de seus produtos ou serviços.

A concentração em poucos fornecedores de serviços essenciais à operação pode gerar um nível de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente na qualidade dos seus produtos e serviços em caso de interrupção, falha ou inadequação do nível de serviço prestado.

Caso os fornecedores ou prestadores de serviços da Companhia apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega, o prazo e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometam o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente na sua operação e nos produtos e serviços ofertados aos seus clientes, bem como nos resultados, na sua reputação junto aos clientes e ao mercado e no percentual de retenção de clientes.

A Companhia licencia fornecedores de linguagens e/ou plataformas tecnológicas que podem afetar e/ou não acompanhar as expectativas de entrega de acordo com o portfólio de produtos em constante evolução, assim como possuem especificações técnicas dependentes dos produtos e plataformas, passíveis de impactar nas iniciativas de convergência de tecnologias

A dependência desses fornecedores e a ausência ou falhas no mapeamento da priorização dos produtos e soluções, podem afetar o custo da Companhia e em suas tomadas de decisões para manter, descontinuar ou transformar a tecnologia realizando a interface com os processos, pessoas e sistemas. Adicionalmente, não há como garantir que os fornecedores acompanhem e respondam às mudanças no ambiente externo, aos objetivos estratégicos do negócio e aqueles propostos para as soluções inovadoras. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

f. Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de dados e informações, inclusive confidenciais, constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor e afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns clientes a reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias.

Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

A Companhia pode ter sua base de clientes afetada caso os seus processos de suporte e *customer success* não sejam adequados para atendimento aos seus clientes

Tendo em vista a estratégia de crescimento da Companhia em três Unidades de negócio, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico, é esperado que seu portfólio de produtos e sua base de clientes aumentem, o que pode dificultar a digitalização e integração dos processos de suporte e atendimento aos clientes, bem como a implementação e manutenção de iniciativas de *customer success*.

Caso a Companhia não seja capaz de prover atendimento e suporte de forma ágil, em prazo adequado e de acordo com as expectativas dos clientes, assim como contribuir para o sucesso desses clientes por meio de processos e ferramentas efetivas de *customer success*, o seu índice de retenção e satisfação de clientes e seus resultados podem ser adversamente afetados.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças da indústria ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda pelos softwares da Companhia e pelos serviços a eles relacionados, bem como da expansão das unidades de negócio RD Station e Techfin, cuja operação poderá ser afetada também por variáveis macroeconômicas que alterem significativamente a taxa de juros, bem como pelo baixo crescimento econômico, fatores que podem inibir a demanda por crédito pelos clientes, alterar as condições de concessão de crédito e a competitividade da companhia. Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, parte de sua receita

4.1 Descrição dos fatores de risco

decorre do número de novos usuários de softwares em cada um de seus clientes, que por sua vez é influenciada pela política de contratação de colaboradores dos clientes e potenciais clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recessão de 2016 e a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus em 2020.

h. Riscos relacionados à regulação do setor no qual a Companhia atua

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária e trabalhista podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade.

A Companhia recebe atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados no futuro, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil e o cenário da reforma tributária do consumo aprovada em 2024, que alterou os critérios fiscais e tributários. Tais mudanças podem não ser favoráveis aos negócios da Companhia e afetar negativamente os seus resultados operacionais. Caso a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia pode ser adversamente afetada. Além disso, as leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Ainda, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia; (ii) sobre os royalties que são pagos aos parceiros da Companhia, tanto no Brasil quanto no exterior; (iii) sobre as receitas financeiras; (iv) sobre a lucratividade bruta; e, ainda, (v) sobre os custos com pessoal da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente a estratégia e a competitividade da Companhia frente aos seus concorrentes, sobretudo estrangeiros, no caso dessas alterações elevarem apenas a tributação para as empresas estabelecidas no Brasil.

Alterações nas regulamentações do setor financeiro podem dificultar ou inviabilizar novos modelos de negócio

A Unidade de Negócio Techfin, em que a Companhia atua em sociedade com o Banco Itaú Unibanco, por meio da Joint Venture TOTVS Techfin, é um dos pilares que sustentam a estratégia de crescimento da Companhia, em conjunto com as unidades de negócio de Gestão e RD Station. Essa Unidade de Negócio envolve a atuação no segmento financeiro, altamente regulado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), cujo cenário regulatório é historicamente dinâmico, em função de novos modelos de negócio e produtos que surgem neste setor.

Eventuais alterações na regulação vigente ou novas exigências regulatórias do Banco Central do Brasil podem limitar a expansão dos produtos de crédito atualmente oferecidos, inviabilizar o lançamento de novos produtos, bem como o próprio modelo de negócios da Unidade de Negócio Techfin ou, ainda, a adequação aos requisitos regulatórios podem exigir um investimento financeiro significativo. Caso esses eventos ocorram, a estratégia e os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Tendo em vista que as atividades da Companhia nos países fora do Brasil não tiveram representação material na receita líquida total da Companhia no último exercício social, a Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes nos países estrangeiros em que atua.

j. Riscos relacionados a questões sociais

Eventual agravamento da pandemia de COVID-19 e/ou surgimento de qualquer outra pandemia ou emergência de saúde pública, podem resultar em um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à livre circulação e até mesmo o isolamento social. A disseminação da COVID-19 levou a Companhia a modificar algumas de suas práticas de negócios, como a inclusão de medidas sanitárias recomendadas pela OMS, práticas de higienização de locais de trabalho e dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

funcionários, implementação de sistema de home office, além do cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências.

Em março de 2022, com o arrefecimento da pandemia globalmente e também no Brasil, a Companhia, seguindo as exigências legais e todos os protocolos sanitários, promoveu o retorno dos seus colaboradores aos seus escritórios, no modelo predominantemente híbrido. Embora em maio de 2023 a Organização Mundial da Saúde tenha declarado o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, referente à COVID-19, esta ainda continua sendo classificada como pandemia e há incertezas quanto a um possível agravamento futuro. Caso ocorra um agravamento da pandemia de coronavírus ou o surgimento de qualquer outra pandemia, a Companhia poderá vir a tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração. A Companhia pode ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego, que poderá afetar o poder de compra de seus clientes. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

k. Riscos relacionados a questões ambientais

A TOTVS entende que sua resiliência e capacidade de gerar valor no longo prazo estão diretamente ligadas à gestão dos riscos e oportunidades relacionados às também a questões ambientais e climáticas. Por isso, está fortalecendo a integração de critérios de sustentabilidade na governança de riscos, com foco em mitigar impactos e aproveitar oportunidades.

Atualmente, os principais riscos mapeados envolvem aspectos regulatórios que considera também leis ambientais como a Política Nacional de Resíduos e de reputação como os compromissos públicos que assumimos. Com a evolução do tema e seu crescente impacto sobre o setor de tecnologia e negócios em geral, a TOTVS está conduzindo um projeto para ampliar sua matriz de riscos, incorporando dimensões de sustentabilidade e climáticas de maneira estruturada.

l. Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia está avançando na integração de critérios de sustentabilidade em sua governança de riscos, fortalecendo a abordagem estratégica para mitigar impactos e capturar oportunidades decorrentes das mudanças climáticas. Atualmente, os principais riscos mapeados no contexto da agenda de Sustentabilidade incluem aspectos regulatórios e impactos na reputação e imagem da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A ampliação da matriz de riscos permitirá uma visão mais abrangente sobre os impactos das mudanças climáticas, desde o cumprimento de regulamentações emergentes até possíveis efeitos sobre a infraestrutura tecnológica e a cadeia de valor. Esse avanço reforça o compromisso da TOTVS com a perenidade do negócio, a inovação sustentável e a criação de soluções que acompanham as transformações do mercado e as expectativas de seus *stakeholders*.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia

O governo federal pode realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar de forma significativa a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo federal para controlar a inflação, além da implementação e alteração de outras políticas e normas com potencial impacto no ambiente econômico, podem implicar no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- Inflação;
- Taxas de câmbio;
- Taxas de juros;
- Aumento do desemprego;
- Mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- Mudança na legislação trabalhista;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- Outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Somadas a essas incertezas, a

4.1 Descrição dos fatores de risco

recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, consequentemente, os resultados operacionais e o preço de negociação de ações da Companhia.

Instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como pode afetar também o preço de negociação de suas ações

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração ou recessão econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por Companhias brasileiras.

A Companhia não é capaz de prever os eventuais impactos aos seus negócios em função de mudanças das políticas públicas e sobretudo da política econômica a ser adotada pelo Governo Federal.

Incertezas em relação às mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, e à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas relativas à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Governo Federal irá adotar, bem como se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. O Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) encerrou 2024 com alta acumulada de 6,54%, ante -3,18% em 2023, representando uma aceleração significativa no período. Historicamente, as medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária (“COPOM”) frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir as metas estabelecidas na política econômica

4.1 Descrição dos fatores de risco

do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar custos e reduzir as margens operacionais e líquidas da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo do endividamento atual da Companhia, bem como seu caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque a Companhia tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e as Taxas Oficiais de Juros de Longo Prazo (“TJLP”). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita das aplicações financeiras da Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas. Como dado histórico mais recente, em 2021 a taxa de câmbio Real/Dólar encerrou o ano no patamar de R$5,57, ante R$5,19 do ano de 2020. Ao final de 2022, a taxa de câmbio Real/Dólar foi de R$5,28 e terminou 2023 cotado em

4.1 Descrição dos fatores de risco

R$4,85. Em 2024, houve forte aceleração da moeda americana, cotada a R$ 6,18, alta de 27,3% no ano. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia. Além disso, alguns custos de serviços atrelados ao dólar podem impactar seus resultados.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. A situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetadas negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating.

- Standard & Poor´s: inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor’s rebaixou novamente o rating de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência. Em dezembro de 2023 a S&P elevou a classificação do Brasil para BB estável, após a aprovação da reforma tributária. Atualmente, o rating de crédito permanece inalterado nesta agência.
- Moody´s: em fevereiro de 2016, a agência rebaixou o rating de crédito do Brasil de Baa3 para Ba2-Negativo citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileira, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. A classificação alternou algumas vezes

4.1 Descrição dos fatores de risco

entre Ba2-Negativo e Ba2-Estável, entre março de 2017 e abril de 2018, quando recebeu a última alteração, mantendo o rating em Ba2-Estável, com a perspectiva de recuperação do crescimento e expectativa das próximas reformas. Atualmente, o rating de crédito permanece inalterado nesta agência.

- Fitch: em maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo citando, entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas. Tal classificação se manteve até julho de 2022, quando a agência elevou o rating para BB- estável,refletindo a evolução das finanças públicas acima do esperado, em um curto prazo, e o compromisso das autoridades em retirar os estímulos implementados durante a pandemia, atrelado ao compromisso com o combate à inflação. Já em julho de 2023 a agência elevou o Brasil para BB com perspectiva estável, devido ao desempenho macroeconômico e fiscal melhor do que o esperado. Atualmente, o rating de crédito permanece inalterado nesta agência.

Diante das atualizações de rating que ocorreram desde 2015, o Brasil mantém baixos grau de investimento nas três grandes agências de rating, que apesar de estar com status estável em duas delas, este rating pode gerar consequência nos preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro de maneira negativa. Um retorno ao cenário de recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2-Estável e BB-Estável, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de rating de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários político e econômico são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos;
- Restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido; e
- Eventos inesperados e que possam afetar adversamente a economia brasileira ou global, como pandemias e catástrofes naturais de grande escala.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos da América. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação das ações da Companhia

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país ou mesmo um eventual cenário de recessão, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de Companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos da América, de certos países europeus e emergentes, que também podem ser impactadas por questões geopolíticas, como a existência de guerras e conflitos. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das Companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos da América, bem como pelas variações dos principais índices de ações do país. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente nos Estados Unidos da América, pode reduzir a liquidez

4.1 Descrição dos fatores de risco

global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente as ações da Companhia. Crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das Companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, podendo dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Dentre os fatores de riscos apresentados no item 4.1, a Companhia considera que os 5 (cinco) principais fatores de risco (elencados conforme criticidade) são:

1. O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes;
2. Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia;
3. As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação;
4. A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções;
5. A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no mercado de crédito com a Unidade de Negócio Techfin.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na execução de suas atividades são: (i) Risco de Liquidez; (ii) Risco de Crédito; (iii) Risco de Taxa de Juros e Inflação; e (iv) Risco de Taxa de Câmbio. Não há garantias, no entanto, de que a Companhia não será adversamente afetada por outros riscos de mercado que não aqueles aqui descritos.

Risco de Liquidez

Possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos, correntes e futuros, em virtude de indisponibilidade de caixa, tendo como consequência, o impacto em suas operações.

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento, o que levaria a um prejuízo financeiro. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.

Risco de Taxa de Juros e Inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado do Depósito Bancário (“CDI”), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, além das debêntures, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI.

Os principais custos e despesas da Companhia são periodicamente reajustados. Exemplo de gastos reajustados com base em índices de inflação previamente definidos são as despesas com aluguel e com comunicação. Já as despesas com salários, benefícios e encargos, que representaram 54,8% e 53,9% do total de custos e despesas operacionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, respectivamente, são parte de negociações coletivas regionais, que tomam os índices de inflação (geralmente próximos ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo “IPCA”) como referência.

Os contratos da Receita Bruta de Software Recorrente, que representaram 88,8% e 86,3% da Receita Bruta de Software Total no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente também são reajustados anualmente com base em índices de inflação, tomando principalmente como base o IGP-M e o IPCA.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Historicamente, a Companhia também reajusta a tabela de preços das taxas de licenciamento de software, dos acessos de subscrição e das taxas horárias de serviços com base em índices de inflação. Não há garantia de que a Companhia continue a repassar os impactos inflacionários sobre essas linhas de receita futuramente.

Uma vez que os índices inflacionários utilizados para reajustar as linhas de receita são diferentes daqueles utilizados para reajustar os custos e despesas, a inflação pode provocar efeitos relevantes sobre suas operações.

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por startups de capital fechado e, por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor representa o valor justo nas circunstâncias.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente nesta data, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2024 e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. A data base utilizada para as debêntures foi de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação (R$ mil)	Saldos em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
		Aumento CDI	10,83%	13,54%	16,25%
Debêntures	1.535.131		166.255	207.857	249.459
Despesas Financeira estimada			166.255	207.857	249.459

No que tange aos Ativos Financeiros, para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Operação (R$ mil)	Saldos em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras consolidadas	1.920.877	Redução CDI	10,83%	8,12%	5,42%
Receita financeira estimada			208.031	155.975	104.112

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar Americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP).

No período findo em 31 de dezembro de 2024 os saldos dos ativos são superiores aos saldos dos passivos expostos conforme demonstrado abaixo:

Em dezembro de 2024 (em R$ mil)						
Empresas	Contas a pagar	Caixa e equivalente de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Exposição liquida	Moeda
RJ Consultores México	(39)	1.804	1.915	88	3.768	Peso (MXN)
CMNet Participações	(24)	467	116	18	577	Peso (CLP)
TOTVS Hospitality Argentina	(129)	732	594	6	1.203	Peso (ARS)
TOTVS S.A.	(101)	96	1.962	-	1.957	USD
TOTVS Large	-	-	29	-	29	USD
TOTVS México	(3.802)	3.110	7.113	737	7.158	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(4.687)	12.699	13.131	368	21.511	Peso (ARS)
TOTVS Colômbia	(1.731)	5.613	4.866	545	9.293	Peso (COP)
TOTVS Incorporation (Labs)	(950)	389	522	94.326	94.287	USD

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

RD Station	(255)	-	-	-	(255)	USD
Feedz	-	-	8	-	8	USD
Total	(11.718)	24.910	30.256	96.088	139.536	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

Quanto aos processos judiciais e administrativos de natureza ambiental, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não eram partes em quaisquer ações desta natureza.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

A Companhia registra provisões para contingências de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e constitui provisões para processos com chance de perda provável, conforme avaliados e classificados por seus consultores legais e pela Administração. Para aqueles processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia não registra qualquer provisão; no entanto, divulga nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras, a natureza e valores dos temas mais relevantes enquadrados nessa categoria.

O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Em 31.12.2024 (em milhões de reais)	
Tributárias	9.397
Trabalhistas	62.427
Cíveis	34.448
Ambientais	-
Total	106.272

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$9.397 (R$10.206 em 31 de dezembro de 2023). Não há processos de natureza tributária com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza tributária e previdenciária classificados como de perda possível referem-se, principalmente, a ações que discutem lançamentos de ISS e de compensações com saldo negativo de CSLL e de IRPJ.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor discutido nessas ações, classificadas como de perda possível, totaliza a quantia de R$196.125 (R$216.100 em 31 de dezembro de 2023).

- Lista de Processos individualmente relevantes de natureza tributária/previdenciária - Prognóstico de Perda Possível:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 10880-957.117/2021-95	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	12/08/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 22.596 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2015.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Primeira Instância Administrativa.
i. Chance de perda	Possível - R$ 22.596
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 0000756-14.0500.8.26.0090	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: Prefeitura do Município de São Paulo Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 18.019 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal para a cobrança de ISS, sobre supostas prestações de serviços realizados no Município de São Paulo no período de 1996 a 2001, o qual, segundo alegação da Fazenda, não teria sido recolhido. Considerando a não apresentação de documentos pela empresa à época, a Fazenda arbitrou o valor do imposto cobrado. Foram opostos embargos à execução, na data de 18/02/2015, distribuídos sob o nº 0000557-86.2015.8 .26.0090, alegando-se a prescrição da cobrança e a desconstituição do arbitramento do valor do imposto devido. A perícia judicial, iniciada em maio de 2019, foi concluída em março de 2024. Com as manifestações das partes já apresentadas sobre o laudo, o processo aguarda agora o julgamento do mérito em primeira instância.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito
h. Estágio do processo	Primeira instância Judicial
i. Chance de perda	Possível - R$ 18.019
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 10880-942.958/2021-06	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/07/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do BrasilRé: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$17.080 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2016.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito
h. Estágio do processo	Primeira Instância Administrativa
i. Chance de perda (R$ milhões)	Possível - R$17.080
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Cível

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão constituída para as demandas cíveis totalizou a quantia de R$34.448 (R$37.111 em 31 de dezembro de 2023). Não há processos de natureza cível com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

- Lista de Processos individualmente relevantes de natureza cível - Prognóstico de Perda Possível:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 1057798-58.2021.8.26.0100	
a. Juízo	11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/06/2021
d. Partes no processo	Autor: Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Ré: TOTVS S/A e TOTVS Large.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$14.670 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Ação cível movida pela empresa autora em face da TOTVS S/A e TOTVS Large, informando que após assinatura das propostas comerciais os prazos acordados para a entrega da implantação dos serviços não teriam sido cumpridos.A empresa alegou que novos prazos foram acordados entre as partes e logo após, a TOTVS foi surpreendida com o pedido de rescisão contratual. Por fim, pleiteia a rescisão contratual, perdas e danos e lucros cessantes. No curso da ação houve decisão parcial de mérito para excluir a TOTVS S/A do polo passivo e manter a TOTVS Large. Sobre essa questão, existe recurso pendente de julgamento.Em relação ao pedido principal, em que se discute a prestação de serviços, ainda segue em discussão em fase probatória.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito capazes de alteração de risco de perda
h. Estágio do processo	Fase probatória
i. Chance de perda (R$ milhões)	Possível - R$14.670
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: 10137750820138260100	
a. Juízo	39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	25/03/2013
d. Partes no processo	Autor: YURI GOMES DE OLIVEIRA. Ré: Bematech S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$13.783 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Ação cível movida em face da Bematech (atual TOTVS Large) informando que manteve relação contratual de representação comercial com a Bematech, que pendurou entre os anos de 2004 e 2008. Alega não ter concordado com a rescisão do contrato pleiteando indenização por supostos danos materiais e morais decorrentes de valores que não teriam sido pagos e investimentos que teria realizado. No curso da ação já houve prolação de sentença julgando improcedentes os pedidos. Aguarda julgamento do recurso apresentado pela parte autora.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito capazes de alteração de risco de perda.
h. Estágio do processo	Fase recursal
i. Chance de perda (R$ milhões)	Possível - R$13.783
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias, horas extras, etc. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão constituída para essas demandas totalizava R$61.479 (R$64.269 em 31 de dezembro de 2023).

Não há processos de natureza trabalhista com prognóstico de perda possível ou provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Ambientais

Não há processos de natureza ambiental.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Tributário

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$9.397 (R$10.206 em 31 de dezembro de 2023). Não há processos de natureza tributária com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza tributária classificados como de perda provável se referem, principalmente, a autos de infração ou execuções fiscais movidas pela União, estados e municípios, sob a alegação de suposto recolhimento a menor de tributos.

Cível

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão constituída para as demandas cíveis totalizou a quantia de R$34.448 (R$37.111 em 31 de dezembro de 2023). Não há processos de natureza cível com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão constituída para as demandas trabalhistas totalizou a quantia de R$62.427 (R$64.673 em 31 de dezembro de 2023).

Os processos de natureza trabalhista classificados como de perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e horas extras.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia não está envolvida em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Em novembro de 2011, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”) com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, que versa sobre obrigações trabalhistas. No TAC, a Companhia assumiu o compromisso de abster-se de praticar atos que pudessem ser considerados como em desacordo com a legislação trabalhista, sob pena de aplicação de multas pecuniárias. A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (“Política de Gestão de Riscos”), a fim de regulamentar o processo de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros, abrangendo risco de mercado, regulatórios/compliance e de tecnologia da informação. A atualização dessa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2023 e está sob responsabilidade da área de Controles Internos, Riscos e Compliance.

A Política de Gestão de Riscos está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento de riscos corporativos, controles internos e compliance, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de Integridade por todos os níveis da Companhia.

A abordagem metodológica de Gestão de Riscos aplicada é fundamentada nos componentes descritos pelo COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission) e nas diretrizes da ISO 31000, compreendendo 6 etapas essenciais, além de aspectos de cultura e governança na gestão de riscos, conforme descrito abaixo:

Governança e Cultura de Gestão de Riscos

A cultura de gestão de riscos deve ser disseminada em todos os níveis da Companhia e a gestão e o monitoramento dos riscos devem ser realizados de forma descentralizada pelas respectivas áreas responsáveis pelos riscos. Os gestores são os responsáveis primários pela gestão cotidiana dos riscos associados à sua área e/ou processo de negócio e pela disseminação da cultura de gestão de riscos entre seus liderados, gerenciando a exposição aos riscos por meio de planos de ação.

Identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte

Os riscos devem ser periodicamente identificados, analisados, avaliados e documentados de forma estruturada para que possam ser tratados adequadamente e reportados aos órgãos competentes.

A Matriz de Riscos é revisada anualmente pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance e é validada pelos Vice-Presidentes e Presidente da Companhia, sendo o

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Comitê de Auditoria Estatutário responsável por avaliar e recomendar a sua aprovação ao Conselho de Administração.

De acordo com os critérios definidos na Política, as áreas responsáveis pelos respectivos riscos definem planos de ação para mitigação dos riscos mapeados na matriz. Esses planos de ação são devidamente acompanhados e reportados pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração, em conjunto com os indicadores chave de risco e o nível de exposição aos riscos.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos visa a proteção da Companhia contra os principais tipos de riscos que podem afetar o curso e o atingimento dos seus objetivos de negócios. A Companhia considera, dentre outros aspectos, fatores internos e externos e categoriza seus riscos conforme as diretrizes abaixo:

Riscos Estratégicos: trata-se dos eventos de riscos associados às decisões que afetam a estratégia de negócios ou os objetivos estratégicos da Companhia, considerando os ambientes interno e externo.

- Riscos Operacionais: referem-se às possíveis perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, ambiente tecnológico ou provocadas por eventos externos.
- Riscos Financeiros: trata-se de exposição a potenciais perdas financeiras da Companhia, incluindo riscos de mercado.
- Riscos Regulatórios/de Compliance: refere-se aos riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, dentre outros.
- Riscos de Tecnologia da Informação: trata-se dos riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI e obsolescência tecnológica.
- Risco de Crédito: refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, o que levaria a companhia a incorrer prejuízos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.
- Risco de Taxa de Juros e Inflação: o risco de taxa de juros é o risco de mercado decorrente da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de juros e inflação. Os direitos creditórios gerados pelos Produtos de Crédito – Supplier, ativo classificado mantido para a venda, são de curto prazo e, portanto, não estão sujeitos a variações de taxas de juros.

- Riscos de Taxas de Câmbio: os riscos de taxas de câmbio são riscos de mercado decorrentes de instrumentos financeiros e operações em moedas diferentes de sua moeda local, resultando em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. Além disso, algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP).

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia possui as seguintes práticas:

Riscos Estratégicos (Negócio):

Os riscos estratégicos são mapeados na companhia pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, com base na avaliação dos ambientes interno e externo e em entrevistas com os respectivos "donos" de cada risco que são responsáveis pela avaliação conjunta dos fatores de risco, impacto e probabilidade, bem como pela implementação dos planos de ação, de forma a garantir a mitigação dos riscos. As ações de melhoria (planos de ação) são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Riscos Operacionais e Tecnologia da Informação:

São identificados e documentados por meio do mapeamento dos processos considerados críticos pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance. Após a identificação dos riscos, são atribuídos seus respectivos impactos e probabilidades, a fim de identificar as ações de melhoria (planos de ação) necessárias para sua mitigação, cabendo a sua implementação às áreas responsáveis.

Os referidos planos de ação são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte às estruturas competentes de governança e gestão da Companhia, como o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração.

Riscos Financeiros:

A Companhia e suas controladas adotam uma abordagem prudente para mitigar o risco de crédito associado às instituições financeiras. Para isso, a exposição é diversificada entre diversas instituições de mercado. As aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições cuja classificação de risco seja, no mínimo, equivalente ao Risco

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Soberano (Risco Brasil), conforme atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch. No caso de aplicações em fundos de investimento, a classificação exigida é "Grau de Investimento", conforme a ANBIMA. Além disso, o valor alocado em cada emissor, excetuando-se a União e títulos públicos federais, não pode exceder 30% do montante total dos saldos combinados em contas correntes e aplicações financeiras, nem ultrapassar 5% do patrimônio líquido do emissor ou fundo de investimento.

Além do risco de crédito relacionado à gestão de caixa, a Companhia e suas controladas também consideram a exposição ao risco de crédito nas contas a receber. Essa exposição é influenciada pelas características individuais de cada cliente. Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam uma política de crédito estruturada, na qual a capacidade financeira de cada novo cliente é avaliada individualmente antes da definição dos termos e condições de pagamento.

No segmento de software, as contas a receber apresentam uma carteira de clientes amplamente diversificada, com baixo nível de concentração. A Companhia e suas controladas mantêm uma estimativa de provisão para perdas, calculada com base em perdas incorridas, sendo que o principal componente dessa provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos.

Especificamente para a controlada Supplier, a avaliação de risco da carteira de produtos de crédito é baseada em metodologias estatísticas, como Application e Behavior Scoring. Além disso, são utilizados instrumentos mitigadores, como seguro de crédito e interveniência, relatórios de acompanhamento, comitês de risco, readequação de limites de crédito, monitoramento da carteira e aprimoramento dos sistemas de cadastro. Caso necessário, perdas potenciais de crédito são mitigadas por meio de seguros garantidos pelo emissor, desde que aprovados pelo comitê de cartão de crédito. Adicionalmente, destaca-se que o giro da carteira é rápido, com prazo médio de 65 dias ou com a venda dos ativos no curto prazo, garantindo maior liquidez e redução da exposição ao risco de crédito.

Riscos Regulatórios/de Compliance:

A Companhia monitora as novas regulamentações aplicáveis ao negócio, bem como as alterações no ambiente regulatório ao qual está submetida. Após a avaliação de impacto ao negócio, são identificadas as medidas necessárias para cumprimento dos requisitos legais, cabendo às áreas responsáveis providenciar as adequações pertinentes, com o devido apoio legal do Departamento Jurídico. Além disso, do ponto de vista de anticorrupção a Companhia possui um Programa de Integridade apto à prevenção, detecção e remediação de atos ilícitos e/ou que violem as diretrizes de conduta da Companhia ou a legislação vigente. Adicionalmente, a área de Controles Internos, Riscos e Compliance possui uma interação contínua com a área de Relações Institucionais e Governamentais com o intuito de antecipar potenciais impactos regulatórios que eventualmente poderão afetar os negócios da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Inflação:

A Companhia entende que o impacto e a volatilidade de índices inflacionários, como o IGP-M e o IPCA, sobre seu resultado operacional é mitigado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e de subscrição e pelos reajustes periódicos nas tabelas de preços para novas vendas, que englobam as taxas de licenciamento, cobranças recorrentes de contratos de subscrição e nas taxas horárias dos projetos de serviços vendidos. No entanto, como mencionado no item 4.3, essa estratégia de proteção natural não trata o risco residual do descasamento entre a inflação de custos e despesas e os índices de inflação aplicados nos contratos de manutenção e de subscrição. Com base no histórico, a Companhia entende que esses indicadores de inflação tendem a convergir no médio/longo prazo. Assim, a Companhia utiliza como instrumento de proteção o reajuste das receitas com base em índices de preços.

Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros devido à sua dívida indexada a taxas pós-fixadas, o que pode impactar o custo financeiro em cenários de alta dos juros. Essa exposição é mitigada tanto por investimentos de caixa igualmente atrelados a taxas pós-fixadas quanto pela geração de caixa operacional, que contribui para a gestão da dívida líquida e a manutenção da solidez financeira.

O acompanhamento contínuo da alavancagem por meio de indicadores, incluindo projeções, permite avaliar a capacidade de pagamento e embasar decisões estratégicas para otimizar a estrutura de capital, assegurando um gerenciamento eficiente do risco financeiro.

Variação cambial

A Companhia adota uma abordagem estratégica para a gestão do risco cambial, buscando compatibilizar suas estruturas de custos e despesas com as respectivas fontes de receita, tanto no mercado doméstico quanto em suas operações internacionais. Para mitigar a exposição à variação cambial, dimensiona suas estruturas operacionais de forma a equilibrar receitas e despesas na mesma moeda sempre que possível, mantendo a exposição líquida ao câmbio em níveis aceitáveis, conforme as diretrizes e limites estabelecidos pela Administração. Nesse contexto, monitora a relação entre receitas e gastos denominados em dólar ou com sensibilidade ao câmbio, permitindo a adoção de estratégias que reduzam os impactos da volatilidade cambial sobre sua estrutura financeira e garantam maior previsibilidade na gestão de seus resultados.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração: órgão de deliberação que, entre outras atribuições, tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos, bem como:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Aprovar os objetivos estratégicos e a metodologia de gestão de riscos da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Determinar os níveis de apetite e de tolerância aos riscos propostos pela Administração e recomendados pelo Comitê de Auditoria Estatutário;
- Aprovar anualmente a Matriz de Riscos Prioritários tomando conhecimento das respectivas ações de gerenciamento adotadas e seus resultados, bem como os indicadores chave de risco a serem monitorados;
- Aprovar a documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo;
- Assegurar-se da existência de recursos adequados para o funcionamento eficaz do Programa de Integridade e garantir a autonomia da área de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- Aprovar o plano anual de comunicação e treinamento elaborado pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário a respeito dos resultados da Gestão de Riscos; e
- Aprovar a assunção de riscos Altos e Críticos.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Avaliar os trabalhos de Gestão de Riscos e a construção da Matriz de Riscos Prioritários, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a fixação dos níveis de apetite e de tolerância aos riscos;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles, os planos de ação mitigatórios e os indicadores chave de risco apurados, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes;
- Discutir e aprovar o Cronograma Anual de Compliance;
- Avaliar e acompanhar os planos de ação da auditoria do Programa de Integridade;
- Reportar periodicamente, ao Conselho de Administração, casos críticos de desvios de conduta relativos ao Código de Ética e Conduta e à Política de Gestão Riscos,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Controles Internos e Compliance, bem como as eventuais medidas disciplinares adotadas; e

- Fazer recomendações ao Conselho de Administração quanto à assunção de riscos Altos e Críticos.

Vice-Presidências e Diretorias: suas atribuições incluem:

- Conduzir práticas de negócio que atendam à legislação e regulamentação aplicáveis e à Estrutura Normativa Interna;
- Apoiar na implementação e demonstrar comprometimento ao Programa de Integridade;
- Gerir os riscos sob sua responsabilidade e auxiliar na criação de controles e ações mitigatórias; e
- Zelar para que as diretrizes de conduta da companhia sejam comunicadas e compreendidas pelos parceiros, franqueados, canais, terceiros e clientes.

Controles Internos, Riscos e Compliance: estruturada em uma gerência executiva subordinada ao Diretor Presidente. A estrutura conta ainda com uma coordenação de controles internos e seguros e uma gerência de gestão de riscos e compliance. A área tem como principais atribuições:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação do Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar a metodologia de gestão de riscos;
- Monitorar e reportar os planos de ação e os indicadores de chave de risco definidos para gerenciamento dos riscos;
- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância da gestão de riscos, controles internos e do programa de integridade;
- Realizar o ciclo anual de controles internos nos termos da Política de Gestão de Riscos;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar a Matriz de riscos à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Auditoria Interna: Reporta-se ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria Estatutário e tem como responsabilidades:

- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos;

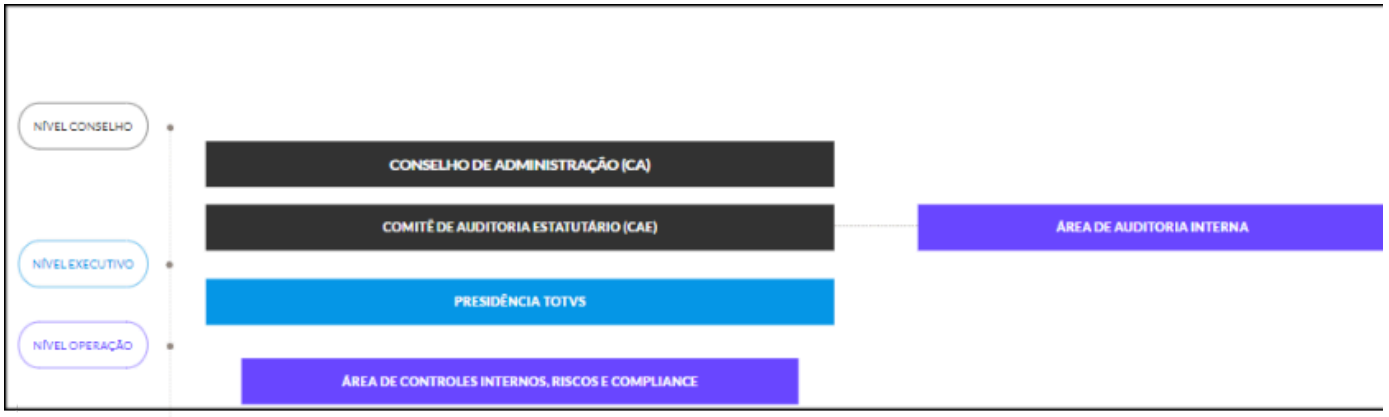
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Verificar a implementação dos planos de ação, a tempestividade de implementação e eficácia;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

"Donos dos Riscos"/Áreas de Negócios Operacionais: possuem como responsabilidades, nos termos da política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar anualmente o Control Self Assessment;
- Comunicar para a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração significativa em seu processo de negócio;
- Implementar, apurar e reportar periodicamente os indicadores chave de risco à área de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Implementar controles e planos de ação em seus processos, assegurando que sejam efetivos e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

Organograma da Estrutura Organizacional de Gerenciamento de Riscos



c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos, identificar riscos atualizar e/ou criar os respectivos controles de mitigação, acompanhar e sugerir melhorias de controles e, por fim, reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam impactar o ambiente de controles. A estrutura de controles internos é avaliada periodicamente, a fim de verificar a eficácia

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

dos controles existentes e possíveis impactos decorrentes de potenciais mudanças nos ambientes interno e/ou externo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos monitora continuamente os riscos e seus respectivos fatores de riscos mapeados, de forma a acompanhar a evolução dos níveis de risco perante as medidas mitigatórias adotadas (planos de ação) e assegurar a identificação tempestiva de eventuais desvios ou movimentos que possam aumentar a exposição da Companhia aos riscos ou ameaçar a continuidade dos negócios. A Área de Controles Internos, Riscos e Compliance reporta periodicamente o status das ações e a evolução da classificação dos riscos ao Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração. Por fim, quando do planejamento estratégico da Companhia, é realizada uma revisão sistêmica do processo de gestão de riscos, visando garantir o adequado mapeamento e priorização de riscos mediante a estratégia da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, alinhada continuamente às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos, possui uma área de Controles Internos, Riscos e Compliance, que tem como principais atribuições conduzir e estabelecer diretrizes para os trabalhos relacionados aos controles internos, bem como atestar o correto funcionamento do ambiente de controles, buscando mitigar riscos de acordo com a complexidade dos negócios da Companhia e visando garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações vigentes.

O processo definido visa fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras divulgadas, eficiência operacional e adesão às políticas, normas e procedimentos internos.

Escopo e atuação da área:

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

(i) os objetivos estratégicos da Companhia;

(ii) composição e natureza das contas contábeis;

(iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e

(iv) complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada no Modelo das Três Linhas, sendo:

- Primeira linha: são as áreas de negócio, responsáveis por identificar e reportar os riscos de suas operações e zelar pelo atendimento dos seus objetivos, bem como pelo adequado funcionamento da sua estrutura de controles internos;
- Segunda linha: representada pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance, utiliza a documentação suporte produzida pela primeira linha para subsidiar a revisão do ambiente de controles. Atua de forma consultiva apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e melhoria de processos, bem como na implementação de controles internos;
- Terceira linha: representada pela área de Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela primeira e segunda linha. Pode executar também trabalhos adicionais, conforme necessidade identificada, reportando diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

A área de Controles Internos é responsável pelo mapeamento dos processos da Companhia, atualização da matriz de riscos e controles, bem como da realização dos testes de desenho dos controles existentes, com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como a adequada implementação e operacionalização destes controles.

Concluídas tais etapas, os responsáveis pelos processos devem realizar anualmente a autoavaliação de controles, bem como responder seu questionário indicando, quando for o caso, novos riscos em seus processos ou atividades. A área também acompanha a execução dos testes de efetividade realizados por empresa terceirizada e independente.

Embora a empresa contratada emita uma opinião independente sobre os resultados, a área de Controles Internos acompanha o progresso dos trabalhos e os apontamentos subsequentes, garantindo que as áreas de negócio responsáveis implementem as ações corretivas necessárias. O objetivo desse processo é avaliar a correta execução e a eficiência operacional dos controles internos na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Sendo assim, após os testes, as deficiências identificadas são avaliadas e tratadas tempestivamente através da criação de planos de ação, bem como reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

A Administração analisou o resultado dos testes contidos no relatório emitido pela empresa independente e entendeu que tais deficiências não comprometeram as demonstrações financeiras do exercício de 2024, bem como a eficácia do seu ambiente de controles internos.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração: cujas atribuições foram indicadas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

Comitê de Governança e Indicação: cujas atribuições foram indicadas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem, além das previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes.

5.2 Descrição dos controles internos

Vice-Presidências e Diretorias: cujas atribuições foram indicadas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada ao Diretor-Presidente e, além das atribuições previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;
- Mapear processos e auxiliar na identificação de riscos e no desenvolvimento dos respectivos controles de mitigação;
- Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- Executar e reportar os resultados da Autoavaliação de Controles e dos testes executados ao Comitê de Auditoria Estatutário.

Auditoria Interna: reporta-se ao Comitê de Auditoria Estatutário e, além das atribuições previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, apresenta como responsabilidades:

- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos;
- Verificar a implementação dos planos de ação, sua tempestividade de implementação e eficácia;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Áreas de Negócios Operacionais: nos termos da Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, apresentam como responsabilidades:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar anualmente a Autoavaliação de Controles e disponibilizar as evidências necessárias;
- Comunicar a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração significativa em seu processo de negócio; e
- Implementar controles e planos de ação em seus processos, assegurando que sejam efetivos e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

c. Se e como a eficiência de controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

O processo de mapeamento revisão e testes de controles internos da Companhia é realizado pela Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance, sendo os seus respectivos resultados analisados pela Administração e reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário, que acompanha periodicamente a eficiência dos controles internos, os planos de ação desenvolvidos e sua implementação. Compete também ao Conselho de Administração, acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e exercício da atividade de auditoria independente

No relatório emitido pelo auditor independente, não foram observadas deficiências significativas de controles internos relacionadas às demonstrações financeiras.

No entanto, cabe mencionar que as outras deficiências e as recomendações indicadas são objeto de planos de ação e são objeto de monitoramento pela Administração, bem como reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No relatório do auditor independente não foram observadas deficiências significativas de controles internos.

No entanto, cabe mencionar que as outras deficiências e recomendações indicadas foram objeto de planos de ação e são monitoradas pela Administração, bem como foram reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

5.3 Programa de integridade

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando em casos positivo:

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A Companhia possui um Programa de Integridade por meio do qual estabelece e adota mecanismos e procedimentos visando a prevenção, detecção e o tratamento adequado de atos de corrupção, fraude e condutas ilícitas ou antiéticas de qualquer natureza, praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como no âmbito privado, considerando os países de atuação da Companhia.

O Programa de Integridade está estruturado em 5 (cinco) pilares inter-relacionados:

- Cultura de Integridade: tem por objetivo fortalecer e disseminar a todos os níveis hierárquicos uma cultura que esteja em conformidade com os padrões de ética e de integridade da Companhia, por meio do engajamento e apoio constante do Presidente e Vice-Presidentes da Companhia (“Alta Administração”) e das principais lideranças da empresa.
- Avaliação de Riscos: visa identificar e avaliar os principais riscos do ponto de vista de anticorrupção e de compliance aos quais a Companhia está exposta, mensurar seus impactos e recomendar medidas mitigatórias, especialmente em processos considerados sensíveis, considerando o cumprimento da legislação anticorrupção aplicável aos países em que atua e as diretrizes de conduta da Companhia estabelecidos no Código de Ética e Conduta e demais documentos normativos do Programa de Integridade.
- Código de Ética e Conduta, Políticas e Procedimentos: tem por objetivo estabelecer e formalizar as diretrizes, regras e procedimentos internos que devem ser seguidos pelos colaboradores e terceiros no âmbito do Programa de Integridade. O Código de Ética e Conduta, as Políticas, Normas e Procedimentos que integram o Programa de Integridade formam a base de referência para que os mecanismos e controles de integridade sejam implementados e/ou otimizados.
- Comunicação e Treinamento: visa conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto às diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do Programa de Integridade, por meio de ações de comunicação e treinamentos gerais e específicos sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia que são estabelecidos no Plano Anual de Comunicação e Treinamento, o qual é apreciado e validado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração.

5.3 Programa de integridade

- Detecção e Remediação: tem por finalidade identificar a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação e regulamentação aplicáveis e às normas internas da Companhia, bem como garantir a interrupção de tais condutas e a aplicação de medidas disciplinares e/ou corretivas, utilizando como principal instrumento um Canal gerido por empresa independente e especializada (“Canal de Ética e Conduta”) para recepção e tratamento de denúncias, disponível aos públicos interno e externo.

O Programa de Integridade e seus controles são reavaliados anualmente, a fim de assegurar a sua efetividade, sendo que podem ocorrer ações de melhoria ou implementação de novos controles a qualquer tempo, em função de alterações nas regras, processos e cenário de riscos. As Políticas Corporativas são objeto de revisão mandatória a cada 3 (três) anos, sem prejuízo da realização de eventuais alterações necessárias no decorrer do período. Especificamente quanto ao gerenciamento de riscos e metodologia aplicadas pela Companhia, vide o item 5.1 deste Formulário de Referência.

Conjunto de mecanismos e Normativos do Programa de Integridade TOTVS

Código de Ética e Conduta (“Código de Ética e Conduta”): tem por objetivo estabelecer regras de conduta e princípios éticos que orientam o compromisso da Companhia, suas controladas e subsidiárias, diretas ou indiretas, com a integridade dos seus negócios e relacionamentos internos e externos e se aplica a todos os conselheiros, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. A atualização do código vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30/08/2023.

Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance: tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos corporativos, controles internos e compliance, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de Integridade por todos os níveis do Grupo TOTVS. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/05/2023.

Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos: visa estabelecer diretrizes e regras de conduta a serem observadas no relacionamento da Companhia com entes e agentes públicos e garantir a aderência da conduta de seus colaboradores à legislação vigente, às políticas corporativas e ao Código de Ética e Conduta da Companhia. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 18/03/2025.

Política de Contribuições, Doações e Patrocínios: tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras a serem observadas para a realização de contribuições, doações e patrocínios comerciais e institucionais pela Companhia. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16/03/2022.

5.3 Programa de integridade

Due Diligence de Compliance de Terceiros: refere-se aos processos e procedimentos voltados à identificação, avaliação e mitigação de riscos de compliance no relacionamento da Companhia com fornecedores, parceiros comerciais, instituições beneficentes para os quais a Companhia pretenda realizar doações e demais terceiros conforme aplicável, visando garantir que não sejam realizados negócios com terceiros envolvidos em quaisquer práticas ilícitas ou irregulares à luz da legislação vigente, em especial as leis anticorrupção, e aos princípios éticos e regras refletidos no Código de Ética e Conduta e demais Políticas e Normas Internas da Companhia.

Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos: procedimento para o registro e monitoramento de interações presenciais ou virtuais de natureza comercial e/ou institucional com entes públicos, a fim de cumprir as diretrizes mandatórias definidas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. A Companhia dispõe de ferramenta eletrônica que permite aos colaboradores realizarem o registro completo das interações realizadas com agentes públicos, visando a transparência nas relações com o Setor Público.

Workshop de Compliance: treinamento mensal, no formato virtual, para os novos colaboradores da Companhia, no qual são abordados os princípios éticos e de integridade, combate à corrupção e apresentados o Programa de Integridade, as principais diretrizes e regras do Código de Ética e Conduta e o Canal de Ética e Conduta da Companhia.

Treinamento do Código de Ética e Conduta: treinamento e-learning do Código de Ética e Conduta, obrigatório para todos os colaboradores das unidades próprias, no Brasil e no exterior, e unidades franqueadas, abordando a totalidade de temas presentes no documento, sendo requerido um aproveitamento mínimo de 70% no teste de conhecimento do curso, para conclusão e obtenção do certificado. Os colaboradores cujas atividades não requeiram o uso de computadores são treinados presencialmente ou virtualmente. Em 2024, a capacitação atingiu uma adesão de 99% dos colaboradores.

Treinamento de Relacionamento com Entes Públicos: treinamento em formato e-learning obrigatório para os colaboradores das áreas que potencialmente se relacionam com agentes públicos, visando capacitar o público-alvo quanto às práticas e procedimentos a serem observados nessas interações, considerando o cumprimento da legislação aplicável e as diretrizes do Código de Ética e Conduta e da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. Em 2024, a capacitação atingiu uma adesão de 100% do público-alvo. Em 2025, será lançado um novo treinamento e-learning, visando atualizar o formato e conteúdo, bem como refletir as alterações realizadas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos que foi revisada.

5.3 Programa de integridade

Treinamentos Temáticos: treinamentos específicos para áreas mais expostas a determinados riscos de Compliance.

Treinamento Anticorrupção para a Alta Administração: treinamento em formato presencial/virtual realizado por consultoria externa especializada para os membros do Conselho de Administração, para o Diretor-Presidente, Vice-Presidentes, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia sobre o tema de integridade corporativa e combate à corrupção, abordando os riscos, papéis e responsabilidades do público-alvo em relação ao tema, bem como sobre os impactos legais e reputacionais para a Companhia.

Cláusula anticorrupção e de cumprimento do Código de Ética e Conduta: os contratos com terceiros possuem cláusula acerca do cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e ao Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como recomendação da adoção de um programa de integridade, caso não possuam. O contrato com os colaboradores da Companhia também possui cláusula de obrigatoriedade do cumprimento ao Código de Ética e Conduta.

Contrato com Franquias: os franqueados se comprometem, por meio de cláusula contratual específica, a cumprir com os dispositivos relacionados à anticorrupção, incluindo a Lei 12.846/2013 – “Lei Anticorrupção” e com o Código de Ética e Conduta do Grupo TOTVS.

Auditoria do Programa de Integridade: periodicamente o Programa de Integridade é objeto de avaliação por auditoria interna, com o objetivo de avaliar o cumprimento das ações estabelecidas para cada um dos pilares, bem como identificar oportunidades de melhoria para o aprimoramento do programa. O resultado do trabalho é reportado ao Comitê de Auditoria Estatutário e eventuais planos de ação oriundos do trabalho são acompanhados e monitorados pela Administração.

Selo Pró-Ética: A TOTVS é um das empresas reconhecidas com o selo Pró-Ética 2022-2023, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) que reconhece as empresas que possuem ações de prevenção à corrupção, fraude e suborno em linha com as melhores práticas de mercado sobre o tema.

ii. A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

No âmbito do Programa de Integridade, as principais atribuições das estruturas e órgãos de governança envolvidos estão elencadas a seguir:

Conselho de Administração

- Aprovar os objetivos estratégicos e o Programa de Integridade da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;

5.3 Programa de integridade

- Acompanhar as ações do Programa de Integridade e reforçar junto à Diretoria Executiva o comprometimento com o seu cumprimento;
- Assegurar-se da existência de recursos adequados para o funcionamento eficaz do Programa de Integridade e garantir a autonomia da área de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- Aprovar o plano anual de comunicação e treinamento elaborado pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário a respeito dos resultados do Programa de Integridade.

Comitê de Governança e Indicação

- Avaliar e deliberar sobre determinados casos envolvendo conflitos de interesses, conforme estabelecido no Código de Ética e Conduta da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Comitê de Governança e Indicação quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração;
- Discutir e aprovar o cronograma anual de compliance;
- Avaliar e acompanhar os planos de ação da auditoria do Programa de Integridade;
- Avaliar os resultados do Programa de Integridade e apresentar ao Conselho de Administração suas recomendações; e
- Reportar periodicamente, ao Conselho de Administração, casos críticos de desvios de conduta relativos ao Código de Ética e Conduta e à Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, bem como as eventuais medidas disciplinares adotadas.

Comissão de Ética e Conduta

- Avaliar e opinar sobre a procedência e gravidade das denúncias recebidas de violação ao Código de Ética e Conduta e às demais diretrizes e regras de conduta da Companhia;
- Recomendar e acompanhar a aplicação de medidas disciplinares; e
- Interpretar o Código de Ética e Conduta no caso de dúvidas.

Vice-Presidências e Diretorias:

- Conduzir práticas de negócio que atendam à legislação e regulamentação aplicáveis e à estrutura normativa da Companhia;
- Apoiar na implementação e demonstrar comprometimento ao Programa de Integridade; e

5.3 Programa de integridade

- Zelar para que as diretrizes de conduta da Companhia sejam comunicadas e compreendidas pelos parceiros, franqueados, canais, terceiros e clientes.

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance

Está subordinada ao Diretor-Presidente e tem como principais atribuições:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação, bem como disseminar as suas diretrizes na Companhia;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar o Programa de Integridade;
- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância do Programa de Integridade;
- Coordenar a revisão periódica do Código de Ética e Conduta;
- Realizar a gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como reportar as denúncias recebidas à Comissão de Ética e Conduta, ao Diretor-Presidente e aos demais órgãos de governança aplicáveis;
- Realizar investigações sobre denúncias e reportar o resultado à Comissão de Ética e Conduta, conforme aplicável;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades, e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência;
- Compartilhar com a Auditoria Interna informações e/ou fatos sujeitos à investigação interna; e
- Reportar os resultados do Programa de Integridade à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Diretoria Jurídica

- Orientar a Companhia em relação às normas emitidas pelos órgãos reguladores e às alterações legislativas, tanto federais, estaduais, como municipais;
- Relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil ou penal à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração; e
- Apoiar a área de Controles Internos, Riscos e Compliance na interpretação das leis anticorrupção aplicáveis.

Auditoria Interna

- Realizar investigações sobre denúncias e reportar o resultado à Comissão de Ética e Conduta, conforme aplicável;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e

5.3 Programa de integridade

- Reportar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

Relações Humanas

- Fomentar e assegurar que os princípios do Programa de Integridade sejam difundidos junto à cultura organizacional da Companhia.

Demais áreas

Todos os colaboradores da Companhia, independentemente de seu cargo possuem as seguintes atribuições no âmbito do Programa de Integridade:

- Cumprir a estrutura normativa interna da Companhia, a legislação e regulamentação aplicável;
- Reportar por meio do Canal de Ética e Conduta qualquer violação ou suspeita de violação à leis ou regulamentações aplicáveis, ou descumprimento da Estrutura Normativa Interna da Companhia que tomem conhecimento;
- Participar dos treinamentos considerados obrigatórios; e
- Apresentar todas as informações e/ou documentos corporativos dos quais estejam na posse, quando solicitados (i) pela Auditoria Interna, (ii) pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance ou (iii) pela Comissão de Ética e Conduta, no contexto de investigação interna.

iii. Código de ética ou de conduta

Se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui Código de Ética e Conduta arquivado na CVM desde 2012. O Código, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023, é aplicável a todos os conselheiros, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e deliberar, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta, demais normas internas ou à legislação vigente e, em sendo o caso, recomendar ao Diretor-Presidente as medidas cabíveis ao infrator de acordo com as regras e critérios estabelecidos na Norma de Gestão de Consequências da Companhia, que podem ser de caráter disciplinar, como aplicação de advertência, até o desligamento por justa causa, além de medidas

5.3 Programa de integridade

judiciais cabíveis, quando aplicável. Com base na recomendação da Comissão, cabe ao Diretor-Presidente a deliberação final sobre os casos.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão vigente do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023 e encontra-se disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/), bem como na página do Canal de Ética e Conduta da Companhia (www.canalconfidencial.com.br/totvs/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um Canal de Ética e Conduta gerido por empresa terceirizada, independente e especializada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética e Conduta está apto a recepcionar denúncias de colaboradores e terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, parceiros comerciais, clientes, entre outros. As denúncias podem ser realizadas por meio dos telefones (i) 0800 721 5966, no Brasil e (ii) +55 11 3232-0766, nas demais localidades, de segunda a sexta, das 09h às 17h, ou pelo endereço eletrônico www.canalconfidencial.com.br/totvs/, a qualquer tempo. Ou, se preferir, o denunciante pode acionar a área de Relações Humanas ou a área de Controles Internos, Riscos e Compliance.

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Ética e Conduta permite que as denúncias sejam realizadas de forma anônima ou identificada e assegura a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante que optar por se identificar. A Companhia não admite retaliação e garante que os denunciantes não serão prejudicados por reportar quaisquer suspeitas de irregularidades.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, Riscos e Compliance da Companhia são responsáveis pela análise e apuração das denúncias recebidas, conforme escopo de cada área. A área de Controles Internos, Riscos e Compliance é responsável também pela gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como pelo reporte dos casos à Comissão de Ética e Conduta, que define e aplica as medidas a

5.3 Programa de integridade

serem adotadas para cada caso. Cabe ao Diretor-Presidente da Companhia a deliberação final das medidas a serem aplicadas nos referidos casos, com base nas definições da Comissão de Ética e Conduta.

c. Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, bem como em anos anteriores, que tenham sido identificados pela Companhia.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

A Companhia possui expectativa de redução, ou no mínimo, manutenção do nível de exposição dos riscos da sua matriz face às ações de mitigação adotadas para essa finalidade, conforme as diretrizes e metodologias estabelecidas em sua Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, de que trata o item 5.1 deste Formulário.

5.5 Outras informações relevantes

Em 31/12/2024, a Companhia contava com 19 empregados envolvidos nas atividades de auditoria interna, controles internos, compliance e gestão de riscos corporativos.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

Blackrock, Inc

00.000.000/0000-00	Estados Unidos	Não	Não	02/06/2022	
Sim	Citibank Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliarios S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
31.632.336	5,277	0	0,000	31.632.336	5,277

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Canada Pension Plan Investment Board

00.000.000/0000-00	Canadá	Não	Não	24/09/2021	
Sim	Tania Sztamfater Chocolat		Fisica	278.583.348-16	
32.754.201	5,464	0	0,000	32.754.201	5,464

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

HG SENTA PUA FIA

08.613.315/0001-16	Brasil	Não	Não	24/09/2021	
Não					
144.800	0,024	0	0,000	144.800	0,024

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO					
032.737.678-39	Brasil	Não	Não	27/11/2023	
Não					
1.050.306	0,175	0	0,000	1.050.306	0,175
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
LC12 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA					
02.986.755/0001-32	Brasil	Não	Não	06/12/2023	
Não					
50.682.639	8,456	0	0,000	50.682.639	8,456
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Massachusetts Financial Services Company					
	Estados Unidos	Não	Não	31/07/2025	
Sim	Banco J.P. Morgan S.A.		Juridica	33.172.537/0001-98	
30.425.980	5,076	0	0,000	30.425.980	5,076
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
11.758.500	1,962	0	0,000	11.758.500	1,962
OUTROS					
440.952.819	73,566	0	0,000	440.952.819	73,566
TOTAL					
599.401.581	100,000	0	0,000	599.401.581	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	23/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	37.684
Quantidade acionistas pessoa jurídica	351
Quantidade investidores institucionais	1.150

Ações em Circulação

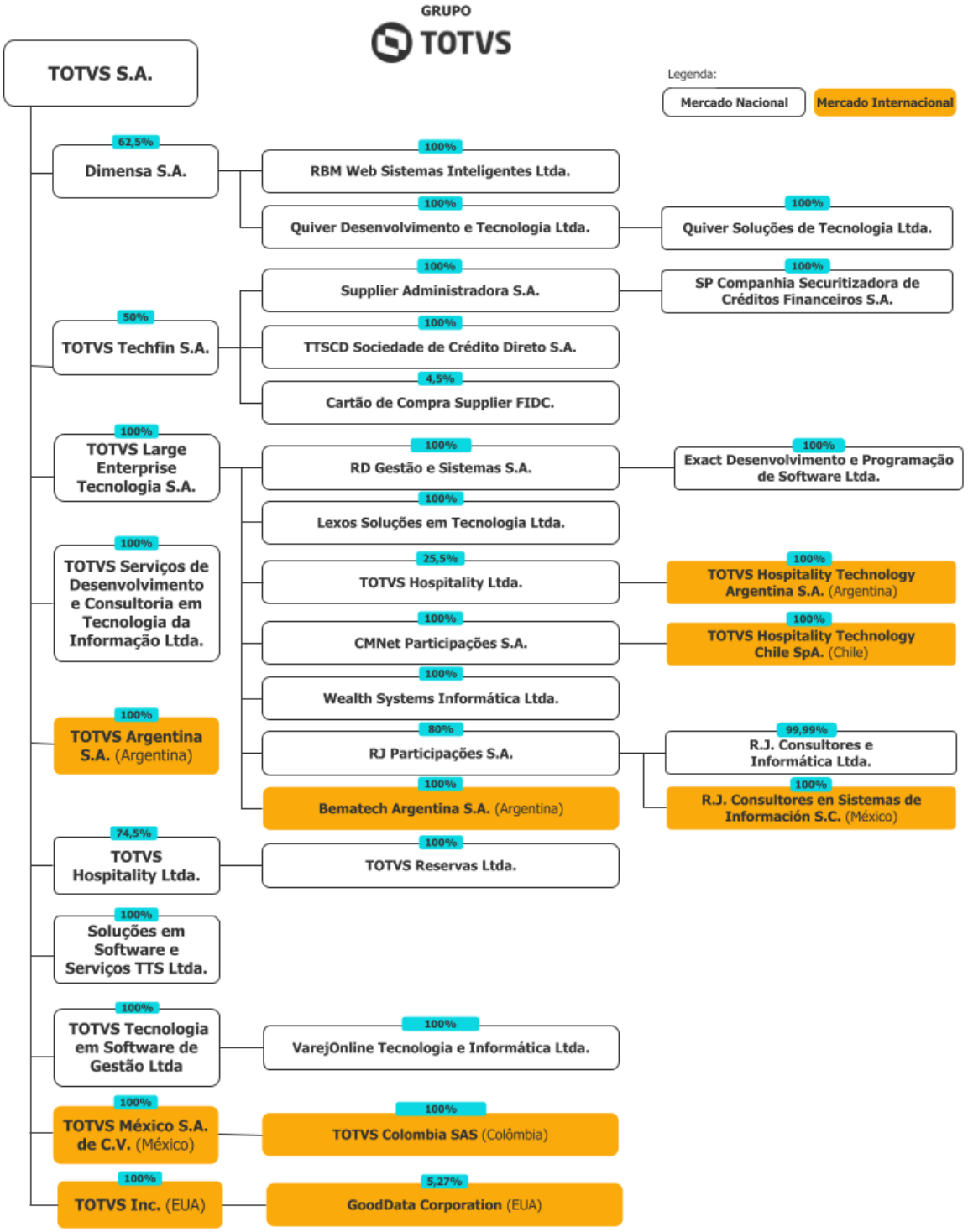
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	533.991.715	89,087%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	533.991.715	89,087%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Dimensa S.A.	27.231.185/0001-00	62,5
RD GESTÃO E SISTEMAS S.A.	13.021.784/0001-86	100
Soluções em Software e Serviços TTS Ltda.	07.363.764/0001-90	100
TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A.	82.373.077/0001-71	100
TOTVS TECNOLOGIA EM SOFWARE DE GESTÃO LTDA.	07.577.599/0001-70	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes, além daquelas apresentadas nos itens acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Como parte integrante do processo de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, a Companhia dispõe do Comitê de Governança e Indicação, que atua como órgão de assessoramento do Conselho de Administração. Suas atribuições estão previstas no artigo 25 do Estatuto Social e no artigo 40 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

No dia 29 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a revisão da Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária (“Política de Indicação”). Esta política estabelece o processo e os critérios mínimos para a seleção e indicação de membros ao Conselho, aos Comitês e à Diretoria Estatutária da Companhia.

De acordo com o que está estabelecido na Política de Indicação, a composição do Conselho de Administração deve considerar aspectos relacionados à diversidade, incluindo, mas não se limitando a: formação acadêmica, experiências profissionais, aspectos culturais, faixa etária e gênero, bem como a complementaridade de competências. Isso permitirá que a Companhia se beneficie da pluralidade de perspectivas, aprimorando suas estratégias de negócios e visando um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

A indicação de membros do Conselho deve estar alinhada ao melhor interesse da Companhia e obedecer aos seguintes critérios:

i. os cargos de Presidente do Conselho e Diretor-Presidente, ou principal executivo da Companhia, não podem ser acumulados pela mesma pessoa;

ii. os executivos da Companhia (diretores e gerentes, exceto o Diretor-Presidente) não podem ser membros do Conselho;

iii. reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que: (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia;

iv. profissionais altamente qualificados, com notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados, sendo recomendável ter conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e experiência em temas diversificados, tais como aspectos financeiros, de sustentabilidade, tecnologia e segurança da informação;

v. alinhamento e comprometimento com os princípios, os valores e a cultura do Grupo TOTVS e o seu Código de Ética e Conduta (CODEC);

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

vi. visão estratégica e entendimento do negócio; e

vii. disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida.

Em relação à Diretoria Estatutária, conforme previsto na Política de Indicação, compete ao Conselho de Administração a seleção, eleição e avaliação do Diretor-Presidente. Para tal, conta-se com o suporte do Comitê de Gente e Remuneração, bem como do Comitê de Governança e Indicação, com o objetivo de assegurar a existência, eficácia e implementação de um plano de sucessão para os executivos, o qual será revisado anualmente pelos comitês mencionados.

O Diretor-Presidente, após a devida avaliação e aprovação pelo Comitê de Gente e Remuneração, deverá indicar ao Conselho de Administração candidatos para os demais cargos da Diretoria Estatutária. Os candidatos devem possuir as competências e atribuições necessárias para o cumprimento das metas e planos de negócio da Companhia.

A indicação de membros da Diretoria Estatutária deve estar em consonância com os melhores interesses da Companhia e seguir critérios objetivos que demonstrem a qualificação do candidato. Tais critérios são: conhecimento técnico e experiência profissional, tempo de atuação em cargos de liderança, formação acadêmica compatível com as atribuições do cargo e reputação ilibada.

No mais, não deverá ser eleito para o cargo de Diretor-Presidente quem já tiver completado 62 anos de idade na data da eleição, assim como não deverá ser eleito para os demais cargos na Diretoria Estatutária quem já tiver completado 60 anos de idade na data da eleição. É vedada a reserva de cargos de Diretoria para indicação direta por acionistas.

O Estatuto, o Regimento Interno do Conselho de Administração e a Política de Indicação da Companhia estão disponíveis para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM.

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- a periodicidade das avaliações e sua abrangência
- metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
- se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Existem mecanismos de avaliação estabelecidos para o Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e para a Diretoria Estatutária, além da análise de desempenho na Companhia em sua totalidade.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

De acordo com o que está disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, conforme sua revisão aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025:

a) O Conselho de Administração deverá estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos Conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa;

b) O Presidente do Conselho tem como atribuição liderar, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, e de acordo com as recomendações do Comitê de Governança e Indicação, um processo estruturado e formal de avaliação do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho, dos Conselheiros individualmente considerados e da Secretaria de Governança Corporativa, sendo que os resultados da avaliação do Conselho serão divulgados a todos os Conselheiros;

c) O Comitê de Governança e Indicação tem como atribuição apoiar o Presidente do Conselho na organização de um processo formal e periódico de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, do Presidente do Conselho e dos Conselheiros, e da Secretaria de Governança Corporativa, que deverá ser realizado anualmente;

d) O Comitê de Gente e Remuneração deverá acompanhar o processo de avaliação anual dos executivos da Companhia, com base na definição e verificação do atingimento das metas de desempenho, financeiras e não financeiras (incluindo aspectos de Meio Ambiente, Sociais e de Governança - “ESG”), alinhadas com os valores e princípios éticos da Companhia, recomendando sua aprovação pelo Conselho.

O Conselho de Administração tem a prerrogativa de optar pela realização da avaliação através de processo interno, elaborado pela Companhia, ou pela contratação de consultoria especializada. Em ambas as hipóteses, o processo é liderado pelo Presidente do Conselho, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa e conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Governança e Indicação.

No ano de 2024, a avaliação ocorreu através de processo interno, desenvolvido pela Companhia, que consistiu na aplicação de um questionário eletrônico, respondido pelos Conselheiros e membros dos Comitês, utilizando-se de um aplicativo específico. Os principais temas abordados incluíram aspectos estratégicos, a dinâmica geral do Conselho e das respectivas reuniões, desempenho dos Comitês, da Secretaria de Governança Corporativa e do Presidente do Conselho, além de autoavaliação e avaliação entre os próprios Conselheiros e membros dos Comitês.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

O relatório da avaliação foi apresentado e debatido na reunião do Conselho de Administração ocorrida em 16 de dezembro de 2024. Previamente a essa reunião, o Presidente realizou encontros individuais de *feedback* com os Conselheiros sobre os resultados da avaliação.

No ano de 2023 o Conselho decidiu contratar a consultoria LFG Assessoria em Gestão Empresarial para a condução do processo de avaliação, que envolveu a aplicação de questionários e realização de entrevistas individuais com todos os Conselheiros. O representante da consultoria contratada apresentou o relatório dos trabalhos realizados ao Comitê de Governança e Indicação em 23 de novembro de 2023, bem como ao Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 29 de novembro de 2023. Ao término do processo, o Presidente do Conselho de Administração conduziu reuniões individuais com todos os Conselheiros para a realização de *feedback* da avaliação, além de definir ações para evolução da dinâmica dos trabalhos do Conselho a serem implantadas em 2024.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário realiza, anualmente, um processo de autoavaliação de suas atividades enquanto órgão colegiado e de seus membros, assim como uma avaliação dos trabalhos realizados pela área de Auditoria Interna e pela Auditoria Independente da Companhia. Este procedimento está em conformidade com o estabelecido no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, aprovado em 04 de novembro de 2021. O processo é conduzido internamente, sob a orientação de seu Coordenador e com o apoio da Secretaria de Governança Corporativa, respeitando os procedimentos e diretrizes previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Para tal, é utilizado um questionário eletrônico que abrange perguntas relacionadas aos temas de Supervisão das Demonstrações Financeiras, Supervisão da Gestão de Riscos, da própria Governança e Atuação do Comitê na Supervisão da Auditoria Interna e dos trabalhos da Auditoria Independente. Os resultados do processo foram discutidos e apresentados, em reunião do Comitê em 14 de março de 2025 e relatados ao Conselho de Administração em reunião de 18 de março de 2025.

No que diz a respeito à Diretoria, sua avaliação é fundamentada em metas individuais e de performance da Companhia, as quais são analisadas pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovadas pelo Conselho de Administração. A apuração do atingimento das metas também é submetida ao Comitê de Gente e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração, em caráter semestral. Além disso, consideram-se aspectos comportamentais, como a tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal e o alinhamento com os valores da Companhia.

Desde 2019, a Secretaria de Governança Corporativa tem promovido um programa de atualização e ampliação de conhecimentos para todos os membros do Conselho

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e Comitês, chamado “Trilha do Conhecimento”. Este programa foi criado com o objetivo de elevar o nível de conhecimento sobre os negócios da Companhia, além de proporcionar a atualização e o aprimoramento em temas relevantes e estratégicos, também são promovidas sessões durante as reuniões do Conselho, com objetivo de ampliar o conhecimento sobre o ecossistema de negócios. Atualmente, os Conselheiros também têm acesso à “Universidade TOTVS”, universidade corporativa da Companhia, com indicação de cursos e trilhas de desenvolvimento.

c. Regras de identificação e administração de conflito de interesses

Conforme previsto no Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

De acordo com o previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros.

Caso algum membro do Conselho, que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com alguma decisão a ser tomada, não manifeste seu benefício ou conflito de interesses, qualquer outro membro do Conselho que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação ao Regimento, caso os referidos benefícios particulares ou conflito de interesses venham a se confirmar.

Tão logo identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo ser restringido o acesso do membro à quaisquer documentos relacionados a situação, bem como devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, mas podendo, previamente à sua retirada, prestar informações, fornecer detalhes, expor motivos e dirimir eventuais dúvidas do Conselho.

Adicionalmente, de acordo com a Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia, nas situações em que uma transação necessite de aprovação específica e que, no processo decisório, haja uma pessoa que possa ter um potencial ou efetivo benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada, o membro conflitado deverá imediatamente declarar-se impedido e se ausentar das discussões sobre o tema, bem como se abster de negociar, avaliar,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

opinar, votar ou de qualquer outra forma participar ou influenciar na condução ou aprovação da respectiva matéria, enquanto Pessoa-Chave da Administração.

A manifestação da situação de conflito de interesses ou benefício particular deverá constar da ata da reunião do órgão que avaliar a transação e/ou da deliberação do Conselho de Administração. A competência do Conselho sobre o tema do conflito de interesses não afasta a competência da Assembleia Geral prevista em lei.

e. Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O Conselho de Administração, em conjunto com com os Comitês responsáveis pelos temas, realiza um acompanhamento contínuo da estratégia e do progresso da agenda de diversidade e inclusão da Companhia.

No decorrer das oito reuniões realizadas no exercício de 2024, foram apresentados ao Comitê de Gente e Remuneração os indicadores de diversidade pertinentes aos grupos minorizados, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e questões de etnia/raça.

Adicionalmente, o Comitê de Governança e Indicação supervisiona a Matriz de Competências dos Membros (confira mais detalhes no item 7.8) que compõem o Conselho, visando que a Companhia se beneficie da diversidade de perspectivas na formulação de estratégias de negócios e na condução de um processo decisório que priorize a qualidade, segurança e a inclusão de diversos aspectos, tais como conhecimento, cultura, faixa etária, gênero e etnia.

f. Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A TOTVS reconhece que a resiliência do negócio e sua capacidade de gerar valor no longo prazo estão diretamente ligadas à compreensão e gestão dos riscos e oportunidades climáticas. Nesse sentido, a Companhia está avançando na integração de critérios de sustentabilidade em sua governança de riscos, fortalecendo a abordagem estratégica para mitigar impactos e capturar oportunidades decorrentes das mudanças climáticas.

Atualmente, os principais riscos mapeados no contexto da agenda ESG incluem aspectos regulatórios e impactos na reputação e imagem da Companhia.

Entretanto, com a evolução do tema e seu crescente impacto sobre o setor de tecnologia e negócios em geral, a TOTVS está conduzindo um projeto para ampliar sua matriz de riscos, incorporando dimensões de sustentabilidade e climáticas de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

maneira estruturada. Essa iniciativa visa alinhar a governança da Companhia às melhores práticas de mercado, permitindo um monitoramento mais preciso e um planejamento estratégico robusto frente aos desafios e oportunidades associados à transição para uma economia mais sustentável.

Os órgãos de administração da TOTVS desempenham um papel fundamental nesse processo, assegurando que os riscos climáticos sejam avaliados sob uma perspectiva integrada e alinhados à estratégia corporativa, a Matriz de riscos completa passa por aprovação do Conselho de Administração, tópicos específicos da agenda de Sustentabilidade, recebem também a validação do CGI (Comitê de Governança e Indicação).

A ampliação da matriz de riscos permitirá uma visão mais abrangente sobre os impactos das mudanças climáticas, desde o cumprimento de regulamentações emergentes até possíveis efeitos sobre a infraestrutura tecnológica e a cadeia de valor. Esse avanço reforça o compromisso da TOTVS com a perenidade do negócio, a inovação sustentável e a criação de soluções que acompanham as transformações do mercado e as expectativas de seus *stakeholders*.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	**4**	**10**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	**0**	**12**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	**0**	**14**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria está previsto no Estatuto Social da Companhia desde 5 de abril de 2018, conforme deliberação na Assembleia Geral Extraordinária realizada na referida data. Em 4 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) e sua respectiva instalação, em conformidade com a Resolução CVM nº 23/2021, que está arquivado na sede da Companhia e disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, bem como nos sites da CVM e da B3.

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário e colegiado, de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com a finalidade de assessorá-lo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações e informações financeiras, gerenciamento de riscos, controles internos e na análise das transações com partes relacionadas. As competências específicas, a composição e o modo de funcionamento do CAE estão descritas em seu Regimento Interno.

Comitê de Gente e Remuneração

De acordo com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia possui um Comitê de Gente e Remuneração (“CGR”), que assessora o Conselho de Administração na definição dos termos pertinentes à remuneração, benefícios e pagamentos que podem ser atribuídos à Diretoria Estatutária e aos Conselheiros da Companhia. Além disso, aborda as práticas sociais da Companhia como prática ESG, incluindo modelos de trabalho, diversidade e inclusão, qualificação da força de trabalho e educação profissional.

As atribuições, responsabilidades, composição e funcionamento do CGR estão previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com revisão aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025. Este documento está arquivado na sede da Companhia e disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, assim como na CVM e na B3, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável em vigor.

Comitê de Estratégia

A Companhia conta com um Comitê de Estratégia (“CE”), que não possui previsão estatutária. As suas atribuições, responsabilidades, composição e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com revisão aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025. O CE desempenha funções

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

consultivas em questões que possibilitam a elaboração, a definição e o planejamento da estratégia da Companhia, englobando diretrizes estratégicas que se relacionam aos aspectos ambientais, sociais e de governança (“ESG”), sobre Fusões e Aquisições, bem como a alocação orçamentária da Companhia.

Comitê de Governança e Indicação

De acordo com o disposto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, esta conta com um Comitê de Governança e Indicação (“CGI”), cujas atribuições e responsabilidades estão descritas no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento. A revisão deste regimento foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025, estando arquivado na sede da Companhia e disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, bem como nos sites da CVM e da B3. O CGI é o órgão responsável por monitorar a implementação de boas práticas de governança corporativa, selecionar e indicar candidatos para compor o Conselho e seus Comitês, avaliando sua independência, além de apoiar na organização do processo de avaliação de desempenho do Conselho.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Para informações sobre a forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia o trabalho da auditoria independente, consulte o item 9.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia dispõe de uma Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente, sendo que a versão atual foi aprovada por seu Conselho de Administração em 01 de agosto de 2024. Esta política estabelece diretrizes para a contratação de serviços e para o relacionamento com a firma de Auditoria Independente. A versão mais recente da política está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia e no site da CVM.

Anualmente, como parte de seu processo de autoavaliação, o Comitê de Auditoria Estatutário realiza uma avaliação das atividades da Auditoria Independente, sendo os resultados dessa avaliação apresentados ao Conselho de Administração.

c. Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Dispomos de um canal direto, denominado Canal de Ética e Conduta, que permite a qualquer indivíduo comunicar, de forma anônima ou identificada, conforme sua preferência, situações que possam configurar violação ao Código de Ética e Conduta do Grupo TOTVS, bem como quaisquer outros atos que infrinjam ou possam infringir a legislação e/ou as regulamentações em vigor, especialmente no que tange a aspectos de conformidade (Compliance), inclusive na esfera das práticas de Sustentabilidade.

O canal pode ser acessado via telefone: 0800 721 5966 no Brasil / 55 11 3232 0766 nas demais localidades, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h ou pela internet: www.canalconfidencial.com.br/totvs

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome ALEXANDRE HADDAD APENDINO **CPF:** 292.459.418-92 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 08/12/1979

Experiência Profissional: O Sr. Alexandre Haddad Apendino graduou-se em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, possui MBA Executivo e MBA Corporativo pelo INSPER e especialização em "Effective Sales Management", pela Wharton University (EUA). Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento, tendo ingressado na Companhia em 2013 para liderar as áreas de vendas, serviços de implantação, canais e franquias da oferta de Fluig, e posteriormente assumindo as áreas comerciais de Cloud e Analytics (GoodData). Anteriormente, desenvolveu sua carreira na SAP e Oracle, onde potencializou sua experiência no ramo de Vendas e Gestão de Canais, sempre com foco em pequenas e médias empresas (SMB), consolidando assim mais de 20 anos de experiência profissional no setor de tecnologia em diversos países, como Estados Unidos, Chile, Argentina e Singapura
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		16/03/2017

Nome ANA CLAUDIA PIEDADE SILVEIRA DOS REIS **CPF:** 855.720.046-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Consultora **Data de Nascimento:** 10/11/1971

Experiência Profissional: A Sra. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis é graduada em ciência da computação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e mestre em ciência da informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração na Companhia. Com mais de quinze anos de experiência em recrutamento de executivos para os setores de Tecnologia, Mídia, Telecomunicações, Serviços, E-Commerce, Private Equity, Venture Capital, Startups, Educação e Real Estate, é sócia sênior da Kingsley Gate Partners e responsável pela operação da empresa no Brasil. Adicionalmente, agrega à Companhia sua sólida experiência em consultoria de gestão e de tecnologia, atuando em questões relacionadas à atração, recrutamento, retenção e gestão de pessoas, tendo inclusive assessorado a Companhia no processo de sucessão que resultou na contratação do atual CEO. Principais Contribuições para a Companhia: Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Diversidade e Inclusão.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/04/2024	A.G.O 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		23/04/2024	Não	07/10/2022

Nome DENNIS HERSZKOWICZ **CPF:** 165.783.068-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Publicitário **Data de Nascimento:** 06/11/1974

Experiência Profissional: O Sr. Dennis Herszkowicz, graduou-se em Propaganda e Marketing pela ESPM. Atualmente é Diretor-Presidente da Companhia e, é membro independente do Conselho de Administração do Grupo Equatorial Energia. Entre 2003 e 2018, foi Sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014, no período de 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pela abertura de capital em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período, entre os anos de 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Presidente / Superintendente		23/04/2025		26/11/2018

Nome EDSON GEORGES NASSAR **CPF:** 114.581.988-55 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 25/06/1967

Experiência Profissional: O Sr. Edson é graduado em Administração de Negócios pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) e conta com MBA em Marketing pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança, conta com mais de 41 anos de experiência desenvolvida no segmento financeiro de renomadas organizações nacionais e multinacionais, como CEO de bancos, empresas de tecnologia, Presidente de corretora de seguros e diretor em diversas posições. Formado pelo IBGC, tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança. Visão estratégica global e integrada do negócio, portfólio de produtos, seguros, marketing, vendas e operações, bancos digitais, bem como seus impactos e métricas nos negócios e seus resultados. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Banrisul Icatu Participações S.A. (“BIPAR”), Consultor Independente da Cresol Confederação, , membro do Conselho Consultivo da Lighthouse Soluções em Informática Ltda e Conselheiro de Estratégias da Nassar & Nassar Consultoria Empresarial. Como executivo, foi Diretor-Presidente na Fiserv do Brasil Instituição de Pagamento, Diretor-Presidente no Banco Triângulo S.A., Diretor Executivo de Produtos e Negócios e Diretor-Presidente no Banco Cooperativo Sicredi S.A., Presidente da Corretora de Seguros e Superintendente Executivo de Produtos e Serviços de Varejo no Citigroup - Global Consumer Bank, e Gerente de Relacionamento e Gerente de Vendas no Banco Nacional S.A. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no setor de tecnologia; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Diversidade e Inclusão; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/04/2024	A.G.O 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		23/04/2024	Não	23/04/2024

Nome GILBERTO MIFANO **CPF:** 566.164.738-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/11/1949

Experiência Profissional:

O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheiro Independente, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Governança e Indicação. O Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura & Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A., Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de
Patrimônio Ltda. e Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável. Nos últimos 5 anos, foi Conselheiro de
Administração Independente da Cielo S/A até 04/2022, da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Fiscal do Instituto Natura até 2017, do CIEB - Centro de Inovação
para a Educação Brasileira até 2023 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016.
Anteriormente, foi CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008,
Presidente do Conselho de Administração da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BVMF) de 2008 a 2009, e Conselheiro,
Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012. No plano internacional, foi membro e
Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Atuação e Engajamento Institucional, Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança e Mercado de Capitais.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/11/2025	A.G.O 2026	Vice Presidente Cons. de Administração		03/11/2025	Não	20/04/2017

Nome GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO **CPF:** 174.189.288-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bacharel em Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 06/12/1975

Experiência Profissional: O Sr. Gilsomar Maia Sebastião graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie em 2000 e possui MBA em Mercado de Capitais pela FIPECAFI. Atualmente é Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, entre junho e outubro de 2023, acumulou suas funções com a de Diretor Vice-Presidente de Relações Humanas. Anteriormente, na Companhia, atuou como, Diretor de Planejamento, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Fusões e Aquisições e Gerente de Processos e Riscos. Constituiu carreira na Ernst & Young Auditores Independentes como Gerente de Auditoria, onde atuou em projetos de auditoria externa entre 1996 e 2004. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor de Relações com Investidores		23/04/2025		23/04/2009
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		01/12/2015

Nome GUILHERME STOCCO FILHO **CPF:** 176.649.438-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/07/1974

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme Stocco Filho é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1997 e pós graduado em Marketing pela mesma instituição em 2007, com MBA em Gestão no Insper em 2010, e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Na Companhia, é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia. Ainda, é membro do Conselho de Administração da Vinci Partners e Cofundador da Futurum Capital. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e Ecommerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos, Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; M&A; Modelos de Negócios Disruptivos; Cibersegurança; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/04/2024	A.G.O 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		23/04/2024	Não	05/04/2018

Nome GUSTAVO AUGUSTO SILVA AVELAR **CPF:** 057.922.966-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 19/10/1983

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo Avelar é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Diretor Vice-Presidente de RD Station da Companhia. Possui experiência na formação e liderança de times de produto e tecnologia, projetos de performance de varejo e digital commerce, tendo mais de 15 anos de experiência profissional, com trajetória marcada pelo empreendedorismo e pela atuação como executivo em grandes empresas. Iniciou sua carreira na Accenture, na área de Estratégia, e esteve em empresas como Cnova (casasbahia.com, pontofrio.com e extra.com) e Linx. Foi sócio e CEO da Neemu (adquirida pela Linx), 1M2 (vendida em uma operação combinada com Tok&Stok e um player local de real state) e Domus Digital, onde atuou no projeto Tok&Stok liderando os times de e-commerce, Marketing de Performance e Tecnologia.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		06/11/2023

Nome	GUSTAVO CARVALHO MENDES	**CPF:**	334.057.808-70	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de Empresas
Data de Nascimento:	26/12/1980								

Experiência Profissional: Gustavo Mendes é graduado em administração pela Florida International University, com formação executiva pela Harvard Business School. Com mais de 20 anos de experiência em liderança financeira e estratégica, consolidou sua carreira em empresas globais e de tecnologia, como iFood, Prosus e Walmart.com. Sua trajetória é marcada pela gestão de operações financeiras complexas, planejamento estratégico e expansão de negócios em mercados dinâmicos, tendo liderado iniciativas de peso como a captação de recursos para a criação da vertical de logística do iFood. Além de sua atuação executiva, possui experiência em Conselhos de Administração, provendo orientação estratégica com foco em crescimento, rentabilidade e eficiência operacional.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/01/2026	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		19/01/2026		19/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUSTAVO DUTRA BASTOS **CPF:** 026.942.416-46 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/03/1976

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo Dutra Bastos possui formação técnica em Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e graduou-se em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2000.
O Sr. Bastos possui uma vasta experiência profissional em organizações do setor de Tecnologia da Informação, com ênfase no mercado de desenvolvimento de software e serviços correlacionados. Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Plataformas, tendo atuado em áreas de pré-venda, oferta, projetos e serviços de software, cumpriu importante papel na estruturação das áreas de Atendimento Técnico e Qualidade, passando a responder por áreas de Produto da companhia.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		06/05/2008

Nome ISABELLA DE OLIVEIRA VIANNA CAVALCANTI WANDERLEY **CPF:** 949.606.587-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 02/08/1967

Experiência Profissional:

A Sra. Isabella é graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui pós-graduação em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM) e formações executivas pelo IESE/ISE, Nova University e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com mais de 35 anos de carreira como Executiva C-Level, atuou nos setores de consumo, varejo e saúde, no Brasil e no exterior, liderando a transformação, reestruturação, expansão e diversificação dos negócios com foco no crescimento sustentável. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração e líder do Comitê de Estratégia na C&A Brasil. Anteriormente, foi CEO da Novo Nordisk Brasil e ocupou diversas posições no Grupo Boticário, sendo a última como Vice-Presidente de Novos Canais. Sua trajetória executiva inclui também passagens pela L'Oréal, Ambev e Gillette, além de ter sido membro do Conselho Diretor da Interfarma. Adicionalmente, a nova conselheira agrega à Companhia sua ampla experiência em empresas de capital aberto e/ou de grande porte, juntamente com sua visão estratégica e sólida atuação em governança corporativa, Fusões e Aquisições (M&A), cultura organizacional, diversidade e inclusão, varejo, marketing e vendas.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/11/2025	A.G.O 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		03/11/2025	Não	03/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO **CPF:** 032.737.678-39 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Elétrico **Data de Nascimento:** 11/08/1960

Experiência Profissional: O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS, membro do Comitê de Estratégia, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Gente e Remuneração da Companhia. Sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro do A.C. Camargo Cancer Center, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Empresário referência no setor de tecnologia e no Brasil; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Governança Corporativa; M&A; Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança; Diversidade e Inclusão; Mercado de Capitais; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/04/2024	A.G.O 2026	Presidente do Conselho de Administração		23/04/2024	Não	26/11/2018

Nome MARCELO EDUARDO SANT'ANNA COSENTINO **CPF:** 306.743.308-46 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 06/01/1983

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino graduou-se em administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 2005 e possui MBA pela Kellogg School of Management (EUA). Atualmente, é Diretor Vice-Presidente de Negócios para Segmentos. Anteriormente, atuou em diversas áreas, tais como tecnologia da informação, desenvolvimento de produtos, alianças, novos negócios, planejamento corporativo e desenvolvimento dos produtos. Nos últimos três anos foi responsável pela expansão internacional da Companhia, participando dos principais processos de M&A realizados ao longo dos anos.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		27/01/2011

Nome TANIA SZTAMFATER CHOCOLAT **CPF:** 278.583.348-16 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 17/01/1977

Experiência Profissional:

A Sra. Tania Sztamfater Chocolat é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Active Equities para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment, onde trabalha desde 2017. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e membro do Comitê de Auditoria Estatutário. É também membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. A Sra. Tania também é membro do Conselho Consultivo da WCD Brasil - Women Corporate Directors Brasil e da Fundação OSESP. Anteriormente, Sra. Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos em 2016, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group, entre 2013 e 2016. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco S.A.e do Itaú Unibanco S.A. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Sênior no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Cibersegurança; Mercado de Capitais.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/04/2024	A.G.O 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		23/04/2024	Não	19/04/2022

Nome VIVIAN BROGE **CPF:** 273.141.918-08 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Comunicação Social **Data de Nascimento:** 01/04/1976

Experiência Profissional: A Sra. Vivian Broge é graduada em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), pós-graduada em Administração de Marketing pela mesma instituição e com MBA em Desenvolvimento e Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente é Diretora Vice-Presidente de Relações Humanas e Marketing da Companhia. Possui mais de 20 anos de experiência em Recursos Humanos, Parcerias e Alianças (M&A), Inovação Comercial (Projetos) e Marketing de Relacionamento. Anteriormente, trabalhou na Iguatemi S.A.como Diretora de Recursos Humanos e ESG de 2018 a 2023, Diretora de RH da Danone Early Life Nutrition no Brasil e Diretora Executiva de Pessoas e Cultura na ISS Facility Service do Brasil, entre 2007 e 2014 atuou na Natura Cosméticos e anteriormente desenvolveu sua carreira em empresas como Grupo IBOPE, Atento e BCP Telecomunicações.
Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		09/10/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANA CLAUDIA PIEDADE SILVEIRA DOS REIS **CPF:** 855.720.046-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Consultora **Data de Nascimento:** 10/11/1971

Experiência Profissional:

A Sra. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis é graduada em ciência da computação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e mestre em ciência da informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração na Companhia. Com mais de quinze anos de experiência em recrutamento de executivos para os setores de Tecnologia, Mídia, Telecomunicações, Serviços, E-Commerce, Private Equity, Venture Capital, Startups, Educação e Real Estate, é sócia sênior da Kingsley Gate Partners e responsável pela operação da empresa no Brasil. Adicionalmente, agrega à Companhia sua sólida experiência em consultoria de gestão e de tecnologia, atuando em questões relacionadas à atração, recrutamento, retenção e gestão de pessoas, tendo inclusive assessorado a Companhia no processo de sucessão que resultou na contratação do atual CEO. Principais Contribuições para a Companhia: Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Diversidade e Inclusão.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	23/04/2024	A.G.O 2026	Comitê de Gente e Remuneração	Coordenadora	23/04/2024	07/10/2022

Nome: EDSON GEORGES NASSAR **CPF:** 114.581.988-55 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 25/06/1967

Experiência Profissional:

O Sr. Edson é graduado em Administração de Negócios pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) e conta com MBA em Marketing pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança, conta com mais de 41 anos de experiência desenvolvida no segmento financeiro de renomadas organizações nacionais e multinacionais, como CEO de bancos, empresas de tecnologia, Presidente de corretora de seguros e diretor em diversas posições. Formado pelo IBGC, tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança. Visão estratégica global e integrada do negócio, portfólio de produtos, seguros, marketing, vendas e operações, bancos digitais, bem como seus impactos e métricas nos negócios e seus resultados. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Banrisul Icatu Participações S.A. ("BIPAR"), Consultor Independente da Cresol Confederação, , membro do Conselho Consultivo da Lighthouse Soluções em Informática Ltda e Conselheiro de Estratégias da Nassar & Nassar Consultoria Empresarial. Como executivo, foi Diretor-Presidente na Fiserv do Brasil Instituição de Pagamento, Diretor-Presidente no Banco Triângulo S.A., Diretor Executivo de Produtos e Negócios e Diretor-Presidente no Banco Cooperativo Sicredi S.A., Presidente da Corretora de Seguros e Superintendente Executivo de Produtos e Serviços de Varejo no Citigroup - Global Consumer Bank, e Gerente de Relacionamento e Gerente de Vendas no Banco Nacional S.A. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no setor de tecnologia; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Diversidade e Inclusão; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	A.G.O 2026			30/04/2025	30/04/2025
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026	Comitê de Gente e Remuneração		23/04/2024	23/04/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026	Comitê de Governança e Indicação		23/04/2024	23/04/2024

Nome: GILBERTO MIFANO **CPF:** 566.164.738-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/11/1949

Experiência Profissional:

O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheiro Independente, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Governança e Indicação. O Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura & Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A., Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de
Patrimônio Ltda. e Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável. Nos últimos 5 anos, foi Conselheiro de Administração Independente da Cielo S/A até 04/2022, da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Fiscal do Instituto Natura até 2017, do CIEB - Centro de Inovação
para a Educação Brasileira até 2023 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Anteriormente, foi CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008, Presidente do Conselho de Administração da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BVMF) de 2008 a 2009, e Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012. No plano internacional, foi membro e Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Atuação e Engajamento Institucional, Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança e Mercado de Capitais.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	23/04/2024	A.G.O 2026		Coordenador	23/04/2024	04/11/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026	Membro do Comitê de Governança e Indicação		23/04/2024	20/12/2018

Nome: GUILHERME STOCCO FILHO **CPF:** 176.649.438-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/07/1974

Experiência Profissional:

O Sr. Guilherme Stocco Filho é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1997 e pós graduado em Marketing pela mesma instituição em 2007, com MBA em Gestão no Insper em 2010, e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Na Companhia, é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia. Ainda, é membro do Conselho de Administração da Vinci Partners e Cofundador da Futurum Capital. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e Ecommerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos, Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; M&A; Modelos de Negócios Disruptivos; Cibersegurança; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	03/11/2025	A.G.O 2026	Comitê de Estratégia	Coordenador	03/11/2025	28/04/2017

Nome:	ISABELLA DE OLIVEIRA VIANNA CAVALCANTI WANDERLEY	**CPF:**	949.606.587-20	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Economista	**Data de Nascimento:**	02/08/1967

Experiência Profissional:

A Sra. Isabella é graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui pós-graduação em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM) e formações executivas pelo IESE/ISE, Nova University e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com mais de 35 anos de carreira como Executiva C-Level, atuou nos setores de consumo, varejo e saúde, no Brasil e no exterior, liderando a transformação, reestruturação, expansão e diversificação dos negócios com foco no crescimento sustentável. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração e líder do Comitê de Estratégia na C&A Brasil. Anteriormente, foi CEO da Novo Nordisk Brasil e ocupou diversas posições no Grupo Boticário, sendo a última como Vice-Presidente de Novos Canais. Sua trajetória executiva inclui também passagens pela L'Oréal, Ambev e Gillette, além de ter sido membro do Conselho Diretor da Interfarma. Adicionalmente, a nova conselheira agrega à Companhia sua ampla experiência em empresas de capital aberto e/ou de grande porte, juntamente com sua visão estratégica e sólida atuação em governança corporativa, Fusões e Aquisições (M&A), cultura organizacional, diversidade e inclusão, varejo, marketing e vendas.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/11/2025	A.G.O 2026	Comitê de Estratégia		03/11/2025	03/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO **CPF:** 032.737.678-39 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Elétrico **Data de Nascimento:** 11/08/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS, membro do Comitê de Estratégia, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Gente e Remuneração da Companhia. Sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro do A.C. Camargo Cancer Center, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Empresário referência no setor de tecnologia e no Brasil; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Governança Corporativa; M&A; Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança; Diversidade e Inclusão; Mercado de Capitais; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026	Membro do Comitê de Gente e Remuneração		23/04/2024	20/04/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026	Membro do Comitê de Estratégia		23/04/2024	28/04/2016
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026	Membro do Comitê de Governança e Indicação		23/04/2024	16/12/2016

Nome:	RICARDO GROSVENOR BREAKWELL	**CPF:**	273.621.938-40	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Ciências Contábeis	**Data de Nascimento:**	16/05/1973

Experiência Profissional:

Ricardo Breakwell é administrador e contador, formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em ciências contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), com MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na TOTVS S.A. ocupa o cargo de Membro
Externo Independente e Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria Estatutário. Possui comprovada experiência em finanças, controladoria, contabilidade e auditoria em empresas de médio e grande portes, tendo atuado por 16 anos na Deloitte Touche Tohmatsu, liderando projetos de Auditoria Externa, Due Diligence e M&A, incluindo também processos de abertura de capital e renegociação de dívidas, foi Diretor Financeiro na Cielo S.A. entre 2010 e 2023, responsável pelas áreas de tesouraria, contabilidade, tributário, planejamento financeiro, gestão econômica, crédito e garantia de receitas. Exerceu a função de Chief Accounting Officer na dLocal Payment, empresa uruguaia listada na Nasdaq e atuante no segmento de pagamentos internacionais e atuação em mais de 40 países, sendo responsável pelas áreas de contabilidade, tributário e business assurance durante 2023 e 2024. Desde 2025 exerce a função de Diretor Financeiro na Logicalis. Possui expertise em planejamento financeiro, gestão de orçamento e análise de cenários econômicos.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026			23/04/2024	23/04/2024

Nome: TANIA SZTAMFATER CHOCOLAT **CPF:** 278.583.348-16 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 17/01/1977

Experiência Profissional:

A Sra. Tania Sztamfater Chocolat é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Active Equities para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment, onde trabalha desde 2017. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e membro do Comitê de Auditoria Estatutário. É também membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. A Sra. Tania também é membro do Conselho Consultivo da WCD Brasil - Women Corporate Directors Brasil e da Fundação OSESP. Anteriormente, Sra. Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos em 2016, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group, entre 2013 e 2016. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco S.A.e do Itaú Unibanco S.A. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Sênior no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002. Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Cibersegurança; Mercado de Capitais.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/04/2024	A.G.O 2026			23/04/2024	20/04/2022

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
MARCELO EDUARDO SANT'ANNA COSENTINO	306.743.308-46	TOTVS S.A	53.113.791/0001-22	
Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos	N/A		Brasil	
Pessoa relacionada				
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	TOTVS S.A	53.113.791/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A		Brasil	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		
Membro do Conselho Deliberativo.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Contribuição associativa anual

Administrador do Emissor

LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

GHT4 EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	43.317.413/0001-07		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VIP IV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.951.381/0001-33		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e como locadora a referida parte relacionada			

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VIP IV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.951.381/0001-33		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e como locadora a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GHT4 EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	43.317.413/0001-07		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		
Membro do Conselho Deliberativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contribuição associativa anual			

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VIP IV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.951.381/0001-33		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
INOVALLI ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS, ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	05.127.830/0001-06		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		
Membro do Conselho Deliberativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contribuição associativa anual			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Prestação de serviço	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gente e Remuneração, do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GHT4 EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	43.317.413/0001-07		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores - D&O (classe mundial), que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia.

A Atual apólice número 23.10.0022910.28 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.900831/2017-45 e nº 15414.901145/2017-91), firmada com a seguradora CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., está vigente a partir de 01/07/2024 até 01/07/2025 e tem limite máximo de indenizações de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e Estados Unidos da América, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), visando a celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

O Artigo 54 do Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de celebração de contrato de indenidade com seus Administradores e membros externos dos Comitês de Assessoramento, sem prejuízo da contratação de apólices de D&O específicas para a cobertura de riscos de gestão. As condições e limitações são regidas pela Política de Indenidade da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de dezembro de 2021 e alterada em 07 de fevereiro de 2025. Para mais informações, a Política de Indenidade está disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia e no portal da CVM.

7.8 Outras informações relevantes

GOVERNANÇA CORPORATIVA PAUTADA PELAS MELHORES PRÁTICAS DE MERCADO

A TOTVS tem sido amplamente reconhecida no segmento de tecnologia e no mercado de capitais, em virtude de suas robustas práticas de Governança Corporativa e pelo compromisso contínuo com o desenvolvimento do setor e do crescimento do país.

Desde sua abertura de capital em 2006, a TOTVS tem se destacado como uma líder e modelo no setor. Foi a primeira empresa do setor de TI da América Latina e a primeira companhia brasileira de software a abrir o capital na Bolsa de Valores. Estar listada no Novo Mercado da B3, reconhecido como o mais elevado padrão de governança corporativa das empresas abertas no Brasil, atesta de forma inequívoca o seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa. Isso reflete a responsabilidade e a preocupação da Companhia em relação à sociedade e seus acionistas.

Ao longo dos anos, a TOTVS tem conquistado marcos significativos em sua trajetória. Desde a sua inclusão no Ibovespa em 2020 até sua presença nos índices IBrX-50 B3, IGPTW B3 e iDIVERSA B3, a Companhia tem reafirmado seu papel de pioneirismo ao integrar os mais importantes índices de ações e ESG do mercado brasileiro. Essas realizações não apenas representam indicadores de sucesso, mas também constituem reconhecimentos relevantes do trabalho árduo e da posição de liderança da Companhia, fruto da sua estratégia, execução operacional e dos mais altos padrões de excelência em governança corporativa.

A TOTVS opera alinhada com as diretrizes do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), bem como com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Robusto arcabouço de políticas e documentos normativos

A governança da TOTVS é fundamentada em um sólido conjunto de documentos normativos que incluem Estatuto, Código de Ética e Conduta, Políticas, Normas e Procedimentos Internos. Esses documentos são essenciais para assegurar a excelência na gestão da Companhia, promovendo transparência e eficiência nas tomadas de decisões. Todas as Políticas Corporativas são avaliadas e recomendadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, sendo posteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração e revisadas, no mínimo, a cada três anos, garantindo sua atualização e adequação às necessidades em constante evolução do ambiente corporativo. Os documentos são amplamente divulgados ao público interno e externo por meio da publicação no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM, quando aplicável (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Confira, a seguir, a lista das Políticas Organizacionais divulgadas pela TOTVS:

7.8 Outras informações relevantes

- Código de Ética e Conduta
- Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente
- Política de Contribuições, Doações e Patrocínios
- Política de Diversidade e Inclusão
- Política de Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários
- Política de Elaboração e Publicação de Documentos Normativos
- Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance
- Política de Gestão de Tesouraria, Crédito e Cobrança
- Política de Gestão do Contencioso
- Política de Indenidade
- Política de Indicação
- Política de Proteção e Privacidade de Dados
- Política de Relações Humanas e Remuneração
- Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos
- Política de Segurança da Informação
- Política de Sustentabilidade e ESG
- Política de Transações entre Partes Relacionadas

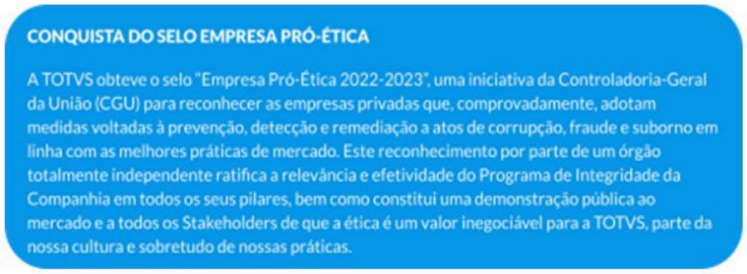
Os documentos normativos estabelecem as diretrizes corporativas para a condução dos negócios e gestão dos temas, definindo os órgãos de governança e áreas envolvidas, bem como seus respectivos papéis e responsabilidades.

Ética e Integridade

A ética e a integridade são princípios inegociáveis para a TOTVS, guiando a sua conduta no relacionamento com clientes, parceiros de negócio, fornecedores, investidores, entidades e órgãos públicos, assim como outros *stakeholders* de seu ecossistema.

O compromisso com a integridade tem como premissa os valores da TOTVS, que nos orientam na busca contínua de melhores práticas de ética e transparência, em conformidade com as exigências legais. A TOTVS conta com um Programa de Integridade que respalda seu compromisso com a integridade, em conjunto com a sua estrutura de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e em linha com as diretrizes de governança corporativa. O programa difunde nossas diretrizes relacionadas à ética, transparência e combate à corrupção, por meio de metodologia voltada à prevenção, detecção e remediação de condutas irregulares e antiéticas. A metodologia está estruturada em cinco pilares inter-relacionados: (i) Cultura de Integridade; (ii) Avaliação de Riscos; (iii) Código de Ética e Conduta, Políticas e Procedimentos; (iv) Comunicação e Treinamento; e (v) Detecção e Remediação. Saiba mais detalhes no item 5.3 do Formulário de Referência.

7.8 Outras informações relevantes



Periodicamente, o Programa de Integridade é auditado, o que possibilita a avaliação independente dos resultados obtidos em cada pilar e, quando necessário, a implementação de ações de melhoria. A prevenção e o combate à corrupção são objetivos fundamentais do Programa de Integridade, cujas ações são objeto de reporte periódico ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração. Além disso, a área de Controles Internos, Riscos e Compliance é responsável pelo desenvolvimento e atualização do Código de Ética e Conduta (CODEC), o qual estabelece os comportamentos e as condutas esperadas, bem como aqueles não tolerados pela Companhia. Da mesma forma, esperamos que todos os terceiros com os quais nos relacionamos também adotem uma conduta ética e estejam em conformidade com as nossas diretrizes.

Nessa linha, o CODEC tem por objetivo estabelecer regras de conduta e princípios éticos que orientam o compromisso da TOTVS e de suas controladas e subsidiárias, diretas ou indiretas, com a integridade dos seus negócios e dos relacionamentos internos e externos, sendo aplicável a todos os conselheiros, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. Nossa estrutura de Governança, as Políticas Corporativas (com destaque para a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance) e o CODEC norteiam os princípios e práticas da Companhia e são responsáveis por estabelecer as diretrizes de negócio e de conduta que devem ser refletidas e desdobradas no dia a dia, alinhadas ao propósito, valores e da cultura da TOTVS.

A TOTVS também preza pela conduta ética e responsável nas relações estabelecidas com o poder público, vedando qualquer forma de comportamento ilícito, de acordo com a Lei Anticorrupção nº 12.846/13 e outras legislações aplicáveis, em conformidade com as diretrizes e regras determinadas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos e no Código de Ética e Conduta da Companhia. Dentre o conjunto de mecanismos e iniciativas realizadas pela Companhia, destacamos:

- Treinamento *E-learning* da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos: obrigatório para todos os colaboradores que potencialmente possam interagir com Agentes ou Entes Públicos;
- Treinamento Anticorrupção para a Alta Administração: em formato presencial/virtual, realizado por

7.8 Outras informações relevantes

consultoria externa especializada para os membros do Conselho, Vice-Presidentes e Diretores da Companhia, sobre o tema de combate à corrupção, abordando os riscos, papéis e responsabilidades do público-alvo em relação ao tema;

● Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos: toda e qualquer reunião presencial ou virtual com Agentes Públicos deve ser realizada na presença mínima de 2 colaboradores ou 1 colaborador acompanhado de um terceiro intermediário autorizado ou representante de associação representativa do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação e deve ser registrada em ferramenta eletrônica interna, informando os participantes, pauta e assuntos tratados;

● Contribuições Pecuniárias e Despesas com Agentes Públicos: é vedado qualquer tipo de contribuição, pagamento de despesas, doação e desembolso de caráter pecuniário em favor de Agentes Públicos ou pessoas relacionadas;

● Compromissos Públicos: participante do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) desde 2014 e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e do Grupo de Trabalho de Integridade do Instituto Ethos.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Companhia divulga abaixo informações referentes às assembleias realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária 2025	(i) Deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, nos termos do §1º do artigo 256 da Lei n.º 6.404/76 (“Lei das S.A.”), da totalidade das ações representativas da integralidade do capital social da Linx Participações S.A.	30/10//2025	Instalação em 1ª convocação	AGE 78,08%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2025	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre o orçamento de capital para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a	23/04/2025	Instalação em 1ª convocação	AGO 82,27% AGE 82,19%

7.8 Outras informações relevantes

	distribuição de dividendos.; (iv) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2025; (v) aprovar o novo Plano de Remuneração Baseado em Ações; (vi) alteração do Estatuto Social.			
Assembleia Geral Ordinária 2024	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aprovar orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº6.404/76 (“Lei das S.A.”); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) Fixar o número de membros efetivos que comporão o Conselho de Administração no mandato 2024-2026, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (vi) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2024	23/04/2024	Instalação em 1ª convocação	AGO 73,54%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2023	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;	19/04/2023	Instalação em 1ª convocação	AGO 80,54% AGE 80,27%

7.8 Outras informações relevantes

	(ii)Deliberar sobre o orçamento de capital para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos.; (iv) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2023.; (v) Deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, nomeado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07/10/2022 em face da renúncia de Conselheiro, nos termos do artigo 150 da Lei das S.A., para cumprimento do mandato em curso a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária de 2024.			
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2022	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeirasda Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar sobre o orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) aprovar o número de membros para compor o Conselho de Administração observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração; (vi) fixar a remuneração global anual dos	9/04/2022	Instalação em 1ª convocação	AGO 71,82% AGE 73,51%

7.8 Outras informações relevantes

	membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2022; (vii) alterar o Estatuto Social.			

Em complemento à seção 7.1

A Companhia implementou um processo estruturado de integração destinado aos novos integrantes do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, com o objetivo de assegurar que estes possam exercer suas funções de maneira adequada e eficaz. Este processo proporciona acesso a informações relevantes sobre a estrutura organizacional, a posição da Companhia no mercado, a visão da estratégia e os principais projetos estratégicos. O plano de integração vigente conta com a realização de reuniões com os executivos chave da Companhia, preferencialmente antes da primeira participação em reunião do órgão, garantindo assim uma base sólida para o início do exercício de seu mandato. Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, cabe ao Presidente do Conselho de Administração, em conjunto com o Diretor-Presidente e com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, organizar e coordenar um programa de integração e treinamento para novos membros.

Ademais, a Companhia esclarece que todos os funcionários participaram do treinamento sobre o Código de Ética e Conduta. Além disso, informamos que a diretoria deve participar do treinamento anualmente.

Para mais informações sobre o processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos, ver item 7.1 (b) deste Formulário de Referência.

Em complemento à seção 7.3/4

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O Conselho de Administração constitui o mais elevado órgão de deliberação colegiada da TOTVS, responsável pela formulação e supervisão da implementação das estratégias e políticas gerais de negócios, incluindo a definição da estratégia de longo prazo. Dentre suas responsabilidades, ressalta-se a eleição e supervisão da gestão da Diretoria Estatutária da Companhia, além da contratação dos auditores independentes, em conformidade com a legislação pertinente às Sociedades Anônimas.

Conforme estipulado no Estatuto Social da TOTVS, em seu artigo 16, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo cinco e, no máximo sete membros, que são eleitos em Assembleia Geral de acionistas, com mandato unificado de dois exercícios anuais, sendo o exercício anual o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer

7.8 Outras informações relevantes

momento por deliberação dos acionistas da TOTVS. Seguindo as regras do Novo Mercado, é exigido que, no mínimo, 20% dos membros do Conselho de Administração sejam Conselheiros Independentes. Atualmente, o Conselho de Administração da TOTVS é composto por seis Conselheiros Independentes de um total de sete membros, o que representa 86% dos membros.

O Conselho de Administração da TOTVS é assessorado por quatro Comitês, a saber: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Gente e Remuneração, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Estratégia, sendo os três primeiros comitês estatutários.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento possuem autonomia operacional e exercem funções consultivas e não realizam deliberações. O Comitê de Auditoria Estatutário conta com um orçamento próprio, aprovado pelo Conselho, para custear suas atividades, enquanto que os demais órgãos terão orçamentos próprios sempre que necessário. O prazo de mandato dos membros dos comitês de assessoramento coincide com o dos membros do Conselho de Administração, podendo haver reeleição. Cada Comitê de Assessoramento conta com um coordenador e tem seus trabalhos e regras de funcionamento definidos em Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

PAPÉIS DOS MEMBROS NO CA E SEUS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO(1)					
NOME DO MEMBRO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)	AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)(2)	ESTRATÉGIA (CE)	GENTE E REMUNERAÇÃO (CGR)	GOVERNANÇA E INDICAÇÃO (CGI)
Laércio José de Lucena Cosentino	🟢		🔵	🔵	🔵
Gilberto Mifano	🟠	🟣			🔵
Ana Claudia Reis	🔵			🟣	
Edson Georges Nassar	🔵	🔵		🔵	🟣
Isabella de Oliveira Vianna Cavalcanti Wanderley	🔵		🔵		
Guilherme Stocco Filho	🔵		🟣		
Tania Sztamfater Chocolat	🔵	🔵			
Ricardo Grosvenor Breakwell(3)		🔴			

Legenda: 🟢 Presidente do CA / 🟠 Vice-Presidente do CA / 🟣 Coordenador(a) do Comitê / 🔵 Membro do Comitê / 🔴 Membro Externo do CAE

(1) Conforme estrutura aprovada em Assembleia Geral Ordinária 2024, realizada em 23 de abril de 2024.

(2) O CAE conta com um membro externo que participa do Comitê, mas que não integra o Conselho de Administração.

(3) O Sr. Ricardo Breakwell é especialista financeiro e membro externo do CAE, tendo sido eleito pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2024.

Os Comitês devem analisar assuntos de sua competência e preparar propostas ao Conselho de Administração. O material necessário ao exame pelo Conselho é disponibilizado juntamente com a recomendação de deliberação no Portal de Governança Corporativa da Companhia, podendo o Conselheiro solicitar informações adicionais, se julgar necessário, através da Secretaria de Governança Corporativa. As recomendações dos Comitês são emitidos pela maioria dos seus membros. A seguir, destacamos as principais pautas acompanhadas e deliberadas no âmbito dos Comitês e do CA.

7.8 Outras informações relevantes

MATRIZ DE TEMAS ACOMPANHADOS PELOS COMITÊS DA TOTVS				
TEMAS	AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)	ESTRATÉGIA (CE)	GENTE E REMUNERAÇÃO (CGR)	GOVERNANÇA E INDICAÇÃO (CGI)
Avaliação, monitoramento e a adequação das transações com partes relacionadas	🔀			
Aprovação de Contas, Orçamento de Capital, Destinação do Lucro	🔀			
Avaliação de desempenho do Conselho e Comitês de Assessoramento				🔀
Demonstrações Financeiras	🔀			
Diversidade & Inclusão			🔀	
Estratégia de Capital Humano			🔀	
Estratégia de ESG		🔄		🔀
Estratégia de M&A		🔀		
Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance	🔀			
Gestão do Canal de Ética e Conduta e Programa de Integridade	🔀			
Inventário de Carbono[1]	🔀			🔀
Planejamento e estratégia de longo de prazo de negócios		🔀		
Plano de Sucessão dos Executivos			🔄	🔀
Proteção e Privacidade de Dados	🔀			
Remuneração Executiva, Metas e Planos de Remuneração em Ações			🔀	
Segurança da Informação	🔀			
Tecnologia e Inovação		🔀		

🔀acompanha e supervisiona os trabalhos realizados pela operação, aprecia e recomenda as pautas deliberativas para aprovação pelo Conselho de Administração.

🔄 define as diretrizes e a estratégia do tema na organização.

(1) o tema Inventário de Carbono conta com a revisão do CGI em todo o documento e do CAE, especificamente, para o conteúdo relacionado ao tópico gestão de riscos.

Perfil dos Membros do Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da TOTVS, em seu artigo 16, o Conselho de Administração deve ter no mínimo cinco e no máximo sete membros, estrutura que a Administração da Companhia considera adequada e que proporciona a agilidade e flexibilidade necessárias no processo de tomada de decisões estratégicas, diante de um mercado altamente dinâmico e de intensa competitividade global nos negócios e na atração de talentos qualificados.

Na TOTVS, contamos atualmente com um grupo diversificado de sete membros, todos de origem brasileira, dos quais 86% são independentes e 43% são mulheres. Considerando que o tempo médio de dedicação ao Conselho da TOTVS é de 6 anos, tal fato demonstra engajamento e comprometimento dos membros com o desenvolvimento do setor e do país, e com a perenidade dos nossos negócios.

São profissionais de referência em suas áreas de atuação, qualificados, experientes e que em conjunto reúnem profunda expertise no setor de Tecnologia da Informação e em Governança, Empreendedorismo, Gestão e Visão de Negócios. Em suas trajetórias, acumulam atuações em associações e entidades de

7.8 Outras informações relevantes

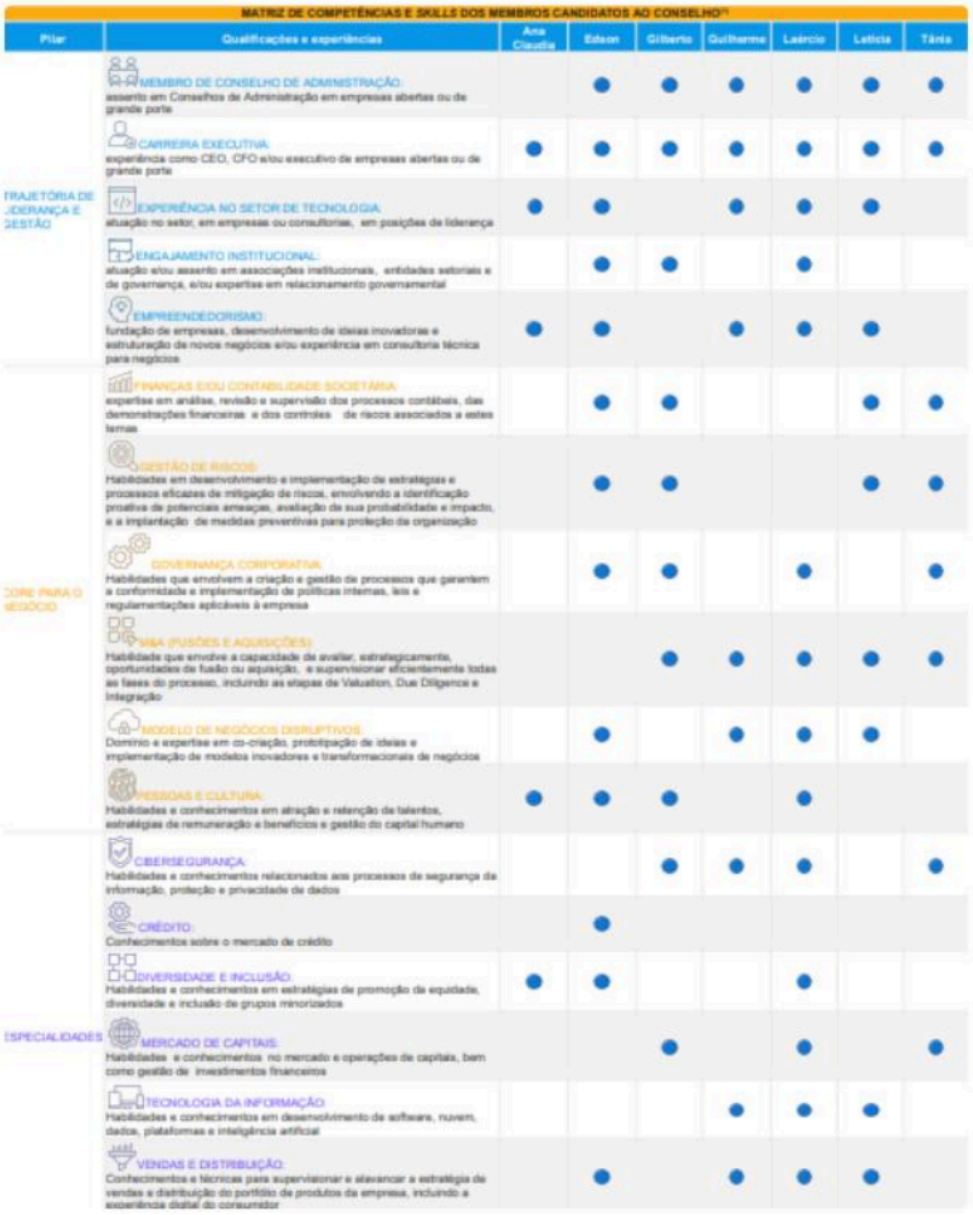
representação institucional e carreiras sólidas com liderança em diversos segmentos estratégicos da economia, competências chave para a gestão da Companhia, pautados por uma forte cultura de excelência operacional, transparência, eficiência e elevados padrões de ética, integridade e ESG.

Experiências e Competências Chave

A matriz de competências abaixo resume as principais habilidades, competências e qualificações dos membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, considerando a sua relevância para os negócios e a estratégia atual da Companhia. Os atributos mapeados e definidos nesta matriz foram organizados em três pilares:



7.8 Outras informações relevantes



MATRIZ DE COMPETÊNCIAS E SKILLS DOS MEMBROS CANDIDATOS AO CONSELHO[1]

Pilar	Qualificações e experiências	Ana Claudia	Edson	Gilberto	Guilherme	Laércio	Leticia	Tânia
TRAJETÓRIA DE LIDERANÇA E GESTÃO	MEMBRO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: assento em Conselhos de Administração em empresas abertas ou de grande porte		●	●	●	●	●	●
	CARREIRA EXECUTIVA: experiência como CEO, CFO e/ou executivo de empresas abertas ou de grande porte	●	●	●	●	●	●	●
	EXPERIÊNCIA NO SETOR DE TECNOLOGIA: atuação no setor, em empresas ou consultorias, em posições de liderança	●	●		●	●	●	
	ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL: atuação e/ou assento em associações institucionais, entidades setoriais e de governança, e/ou expertise em relacionamento governamental		●	●		●		
	EMPREENDEDORISMO: fundação de empresas, desenvolvimento de ideias inovadoras e estruturação de novos negócios e/ou experiência em consultoria técnica para negócios	●	●		●	●	●	
EXPERTISE PARA O NEGÓCIO	FINANÇAS E/OU CONTABILIDADE SOCIETÁRIA: expertise em análise, revisão e supervisão dos processos contábeis, das demonstrações financeiras e dos controles de riscos associados a estes temas		●	●			●	●
	GESTÃO DE RISCOS: Habilidades em desenvolvimento e implementação de estratégias e processos eficazes de mitigação de riscos, envolvendo a identificação proativa de potenciais ameaças, avaliação de sua probabilidade e impacto, e a implantação de medidas preventivas para proteção da organização		●	●			●	●
	GOVERNANÇA CORPORATIVA: Habilidades que envolvem a criação e gestão de processos que garantem a conformidade e implementação de políticas internas, leis e regulamentações aplicáveis à empresa		●	●		●		●
	M&A (FUSÕES E AQUISIÇÕES): Habilidade que envolve a capacidade de avaliar, estrategicamente, oportunidades de fusão ou aquisição, e supervisionar eficientemente todas as fases do processo, incluindo as etapas de Valuation, Due Diligence e Integração			●	●	●	●	●
	MODELO DE NEGÓCIOS DISRUPTIVOS: Domínio e expertise em co-criação, prototipação de ideias e implementação de modelos inovadores e transformacionais de negócios		●		●	●	●	
	PESSOAS E CULTURA: Habilidades e conhecimentos em atração e retenção de talentos, estratégias de remuneração e benefícios e gestão do capital humano	●	●	●		●		
ESPECIALIDADES	CIBERSEGURANÇA: Habilidades e conhecimentos relacionados aos processos de segurança da informação, proteção e privacidade de dados			●	●	●		●
	CRÉDITO: Conhecimentos sobre o mercado de crédito		●					
	DIVERSIDADE E INCLUSÃO: Habilidades e conhecimentos em estratégias de promoção da equidade, diversidade e inclusão de grupos minorizados	●	●			●		
	MERCADO DE CAPITAIS: Habilidades e conhecimentos no mercado e operações de capitais, bem como gestão de investimentos financeiros			●		●		●
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Habilidades e conhecimentos em desenvolvimento de software, nuvem, dados, plataformas e inteligência artificial				●	●	●	
	VENDAS E DISTRIBUIÇÃO: Conhecimentos e técnicas para supervisionar e alavancar a estratégia de vendas e distribuição do portfólio de produtos da empresa, incluindo a experiência digital do consumidor		●		●	●	●	

(1) A matriz acima compila, de forma não exaustiva, as habilidades chave para a gestão do negócio, destacando, em especial, aquelas que cada membro domina ou é considerado expert; nesse sentido, a ausência de marcação não indica necessariamente que o membro não tenha conhecimento ou noções do tema.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui Política de Relações Humanas e Remuneração, aprovada em 05 de maio de 2023 pelo Conselho de Administração. A Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de pessoas da TOTVS, em todas as etapas do seu Ciclo de Gestão de Gente: Atração, Desenvolvimento e Engajamento, com alinhamento aos atributos de Cultura e observando o conceito de meritocracia “ARCO” (Atitude, Resultado e Consequência) em nossas ações. Isto inclui os modelos de remuneração, alinhados aos objetivos estratégicos e à gestão de riscos da Companhia para que não sejam adotadas práticas e métricas que incentivem condutas inadequadas e que comprometam a sustentabilidade do negócio. Os modelos de remuneração visam fornecer incentivos adequados aos executivos em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia, que sejam competitivos e aderentes às práticas de mercado e aos padrões internacionais e que potencializam a atração e retenção dos profissionais, elevando o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas.

A Política de Relações Humanas e Remuneração está disponível no site de Relações com Investidores da TOTVS (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx).

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A participação dos órgãos da Companhia no processo de definição da remuneração está estabelecida na Lei das S.A, bem como no Estatuto Social da Companhia e na Política de Relações Humanas e Remuneração, ambos disponibilizados no site de Relações com Investidores da TOTVS (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx).

ASSEMBLEIA GERAL: mediante recomendação do Conselho de Administração, aprova a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado).

8.1 Política ou prática de remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração, é responsável por distribuir entre os Diretores Estatutários, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral.

COMITÊ DE GENTE E REMUNERAÇÃO: órgão que assessora o Conselho de Administração com funções consultivas, estabelecendo os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores Estatutários e Conselheiros, apresentando ao Conselho de Administração a proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os Conselheiros e no processo decisório ligado à elaboração da proposta de remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (se instalado) e Diretoria Estatutária, por meio de análise das melhores práticas de mercado e dos padrões internacionais. O Comitê de Gente e Remuneração é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos conselheiros, sendo que ao menos 2 (dois) deles devem ser independentes.

O Presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração que tratem de sua própria remuneração, tampouco de deliberações submetidas ao Conselho de Administração sobre o mesmo tema.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios e metodologia utilizados para a fixação da remuneração individual consideram estudos relacionados às melhores práticas de mercado, com base em resultados de pesquisas anuais efetuadas por consultorias especializadas no mercado como Willis Towers Watson e Korn Ferry, tomando-se por base o grupo de empresas que representam o adequado balanceamento das características apresentadas, como: (i) relevante representatividade em seus segmentos de atuação, incluindo o mercado de tecnologia; (ii) majoritariamente nacionais e de capital aberto no novo mercado; (iii) porte similar ou superior ao da TOTVS, no que se refere a faturamento, *headcount* e valor de mercado; (iv) empresas que podem concorrer com a TOTVS na aquisição de talentos no mercado de trabalho.

Em complemento aos estudos de mercado analisados para apoiar no desenho da estrutura de remuneração, destaca-se que os princípios de Sustentabilidade, materializados no Planejamento Estratégico da Agenda de Sustentabilidade e ESG da Companhia para o ciclo 2024-2026, foram também elementos considerados no processo de formulação das metas e na definição das métricas e respectivos pesos dentro do pacote de remuneração final potencial de cada membro da Diretoria

8.1 Política ou prática de remuneração

Estatutária, conforme detalhado no item 8.1(c)(i), tópico “Diretoria Estatutária e Não Estatutária”.

Adicionalmente, as diretrizes TOTVS utilizadas para o alinhamento dos objetivos estratégicos e a estratégia de remuneração dos administradores da Companhia estão estabelecidas na Política de Relações Humanas e Remuneração, disponibilizada nos endereços indicados no item 8.1(a) acima.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Comitê de Gente e Remuneração avalia a atratividade, o engajamento e a retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas, incluindo benefícios, aos padrões praticados no mercado e, especialmente, no mercado de tecnologia. Caso o referido Comitê considere necessário e/ou apropriado, são propostos ajustes ao Conselho de Administração. Adicionalmente, as metas dos executivos, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia à título de remuneração variável de curto e longo prazos, e do montante de Ações Restritas a serem concedidas, nos termos do Plano de Remuneração baseada em Ações, são anualmente revistas e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

c. Composição da remuneração:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Desde maio de 2023, a remuneração dos membros do Conselho de Administração (exceto do Presidente do Conselho) é baseada no modelo 100% fixo, paga na proporção de 80% em dinheiro e 20% em Ações Restritas, seguindo os termos e as condições das Outorgas ao Conselho, previstas no Plano de Incentivo Baseado em Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021 e aditado em 19 de abril de 2023 (“Plano 3”). A remuneração do Presidente do Conselho, por sua vez, até o ano de 2024, foi composta por remuneração fixa, variável e benefícios, sendo que a remuneração variável era concedida no âmbito do Plano 3 e com base em metas de desempenho, seguindo os termos e as condições estabelecidos no Programa ILP Performance. Com a vigência do novo Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano 4”), conforme aprovado em Assembleia Geral, manter-se-á, aos membros do Conselho de Administração, o pagamento da remuneração fixa nas mesmas condições descritas anteriormente, e alterar-se-á a composição da remuneração do Presidente do Conselho, que deixará

8.1 Política ou prática de remuneração

de receber qualquer remuneração variável. Portanto, a remuneração do Presidente do Conselho passou a ser composta, além dos benefícios, integralmente por remuneração de natureza fixa, sendo paga 80% em dinheiro e 20% em Ações Restritas, em observância aos termos e condições das Outorgas ao Conselho. Com tal alteração, a remuneração variável do Conselho de Administração passou, quando comparada a 2024, de 47% para 0% na Proposta de Remuneração para o exercício de 2025.

A estrutura de remuneração segue detalhada a seguir:

➔ **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração (incluindo o Presidente do Conselho) será 100% no modelo fixo e paga na proporção de 80% em dinheiro e 20% mediante a outorga de Ações Restritas da TOTVS, seguindo os termos e as condições previstos no Capítulo III do Plano 4 e observadas as melhores práticas de governança.

- **Remuneração Fixa (com pagamento em Dinheiro):** representa 80% da remuneração total e refere-se ao valor recebido mensalmente em dinheiro pelo profissional, tendo como objetivo atrair e recompensar os conselheiros pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado.
- **Remuneração Fixa (com pagamento em Ações Restritas):** representa 20% da remuneração total e refere-se ao valor outorgado em Ações Restritas da TOTVS ao profissional, tendo como objetivo atrair e reter seus conselheiros, e baseada nas melhores práticas e tendências de mercado nacional e internacional, bem como em estudos realizados por consultorias especializadas, promovendo alinhamento com os objetivos de longo prazo da Companhia. É importante ressaltar que a Outorga ao Conselho não está vinculada a nenhuma métrica de desempenho, seja da Companhia ou individual, sendo calculada individualmente com base em um percentual da remuneração total.

Adicionalmente à remuneração fixa, o Presidente do Conselho de Administração recebe benefícios que incluem seguro de vida, plano médico e plano odontológico. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado às práticas de mercado aplicáveis aos casos de ex-Diretor Presidente e fundador, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes.

A remuneração diferenciada do Presidente do Conselho de Administração é justificada por sua trajetória, sendo ele um dos fundadores da Companhia e tendo ocupado o cargo de Diretor-Presidente (CEO) por mais de 30 anos. Sua vasta

8.1 Política ou prática de remuneração

experiência, conhecimento e atuação, tanto na Companhia quanto perante todos os stakeholders (acionistas, clientes, parceiros, entidades públicas e privadas, etc.), são inestimáveis. É entendido que a sua posição é excepcional, pois traz um conjunto único de habilidades, experiências e conhecimentos que são fundamentais para o sucesso do Conselho e da TOTVS.

Dentre as principais competências do Presidente do Conselho de Administração, destacam-se:

- Profundo conhecimento do setor de tecnologia e do mercado de software, sendo reconhecido e respeitado pelos acionistas e clientes, o que lhe permite exercer um papel de referência junto aos diversos *stakeholders*;
- Sólidas habilidades interpessoais, atuando na representação institucional, articulação e defesa de temas estratégicos e assuntos governamentais e setoriais que são relevantes para Companhia;
- Capacidade de lidar com questões altamente complexas relacionadas ao negócio e ao setor de Tecnologia, oferecendo liderança visionária na definição da estratégia da TOTVS; e
- Protagonismo na condução das discussões do Conselho, estimulando o engajamento dos demais membros e buscando decisões consensuais.

Além das atividades citadas, o Presidente do Conselho de Administração da TOTVS desempenha as seguintes funções adicionais que justificam a sua remuneração diferenciada:

- Atuar junto às entidades do setor de tecnologia, seja pessoalmente ou por meio da área de Relações Institucionais da Companhia, com o objetivo de posicionar a TOTVS como referência na construção de um ecossistema de crescimento e inovação tecnológica no país;
- Atuar, junto ao Governo, instâncias políticas nacionais ou internacionais, entidades de mercado, órgãos reguladores, órgãos multilaterais e/ou internacionais e associações das quais a Companhia faça parte; e
- Atuar como porta-voz do Conselho de Administração da TOTVS, pronunciando-se sobre assuntos institucionais e temas relativos à tecnologia e aos mercados de capitais, tanto nacionais quanto internacionais.

Assim, com o objetivo de garantir a sua retenção e dedicação, e tendo em vista as atribuições do Presidente do Conselho de Administração da TOTVS, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, a sua remuneração busca assegurar maior alinhamento de

8.1 Política ou prática de remuneração

interesses com os acionistas, visando garantir paridade com práticas de mercado aplicáveis a cargos com atribuições semelhantes.

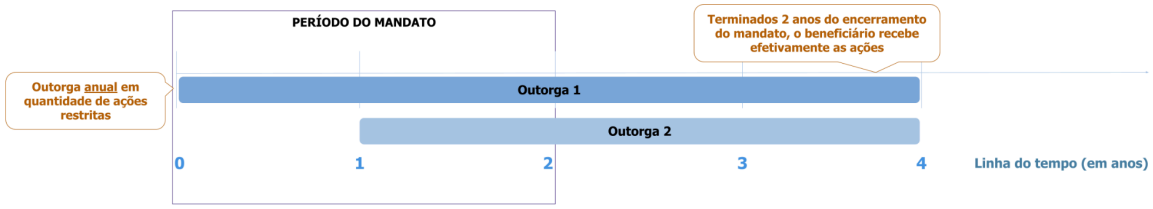
➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração do Conselho de Administração (incluindo o Presidente do Conselho):

- **Remuneração Fixa (com pagamento em Dinheiro):** 80% da remuneração total fixa é paga em dinheiro, 12 (doze) vezes no ano, e é revista anualmente, tendo em vista as práticas de mercado identificadas por consultorias especializadas.

- **Remuneração Fixa (com pagamento em Ações Restritas):** desde maio de 2023, a remuneração fixa do Conselho conta com um componente baseado em ações, ou seja, 20% é paga mediante a outorga em Ações Restritas da TOTVS, no âmbito do Plano 3, que estabelece, em sua Cláusula 15, as regras específicas aos membros do Conselho (exceto Presidente do Conselho) e observa as melhores práticas de governança. A partir de abril de 2025, aplica-se o quanto disposto no novo Plano de Remuneração Baseado em Ações (em especial no Capítulo III que tratará das Outorgas ao Conselho, abrangendo, inclusive, ao Presidente do Conselho). A metodologia de cálculo considera outorgas no início de cada período de 12 meses contados a partir da data de eleição dos membros do Conselho de Administração ("Ano Mandato"), a cada Participante membro do Conselho de Administração, de um montante de Ações Restritas considerando a média da cotação de fechamento das ações da Companhia dos últimos 60 pregões anteriores à data de outorga e equivalente a 20% da remuneração fixa total de cada membro do Conselho de Administração, observado o limite global de remuneração aprovado em Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual dos Administradores. As Ações Restritas serão efetivamente transferidas aos membros do Conselho de Administração após 2 anos, a contar do encerramento do respectivo mandato do participante membro do Conselho de Administração, conforme demonstrado na figura abaixo (*i.e.* 4 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 1º Ano Mandato e 3 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 2º Ano Mandato, conforme aplicável), e não terão quaisquer vínculos com indicadores ou metas de desempenho ou performance individual. Portanto, a lógica da remuneração paga em Ações Restritas será exatamente a mesma da remuneração fixa com pagamento em dinheiro.

8.1 Política ou prática de remuneração



No caso dos benefícios aplicáveis ao Presidente do Conselho de Administração, estes são revistos anualmente, tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Caso haja alguma proposta de alteração, ela deve ser sugerida pelo Comitê de Gente e Remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração, e tal proposta é, então, submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. É importante ressaltar que o Presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração que tratem de sua própria remuneração, tampouco de discussões e deliberações no Conselho Administração sobre o mesmo tema.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração (incluindo a do Presidente do Conselho de Administração) não é baseada em indicadores de desempenho.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrada na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total do Conselho de Administração em relação aos três últimos exercícios sociais:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Remuneração	2024	2023	2022
Fixa	52%	49%	45%
Variável	47%	50%	54%
Benefícios*	1%	1%	1%

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

8.1 Política ou prática de remuneração

COMITÊS DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO, GENTE E REMUNERAÇÃO, GOVERNANÇA E INDICAÇÃO E ESTRATÉGIA

Os comitês da Companhia são órgãos consultivos compostos por membros do Conselho de Administração, membros externos e por membros da Diretoria da Companhia.

➔ **seus objetivos e seu alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazos do emissor**

De acordo com as principais práticas de mercado, os membros do Conselho de Administração que integram os comitês recebem uma remuneração fixa mensal adicional à remuneração que fazem jus como conselheiros da Companhia, com o objetivo de recompensá-los pela dedicação nos comitês. Os membros externos também recebem remuneração fixa mensal pela participação nos comitês. Os membros da Diretoria da Companhia que integram comitês, não recebem remuneração adicional em razão de sua participação nos referidos comitês.

A remuneração dos conselheiros e membros externos pela participação em comitês visa garantir paridade com práticas de mercado, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrada na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total dos Comitês em relação aos três últimos exercícios sociais:

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Elemento de Remuneração	2024	2023	2022
Fixa	100%	100%	100%
Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-

Nos 3 últimos exercícios sociais, a remuneração dos membros dos comitês foi 100% composta por remuneração fixa.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A adequação da remuneração dos conselheiros e membros externos por participação em comitês é revista anualmente, considerando as práticas de mercado

8.1 Política ou prática de remuneração

identificadas com o apoio de consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Comitês de Assessoramento do Conselho não é baseada em indicadores de desempenho.

CONSELHO FISCAL

➔ **seus objetivos e seu alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazos do emissor**

Se instalado, possui remuneração fixa, paga 12 (doze) vezes no ano, conforme aprovação dos acionistas e observados os termos da legislação aplicável e melhores práticas de mercado.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Se instalado, a adequação da remuneração dos membros é revista anualmente, considerando as práticas de mercado identificadas com o apoio de consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal não é baseada em indicadores de desempenho.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrada na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total do Conselho Fiscal em relação aos três últimos exercícios sociais:

CONSELHO FISCAL

Elemento de Remuneração	2024*	2023*	2022*
Fixa	100%	100%	100%
Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-

*O mandato dos Conselheiros Fiscais se encerrou em 19 de abril de 2022, sem nova instalação para o exercício social de 2022. No ano de 2023, um novo Conselho Fiscal foi instalado a partir de 19 de abril de 2023, cujo mandato encerrou-se em 23 de abril de 2024. No exercício de 2024, o Conselho Fiscal não foi instalado.

8.1 Política ou prática de remuneração

Nos últimos exercícios sociais nos quais o Conselho Fiscal foi instalado, a remuneração de seus membros foi 100% composta por remuneração fixa, observado o disposto no § 3º do Art. 162 da Lei das S.A.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA

A remuneração da Diretoria, tanto Estatutária quanto não Estatutária, é composta por uma combinação de incentivos variáveis de curto, médio e longo prazos, todos atrelados ao desempenho, além de uma remuneração mensal fixa. Os detalhes são os seguintes:

➔ **seus objetivos e seu alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazos do emissor**

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, com o objetivo de remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** refere-se aos valores variáveis recebidos semestralmente pelo profissional, com o objetivo de recompensá-lo pelos seus resultados individuais e pelos resultados globais da Companhia e de cada negócio. A bonificação semestral é atrelada a indicadores financeiros globais, de cada negócio e ao desempenho individual por meio do cumprimento de métricas de desempenho objetivas que incluem uma combinação de medidas com teor financeiro e não financeiro (estratégicas e operacionais).

  Neste ciclo, como passo natural da sua contínua jornada de desenvolvimento da agenda de sustentabilidade e ESG, a TOTVS avança na convergência e incorporação dos princípios ESG dentro do programa de remuneração, mais especificamente, no contrato de metas 2025 delineadas para a Diretoria Estatutária. O racional estratégico por trás desse processo segue a premissa que nos guiou como ponto de partida: não há o negócio e o ESG, o ESG é o negócio, não havendo barreiras que os separam, ele é intrínseco a tudo que fazemos.

  Tais princípios orientam a atuação do Grupo TOTVS e contribuem como uma das alavancas de valor para a sustentação de novos ciclos de crescimento sustentável, maior competitividade e resiliência financeira, acesso a capital e atração de talentos, alinhados aos objetivos definidos para os negócios numa perspectiva de curto, médio e longo prazos.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Remuneração Variável (Incentivo de médio e longo prazo - Plano de Ações):** refere-se ao valor das Ações Restritas ordinárias emitidas pela Companhia e entregues aos Participantes elegíveis, com base no desempenho individual e estritamente nos termos e nas condições estabelecidas nos Planos 3 e 4, considerando os programas ILP Performance e ILP Master, com os objetivos de: (i) aumentar o alinhamento de interesses de médio e longo prazos entre executivos e acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento dos participantes por meio do conceito de investimento e risco; (ii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta; (iii) servir como uma ferramenta fundamental de retenção e atração de talentos em um setor altamente competitivo e com remuneração acima da média de outros setores; e (iv) estimular o aumento do desempenho de longo prazo da Companhia, medido através de indicadores de negócios. A quantidade de ações a ser concedidas anualmente a cada Participante tem como base a avaliação de performance individual medida com base na metodologia “9 Box”, que considera as entregas efetivas ao longo do exercício social e a aderência aos comportamentos esperados pela TOTVS. Essas avaliações são efetuadas pelo gestor do executivo, com posterior calibração por um colegiado composto por: (i) Diretoria Estatutária, para diretores não estatutários; (ii) Comitê de Gente e Remuneração; e (iii) Conselho de Administração, no caso da avaliação dos diretores estatutários. A quantidade de Ações Restritas a ser concedida para cada Participante indicado é recomendada pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração.
- **Benefícios:** refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos executivos, conforme aplicável, como plano de saúde, plano odontológico, vale-refeição, previdência privada, seguro de vida, automóvel e vale combustível. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado com as principais práticas de mercado, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes no mercado. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os executivos, porém, podem existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função do cargo ou/e da região na qual o(a) diretor(a) atua.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração dos Diretores:

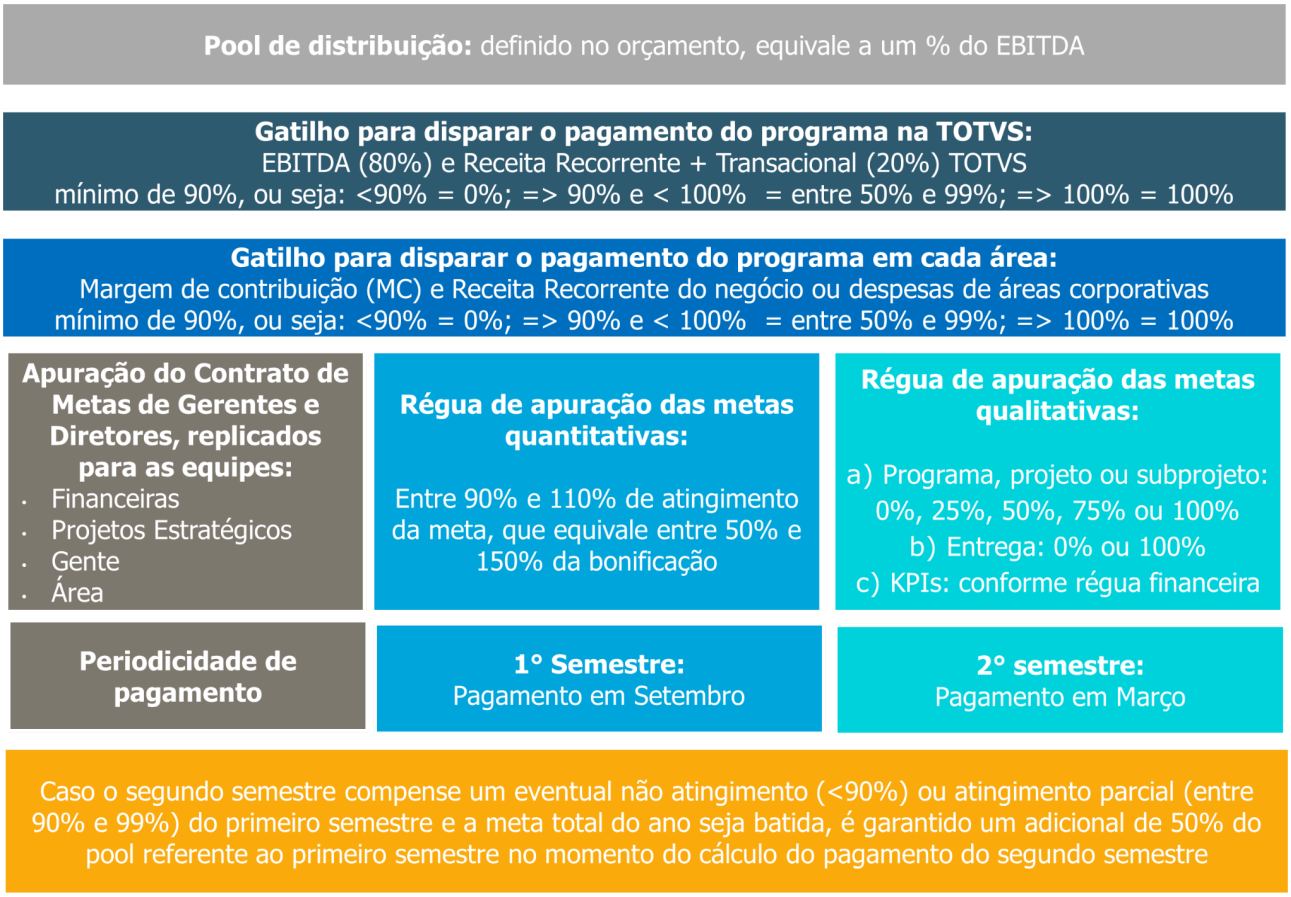
8.1 Política ou prática de remuneração

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** a remuneração fixa é paga 13 (treze) vezes no ano para a Diretoria Estatutária. Pode ser reajustada anualmente a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme recomendação do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o desempenho do(a) Diretor(a) em suas atividades e o cumprimento das metas estabelecidas. A remuneração fixa pode ser, ainda, atualizada de acordo com índices oficiais de inflação e análises comparativas de mercado efetuadas por consultorias especializadas, considerando as melhores práticas de mercado. A Diretoria Não Estatutária tem sua remuneração fixa reajustada anualmente de acordo com as convenções coletivas de trabalho negociadas entre os sindicatos da categoria.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** o *pool* de bônus semestral a ser distribuído aos Diretores Estatutários e Não Estatutários depende do atingimento de metas de EBITDA e receita recorrente + receita transacional da Companhia, bem como da margem de contribuição e receita recorrente + receita transacional do negócio ou de despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração. Caso algum desses indicadores não tenha o atingimento mínimo de 90% da meta fixada para o período, não haverá o pagamento do bônus relativo ao período correspondente. Caso o atingimento das metas seja entre 90% e 99%, o pool sofrerá redução proporcional entre 50% e 95%. Caso a meta seja atingida ou superada, o *pool* de bônus semestral poderá ser distribuído integralmente.

  Uma vez determinado o *pool* de bônus aplicável a cada semestre, a bonificação individual é ponderada de acordo com o atingimento das metas individuais de cada diretor(a) estatutário e não estatutário, que refletem as definições de objetivos financeiros, de produtividade e das prioridades estratégicas da Companhia, inclusive o Mapa Estratégico e a Agenda de Sustentabilidade e ESG, medidos por meio de indicadores financeiros (tais como crescimento de receita recorrente, custos e despesas operacionais), de eficiência e projetos (atrelados ao crescimento da Companhia nas unidades de negócio de Gestão, Techfin e RD Station), satisfação de clientes (NPS - *Net Promoter Score*) e indicadores relacionados a pessoas (tais como retenção de talentos e índices de engajamento). O quadro a seguir exemplifica a metodologia de cálculo:

8.1 Política ou prática de remuneração



As metas de cada Diretor(a) Estatutário(a) e Não Estatutário(a) são definidas individualmente, levando em consideração os objetivos estratégicos anuais da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração. Dentre tais objetivos, também estão as prioridades definidas para a Agenda de Sustentabilidade e ESG da Companhia. As metas semestrais, compartilhadas pelos os Diretores, e as específicas a cada posição, refletem a expectativa de desempenho econômico-financeiro, evolução tecnológica, riscos, satisfação de clientes, sustentabilidade dos negócios e projetos estratégicos.

As metas dos Diretores Estatutários só podem ser alteradas ao longo do exercício por razões extraordinárias, sendo que eventuais ajustes deverão ser avaliados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

O potencial de ganho do incentivo de curto prazo por semestre está vinculado a um múltiplo do salário base mensal definido por nível de carreira, a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme recomendação do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o posicionamento competitivo deste item de remuneração frente ao mercado, conforme as melhores práticas de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** assistido pelo Comitê de Gente e Remuneração, o Conselho de Administração aprova os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária que poderão participar do Plano de Remuneração Baseado em Ações e receber Ações Restritas de emissão da Companhia, baseado em desempenho, observados os termos e as condições do Plano. O número de ações outorgadas a título dos Programas ILP Performance e ILP Master será estipulado com base no valor da remuneração livremente atribuível a cada um dos Participantes, sendo fixada pelo Conselho de Administração, com base na avaliação de performance individual, considerando as melhores práticas de mercado, medida com base na metodologia “9 Box” que considera as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social e a aderência aos comportamentos esperados pela TOTVS. Cada Diretor(a) Estatutário(a) e Não Estatutário(a) é enquadrado(a) em uma matriz com 9 quadrantes, sendo: (i) eixo X (peso de 50%) representa indicadores de resultado atrelados às metas individuais quantitativas estabelecidas para o ano (indicadores como EBITDA, Receita, Custo, entre outros), que medem o desempenho efetivo do Diretor; e (ii) eixo Y (peso de 50%) mede a aderência aos comportamentos esperados de negócio (como Colaboração, Foco no Resultado, Construção de Relações de Longo Prazo com os Clientes, Inovação Através da Tecnologia que Viabiliza e Valorização de Gente Boa que é Boa Gente). Conforme demonstrado na matriz abaixo, entende-se como: (i) “Baixa Performance” quando a avaliação de desempenho posicionar o(a) Diretor(a) nos quadrantes “1C”, “1B” e “2C”; (ii) “Performance dentro do Esperado” quando a avaliação de desempenho posicionar o(a) Diretor(a) nos quadrantes “1A”, “2B” e “3C”; e (iii) “Alta Performance” quando a avaliação de desempenho posicionar o(a) Diretor(a) nos quadrantes “2A”, “3A” e “3B”.

8.1 Política ou prática de remuneração



- Para o **Programa ILP Performance**, como resultado da avaliação, o executivo pode receber um *range* entre 0% e 130% em relação aos valores de referência adotados à luz da ancoragem e do alinhamento do pacote de remuneração executiva frente ao mercado comparativo de referência no momento da outorga. O resultado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração e deliberação final do Conselho de Administração. A quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (três) anos variará entre 80% e 130%, em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, com foco no adequado balanceamento entre o impacto da administração e o retorno aos acionistas.

- No caso do **Programa ILP Master** o período de carência é de 5 (cinco) anos e, para que possa receber as Ações Restritas, o respectivo Participante deverá (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de três anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia, cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no 2º (segundo) dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo às Ações Restritas. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento

8.1 Política ou prática de remuneração

das Ações Restritas ao final do período de carência. O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o plano, ou, ainda, rever suas condições, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas, aprovados pela assembleia geral. A assembleia geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no plano atual.

- **Benefícios:** o pacote de benefícios é revisto anualmente, tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Caso haja alguma proposta de alteração, ela deve ser sugerida pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os indicadores de desempenho utilizados pela TOTVS para definir a remuneração variável de curto e longo prazos da Diretoria Estatutária estão diretamente conectados ao contexto do negócio e do setor de tecnologia. Eles são estruturados para impulsionar o crescimento sustentável da Companhia, garantindo alinhamento com os principais direcionadores de valor e com a estratégia corporativa de Sustentabilidade e ESG.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação do Incentivo de Curto Prazo são:
  - **Gatilhos do programa:** EBITDA e receita recorrente + receita transacional da Companhia, bem como margem de contribuição e receita recorrente de cada negócio ou despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração.
  - **Contratos de metas individuais:** o contrato de metas estabelecido para a Diretoria Estatutária da TOTVS é baseado em 4 pilares: (i) financeiro, (ii) projetos estratégicos, (iii) clientes e (iv) pessoas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

8.1 Política ou prática de remuneração

Pilar	Indicadores típicos	Racional para estabelecer as métricas
Financeiro: Pesos entre 30% e 50%	Receita e EBITDA	Este pilar corresponde aos aspectos de performance financeira da Companhia que são impactados pelas decisões estratégicas estabelecidas. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração, considerando aspectos como resultado performado no ano anterior, desafio operacional de crescimento e potencial futuro de expansão de mercado da Companhia e todas as suas unidades de negócios.
Estratégico: Pesos entre 25% e 45%	Projetos Relacionados a: ● Crescimento; ● Satisfação de Clientes; ● Evolução do portfólio; ● Eficiência Operacional; ● Atração e Retenção de Pessoas; ● Sustentabilidade do negócio.	Este pilar estabelece o grau de efetividade na execução do escopo proposto para os projetos considerados prioritários da Companhia. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ciclo 2024 - 2026 do Mapa Estratégico e considerando as prioridades definidas para o crescimento de longo prazo da Companhia e todas as suas unidades de negócios.
Clientes: Pesos entre 10% e 15%	Satisfação de clientes (NPS - *Net Promoter Score*)	Este pilar está relacionado à participação de mercado, à satisfação do cliente e à intensidade que cada unidade de negócio apresenta em termos de capacitação e retenção de clientes. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração, considerando aspectos como resultado performado no ano anterior, desafio operacional de crescimento e potencial futuro de expansão de mercado da Companhia e todas as suas unidades de negócios.
Pessoas: Pesos entre 10% e 30%	● Satisfação de funcionários (e-NPS - *employee Net Promoter Score*); ● Retenção de talentos.	Este pilar corresponde à capacidade que a empresa possui para manter seu capital intelectual com elevado grau de motivação, satisfação interna e produtividade. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração, considerando aspectos como resultado performado no ano anterior, desafio operacional de crescimento e potencial futuro de expansão de mercado da Companhia e todas as suas unidades de negócios.

A TOTVS tem evoluído sua abordagem em Sustentabilidade para além dos três pilares tradicionais do ESG, incorporando uma visão mais integrada dos desafios e das oportunidades do mercado. Nosso foco é construir um caminho que reforce a resiliência do negócio, potencialize impactos positivos e fortaleça a competitividade da Companhia no longo prazo. Por esta razão, nossos indicadores de desempenho avaliam, não apenas a eficiência financeira e operacional, mas também a capacidade da TOTVS de inovar, antecipar tendências e responder proativamente às transformações do mercado, do ambiente e da sociedade.

Para garantir um alinhamento consistente com essa visão, **100% das metas da Diretoria Executiva estão correlacionadas com pelo menos um dos temas materiais da Companhia**, organizados em três principais frentes: **Atração, retenção e desenvolvimento de pessoas**, **Crescimento Sustentável** e

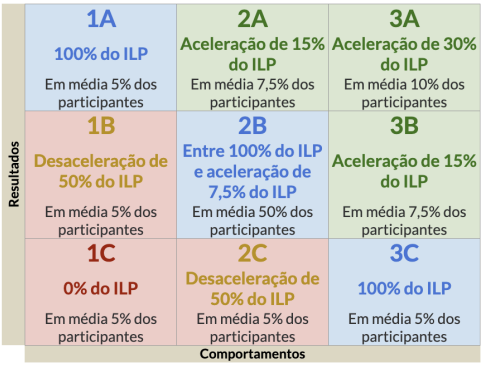
8.1 Política ou prática de remuneração

Transformação e inovação em modelo de negócio. A remuneração executiva reflete essa abordagem, conectando o desempenho da liderança à evolução da TOTVS e à criação de valor para todo o seu ecossistema.

CORRELAÇÃO ENTRE TEMAS MATERIAIS E PILARES DE METAS:		
Pilar	**Indicadores**	**Tema Material**
Financeiros	Incluem métricas como receita recorrente, custos e despesas operacionais, garantindo a solidez do negócio no longo prazo.	**Crescimento Sustentável**
Clientes	Refletem a importância da experiência do cliente e a ampliação de oportunidades de negócios, por meio de métricas como NPS (*Net Promoter Score*).	**Crescimento Sustentável**
Pessoas	Englobam retenção de talentos, índices de engajamento e fortalecimento do relacionamento com o ecossistema.	**Atração, retenção e desenvolvimento de pessoas**
Projetos Estratégicos	Abrangem eficiência operacional, sinergia de processos e iniciativas estruturantes para evolução dos negócios.	**Transformação e inovação em modelo de negócio e Segurança da informação, Proteção e Privacidade de Dados**

Com essa estrutura, a TOTVS reforça seu compromisso com uma gestão que equilibra crescimento, inovação e desenvolvimento organizacional, garantindo que a remuneração executiva esteja alinhada à criação de valor sustentável e à evolução contínua da Companhia.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** os indicadores de desempenho utilizados pelo Conselho de Administração para fixação da quantidade de ações a ser concedida no âmbito do Programa ILP Performance do Plano de Ações (**Incentivo de Longo Prazo**) se baseia na metodologia “9 Box”, descrita acima. Conforme resumido no quadro a seguir, a quantidade de ações a serem concedidas podem ir de 0 a 130%, de acordo com resultado do enquadramento de cada Diretor(a) Estatutário(a) e Não Estatutário(a):



8.1 Política ou prática de remuneração

Os indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia que determinarão a quantidade de ações a ser transferida para os Participantes, após o período de carência de 3 (três) anos, serão mensurados a partir da conjugação dos seguintes indicadores, considerando o ciclo de outorga:

Válido para o ciclo de outorga realizado em 2022:

- ***Total Shareholder Return* ("TSR"):** retorno total do Acionista avaliado em relação ao índice IBrX-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Este indicador é alinhado com o princípio de Governança Corporativa e reflete o comprometimento com os interesses dos acionistas, promovendo transparência e responsabilidade na gestão. A TOTVS faz parte deste índice desde 2021.
- **Evolução do Lucro por Ação ("LPA"):** métrica que mede a relação entre o lucro líquido da operação continuada da Empresa e a quantidade de ações que faz parte do Capital Social da Empresa relativo a índice de mercado.
- **Satisfação dos Clientes:** medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, refletindo a satisfação e a experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade. Para a TOTVS, como um dos principais *stakeholders*, este indicador está alinhado ao pilar S, do ESG, e reitera a busca da Companhia pela construção de relações de longo prazo com seus clientes, questão chave para a sustentabilidade e perenidade dos negócios.

Válido para o ciclo de outorga realizado em 2023 e 2024:

- ***Total Shareholder Return* ("TSR"):** retorno total do Acionista avaliado em relação ao IBrX-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Este indicador é alinhado com o princípio de Governança Corporativa, e reflete o comprometimento com os interesses dos acionistas, promovendo transparência e responsabilidade na gestão. A TOTVS faz parte deste índice desde 2021.
- **Evolução do EBITDA:** métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

- **Satisfação dos clientes:** medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, refletindo a satisfação e a experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade. Para a TOTVS, como um dos principais *stakeholders*, este indicador está alinhado ao pilar S, do ESG, e reitera a busca da Companhia pela construção de relações de longo prazo com seus clientes, questão chave para a sustentabilidade e perenidade dos negócios.

Válido para o ciclo de outorga a ser realizado em 2025:

- ***Total Shareholder Return* ("TSR"):** retorno total do Acionista avaliado em relação ao IBrX-50 ajustado (considerando as empresas que compõem o índice e seus diferentes setores de atuação, excluindo as duas empresas com maior participação na composição do índice). Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Este indicador é alinhado com o princípio de Governança Corporativa, e reflete o comprometimento com os interesses dos acionistas, promovendo transparência e responsabilidade na gestão. A TOTVS faz parte deste índice desde 2021.
- **Evolução do EBITDA:** métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.
- **Satisfação dos clientes:** medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, refletindo a satisfação e a experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade. Para a TOTVS, como um dos principais *stakeholders*, este indicador está alinhado ao pilar S, do ESG, e reitera a busca da Companhia pela construção de relações de longo prazo com seus clientes, questão chave para a sustentabilidade e perenidade dos negócios.
- **Permanência da TOTVS no índice Ibovespa.**

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo) e Benefícios:** não existem critérios de desempenho atrelados à remuneração fixa e aos benefícios. O pacote é o mesmo para todos os diretores, podendo existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos com base no cargo e/ou na região em que o(a) diretor(a) atua.

8.1 Política ou prática de remuneração

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrada, nas tabelas abaixo, a proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão em relação aos três últimos exercícios sociais:

DIRETORIA

Elemento de Remuneração	2024	2023	2022
Fixa	20%	21%	25%
Variável	76%	74%	71%
Benefícios	4%	5%	4%

O aumento da relação da remuneração variável frente à remuneração fixa, ao longo dos anos, alinha-se adequadamente à estratégia de remuneração de médio e longo prazos, com o objetivo de impulsionar o desempenho futuro da Companhia.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades inerentes a cada cargo, com base nos valores praticados pelo mercado para profissionais que desempenham funções com complexidade similar. Além disso, busca-se alinhar os interesses entre os membros da administração e os acionistas, o que contribui para estimular e reter profissionais qualificados em seus cargos, assim como atrair novos profissionais, sempre que necessário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração fixa do Conselho de Administração e os beneficios do Presidente do Conselho de Administração visam garantir paridade com práticas de mercado e com padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, fornecendo aos conselheiros formas de remuneração adequadas em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia.

- **Remuneração Fixa (com pagamento em Ações Restritas):** a remuneração dos membros do Conselho de Administração está alinhada ao propósito central do Conselho de estabelecer uma visão de sucesso de longo prazo da organização, e se justifica na medida em que:
    - Reforça a competitividade da Companhia na atração e retenção de profissionais qualificados, ao mesmo tempo em que sustenta a viabilidade dos negócios da Companhia;

8.1 Política ou prática de remuneração

- Contribui para alcançar os objetivos estratégicos da Companhia, pois 20% da remuneração fixa total é paga em Ações Restritas, sendo executada de forma diferida e transferida apenas após 2 (dois) anos do término do mandato, sem qualquer vínculo com métricas de desempenho, permitindo alinhamento mais profundo dos Conselheiros com os acionistas no longo prazo (senso de *ownership*);
- Segue as melhores práticas e tendências do mercado nacional e internacional. De acordo com a Pesquisa anual "Práticas de Governança e Remuneração de Conselhos", conduzida pela consultoria de remuneração Korn Ferry, divulgada em dezembro de 2024 e adquirida pela TOTVS, cerca de 21% das empresas praticam remuneração baseada em ações, majoritariamente sob forma de ações para membros do Conselho, observando-se um aumento progressivo ao longo dos anos na adoção de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração de empresas nacionais e internacionais com características similares às da TOTVS.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA

Os componentes de remuneração estabelecidos visam garantir paridade com práticas de mercado e padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, combinando a remuneração fixa mensal com a remuneração variável semestral (curto prazo) e com o plano de ações (médio e longo prazos), fornecendo aos executivos incentivos adequados em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia. A estratégia de remuneração variável atrelada aos resultados da Companhia visa garantir maior engajamento, senso de propriedade dos executivos, incentivo ao desempenho e crescimento sustentável da Companhia e maior alinhamento de interesses com os acionistas. Ao mesmo tempo, visa também garantir a retenção, especialmente no setor de tecnologia que sofre competição global por talentos e que vem experimentando uma importante inflação de custos e escassez de capital humano. Entendemos que um fator crítico de sucesso da Companhia é a capacidade de atrair e reter seus principais executivos e talentos, e a remuneração é peça fundamental nisso.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

A Sra. Tania Sztamfater Chocolat, membro do Conselho de Administração e que também integra Comitês de Assessoramento do Conselho, apresentou renúncia ao recebimento de remuneração pelo fato de ocupar cargo na Canada Pension Plan Investment Board ("CPPIB"). A CPPIB possui políticas internas de vedação de recebimento de remuneração adicional. Os demais membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento do Conselho

8.1 Política ou prática de remuneração

são remunerados, excetuando-se os Diretores Estatutários no que tange à sua eventual participação em Comitês de Assessoramento do Conselho.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de administradores estatutários suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O contrato dos Diretores Estatutários prevê o pagamento de indenização exclusivamente na hipótese de a destituição do(a) diretor(a) ocorrer após determinadas alterações societárias relevantes, como alterações no poder de controle da Companhia; aquisições e/ou subscrições por terceiros de ações representativas de 20% do capital social da Companhia; reorganizações societárias; ou a deliberação da dissolução da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,75		14,75
Nº de membros remunerados	6,00	7,75		13,75
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.597.013,79	13.102.349,82		18.699.363,61
Benefícios direto e indireto	161.376,87	2.546.583,96		2.707.960,83
Participações em comitês	1.894.248,62	0,00		1.894.248,62
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.766.151,85		10.766.151,85
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	10.766.151,85		10.766.151,85
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores da remuneração variável contemplam metas de performance de longo prazo acompanhadas pelo Conselho de Administração		
Pós-emprego	0,00	552.270,58		552.270,58
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.924.878,08	24.875.983,28		27.800.861,36
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP		
Total da remuneração	10.577.517,36	62.609.491,34		73.187.008,70

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	1,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,00	8,00	1,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.893.099,14	11.287.422,60	127.029,96	15.307.551,70
Benefícios direto e indireto	140.232,10	2.052.590,68	0,00	2.192.822,78
Participações em comitês	1.381.785,29	0,00	0,00	1.381.785,29
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.063.895,04	0,00	9.063.895,04
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.764.887,06	0,00	7.764.887,06
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	456.789,68	0,00	456.789,68
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	4.730.347,48	21.962.110,14	0,00	26.692.457,62
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	Considerando o fim do mandato do Conselho Fiscal em abril/2024	
Total da remuneração	10.145.464,01	52.587.695,20	127.029,96	62.860.189,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	2,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,00	7,00	2,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.647.049,86	9.580.984,84	283.288,07	13.511.322,77
Benefícios direto e indireto	137.838,59	1.728.492,38	0,00	1.866.330,97
Participações em comitês	1.357.380,96	0,00	0,00	1.357.380,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.753.034,38	0,00	11.753.034,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	419.147,80	0,00	419.147,80
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	5.431.249,65	21.972.658,21	0,00	27.403.907,86
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O Conselho Fiscal foi instalado após a Assembleia de 19/04/2023	
Total da remuneração	10.573.519,06	45.454.317,61	283.288,07	56.311.124,74

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	1,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	1,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.452.246,23	8.802.713,60	100.435,11	12.355.394,94
Benefícios direto e indireto	128.669,06	1.548.438,76	0,00	1.677.107,82
Participações em comitês	1.321.105,58	0,00	0,00	1.321.105,58
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.439.576,20	0,00	5.439.576,20
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	292.073,37	0,00	292.073,37
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	5.772.812,66	24.416.216,69	0,00	30.189.029,35
Observação	Considerando o fim do mandato do Conselho Fiscal em 19/04/2022	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP	(i) O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP, e considerando o final do mandato do Conselho Fiscal em 19/04/2022.	
Total da remuneração	10.674.833,53	40.499.018,62	100.435,11	51.274.287,26

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,75		**14,75**
N° de membros remunerados	6,00	7,75		**13,75**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2691537,96		**2.691.537,96**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2691537,96		**2.691.537,96**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	8,00	1,00	**16,00**
N° de membros remunerados	6,00	8,00	1,00	**15,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2265973,76	0,00	**2.265.973,76**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9063895,04	0,00	**9.063.895,04**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9063895,04	0,00	**9.063.895,04**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	9063895,04	0,00	**9.063.895,04**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1941221,76	0,00	**1.941.221,76**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7764887,06	0,00	**7.764.887,06**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7764887,06	0,00	**7.764.887,06**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7764887,06	0,00	**7.764.887,06**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	2,00	**16,00**
N° de membros remunerados	6,00	7,00	2,00	**15,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2094594,85	0,00	**2.094.594,85**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8378379,40	0,00	**8.378.379,40**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8378379,40	0,00	**8.378.379,40**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	8378379,40	0,00	**8.378.379,40**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	843663,74	0,00	**843.663,74**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3374654,98	0,00	**3.374.654,98**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3374654,98	0,00	**3.374.654,98**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3374654,98	0,00	**3.374.654,98**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	1,00	**15,00**
N° de membros remunerados	7,00	7,00	1,00	**15,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1596564,25	0,00	**1.596.564,25**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6386257,00	0,00	**6.386.257,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6386257,00	0,00	**6.386.257,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5439576,20	0,00	**5.439.576,20**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseado em Ações vigente, denominado “Plano 4”, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025, que substituiu o antigo “Plano 3”, aprovado em 20 de abril de 2021 e aditado em 19 de abril de 2023.

É importante ressaltar que as outorgas de Ações Restritas, realizadas de acordo com o Plano 3, permaneceram em vigor até 22 de abril de 2025, e que as novas outorgas dentro do escopo do Plano 4 serão realizadas pela Administração, sem prejuízo das obrigações de transferência de Ações Restritas assumidas pela Companhia no âmbito do Plano 3, observados os termos e prazos.

DESCRIÇÃO DO PLANO 3

a. Termos e condições gerais

Este Plano é administrado pelo Comitê Gente e Remuneração “Comitê”, que tem amplos poderes para administrá-lo e interpretá-lo, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

(i) aprovar os Programas previstos neste Plano, bem como seu respectivo regulamento;
(ii) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração deste Plano, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;
(iii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar deste Plano, aqueles que dele participarão em determinado exercício social ou fixar os critérios para sua determinação;
(iv) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante, observado o limite quantitativo previsto na Cláusula 7 do plano;
(v) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;
(vi) aditar as disposições dos Programas conforme necessário à administração deste Plano, bem como ao atendimento dos interesses da Companhia, na medida em que: (a) tais alterações não violem as disposições deste Plano ou dos Programas; ou (b) os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com este Plano, não sejam prejudicados; estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Comitê em decorrência de alterações implementadas na legislação vigente;
(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com, este Plano; e
(viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas neste Plano e tratar dos casos omissos.

“Comitê” significa o Comitê de Gente e Remuneração da Companhia, conforme previsto em seu estatuto social, ou outro Comitê que venha a ser especificamente

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

formado ou designado pelo Conselho de Administração para administrar o Plano, cujos membros não sejam Participantes elegíveis no âmbito deste Plano.

As deliberações do Comitê têm caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, quando tomadas em observância deste Plano, do respectivo Programa ou da legislação aplicável.

Nenhum Participante pode integrar o Comitê, nem participar de discussões em seu âmbito relativamente a este Plano ou a qualquer Programa ou Contrato, e, caso um membro do Comitê venha a ser indicado a participar de qualquer dos Programas, sua adesão ficará condicionada à prévia renúncia ao cargo de membro do Comitê.

Nenhum Participante pode, ainda, em quaisquer outros órgãos da administração da Companhia, participar das discussões ou votar em qualquer matéria em que o Participante tenha um potencial interesse relativo a este Plano, aos Programas ou a qualquer Contrato, bem como com relação à sua remuneração individual no âmbito deste Plano.

O Plano 3 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, em substituição ao Plano 2, e permaneceu vigente até 22 de abril de 2025, quando foi substituído pelo Plano 4, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025.

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 3:

- "**Ações**" significa as ações ordinárias de emissão da Companhia.
- "**Ações Restritas**" significa as Ações que serão entregues aos respectivos Participantes, nos termos deste Plano e dos Programas.
- "**CLT**" significa a Consolidação das Leis do Trabalho.
- "**Conselho de Administração**" significa o Conselho de Administração da Companhia.
- "**Contrato**" significa o Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, aprovado pelo Comitê, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas.
- "**Companhia**" significa a TOTVS S.A.
- "**Desligamento**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em razão de invalidez permanente, falecimento ou declaração judicial de ausência em face de desaparecimento do Participante. Desligamento abrange, entre outras, as hipóteses de desligamento voluntário do Participante, pedido de demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como diretor estatutário sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, com ou sem justa causa, por iniciativa de qualquer das partes ou por mútuo acordo.
- "**Diretoria**" significa a Diretoria Estatutária da Companhia.
- "**Estatuto Social**" significa o Estatuto Social da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- "**Outorga ao Conselho**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, para o qual os membros do Conselho de Administração, excluindo os membros que forem Participantes de qualquer dos Programas e/ou de qualquer outra forma de outorga de Ações Restritas no âmbito deste Plano, terão direito à outorga de Ações Restritas, como parte de sua remuneração.
- "**Participantes**" significa os empregados e administradores da Companhia e de suas controladas que sejam considerados elegíveis no âmbito de cada um dos Programas, excluídos os membros do Comitê, que venham a ser indicados anualmente pelo Comitê para participarem do Plano.
- "**Períodos de Carência**" significa o Período de Carência do Programa ILP Destaques, o Período de Carência do Programa ILP Performance e o Período de Carência do Programa ILP Master, em conjunto.
- "**Período de Carência do Programa ILP Destaques**" significa o período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- "**Período de Carência do Programa ILP Performance**" significa o período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato, observado o atingimento dos indicadores de performance de longo prazo, internos e externos da Companhia, conforme venha a ser previsto no respectivo Contrato.
- "**Período de Carência do Programa ILP Master**" significa o período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- "**Plano**" significa este Plano de Incentivo Baseado em Ações.
- "**Programas**" significa, em conjunto, o Programa ILP Destaques, o Programa ILP, Performance e o Programa ILP Master.
- "**Programa ILP Destaques**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, para o qual o Comitê poderá indicar, anualmente, a seu exclusivo critério, com base em avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências, determinados empregados da Companhia e/ou de sociedades controladas em cargos não executivos (abaixo de Gerente Executivo ou de outro cargo que venha a substituí-lo) que sejam considerados, na referida avaliação, "Destaques do Ano". Embora seja possível, não há quaisquer

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

regras que determinem que o Participante seja indicado todo ano para participar deste programa.

- "**Programa ILP Master**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, para o qual poderão ser indicados anualmente a participar, pelo Comitê, a seu exclusivo critério, um grupo seleto de indivíduos considerados chave e críticos para a Companhia, que estejam em cargos executivos, assim entendidos aqueles Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí- los), sejam empregados ou administradores estatutários, observada a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências. Para fazer jus às ações restritas objeto da outorga, o Participante deverá cumprir a "diretriz de propriedade de ações" que estabelece as seguintes obrigações (i) no termo final do período de três anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de três anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das ações restritas ao final do período de carência. É de responsabilidade exclusiva do Participante garantir o cumprimento destas condições, considerando eventuais variações no valor de seu salário bruto fixo mensal, bem como nas eventuais variações do valor de mercado da ação da Companhia. Embora seja possível, não há quaisquer regras que determinem que o participante seja indicado todo ano para participar desse programa.
- "**Programa ILP Performance**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, para o qual são elegíveis a participar anualmente, conforme indicação do Comitê, a seu exclusivo critério, executivos da Companhia, assim entendidos aqueles Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-lo), sejam empregados ou administradores estatutários, observado o atingimento dos indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração e informados aos Participantes, e a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, também informada aos respectivos Participantes, e inclui critérios como resultado, potencial e competências.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- "**Troca de Controle**" significa qualquer um dentre os seguintes eventos: (i) a aquisição, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia; ou (ii) uma reorganização societária, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão seguida de incorporação da parcela cindida ou qualquer operação semelhante que resulte na titularidade, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da sociedade resultante.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Apresentamos, abaixo, um resumo das possíveis outorgas no âmbito do Plano 3:

	Programa ILP Destaques	Programa ILP Performance	Programa ILP Master	Outorga Conselho
Elegibilidade	Participantes da Companhia considerados “Destaque do Ano”	Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior, sejam empregados ou administradores estatutários	Diretoria Estatutária e Não Estatutária	Membro do Conselho de Administração
Período de carência	3 anos	3 anos	5 anos	2 anos após término do mandato
Racional da concessão	Baseado na performance Realizada no ano anterior da concessão		Racional definido pelo Comitê de Gente e Remuneração	Não baseado em performance.
Montante das outorgas	Montante financeiro por nível de carreira	Presidente do Conselho: Montante financeiro aprovado em Assembleia Ordinária Demais participantes: Montante financeiro por nível de carreira	Montante financeiro definido pelo Comitê de Gente e Remuneração	Valor fixo de 20% da remuneração fixa total
Principais indicadores de desempenho 2024	Atingimento da matriz 9 BOX (0% a 130%)	Presidente do Conselho: (i) avaliação do Conselho de Administração (peso 50%); (ii) métricas de desempenho de longo prazo da Companhia (peso 30%); e (iii) TSR vs IBrX 50 (peso 20%) Demais participantes: Atingimento da matriz 9 BOX (0% a 130%) somado aos indicadores de performance após período de carência (80% a 130%): (i) TSR vs IBrX 50 (peso 50%); (ii) EBITDA vs IPCA (peso 30%); e (iii) NPS (peso 20%)	Não aplicável	Não aplicável

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano 3 foi aprovado por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2021 e aditado em 19 de abril de 2023.

c. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que poderão ser concedidas no âmbito do Plano 3 não poderá ultrapassar, 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia.

Acreditamos que a diluição máxima do Plano 3 está em consonância com o contexto da indústria na qual a TOTVS está inserida no Brasil. Tal alinhamento considera diversos aspectos, como o tamanho da empresa, sua estrutura de propriedade, histórico de crescimento e potencial futuro, situação financeira e padrões históricos de remuneração baseada em desempenho. Ademais, conforme reportado no formulário de negociação de valores imobiliários da própria Companhia, diretores e pessoas ligadas de fevereiro de 2025, a Companhia possui um *free float* de 89% (percentual do capital social da empresa disponível para negociação no mercado de ações desconsiderando as ações em posse da tesouraria e administradores), o que garante uma quantidade suficiente de ações em circulação para garantir a liquidez e estabilidade do mercado, mesmo com a concessão adicional de ações aos colaboradores no âmbito do Plano de Incentivo.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

e. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição serão aplicáveis de acordo com o respectivo Programa do qual o Participante seja elegível a participar. Não obstante, ficará a cargo do Comitê, observados os critérios de seleção de cada um dos Programas, realizar anualmente a seleção dos Participantes de cada um dos Programas.

Especificamente para o Programa ILP Master, para que possa receber as Ações Restritas, o respectivo Participante deverá: (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de 3 (três) anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo às Ações Restritas. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do período de carência.

Especificamente para o Programa ILP Performance, a quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes, após o período de carência de 3 (três) anos, variará entre 80% e 130% em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, com foco no adequado balanceamento entre o impacto do management e o retorno aos acionistas.

Para a primeira concessão, deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022, a performance, para fins de apuração do programa, é mensurada a partir da conjugação dos seguintes indicadores:

- Total Shareholder Return ("TSR"): retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrX-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021, a TOTVS faz parte deste índice.

- Evolução do Lucro por Ação ("LPA"): métrica que mede a relação entre o lucro líquido da operação continuada da Empresa e a quantidade de ações que faz parte do Capital Social da Empresa.

- Satisfação dos clientes: medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, trazendo reflexos da experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Para a segunda concessão, deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2023, a performance, para fins de apuração do programa, é mensurada a partir da conjugação dos seguintes indicadores:

- *Total Shareholder Return* ("*TSR*"): retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrx-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021, a TOTVS faz parte deste índice.

- Evolução do EBITDA: métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- Satisfação dos clientes: medido através do indicador de *NPS* (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, trazendo reflexos da experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Os indicadores de desempenho observados em cada um dos anos estão estritamente relacionados ao negócio e setor específico em que a empresa opera e são, especialmente, aplicáveis aos principais direcionadores de valor da TOTVS. O conjunto destas três métricas permite um acompanhamento mais completo do desempenho da empresa.

Cada um dos Participantes deverá celebrar Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, conforme aprovado pelo Comitê, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas, o qual disporá sobre a outorga das Ações Restritas correspondentes, bem como os termos e condições para sua concessão ("**Contrato**").

A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano 3 estará sujeita (i) à celebração de Contrato com cada um dos Participantes, (ii) à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável, conforme detalhado abaixo; (iii) ao atendimento das metas de performance fixadas para os Participantes, no caso do Programa ILP Performance, conforme previsto nos respectivos Contratos; (iv) ao atendimento da diretriz de propriedade de ações estabelecidos no Programa ILP Master e (v) a outras condições eventualmente previstas nos respectivos Programas e Contratos.

O **Programa ILP Destaques** estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques.

O **Programa ILP Performance** estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance.

O **Programa ILP Master** estará sujeito a um período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master.

A **Outorga ao Conselho** corresponde a 20% da remuneração fixa total de cada membro do Conselho de Administração, observado (i) o limite global de remuneração aprovado em Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual dos administradores aprovada pelo Conselho de Administração, e (ii) o critério de conversão previsto na Cláusula 8.2 do Plano. Estará sujeito a um período de

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

carência de 2 (dois) anos contados do encerramento do respectivo mandato do Beneficiário, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito da Outorga ao Conselho.

Observado o limite máximo de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano 3, e considerando o número de Ações Restritas a serem entregues aos Participantes no âmbito dos Programas, o Comitê poderá, com o objetivo de atrair e reter determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito do Plano 3 para realizar concessões adicionais de Ações Restritas aos Participantes, em número limitado. Tais concessões adicionais estarão sujeitas a eventuais períodos de carência, regras de desligamento do Participante e outros termos e condições específicas livremente fixados pelo Comitê, conforme estabelecidos nos respectivos Contratos. O período de carência a ser fixado pelo Comitê para esse fim será de, pelo menos, 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano 3 tem, dentre outros, o objetivo de outorgar um incentivo de longo prazo aos Participantes por meio da concessão de Ações Restritas de emissão da Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos Participantes. Não se trata, portanto, de uma opção de compra de ações, nos moldes do artigo 168, §3º da Lei das S.A., mas de remuneração baseada na entrega de Ações Restritas aos participantes.

Não obstante, o preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano 3, corresponde à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da outorga ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações Restritas.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A transferência das Ações Restritas estará sujeita a um Período de Carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos, conforme detalhado no item “d” acima. Os participantes farão jus ao recebimento integral das Ações Restritas se estiverem vinculados à Companhia até o término do Período de Carência aplicável, observadas as regras específicas previstas no Plano 3, nos Programas e nos Contratos, principalmente nas hipóteses de desligamento do Participante (i) por sua iniciativa ou por justa causa, em que o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas; (ii) por iniciativa da Companhia, sem justa causa ou por mútuo acordo, em que o Participante poderá fazer jus ao recebimento parcial das Ações Restritas; (iii) por aposentadoria compulsória; ou (iv) por falecimento, desaparecimento e/ou invalidez permanente, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas.

h. Forma de liquidação

Conforme mencionado no item “e” acima, trata-se da outorga de um incentivo de longo prazo aos Participantes, por meio da concessão de ações de emissão da Companhia, sem qualquer contraprestação financeira correspondente por parte dos Participantes. Desse modo, uma vez atendidas as condições previstas no Plano 3, nos Programas e no respectivo Contrato, o Participante fará jus ao recebimento das Ações Restritas, no prazo de 60 (sessenta) dias do término do respectivo período de carência, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

A Companhia poderá, a seu critério, de forma alternativa à entrega das Ações Restritas ao Participante, realizar pagamento em dinheiro do valor equivalente às Ações Restritas a que o Participante faria jus. Caso a Companhia opte por realizar pagamento em dinheiro, o preço por ação corresponderá à média da cotação de

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da concessão ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações.

i. Restrições à transferência das ações

Após sua transferência aos participantes, esses poderão vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações Restritas sem qualquer restrição, devendo, no entanto, observar o disposto na Política de Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Exceto no tema relativo às Outorgas ao Conselho, o Comitê de Gente e Remuneração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano 3, ou, ainda, rever as condições do Plano 3, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

O Comitê poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano 3, podendo inclusive deliberar sobre a concessão de Ações Restritas adicionais, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes e respeitado o limite ao número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano.

Embora não implique na extinção, suspensão ou alteração do Plano 3, note-se que na hipótese de Troca de Controle (conforme definido no Plano) da Companhia, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao pagamento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos em vigor, a critério do Comitê, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; ou (ii) ter seus Prazos de Carência antecipados, conforme aplicável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano 3 poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes, sejam empregados e/ou administradores estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor(a) estatutário(a) da Companhia e/ou com sociedades controladas pela Companhia, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir, a qualquer tempo, o relacionamento com o Participante.

Em caso de desligamento do Participante por sua iniciativa ou por justa causa, a qualquer momento durante os Períodos de Carência, conforme aplicáveis, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas que sejam de sua titularidade ao tempo do desligamento, por força do decurso dos Períodos de Carência aplicáveis.

Em caso de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia, sem justa causa, ou por mútuo acordo, o Participante fará jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas objeto da outorga, conforme o tempo já transcorrido dos Períodos de Carência aplicáveis calculados até a efetiva data de desligamento, sendo que, no caso do Programa ILP Performance, a transferência das ações somente será devida ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato. Considera-se como mês trabalhado integral, para fins de proporcionalidade, aquele que tiver ao menos 15 (quinze) dias trabalhados.

Em caso de aposentadoria compulsória, o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tiverem sido outorgadas, vencendo-se antecipadamente os Períodos de Carência então vigentes, exceto na hipótese do Programa ILP Performance, em que o pagamento somente será devido ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato.

Na hipótese de Troca de Controle, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Os demais casos de desligamento não previstos acima serão regulados pelo Comitê.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os Períodos de Carência serão considerados vencidos antecipadamente, no momento do falecimento, desaparecimento ou declaração de invalidez do Participante pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, fazendo esse ou seus respectivos sucessores, conforme aplicável, jus ao recebimento integral das Ações Restritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do evento em questão. Na hipótese do Programa ILP Performance, será desconsiderada a apuração dos indicadores de performance e transferida a quantidade de Ações Restritas estabelecida no contrato.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

DESCRIÇÃO DO PLANO 4

a. Termos e condições gerais

Os Programas (que não abarcam as Outorgas ao Conselho) serão administrados pelo Comitê, que terá poderes para interpretá-los, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

(a) aprovar os Programas previstos neste Plano, bem como seus respectivos regulamentos;

(b) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração dos Programas, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas, observado o disposto na Cláusula 4.1.4;

(c) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar dos Programas, aqueles que participarão em determinado exercício social ou fixar os critérios para sua determinação;

(d) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante no âmbito dos Programas, observado o limite quantitativo previsto na Cláusula 3.1;

(e) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;

(f) aditar as disposições dos Programas conforme necessário à sua administração, bem como ao atendimento dos interesses da Companhia, na medida em que: (a) tais alterações não violem as disposições deste Plano ou dos Programas; ou (b) os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com os Programas não sejam prejudicados; estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Comitê em decorrência de alterações implementadas na legislação vigente;

(g) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com os Programas de Incentivo de Longo Prazo; e

(h) exclusivamente no tocante aos Programas, dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas neste Plano e tratar dos casos omissos.

As deliberações do Comitê terão caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, quando tomadas em observância do Plano, do respectivo Programa ou da legislação aplicável.

Nenhum Participante poderá participar de discussões no âmbito do Comitê relativamente ao Plano ou a qualquer Programa ou Contrato.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nenhum Participante poderá, ainda, em quaisquer outros órgãos da administração da Companhia, participar das discussões ou votar em qualquer matéria em que o Participante tenha um potencial interesse relativo ao Plano, aos Programas ou a qualquer Contrato, bem como com relação à sua remuneração individual no âmbito do Plano.

O Comitê não será competente para definir, nem poderá alterar as regras relativas à outorga de Ações Restritas ao Conselho de Administração, nos termos do Capítulo III, sendo a Diretoria o órgão competente para implementar a Outorga ao Conselho, nos termos deste Plano, conforme aprovado pela Assembleia Geral.

O Plano de Remuneração Baseado em Ações, entrou em vigor em 23 de abril de 2025, na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, e permanecerá em vigor até o dia 31 de dezembro de 2035.

Indicam-se, a seguir, as principais características do Plano 4:

- **“Ações**” significa as ações ordinárias de emissão da Companhia.
- “**Ações Restritas**” significa as Ações que serão entregues/transferidas, nos termos deste Plano (incluindo aquelas entregues/transferidas na forma do Capítulo III) e dos Programas.
- “**CLT**” significa a Consolidação das Leis do Trabalho.
- “**Comitê**” significa o Comitê de Gente e Remuneração da Companhia, conforme previsto em seu estatuto social, ou outro Comitê que venha a ser especificamente formado ou designado pelo Conselho de Administração para administrar o Plano, conforme aplicável.
- “**Conselho de Administração**” significa o Conselho de Administração da Companhia.
- “**Contrato**” significa o Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, aprovado pelo Comitê, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ou membro do Conselho de Administração no âmbito deste Plano e, quando aplicável, dos respectivos Programas.
- **“Companhia**” significa a TOTVS S.A.
- “**Desligamento**” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica entre, de um lado, do Participante ou conselheiro de administração, e do outro, a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social em razão de invalidez permanente, falecimento ou declaração judicial de ausência em face de desaparecimento do Participante ou do conselheiro de administração, conforme o caso. Desligamento abrange, entre outras, as hipóteses de desligamento voluntário, pedido de demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como administrador sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de trabalho,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

por qualquer motivo, com ou sem Justo Motivo, por iniciativa de qualquer das partes ou por mútuo acordo.

- "**Diretoria**" significa a diretoria estatutária da Companhia.
- "**Estatuto Social**" significa o Estatuto Social da Companhia.
- "**Justo Motivo**" significa a prática de ato em violação à Lei, ao Estatuto Social, ou às políticas e/ou regulamentos da Companhia e/ou de quaisquer de suas controladas (conforme aplicável), e/ou, ainda, qualquer ato equiparável à justa causa, nos termos do art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT).
- "**Lei das S.A.**" significa a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
- "**Outorga ao Conselho**" tem o significado atribuído na Cláusula 15.1 deste Plano.
- "**Participantes**" significa os empregados e administradores da Companhia (exceto os membros do Conselho de Administração) e de suas controladas, que sejam considerados elegíveis no âmbito de cada um dos Programas de Incentivo de Longo Prazo.
- "**Períodos de Carência**" significa o Período de Carência do Programa ILP Destaques, o Período de Carência do Programa ILP Performance e o Período de Carência do Programa ILP Master, em conjunto.
- "**Período de Carência do Programa ILP Destaques**" significa o período de carência de 3 (três) anos, contado a partir da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques, momento no qual a Companhia estará obrigada a transferir tais Ações Restritas ao Participante, nos termos do Contrato e observado o disposto na Cláusula 6.1 deste Plano.
- **Período de Carência do Programa ILP Performance**" significa o período de carência de 3 (três) anos, contado a partir da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance. A transferência de tais Ações Restritas pela Companhia ao Participante estará condicionada ao atingimento dos indicadores de performance de longo prazo, internos e externos, conforme venha a ser previsto no respectivo Contrato e à observância do disposto na Cláusula 6.1 deste Plano.
- "**Período de Carência do Programa ILP Master"** significa o período de carência de 5 (cinco) anos, contado a partir da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master, momento no

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

qual a Companhia estará obrigada a transferir tais Ações Restritas ao Participante, nos termos do Contrato e observado o disposto na Cláusula 6.1 deste Plano.

- "**Plano**" significa este Plano de Remuneração Baseado em Ações, também referido como "Plano 4".
- "**Programas**" ou "**Programas de Incentivo de Longo Prazo**" significam, em conjunto, o **Programa ILP Destaques**, o **Programa ILP Performance** e o **Programa ILP Master**, e **não** abarcam as Outorgas ao Conselho.
- "**Programa ILP Destaques**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, no qual o Comitê poderá, anualmente e a seu exclusivo critério e com base em avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, a qual inclui critérios objetivos como resultado, potencial e competências e é informada aos respectivos Participantes, indicar determinados empregados da Companhia e/ou de sociedades controladas em cargos não executivos (abaixo de gerente executivo ou de outro cargo que venha a substituí-lo) que sejam considerados, na referida avaliação como "Destaques do Ano". Embora seja possível, não há qualquer regra que determine a indicação do mesmo Participante em anos consecutivos.
- "**Programa ILP Master**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, destinado a um grupo seleto de indivíduos considerados chave e críticos para a Companhia e/ou de sociedades controladas. Anualmente o Comitê poderá indicar, a seu exclusivo critério, Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-los), sejam eles empregados ou administradores estatutários. A elegibilidade ao Programa ILP Master está sujeita à avaliação de performance individual, conduzida com base em uma metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e que é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências. Para fazer jus às Ações Restritas, o Participante deverá cumprir a "diretriz de propriedade de ações" que exige a sua comprovação de titularidade de Ações, cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Essa comprovação deve ocorrer: (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga das Ações Restritas; (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao término do referido período de 3 (três) anos até a data da efetiva entrega/transferência das Ações Restritas pela Companhia; e (iii) na data da efetiva entrega/transferência das Ações Restritas pela Companhia. Caso qualquer uma dessas datas de comprovação coincida com períodos de vedação da negociação de Ações, a verificação será realizada no 2º (segundo) dia útil subsequente ao encerramento do respectivo período de vedação. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Ações Restritas ao final do Período de Carência do Programa ILP Master. A responsabilidade pelo cumprimento dessas condições é exclusiva do Participante, que deverá considerar, para atingimento e manutenção das condições, as eventuais variações em seu salário bruto fixo mensal, bem como nas eventuais variações do valor de mercado da ação da Companhia. Embora seja possível, não há qualquer regra que determine a indicação do mesmo Participante em anos consecutivos.

- "**Programa ILP Performance**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, no qual executivos da Companhia e/ou de sociedades controladas poderão ser indicados anualmente pelo Comitê, a seu exclusivo critério. São elegíveis Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-lo), sejam eles empregados ou administradores estatutários, observado o atingimento dos indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração e informados aos Participantes, e a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, também informada aos respectivos Participantes, e inclui critérios como resultado, potencial e competências.
- "**Troca de Controle**" significa qualquer um dentre os seguintes eventos: (i) a aquisição, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia; ou (ii) uma reorganização societária, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão seguida de incorporação da parcela cindida ou qualquer operação semelhante que resulte na titularidade, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da sociedade resultante.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Apresentamos, abaixo, um resumo das possíveis outorgas no âmbito do Plano 4:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (INCENTIVO DE LONGO PRAZO) - DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA			
Características	**Programa ILP Destaques**	**Programa ILP Performance**	**Programa ILP Master**
Elegibilidade	Participantes em cargos não executivos (abaixo de gerente executivo) da Companhia considerados “Destaque do Ano”	Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior, sejam empregados ou diretores estatutários	Participantes que integram a Diretoria Estatutária e Não Estatutária
Período de carência	3 anos	3 anos	5 anos
Racional da concessão	Baseado na performance realizada no ano anterior da concessão		Racional definido pelo Comitê de Gente e Remuneração
Montante das outorgas	Montante financeiro por nível de carreira	Montante financeiro por nível de carreira	Montante financeiro definido pelo Comitê de Gente e Remuneração
Principais indicadores de desempenho 2025	Posição do box na matriz “9 BOX” de Performance anual (entre 0% a 130%)	Posição do box na matriz “9 BOX” de Performance anual (entre 0% a 130%) somada aos indicadores de performance após período de carência (entre 80% a 130%): (i) TSR TOTS3 vs IBrX 50 ajustado (peso 30%); (ii) crescimento EBITDA vs IPCA (peso 40%); (iii) NPS (peso 20%); e (IV) permanência no da TOTS3 no índice Ibovespa (peso 10%)	Posição do box na matriz “9 BOX” de Performance anual

REMUNERAÇÃO FIXA (PAGAMENTO EM AÇÕES RESTRITAS) - MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Características	**Outorga Conselho**
Elegibilidade	Membros do Conselho de Administração, incluindo Presidente do Conselho de Administração
Transferência das Ações	4 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 1º Ano Mandato e 3 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 2º Ano Mandato, conforme aplicável
Racional da concessão	Não baseado em performance
Montante das outorgas	Valor fixo de 20% da remuneração fixa total para os membros do Conselho de Administração
Principais indicadores de desempenho	Não aplicável

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Remuneração Baseado em Ações foi aprovado por deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 23 de abril de 2025.

c. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que poderão ser concedidas no âmbito do Plano não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

Acreditamos que a diluição máxima do Plano de Remuneração Baseado em Ações está em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, bem como com o contexto da indústria na qual a TOTVS está inserida no Brasil. Tal alinhamento considera diversos aspectos, como o tamanho da empresa, sua estrutura de propriedade, histórico de crescimento e potencial futuro, situação financeira e padrões históricos de remuneração baseada em desempenho. Ademais, conforme reportado no formulário de negociação de valores imobiliários da própria Companhia, diretores e pessoas ligadas de fevereiro de 2025, a Companhia possui um *free float* de 89% (percentual do capital social da empresa disponível para negociação no mercado de ações desconsiderando as ações em posse da tesouraria e administradores), o que garante uma quantidade suficiente de ações em circulação para garantir a liquidez e a estabilidade do mercado, mesmo com a concessão adicional de ações aos colaboradores no âmbito do Plano de Remuneração.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

e. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição serão aplicáveis de acordo com o respectivo Programa do qual o Participante seja elegível a participar. Não obstante, ficará a cargo do Comitê, observados os critérios de seleção de cada um dos Programas, realizar anualmente a seleção dos Participantes de cada um dos Programas.

Cumpre ressaltar que as Outorgas ao Conselho, realizadas em consonância com o Capítulo III do Plano, não estarão sujeitas às regras estabelecidas pelo Plano relacionadas a metas ou avaliação de desempenho. O Comitê não será competente para definir, nem poderá alterar as regras relativas à referida Outorga ao Conselho, nos termos do Capítulo III do Plano, sendo a Diretoria competente para implementar

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a outorga aos membros do Conselho de Administração, nos termos do Plano, conforme aprovado pela Assembleia Geral. Havendo omissão no tocante ao disposto no Capítulo III, deverá necessariamente ser ouvida a Assembleia Geral.

Especificamente para o Programa ILP Master, para que possa receber as Ações Restritas o respectivo Participante deverá (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga das Ações Restritas, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao término do referido período de 3 (três) anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso qualquer uma dessas datas de comprovação coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, a verificação será realizada no 2º (segundo) dia útil subsequente ao encerramento do respectivo período de vedação. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do Período de Carência do Programa ILP Master.

Especificamente para o Programa ILP Performance, a quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (anos) variará em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos Contratos (conforme abaixo definido), com foco no adequado balanceamento entre o impacto do management e o retorno aos acionistas.

Cada um dos Participantes deverá celebrar Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas, o qual disporá sobre a outorga das Ações Restritas correspondentes, bem como os termos e condições para sua concessão (“Contrato”).

A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano estará sujeita (i) à celebração dos respectivos Contratos com cada um dos Participantes, (ii) à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia e/ou suas sociedades controladas até o término do período de carência aplicável, conforme detalhado abaixo; (iii) ao atendimento das metas de performance fixadas para os Participantes, no caso do Programa ILP Performance, conforme previsto nos respectivos Contratos; (iv) ao atendimento da diretriz de propriedade de ações, no caso do Programa ILP Master e (v) a outras condições eventualmente previstas nos respectivos Programas e Contratos.

O **Programa ILP Destaques** estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O **Programa ILP Performance** estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance.

O **Programa ILP Master** estará sujeito a um período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master.

Observado o limite de diluição do Plano previsto na Cláusula 3.1 do Plano, o Comitê poderá, adicionalmente, com o objetivo de atrair determinados indivíduos-chave para a Companhia e/ou para as sociedades controladas pela Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito do Plano para concessões a esses indivíduos que se pretende atrair, em número restrito. Tais concessões adicionais estarão sujeitas a eventuais períodos de carência, regras de desligamento e outros termos e condições específicas livremente fixados pelo Comitê, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos Contratos.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano tem, dentre outros, o objetivo de (i) servir de instrumento de incentivo de longo prazo aos Participantes por meio da concessão de Ações Restritas de emissão da Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos Participantes e (ii) remunerar os membros do Conselho de Administração, outorgando-lhes Ações Restritas como parte de sua remuneração fixa. Não se trata, portanto, de uma opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, § 3º da Lei nº 6.404/76, mas de remuneração baseada na entrega de ações aos Participantes e aos membros do Conselho de Administração, observado o disposto no Capítulo III do Plano.

Não obstante, para fins de esclarecimento, o preço de referência por Ação Restrita, para os fins dos Programas, corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) últimos pregões do ano anterior à outorga ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações Restritas.

No âmbito da parcela fixa da remuneração paga aos membros do Conselho, o número de Ações Restritas a serem outorgadas será estipulado com base: (i) no valor fixo da remuneração do Conselho de Administração paga em Ações Restritas, observado os percentuais constantes da Cláusula 15.3 do Plano; (ii) dividido pela média da cotação de fechamento das Ações nos 60 (sessenta) últimos pregões anteriores à data da outorga.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Conforme detalhado no item anterior, o Plano não contempla opção de compra de ações, de modo que não há o exercício, propriamente dito, pelos Participantes. Não obstante, para fins de clareza, os Períodos de Carência para a entrega/transferência das Ações Restritas no âmbito dos Programas estão descritos a seguir.

Com exceção dos membros do Conselho de Administração, cujos critérios estão mencionados abaixo, a transferência das Ações Restritas estará sujeita a um Período de Carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos, conforme detalhado no item “d” acima. Os Participantes farão jus ao recebimento integral das Ações Restritas se estiverem vinculados à Companhia até o término do Período de Carência aplicável ao Programa, observadas as regras específicas previstas no Plano, nos Programas e nos Contratos, principalmente nas hipóteses de desligamento do Participante (i) por sua iniciativa ou por Justo Motivo em que o participante deixará de faz jus ao direito de receber Ações Restritas; (ii) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo ou por mútuo acordo, em que o Participante poderá fazer jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas; (iii) por aposentadoria compulsória, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas; ou (iv) por falecimento, ausência reconhecida judicialmente e/ou invalidez permanente, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas.

Em caso de desligamento de Participante membro da Diretoria Estatutária da Companhia (e não de qualquer outro Participante) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo, o Participante membro da Diretoria Estatutária da Companhia (e não de qualquer outro Participante) terá direito ao recebimento integral, findo os Períodos de Carência aplicáveis, das Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas no âmbito do Plano. O disposto acima não se aplicará à hipótese de não reeleição do Participante como diretor(a) estatutário(a) da Companhia.

No âmbito do Conselho de Administração, as Ações Restritas serão outorgadas a cada membro, no início de cada ano-mandato de 12 (doze) meses contados da data de sua posse. A transferência ao respectivo membro do Conselho de Administração ocorrerá após o período de 2 (dois) anos contados do encerramento do respectivo mandato do membro do Conselho de Administração, sendo que a transferência das Ações Restritas se dará em até 60 (sessenta) dias findo o referido período, ressalvados os casos de desligamento, renúncia, término do mandato sem reeleição ou término do mandato em virtude de falecimento ou invalidez permanente do membro do Conselho de Administração (conforme previsto na Cláusula 15.4 do Plano).

h. Forma de liquidação

Conforme mencionado no item “e” acima, trata-se da outorga de um incentivo de longo prazo aos Participantes, por meio da entrega de ações de emissão da

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Companhia, sem qualquer contraprestação financeira correspondente por parte dos Participantes. Desse modo, uma vez atendidas as condições previstas no Plano, nos Programas e no respectivo Contrato, o Participante fará jus ao recebimento das Ações Restritas, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias do término do respectivo Período de Carência, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

A Companhia poderá, a seu critério, de forma alternativa à entrega das Ações Restritas ao Participante, realizar pagamento em dinheiro do valor equivalente às Ações Restritas a que o Participante faria jus. Na hipótese de pagamento em dinheiro, o valor a ser pago ao Participante deverá ser equivalente ao número de Ações Restritas a que o Participante tiver o direito de receber da Companhia, multiplicado pela cotação de fechamento das Ações da Companhia no dia da efetivação da transferência, após o término do Período de Carência, deduzido do Imposto de Renda Retido na Fonte e demais tributos eventualmente devidos pelo Participante.

i. Restrições à transferência das ações

Após sua transferência aos Participantes, esses poderão vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações Restritas sem qualquer restrição.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Exceto pelo disposto no Capítulo III do Plano, o Comitê de Gente e Remuneração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano, ou, ainda, rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

O Comitê poderá, ainda, no tocante aos Programas, estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, podendo inclusive deliberar sobre a concessão de Ações Restritas adicionais, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes e respeitado o limite ao número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano.

Embora não implique na extinção, suspensão ou alteração do Plano, note-se que na hipótese de Troca de Controle (conforme definido no Plano) da Companhia, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

após o referido prazo de 12 (doze) meses. Ressalta-se que o mesmo se aplica para o Participante que seja diretor estatutário da Companhia que se desligue por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo ou por iniciativa do Participante, em ambas as hipóteses, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses do evento de Troca de Controle, observados os indicadores de performance existentes.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos em vigor, a critério do Comitê, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; ou (ii) ter seus Prazos de Carência antecipados, conforme aplicável.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes, sejam empregados e/ou administradores estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor(a) estatutário(a) da Companhia e/ou com sociedades controladas pela Companhia, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

Em caso de Desligamento do Participante por sua iniciativa ou por Justo Motivo, a qualquer momento durante os Períodos de Carência, conforme aplicáveis, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas que sejam de sua titularidade ao tempo do Desligamento, por força do decurso dos Períodos de Carência aplicáveis.

Exceto pelo disposto na Cláusula 13.2.1 do Plano, em caso de Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo, ou por mútuo acordo, o Participante fará jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas objeto da outorga, conforme o tempo já transcorrido dos Períodos de Carência aplicáveis calculados até a efetiva data de Desligamento, sendo que, no caso do Programa ILP Performance, a transferência das Ações Restritas somente será devida ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato. Considera-se como mês trabalhado integral, para fins de proporcionalidade, aquele que tiver, ao menos, 15 (quinze) dias trabalhados.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de Participante que seja diretor estatutário da Companhia (mas não de qualquer outro Participante do Plano) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo, o referido Participante terá direito ao recebimento integral, findo os Períodos de Carência aplicáveis, das Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas no âmbito deste Plano. O disposto na Cláusula 13.2.1 do Plano não se aplica à hipótese de não reeleição do Participante como diretor(a) estatutário(a) da Companhia.

O disposto na Cláusula 13.2.1 do Plano não será aplicável caso o Participante que seja diretor(a) estatutário(a) da Companhia (mas não qualquer outro Participante do Plano) tenha apresentado baixa performance individual nos 2 (dois) semestres anteriores ao Desligamento por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo. Para esse fim, a performance individual será medida de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Companhia vigente quando da outorga, de acordo com os critérios a serem detalhados nos respectivos Programas de Incentivo de Longo Prazo.

Em caso de aposentadoria compulsória, o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tiverem sido outorgadas, vencendo-se antecipadamente os Períodos de Carência então vigentes, exceto na hipótese do Programa ILP Performance, em que o pagamento somente será devido ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no respectivo Contrato.

Exceto pelo disposto na Cláusula 13.4.1 do Plano, na hipótese de Troca de Controle, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, nos termos descritos acima, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Na hipótese de Troca de Controle, em caso de Desligamento de Participante que seja diretor estatutário da Companhia (mas não qualquer outro Participante do Plano), (i) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo; ou (ii) por iniciativa do Participante, em ambas as hipóteses, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado do evento de Troca de Controle, tal Participante diretor estatutário fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas no âmbito deste Plano (sendo que apenas na hipótese (i) haverá o vencimento antecipado dos Períodos de Carência então vigentes), observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão.

O disposto na Cláusula 13.4.1 do Plano não será aplicável caso o Participante que seja diretor estatutário da Companhia (mas não qualquer outro Participante do

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano) (i) seja desligado após encerrado o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado do evento de Troca de Controle; e/ou (ii) caso tenha apresentado baixa performance individual nos 2 (dois) semestres anteriores ao evento da Troca de Controle. Para esse fim, a performance individual será medida de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Companhia vigente quando da outorga, de acordo com os critérios a serem detalhados nos respectivos Programas de Incentivo de Longo Prazo, conforme descritos no item 8.1.(c)(i), tópico “Diretoria Estatutária e Não Estatutária”.

Os demais casos de Desligamento de Participantes não previstos acima serão regulados pelo Comitê.

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os Períodos de Carência serão considerados vencidos antecipadamente, no momento do falecimento, desaparecimento ou declaração de invalidez do Participante pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, fazendo esse ou seus respectivos sucessores, conforme aplicável, jus ao recebimento integral das Ações Restritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do evento em questão. Na hipótese do Programa ILP Performance, será desconsiderada a apuração dos indicadores de performance e transferida a quantidade de Ações Restritas estabelecida no contrato.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma com que não existem mais informações a serem reportadas neste item.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

A Companhia possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações denominado “Plano 1”, aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de novembro de 2012, que foi posteriormente substituído pelo Plano 2. Para os exercícios sociais de 2021, 2022 e 2023, não há mais opções em aberto no âmbito do "Plano 1", de forma com que não existam mais informações a serem reportadas neste item.

8.7 Opções em aberto

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma com que não existem mais informações a serem reportadas neste item.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

A Companhia possuía plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações denominado “Plano 1”, aprovado na Assembleia Geral de 29 de novembro de 2012, que foi posteriormente substituído pelo Plano 2. Para os exercícios sociais de 2021, 2022 e 2023, não há mais opções em aberto no âmbito do "Plano 1", de forma com que não existam mais informações a serem reportadas neste item.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Informamos nas tabelas abaixo a remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, prevista para o exercício social corrente e referente aos 3 (três) últimos exercícios sociais.

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,0	7,75
Nº de membros remunerados	6,0	7,75
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,01%	0,19%

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,0	8,0
Nº de membros remunerados	6,0	8,0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,01%	0,18%

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	6,0	7,0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,02%	0,16%

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	7,0	7,0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,03%	0,12%

8.10 Outorga de ações

Informamos nas tabelas abaixo as informações referentes às outorgas de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária prevista para o exercício social corrente e referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais.

TABELAS REFERENTES AO "PLANO 3"

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2022 – Outorga (31) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	7,0
Nº de membros remunerados	-	7,0
Data de outorga	-	29/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	-	320.183
Prazo máximo para entrega das ações	-	29/05/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das ações na data de outorga	-	30,90
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	9.893.654,70

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2022 – Outorga (32) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	1,0	7,0
Data de outorga	29/04/2022	29/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	163.270	479.790
Prazo máximo para entrega das ações	29/05/2025	29/05/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data de outorga	31,67	31,67
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	5.170.760,90	15.194.949,30

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 – Outorga (33) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	7,0
Nº de membros remunerados	-	7,0
Data de outorga	-	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	330.720
Prazo máximo para entrega das ações	-	05/06/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das ações na data de outorga	-	26,21
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	8.668.171,20

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Outorga (34) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	1,0	7,0
Data de outorga	05/05/2023	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	123.724	628.149
Prazo máximo para entrega das ações	05/06/2026	05/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data de outorga	26,84	26,84
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	3.320.752,16	16.859.519,16

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Outorga (35) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	-
Nº de membros remunerados	5,0	-
Data de outorga	05/05/2023	-
Quantidade de ações outorgadas	20.180	-
Prazo máximo para entrega das ações	05/06/2026	-
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	-
Valor justo das ações na data de outorga	26,84	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	541.631,20	-

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2024 – Outorga (36) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	8,0
Nº de membros remunerados	-	8,0
Data de outorga	-	03/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	-	331.316
Prazo máximo para entrega das ações	-	03/06/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	27,78
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	9.203.958,48

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Outorga (37) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	8,0
Nº de membros remunerados	1,0	8,0
Data de outorga	03/05/2024	03/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	50.659	651.140
Prazo máximo para entrega das ações	03/06/2027	03/06/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	28,19	29,34
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.428.077,21	19.104.447,60

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Outorga (38) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	-
Nº de membros remunerados	5,0	-
Data de outorga	03/05/2024	-
Quantidade de ações outorgadas	19.855	-
Prazo máximo para entrega das ações	03/06/2028	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-
Valor justo das ações na data de outorga	28,19	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	559.712,45	-

8.10 Outorga de ações

TABELAS REFERENTES AO "PLANO 4"

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/12/2025 – Outorga (39) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	-	7,75
Nº de membros remunerados	-	7,75
Data de outorga	-	30/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	406.973*
Prazo máximo para entrega das ações	-	30/06/2030**
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	28,96
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	11.785.938,10

*Considerar-se-á a média dos últimos 60 (sessenta) pregões do ano anterior ao ano da outorga, no preço de R$28,96 por ação.
** O valor de transferência das ações outorgadas será definido na respectiva data da transferência de tais ações.

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/12/2025 - Outorga (40) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	-	7,75
Nº de membros remunerados	-	7,75
Data de outorga	-	30/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	722.062*
Prazo máximo para entrega das ações	-	30/06/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	28,96
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	20.910.915,50

*Considerar-se-á a média dos últimos 60 (sessenta) pregões do ano anterior ao ano da outorga, no preço de R$28,96 por ação.

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/12/2025 - Outorga (41) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,0	-
Nº de membros remunerados	6,0	-
Data de outorga	30/04/2025	-
Quantidade de ações outorgadas	a ser determinado*	-
Prazo máximo para entrega das ações	30/06/2028	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-
Valor justo das ações na data de outorga	a ser determinado**	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	a ser determinado	-

*O número de Ações Restritas a serem outorgadas será estipulado com base no valor fixo da remuneração do Conselho de Administração paga em Ações Restritas, observado o percentual de 20% da remuneração fixa de cada membro do Conselho de Administração, dividido pela média da cotação de fechamento das Ações nos 60 (sessenta) últimos pregões anteriores à data da outorga.
**Considerar-se-á a média dos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da outorga.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	8,00	
Nº de membros remunerados	1,00	8,00	
Nº de ações	282.717	1.071.000	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	27,91	27,91	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-7.890.631,47	-29.891.610,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	7,00	
Nº de membros remunerados	1,00	7,00	
Nº de ações	266.031	1.235.250	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	25,44	25,44	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-6.767.828,64	-31.424.760,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	7,00	
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	
Nº de ações	283.905	848.250	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	32,38	32,38	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-9.192.843,90	-27.466.335,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

a. Modelo de precificação

O valor justo das Ações Restritas emitidas no âmbito do "Plano 3" e “Plano 4” é determinado com base no valor da ação de mercado na data da entrega/transferência, deduzido da expectativa de dividendos do período de carência, uma vez que os beneficiários não fazem jus ao recebimento. De acordo com o CPC-10, esse valor é diferido e amortizado durante o período de carência.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir.

8.12 Precificação das ações/opções

TABELAS REFERENTES AO “PLANO 3”

Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Concessão	31ª outorga	32ª outorga	32ª outorga	33ª outorga	34ª outorga	34ª outorga	35ª outorga
Data	29/04/22	29/04/22	29/04/22	05/05/23	05/05/23	05/05/23	05/05/23
Preço de outorga das ações restritas	32,87	32,87	32,87	27,75	27,75	27,75	27,75
Expectativa de dividendos	1,23%	1,23%	1,23%	1,13%	1,10%	1,10%	1,10%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos	5 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	R$ 30,90	R$ 31,67	R$ 31,67	R$ 26,21	R$ 26,84	R$ 26,84	R$ 26,84

Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Concessão	36ª outorga	37ª outorga	37ª outorga	38ª outorga
Data	03/05/24	03/05/24	03/05/24	03/05/24
Preço de outorga das ações restritas	29,61	29,61	29,61	29,61
Expectativa de dividendos	1,27%	1,10%	1,10%	1,22%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos	4 anos
Valor justo	R$ 27,78	R$ 28,64	R$ 29,34	R$ 28,19

8.12 Precificação das ações/opções

TABELA REFERENTE AO "PLANO 4"

Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Concessão	**39ª**	**40ª**	**41ª**
Data	**30/04/2025**	**30/04/2025**	**30/04/2025**
Preço de outorga das ações restritas	28,96	28,96	a ser determinado*
Expectativa de dividendos	NA	NA	NA
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA
Período de carência das ações no âmbito dos Programas e prazo de transferência das ações relativas às Outorgas ao Conselho	5 anos	3 anos	3 anos
Valor justo (preço de transferência)**	NA	NA	NA

*Considerar-se-á a média dos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da outorga.
**Corresponderá à cotação de fechamento das ações da Companhia na data da transferência das referidas Ações Restritas.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As Ações Restritas possuem a regra de reserva de direito (*vesting period*) de 3 (três) e 5 (cinco) anos a contar da data da outorga. Desse modo, a premissa utilizada para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado das opções foi o reconhecimento das ações restritas em resultado ao longo de 3 (três) e 5 (cinco) anos.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui apenas Ações Restritas.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui apenas Ações Restritas.

8.13 Participações detidas por órgão

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da TOTVS detidas pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal ao final do último exercício social.

Exercício encerrado em 31/12/2024				
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
TOTVS S.A.	51.878.379	2.491.606	0	54.369.985

8.14 Planos de previdência

Além da contribuição para a seguridade social (INSS) os diretores podem aderir, voluntariamente, ao plano de previdência privada da Companhia. A contribuição básica consiste em contribuições mensais com seu valor limitado ao intervalo entre 2% a 5% da remuneração fixa mensal (salário base) do(a) diretor(a) e tem uma contrapartida (depósito de igual valor) da Companhia. Adicionalmente, podem ser feitas contribuições voluntárias mensais ou esporádicas, porém, sem a contrapartida da Companhia. Para fazer jus ao resgate do montante depositado pela Companhia, o(a) diretor(a) deverá contribuir com o programa ao menos por 3 (três) anos, sendo que o percentual a ser resgatado varia conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tempo de contribuição ao programa	Percentual do saldo das contribuições normais da empresa
Até 2 anos e 11 meses	-
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	30%
De 4 anos a 4 anos e 11 meses	40%
De 5 anos a 5 anos e 11 meses	50%
De 6 anos a 6 anos e 11 meses	60%
De 7 anos a 7 anos e 11 meses	70%
De 8 anos a 8 anos e 11 meses	80%
De 9 anos a 9 anos e 11 meses	90%
A partir de 10 anos	100%

8.14 Planos de previdência

Segue abaixo tabela com as informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Plano de Previdência em Vigor		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros*	7,0	8,0
Nº de membros remunerados*	6,0	8,0
Nome do plano	N/A	Plano de Previdência Privada TOTVS**
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	Nenhum executivo está em vias de aposentadoria atualmente
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 3.714.106,30
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 500.761,31
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O executivo tem direito a resgatar as contribuições da previdência privada, porém, com cancelamento do plano e sem possibilidade de retorno. Ele será elegível a contribuição da empresa, conforme tabela de tempo de contribuição

*Para fins deste item 8.4, considerou-se o número de membros na data-base de 31/12/2024.
**O plano de previdência privada não contempla os membros do Conselho de Administração.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	8,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7.00	1,00	2,00	1,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	7,00	6,00	6,00	7,00	1,00	2,00	1,00
Valor da maior remuneraçãoReal	19.159.973,00	17.302.315,27	12.482.437,41	3.471.155,49	7.203.603,25	7.525.386,24	42.343,32	94.429,36	33.478,37
Valor da menor remuneraçãoReal	4.355.152,10	5.407.414,16	3.828.106,94	673.203,68	626.441,15	460.918,15	42.343,32	94.429,36	33.478,37
Valor médio da remuneraçãoReal	6.573.461,90	6.493.473,94	5.785.574,09	1.690.910,67	1.762.253,18	1.524.976,22	42.343,32	94.429,36	33.478,37

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	(i) Final do mandato do Conselho Fiscal em 23/04/2024; (ii) Considerando não haver distinção na remuneração recebida pelos membros do Conselho Fiscal, o valor médio apurado é calculado dividindo-se a remuneração total deste órgão (cf. item 8.2) pelo número exato de seus membros; (iv) Nota: O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP.	
31/12/2023	O final do mandato do Conselho Fiscal iniciou em 19/04/2023. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 8 meses.	
31/12/2022	O final do mandato do Conselho Fiscal encerrou em 19/04/2022. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 4 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Caso a Companhia rescinda o contrato imotivadamente dentro de 24 (vinte e quatro) meses após a data de ocorrência de uma Alteração Societária Relevante, o(a) Diretor(a) Estatutário(a) fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 1 (um) ano adicional de *total compensation target* (remuneração fixa, incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo) do exercício imediatamente anterior ao ano.

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Administradores – D&O classe mundial, que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores e demais segurados, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia. A atual apólice número 23.10.0022910.28 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o n.º 15414.901145/2017-91), firmada com a seguradora CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 1º de julho de 2025 e tem limite máximo de indenizações de R$200.000.000 (duzentos milhões de reais). Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e EUA, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000 (um milhão de dólares), visando celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não é aplicável. Não há controlador, direto ou indireto, da Companhia. De forma com que não existem mais informações a serem reportadas neste item.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Na Companhia, não existem administradores que recebam remuneração proveniente de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.20 Outras informações relevantes

Iniciaremos este item demonstrando, para fins comparativos, no subitem (A), a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia no exercício de 2024 e, posteriormente, no subitem (B), a proposta de remuneração anual global da Administração para o exercício de 2025:

(A) EXERCÍCIO 2024

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2024, foi aprovada a verba de remuneração total de até R$68.259.157,72 (sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos) para o exercício social de 2024, englobando a Remuneração Fixa, Variável (bônus), Benefícios e a Remuneração Baseada em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Do montante total aprovado, foram efetivamente pagos R$62.860.189,17 (sessenta e dois milhões, oitocentos e sessenta mil, cento e oitenta e nove reais e dezessete centavos), conforme demonstrado nos quadros a seguir:

PROPOSTA E EXECUTADO 2024

	Proposta 2024				Executado 2024			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	8,00	1,00	16,00	7,00	8,00	1,00	16,00
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	4.354.688,92	11.273.154,69	134.899,08	15.762.742,69	3.893.099,14	11.287.422,60	127.029,96	15.307.551,70
Benefícios diretos e indiretos	152.275,75	2.100.899,87	-	2.253.175,62	140.232,10	2.052.590,68	-	2.192.822,78
Remuneração por participações em Comitês	1.603.170,46	-	-	1.603.170,46	1.381.785,29	-	-	1.381.785,29
Total RF	**6.110.135,13**	**13.374.054,56**	**134.899,08**	**19.619.088,77**	**5.415.116,53**	**13.340.013,28**	**127.029,96**	**18.882.159,77**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	-	18.975.111,89	-	18.975.111,89	-	16.828.782,10	-	16.828.782,10
Total RV	**-**	**18.975.111,89**	**-**	**18.975.111,89**	**-**	**16.828.782,10**	**-**	**16.828.782,10**
Total RF + RV	**6.110.135,13**	**32.349.166,45**	**134.899,08**	**38.594.200,66**	**5.415.116,53**	**30.168.795,38**	**127.029,96**	**35.710.941,87**
Outros								
Benefícios pós-emprego	-	520.299,45	-	520.299,45	-	456.789,68	-	456.789,68
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
Total RV + Outros	**-**	**19.495.411,34**	**-**	**19.495.411,34**	**-**	**17.285.571,78**	**-**	**17.285.571,78**
Total RF + RV + Outros	**6.110.135,13**	**32.869.465,90**	**134.899,08**	**39.114.500,11**	**5.415.116,53**	**30.625.585,06**	**127.029,96**	**36.167.731,55**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	450.908,13	6.650.361,43	-	7.101.269,56	415.701,79	3.101.239,40	-	3.516.941,19
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	4.037.406,97	18.005.981,08	-	22.043.388,05	4.314.645,69	18.860.870,74	-	23.175.516,43
Total de Remuneração baseada em ações	**4.488.315,10**	**24.656.342,51**	**-**	**29.144.657,61**	**4.730.347,48**	**21.962.110,14**	**-**	**26.692.457,62**
Total Geral	**10.598.450,23**	**57.525.808,41**	**134.899,08**	**68.259.157,72**	**10.145.464,01**	**52.587.695,20**	**127.029,96**	**62.860.189,17**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota: o valor executado em 2024 do reconhecimento contábil de anos anteriores da remuneração baseada em ações refere-se a R$4.752.862,63 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos), das outorgas de 2021; R$9.078.324,11 (nove milhões, setenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais e onze centavos), das outorgas de 2022; e R$9.344.311,69 (nove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e onze reais e sessenta e nove centavos), das outorgas de 2023. O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

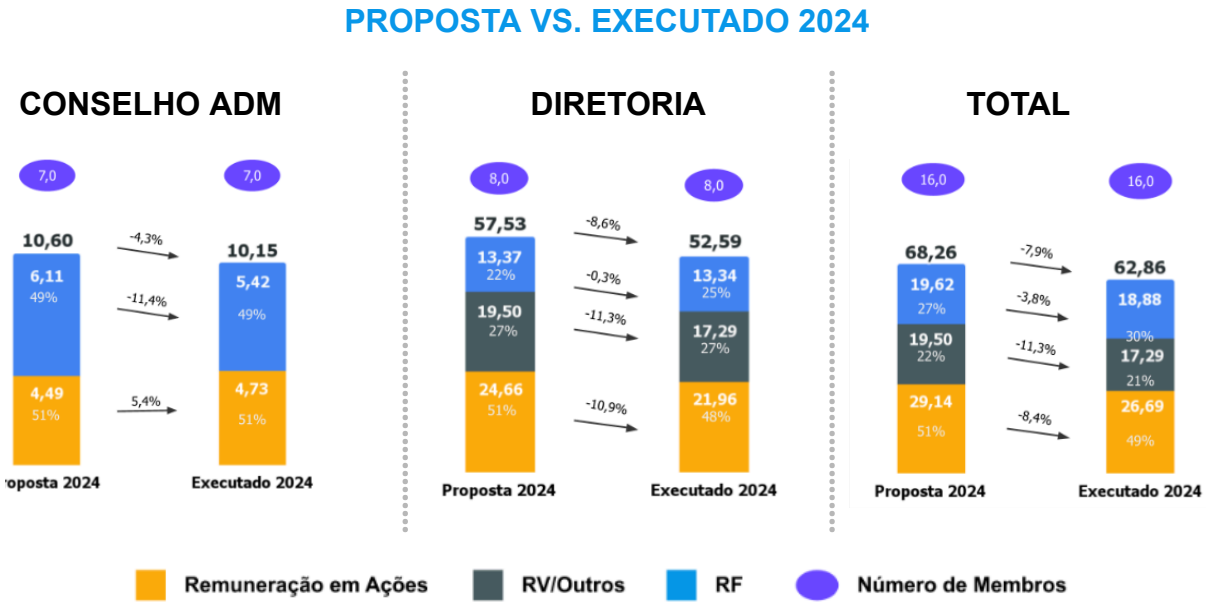
8.20 Outras informações relevantes

VARIAÇÃO PROPOSTA E EXECUTADO 2024

	Proposta 2024 *versus* Executado 2024							
	Variação absoluta				Variação percentual (%)			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Número de Membros	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	(461.589,78)	14.267,91	(7.869,12)	(455.190,99)	-10,60%	0,13%	-5,83%	-2,89%
Benefícios diretos e indiretos	(12.043,65)	(48.309,19)	-	(60.352,84)	-7,91%	-2,30%	-	-2,68%
Remuneração por participações em Comitês	(221.385,17)	-	-	(221.385,17)	-13,81%	-	-	-13,81%
Total RF	**(695.018,60)**	**(34.041,28)**	**(7.869,12)**	**(736.929,00)**	**-11,37%**	**-0,25%**	**-5,83%**	**-3,76%**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	-	(2.146.329,79)	-	(2.146.329,79)	-	-11,31%	-	-11,31%
Total RV	**-**	**(2.146.329,79)**	**-**	**(2.146.329,79)**	**-**	**-11,31%**	**-**	**-11,31%**
Total RF + RV	**(695.018,60)**	**(2.180.371,07)**	**(7.869,12)**	**(2.883.258,79)**	**-11,37%**	**-6,74%**	**-5,83%**	**-7,47%**
Outros								
Benefícios pós-emprego	-	(63.509,77)	-	(63.509,77)	-	-12,21%	-	-12,21%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
Total RV + Outros	**-**	**(2.209.839,56)**	**-**	**(2.209.839,56)**	**-**	**-11,34%**	**-**	**-11,34%**
Total RF + RV + Outros	**(695.018,60)**	**(2.243.880,84)**	**(7.869,12)**	**(2.946.768,56)**	**-11,37%**	**-6,83%**	**-5,83%**	**-7,53%**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	(35.206,34)	(3.549.122,03)	-	(3.584.328,37)	-7,81%	-53,37%	-	-50,47%
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	277.238,72	854.889,66	-	1.132.128,38	6,87%	4,75%	-	5,14%
Total de Remuneração baseada em ações	**242.032,38**	**(2.694.232,37)**	**-**	**(2.452.199,99)**	**5,39%**	**-10,93%**	**-**	**-8,41%**
Total Geral	**(452.986,22)**	**(4.938.113,21)**	**(7.869,12)**	**(5.398.968,55)**	**-4,27%**	**-8,58%**	**-5,83%**	**-7,91%**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).
Nota: O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP.

8.20 Outras informações relevantes



*O valor da Proposta e Executado 2024 no gráfico Total incorpora a soma do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria.

Conforme demonstrado nos quadros anteriores, a realização de 7,91% abaixo do limite efetivamente aprovado ocorreu em virtude dos seguintes fatores:

- Um dos membros do Conselho de Administração voluntariamente renunciou à sua remuneração;
- Os valores de bônus da Diretoria Estatutária foram contabilizados abaixo do previsto originalmente na Proposta de Remuneração do ano de 2024;
- Adesão individual da Diretoria Estatutária ao benefício pós-emprego relativo ao plano de previdência privada em nível inferior ao previsto na Proposta de Remuneração do ano de 2024; e
- Concessão de Ações Restritas nas outorgas realizadas em 2024 inferior à prevista originalmente na Proposta de Remuneração do ano de 2024, além da saída de um membro da Diretoria que teve seu estoque de ações restritas canceladas.

(B) EXERCÍCIO 2025

A Administração da Companhia propõe uma remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária para 2025, nos termos da reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025, no montante de até R$73.187.008,70 (setenta e três milhões, cento e oitenta e sete mil, oito reais e setenta centavos), 7,22% acima da remuneração global proposta para o exercício de 2024. Este crescimento é atribuído principalmente ao aumento das linhas de “Salário ou pró-labore” e de "Bônus", que somadas cresceram R$5.493.812,73 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e doze reais e setenta e três centavos), equivalente a um incremento ano

8.20 Outras informações relevantes

contra ano de 18,63% na linha de “Salário ou pró-labore” e de 13,48% na linha de “Bônus”, conforme demonstrado no quadro abaixo, e que será detalhado mais adiante no documento:

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

	Proposta 2025				Proposta 2024			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	7,75	-	14,75	7,00	8,00	1,00	16,00
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	5.597.013,79	13.102.349,82	-	18.699.363,61	4.354.688,92	11.273.154,69	134.899,08	15.762.742,69
Benefícios diretos e indiretos	161.376,87	2.546.583,96	-	2.707.960,83	152.275,75	2.100.899,87	-	2.253.175,62
Remuneração por participações em Comitês	1.894.248,62	-	-	1.894.248,62	1.603.170,46	-	-	1.603.170,46
Total RF	**7.652.639,28**	**15.648.933,78**	**-**	**23.301.573,06**	**6.110.135,13**	**13.374.054,56**	**134.899,08**	**19.619.088,77**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	-	21.532.303,70	-	21.532.303,70	-	18.975.111,89	-	18.975.111,89
Total RV	**-**	**21.532.303,70**	**-**	**21.532.303,70**	**-**	**18.975.111,89**	**-**	**18.975.111,89**
Total RF + RV	**7.652.639,28**	**37.181.237,48**	**-**	**44.833.876,76**	**6.110.135,13**	**32.349.166,45**	**134.899,08**	**38.594.200,66**
Outros								
Benefícios pós-emprego	-	552.270,58	-	552.270,58	-	520.299,45	-	520.299,45
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
Total RV + Outros	**-**	**22.084.574,28**	**-**	**22.084.574,28**	**-**	**19.495.411,34**	**-**	**19.495.411,34**
Total RF + RV + Outros	**7.652.639,28**	**37.733.508,06**	**-**	**45.386.147,34**	**6.110.135,13**	**32.869.465,90**	**134.899,08**	**39.114.500,11**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	350.486,79	6.218.328,53	-	6.568.815,32	450.908,13	6.650.361,43	-	7.101.269,56
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	2.574.391,29	18.657.654,75	-	21.232.046,04	4.037.406,97	18.005.981,08	-	22.043.388,05
Total de Remuneração baseada em ações	**2.924.878,08**	**24.875.983,28**	**-**	**27.800.861,36**	**4.488.315,10**	**24.656.342,51**	**-**	**29.144.657,61**
Total Geral	**10.577.517,36**	**62.609.491,34**	**-**	**73.187.008,70**	**10.598.450,23**	**57.525.808,41**	**134.899,08**	**68.259.157,72**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido ao beneficiários. O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

8.20 Outras informações relevantes

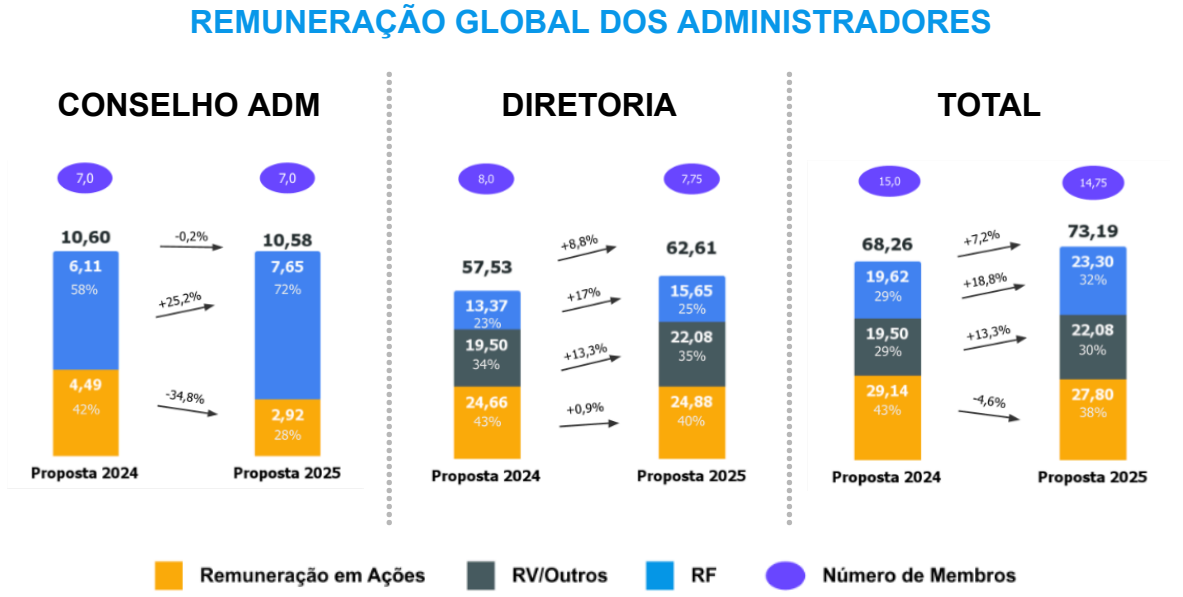
REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

	Proposta 2024 versus Proposta 2025							
	Variação absoluta				Variação percentual (%)			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Número de Membros	-	(0,25)	(1,00)	(1,25)	0,00%	-3,13%	-100,00%	-7,81%
Remuneração Fixa Anual (RF)								
Salário ou pró-labore	1.242.324,87	1.829.195,13	(134.899,08)	2.936.620,92	28,53%	16,23%	-100,00%	18,63%
Benefícios diretos e indiretos	9.101,12	445.684,09	-	454.785,21	5,98%	21,21%	-	20,18%
Remuneração por participações em Comitês	291.078,16	-	-	291.078,16	18,16%	-	-	18,16%
Total RF	**1.542.504,15**	**2.274.879,22**	**(134.899,08)**	**3.682.484,29**	**25,25%**	**17,01%**	**-100,00%**	**18,77%**
Remuneração Variável (RV)								
Bônus	-	2.557.191,81	-	2.557.191,81	-	13,48%	-	13,48%
Total RV	-	2.557.191,81	-	2.557.191,81	-	13,48%	-	13,48%
Total RF + RV	**1.542.504,15**	**4.832.071,03**	**(134.899,08)**	**6.239.676,10**	**25,25%**	**14,94%**	**-100,00%**	**16,17%**
Outros								
Benefícios pós-emprego	-	31.971,13	-	31.971,13	-	6,14%	-	6,14%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
Total RV + Outros	**-**	**2.589.162,94**	**-**	**2.589.162,94**	**-**	**13,28%**	**-**	**13,28%**
Total RF + RV + Outros	**1.542.504,15**	**4.864.042,16**	**(134.899,08)**	**6.271.647,23**	**25,25%**	**14,80%**	**-100,00%**	**16,03%**
Remuneração baseada em ações [1]								
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	(100.421,34)	(432.032,90)	-	(532.454,24)	-22,27%	-6,50%	-	-7,50%
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	(1.463.015,68)	651.673,67	-	(811.342,01)	-36,24%	3,62%	-	-3,68%
Total de Remuneração baseada em ações	**(1.563.437,02)**	**219.640,77**	**-**	**(1.343.796,25)**	**-34,83%**	**0,89%**	**-**	**-4,61%**
Total Geral	**(20.932,87)**	**5.083.682,93**	**(134.899,08)**	**4.927.850,98**	**-0,20%**	**8,84%**	**-100,00%**	**7,22%**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota: O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP

8.20 Outras informações relevantes



*O valor da Proposta 2024 e 2025 no gráfico "Total" incorpora a soma do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria.

A seguir, a Companhia detalha cada item que integra a proposta de remuneração da Administração para o exercício de 2025:

(i) Número de membros:
Em relação ao número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária para o ano de 2025, a Administração da Companhia propõe:

- Manter o mesmo número de membros no Conselho de Administração; e
- Manter o mesmo número de posições na Diretoria Estatutária.

(ii) Remuneração fixa, variável e benefícios:
Visando a equiparação e competitividade às práticas de mercado através dos resultados observados em estudos e pesquisas anuais efetuadas por consultorias de remuneração especializadas, como Willis Towers Watson e Korn Ferry, tomando-se por base determinados grupos de empresas que representam o adequado balanceamento de características, como: (i) relevante representatividade em seus segmentos de atuação, incluindo o mercado de tecnologia; (ii) majoritariamente nacionais e de capital aberto no novo mercado; (iii) porte similar ao da TOTVS, no que se refere a faturamento, *headcount* e valor de mercado; e (iv) empresas que podem concorrer com a TOTVS na aquisição de talentos no mercado de trabalho, a Administração da Companhia propõe:

- **Remuneração Fixa:**
  - **Salário ou pró-labore:** atualizar os valores da remuneração fixa da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração visando acompanhar os padrões praticados no mercado brasileiro, especialmente das empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente a esta atualização, a

8.20 Outras informações relevantes

Administração propõe alterar a forma de remuneração do Presidente do Conselho que deixa de participar do Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP Performance), excluindo a parcela variável atrelada às métricas de performance, e passa a participar do Pagamento de Ações Restritas aos membros do Conselho de Administração, de modo que sua remuneração seja integralmente fixa. Desta forma, uma parcela importante de sua remuneração deixará de ser apresentada na linha de "Remuneração baseada em ações" e passará a ser apresentada na linha de "Salário ou pró-labore". Estes ajustes representam um adicional de 18,63% nesta linha em relação à proposta de 2024.

- **Benefícios diretos e indiretos:** reajustar os valores dos benefícios da Diretoria Estatutária e do Presidente do Conselho de Administração, conforme condições previstas nos contratos com os fornecedores, principalmente nos benefícios relacionados à saúde, bem como a previsão de trocas de veículos da Diretoria Estatutária, seguindo norma interna vigente. Estes ajustes representam um adicional de 20,18% em relação à proposta de 2024.
- **Remuneração por participação em comitês:** atualizar os valores da remuneração por participação em comitês de assessoramento ao Conselho de Administração visando acompanhar os padrões praticados no mercado brasileiro, especialmente das empresas de capital aberto integrantes do Novo Mercado. Este item representa um adicional de 18,16% em relação à proposta de 2024.

- **Remuneração Variável**: atualizar os valores referentes ao Bônus da Diretoria Estatutária visando acompanhar os padrões praticados no mercado brasileiro, especialmente das empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado da B3, seguindo a mesma premissa aplicada para a remuneração fixa. Este item representa um adicional de 13,48% na linha de remuneração variável em relação à proposta de 2024.

- **Outros:**
  - **Benefício pós emprego:** manter o benefício pós emprego (*i.e.* previdência privada) nos moldes já vigentes, representando um adicional de 6,14% em relação à proposta de 2024.

(iii) Remuneração baseada em ações:

A remuneração baseada em ações, conforme detalhada ao longo deste tópico, segue estritamente os critérios estabelecidos para a contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 10. Este pronunciamento, alinhado à internacional *IFRS 2*, estabelece procedimentos para o reconhecimento e a divulgação de transações que envolvem pagamento com base em ações realizadas pelas

8.20 Outras informações relevantes

empresas. Para auxiliar o entendimento, de acordo com o CPC 10, o custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais deve ser mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, utilizando um modelo de avaliação adequado. Esse custo é então reconhecido como despesas de remuneração baseada em ações, em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período de carência do plano. Para informações detalhadas, acesse:
http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=41

Quanto à evolução ano contra ano, a Remuneração Baseada em Ações passa do valor proposto em 2024 de R$29.144.657,61 (vinte e nove milhões, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos) para a proposta de R$27.800.861,36 (vinte e sete milhões, oitocentos mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos) em 2025, conforme demonstrado no quadro a seguir:

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Remuneração baseada em ações [1]	Proposta 2025				Proposta 2024			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	350.486,79	6.218.328,53	-	6.568.815,32	450.908,13	6.650.361,43	-	7.101.269,56
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	2.574.391,29	18.657.654,75	-	21.232.046,04	4.037.406,97	18.005.981,08	-	22.043.388,05
Total de Remuneração baseada em ações	**2.924.878,08**	**24.875.983,28**	**-**	**27.800.861,36**	**4.488.315,10**	**24.656.342,51**	**-**	**29.144.657,61**
Quantidade total de ações - concessões ano corrente	54.461[2]	1.129.035	-	1.183.496	64.524	962.295	-	1.026.819
Quantidade total de ações - concessões anos anteriores	377.688	2.595.828	-	2.973.516	577.174	2.758.496	-	3.335.670
Quantidade total de ações	**432.149**	**3.724.863**	**-**	**4.157.012**	**641.698**	**3.720.791**	**-**	**4.362.489**
Valor econômico nominal total - concessões ano corrente [3]	**1.577.190,57**	**32.696.853,62**	**-**	**34.274.044,19**	**2.087.996,64**	**31.139.866,20**	**-**	**33.227.862,84**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

[2] Quantidade estimada. Considerar-se-á a média dos últimos 60 pregões anteriores à data da outorga.

[3] O valor econômico nominal total multiplica a quantidade total de ações das concessões do ano corrente com o valor da outorga das ações.

Nota: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

8.20 Outras informações relevantes

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

Remuneração baseada em ações [1]	Proposta 2025 versus Proposta 2024							
	Variação absoluta				Variação percentual (%)			
	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total	Cons Adm	Diretoria	Cons Fiscal	Total
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	(100.421,34)	(432.032,90)	-	(532.454,24)	-22,27%	-6,50%	-	-7,50%
Reconhecimento contábil - concessões anos anteriores	(1.463.015,68)	651.673,67	-	(811.342,01)	-36,24%	3,62%	-	-3,68%
Total de Remuneração baseada em ações	**(1.563.437,02)**	**219.640,77**	**-**	**(1.343.796,25)**	**-34,83%**	**0,89%**	**-**	**-4,61%**
Quantidade total de ações - concessões ano corrente	(10.063,00)	166.740,00	-	156.677,00	-15,60%	17,33%	-	15,26%
Quantidade total de ações - concessões anos anteriores	(199.486,00)	(162.668,00)	-	(362.154,00)	-34,56%	-5,90%	-	-10,86%
Quantidade total de ações	**(209.549,00)**	**4.072,00**	**-**	**(205.477,00)**	**-32,66%**	**0,11%**	**-**	**-4,71%**
Valor econômico nominal total - concessões ano corrente	**(510.806,07)**	**1.556.987,42**	**-**	**1.046.181,35**	**-24,46%**	**5,00%**	**-**	**3,15%**

Esta redução de R$1.343.796,25 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos) se deve aos seguintes fatores:

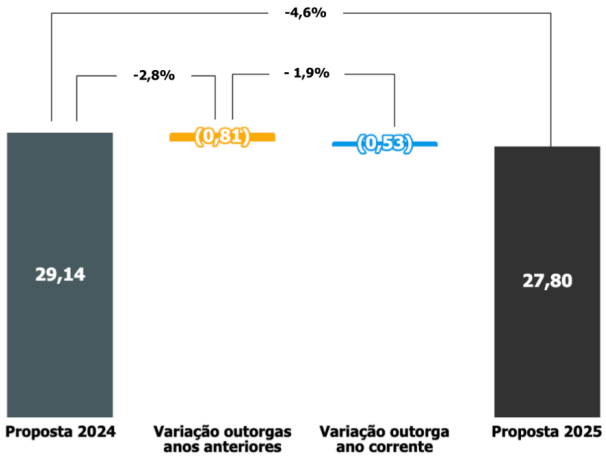
- **Reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente**: a remuneração total das outorgas do ano corrente representará uma redução ano contra ano de R$532.454,24 (quinhentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) ou 7,5%, com uma estimativa de entrega de 156.677 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta e sete) ações a mais em 2025, com os seguintes destaques:
  - **Remuneração do Conselho:** redução média de 22,27% dos valores de referência a serem concedidos em ações nas outorgas de 2025 considerando:
    - **Presidente do Conselho:** de 2019 até 2024, a remuneração do Presidente do Conselho foi composta por uma parcela de remuneração variável baseada em ações (*vide a seção 8.1.c para maiores detalhes*). Com o passar dos anos, seu papel foi redesenhado e, por consequência, sua remuneração revisada, o que resultou em uma redução na outorga de ações de 2023 em 24%, quando comparada a 2022, e em uma nova redução na outorga de ações para 2024, 56% inferior, quando comparada a 2023. A partir de 2025, a proposta considera uma remuneração 100% fixa, a ser paga na proporção de 80% em dinheiro e 20% em Ações Restritas, aplicável a todos os membros do Conselho.
  - **Remuneração da Diretoria Estatutária:** redução média de 6,5% dos valores de referência a serem concedidos em ações nas outorgas de 2025, considerando uma posição de Diretor(a) Estatutário(a) vacante, para fins de elegibilidade aos Programas de incentivo de longo prazo, no momento da outorga das ações de 2025.

8.20 Outras informações relevantes

- **Reconhecimento contábil das outorgas de anos anteriores**: a remuneração total das outorgas de anos anteriores representará uma redução ano contra ano de R$811.324,01 (oitocentos e onze mil, trezentos e vinte e quatro reais e um centavo), ou 3,68% devido ao: (i) cancelamento das ações de um membro da Diretoria Estatutária, devido ao seu pedido de encerramento de contrato; e (ii) efeito do empilhamento das outorgas dos anos anteriores do Presidente do Conselho, que vem recebendo uma parcela menor da remuneração variável de longo prazo nos últimos anos (*vide a seção 8.1.(c) para maiores detalhes*).

Somados os itens, o impacto de -4,61% representa a diferença entre a proposta de 2025 e a proposta de 2024, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

VARIAÇÃO PROPOSTA 2025 E PROPOSTA 2024
(REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES EM MILHÕES DE REAIS)



Explicamos detalhadamente a seguir os efeitos das variações dos valores da remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, considerando o reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente e de anos anteriores:

- **Remuneração Baseada Em Ações - Outorgas do Ano Corrente**
  O novo Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano 4") poderá abranger até 5% do Capital Social da Companhia, que, atualmente, representa 29.970.079 (vinte e nove milhões, novecentos e setenta mil e setenta e nove) de ações em 10 (dez) anos, ou uma média de 2.997.008 (dois milhões, novecentos e noventa e sete mil e oito) ações por ano.

  Para o exercício de 2025, no âmbito do Plano 4, pretende-se conceder 1.183.496 (um milhão, cento e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis) Ações Restritas aos Administradores da Companhia, correspondentes a 0,20% do capital social em 31/12/2024, comparado com o executado de 1.102.773 (um milhão, cento e duas mil, setecentos e setenta e três) ações

8.20 Outras informações relevantes

(0,18% do capital social em 31/12/2024) em 2024. Para efeitos desta proposta, o cálculo da outorga a ser realizada em 2025 prevê o preço médio correspondente a R$28,96 (vinte e oito reais e noventa e seis centavos) por ação, totalizando um valor econômico nominal de R$34.274.044,19 (trinta e quatro milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quarenta e quatro reais e dezenove centavos). Ressalta-se que o número de ações a ser outorgado no âmbito dos Programas (e por consequência, o valor econômico efetivo a ser atribuído à outorga) considera o preço médio dos últimos 60 pregões de 2024, conforme estabelecido no Plano 4, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025. Já o número de Ações Restritas a serem outorgadas no âmbito das Outorgas ao Conselho será estipulado com base em: (i) valor fixo da remuneração do Conselho de Administração paga em Ações Restritas; (ii) dividido pela média da cotação de fechamento das Ações nos 60 (sessenta) últimos pregões anteriores à data da outorga. De acordo com a legislação aplicável e as características do Plano 4, na forma do CPC 10, a contabilização desta concessão de 2025 ocorrerá ao longo de 3 (três) anos para o Programa ILP Performance e 5 (cinco) anos para o Programa ILP Master, ao longo de 3 (três) anos para a Outorga ao Conselho. Em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, o valor a ser contabilizado no exercício de 2025 referente às concessões de 2025 será de até R$6.568.815,32 (seis milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quinze reais e trinta e dois centavos), correspondendo a 19,17% do valor econômico de R$34.274.044,19 (trinta e quatro milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quarenta e quatro reais e dezenove centavos).

No quadro abaixo, exemplificamos o efeito estimado da contabilização das outorgas de 2025 ao longo dos próximos anos:

8.20 Outras informações relevantes

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS 2025

Ano	Outorgas 2025 Programa Ações CA (proposta)		Outorgas 2025 ILP Performance (proposta)		Outorgas 2025 ILP Master (proposta)		Total / ano (R$)
	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	
2025	350.486,79	8/36	4.646.870,12	8/36	1.571.458,41	8/60	**6.568.815,32**
2026	525.730,19	12/36	6.970.305,17	12/36	2.357.187,62	12/60	**9.853.222,98**
2027	525.730,19	12/36	6.970.305,17	12/36	2.357.187,62	12/60	**9.853.222,98**
2028	175.243,40	4/36	2.323.435,06	4/36	2.357.187,62	12/60	**4.855.866,08**
2029	-	0/36	-	0/36	2.357.187,62	12/60	**2.357.187,62**
2030	-	0/36	-	0/36	785.729,21	4/60	**785.729,21**
Valor econômico nominal total	**1.577.190,57**	**36/36**	**20.910.915,52**	**36/36**	**11.785.938,10**	**60/60**	**34.274.044,19**

* Os valores poderão sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.

- **Remuneração Baseada Em Ações - Outorgas de Anos Anteriores**

  Adicionalmente ao valor de R$6.568.815,32 (seis milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quinze reais e trinta e dois centavos), em decorrência do determinado na legislação aplicável (CPC 10), à verba destinada à remuneração baseada em ações deverá ser acrescido o montante de R$21.232.046,04 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, quarenta e seis reais e quatro centavos), referente ao reconhecimento contábil previsto para o exercício de 2025. Esse reconhecimento contábil diz respeito às concessões realizadas em anos anteriores para os Administradores, em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, conforme mencionado anteriormente.

  O valor mencionado no parágrafo acima refere-se a concessões efetuadas em exercícios anteriores, as quais foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme o Plano de Incentivo Baseado em Ações (“Plano 3”), já concedido aos beneficiários.

  No quadro a seguir, exemplificamos o efeito estimado ao longo dos anos da contabilização das outorgas realizadas em 2022, 2023 e 2024 e que compõe o montante de R$21.232.046,04 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, quarenta e seis reais e quatro centavos) contabilizado dentro do ano de 2025:

8.20 Outras informações relevantes

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2022 A 2024

Ano	Outorgas 2022 (1)		Outorgas 2022 ILP Master		Outorgas 2023 (1)		Outorgas 2023 ILP Master		Outorgas 2024 CA		Outorgas 2024 (1)		Outorgas 2024 ILP Master		Total / ano
	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	
2022	5.054,76	8/36	1.063,45	8/60	0,00	0/36	0,00	0/60	0,00	0/48	0,00	0/36	0,00	0/60	**6.118,21**
2023	7.582,14	12/36	1.595,17	12/60	4.336,74	8/36	1.045,73	8/60	0,00	0/48	0,00	0/36	0,00	0/60	**14.559,78**
2024	7.582,14	12/36	1.595,17	12/60	6.505,11	12/36	1.568,60	12/60	97,98	8/48	4.617,84	8/36	1.308,04	8/60	**23.274,88**
2025	2.527,38	4/36	1.595,17	12/60	6.505,11	12/36	1.568,60	12/60	146,98	12/48	6.926,76	12/36	1.962,05	12/60	**21.232,05**
2026	0,00	0/36	1.595,17	12/60	2.168,37	4/36	1.568,60	12/60	146,98	12/48	6.926,76	12/36	1.962,05	12/60	**14.367,93**
2027	0,00	0/36	531,72	4/60	0,00	0/36	1.568,60	12/60	146,98	12/48	2.308,92	4/36	1.962,05	12/60	**6.518,27**
2028	0,00	0/36	0,00	0/60	0,00	0/36	522,87	4/60	48,99	4/48	0,00	0/36	1.962,05	12/60	**2.533,91**
2029	0,00	0/36	0,00	0/60	0,00	0/36	0,00	0/60	0,00	0/48	0,00	0/36	654,02	4/60	**654,02**
Valor econômico nominal total	**22.746,42**	**36/36**	**7.975,85**	**60/60**	**19.515,33**	**36/36**	**7.843,00**	**60/60**	**587,91**	**48/48**	**20.780,28**	**36/36**	**9.810,26**	**60/60**	**89.259,05**

* Os valores acima referem-se a unidade de milhares e poderão sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.

(1) Inclui Diretoria Estatutária e Conselho de Administração.

- **Remuneração Baseada em Ações - Conclusão**

  Assim, como detalhado ao longo deste tópico, os 3 (três) únicos fatores que determinam a Remuneração Baseada em Ações são:

  - A quantidade de ações outorgadas, sendo que para 2025 pretendemos conceder 156.677 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e setenta e sete) ações a mais do que em 2024;
  - O preço de referência das ações outorgadas, que corresponde à média dos últimos 60 (sessenta) pregões do ano anterior à data da outorga no caso dos Programas de Incentivo de Longo Prazo e à média dos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da outorga no caso do Pagamento de Ações Restritas aos membros do Conselho de Administração; e
  - O fator do empilhamento das outorgas ao longo dos anos. Estimamos a manutenção do patamar de empilhamento de 2025 para os anos subsequentes, considerando a conjunção dos fatores (i) e (ii).

  No quadro a seguir, detalhamos os itens (i) e (ii) referentes a cada uma das outorgas reconhecidas no exercício social de 2023 para os Administradores da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2022 A 2025										
	Outorga 2022	Outorga 2023 Membros CA	Outorga 2023 ILP Performance	Outorga 2023 ILP Master	Outorga 2024 Membros CA	Outorga 2024 ILP Performance	Outorga 2024 ILP Master	Outorga 2025 Membros CA (proposta)*	Outorga 2025 ILP Performance (proposta)	Outorga 2025 ILP Master (proposta)
Período de Carência para os Programas e Prazo de transferência para as Outorgas ao Conselho	3 anos	2 anos após término do mandato(1)	3 anos	5 anos	2 anos após término do mandato(1)	3 anos	5 anos	2 anos após término do mandato(1)	3 anos	5 anos
Preço de referência das ações restritas outorgadas	32,87	27,75	27,75	27,75	29,61	29,61	29,61	28,96	28,96	28,96
Quantidade líquida de ações em aberto no exercício social corrente	963.243	22.476	754.535	373.446	21.804	661.779	346.870	54.461	722.062	406.973

* A quantidade de ações a ser outorgada pode variar para cima ou para baixo em virtude do cálculo do preço de referência das ações restritas a ser atribuído à concessão referente ao exercício de 2025, que considerará o preço médio dos 60 (sessenta) pregões anteriores à data de concessão, prevista para 30 de abril de 2025, conforme prevê o Plano.
Nota: Os membros do Conselho de Administração são elegíveis a partir de 2023.
(1) Para fins de esclarecimento, as Ações Restritas serão transferidas aos membros do Conselho de Administração após 2 anos contados do encerramento do seu respectivo mandato (*i.e.* 4 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 1º Ano Mandato e 3 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 2º Ano Mandato, conforme aplicável).

- **Diluição**

A diluição líquida histórica acumulada do Plano de Incentivo Baseado em Ações, desde a primeira concessão até a última concessão realizada em 2024, contemplando o efeito de eventuais cancelamentos realizados ao longo do tempo antes do término do período de carência e considerando todos os participantes contemplados pelas concessões (Presidente do Conselho, Membros do Conselho, Diretoria Estatutária e demais empregados contemplados), totaliza 3,35%. Isso equivale a uma média de diluição anual de 0,37%.

Até o presente momento, os Planos 2 e 3 utilizaram apenas 59% da diluição máxima permitida (5,68% do atual capital social da Companhia) durante o período de vigência (10 anos). Isso é notável, considerando que já se passaram 90% da sua vigência. O Plano 4 também terá uma vigência de 10 anos, porém com uma diluição máxima permitida de 5% do capital social.

Nos quadros abaixo estão demonstrados estes efeitos, considerando a diluição acumulada até o momento e a média anual como referência:

8.20 Outras informações relevantes

DILUIÇÃO			
Diluição acumulada	**% diluição**	**# Ações**	**Quantidade de anos**
Diluição máxima permitida pelos Planos 2 e 3	5,68%	35.056.005	10
Diluição líquida atual *	3,35%	20.677.910	9
% já utilizado	59%	59%	90%

*refere-se às ações restritas já concedidas aos participantes, podendo estar em período de carência ou vencidas.

DILUIÇÃO MÉDIA ANUAL			
Diluição acumulada	**% diluição**	**# Ações**	**Quantidade de anos**
Diluição máxima permitida pelos Planos 2 e 3	0,57%	3.505.600	10
Diluição média líquida anual *	0,37%	2.297.546	9
% utilizado	65,5%	65,5%	90%

*refere-se às ações restritas já concedidas aos participantes, podendo estar em período de carência ou vencidas.

No quadro a seguir, apresentamos a diluição líquida acumulada e diluição líquida média anual divididas entre Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e demais empregados contemplados por concessões do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações (Plano 3):

DILUIÇÃO ACUMULADA E MÉDIA ANUAL POR ÓRGÃO					
Diluição acumulada *	**% diluição**	**# Ações**	**% representatividade**	**Diluição média anual**	**Quantidade de anos**
Presidente do Conselho	0,19%	1.175.652	5,69%	0,03%	6
Membros do Conselho de Administração	0,01%	40.035	0,19%	0,00%	2
Diretoria Estatutária	1,28%	7.897.157	38,19%	0,14%	9
Demais participantes	1,87%	11.565.066	55,93%	0,21%	9
Total	3,35%	20.677.910	100,00%	0,37%	9

* considerando as outorga realizadas entre 2016 e 2024

8.20 Outras informações relevantes

A diluição proposta para as outorgas de 2025 é ligeiramente inferior ao patamar de diluição executado nos últimos 3 (três) anos para o Conselho de Administração, e ligeiramente superior ao executado no ano de 2024 para a Diretoria Estatutária, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DILUIÇÃO LÍQUIDA OUTORGA POR ANO			
Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Total**
2021	0,04%	0,19%	**0,23%**
2022	0,03%	0,12%	**0,14%**
2023	0,02%	0,16%	**0,18%**
2024	0,01%	0,18%	**0,19%**
Proposta 2025	0,01%	0,19%	**0,20%**

Nota: houve o cancelamento de ações outorgadas nos anos anteriores devido a saída de um membro da Diretoria Estatutária.

Vale ressaltar que acreditamos que a diluição máxima permitida de 5% do novo Plano de Remuneração Baseado em Ações (Plano 4) está em consonância com o contexto da indústria na qual a TOTVS está inserida no Brasil. Tal alinhamento considera diversos aspectos, como o tamanho da empresa, sua estrutura de propriedade, histórico de crescimento e potencial futuro, situação financeira e padrões históricos de remuneração baseada em desempenho. Ademais, conforme reportado no formulário de negociação de valores imobiliários da própria companhia, diretores e pessoas ligadas de fevereiro de 2024, a Companhia possui um *free float* de aproximadamente 89% (percentual do capital social da empresa disponível para negociação no mercado de ações desconsiderando as ações em posse da tesouraria e administradores), o que garante uma quantidade suficiente de ações em circulação para garantir a liquidez e a estabilidade do mercado, mesmo com a concessão adicional de ações aos colaboradores no âmbito do Plano de Remuneração Baseado em Ações.

8.20 Outras informações relevantes

(iv) Proporção de cada elemento na remuneração total:

A prevalência da relação da remuneração variável frente à remuneração fixa ao longo dos anos, alinha-se adequadamente à estratégia de remuneração e tem o objetivo de impulsionar o desempenho futuro da Companhia:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Elemento	**2025**	**2024**	**2023**	**2022**
Fixa	21%	20%	21%	25%
Variável	74%	76%	74%	71%
Benefícios	5%	4%	5%	4%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Elemento	**2025**	**2024**	**2023**	**2022**
Fixa	98%	52%	49%	45%
Variável	0%	47%	50%	54%
Benefícios*	2%	1%	1%	1%

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

8.20 Outras informações relevantes

(v) Conclusão:

A administração tem plena convicção de que a proposta de remuneração da Administração para o exercício de 2025 está alinhada com o desempenho operacional e de longo prazo da Companhia, como evidenciado nos quadros a seguir. Estes apresentam uma comparação das principais métricas de desempenho do último ano em relação ao crescimento da proposta de remuneração para 2025, quando comparado com a proposta de 2024:

PRINCIPAIS INDICADORES E COMPARATIVO DE REMUNERAÇÃO

Indicador (valores em milhares)	2024	2023	Δ
Receita Líquida (Non-GAAP) (1)	5.377.760	4.576.871	17,5%
Receita Recorrente	4.640.632	3.837.111	20,9%
EBITDA Ajustado (2)	1.290.940	1.089.914	18,4%
Margem EBITDA Ajustada (3)	24,0%	23,8%	20 pb
Lucro Líquido Ajustado (4)	767.334	641.604	19,6%
Margem Líquida Ajustada	14,3%	14,0%	30 pb
Ação TOTS3	26,75	33,69	-20,6%
Ibovespa (pts)	120.283	134.185	-10,4%
IBrX 50 (pts)	20.411	22.217	-8,1%

(1) Receita Líquida de Funding (Non-GAAP), incorpora o conceito de Receita de Techfin líquida do custo de funding na consolidação das receitas da Companhia, considerando os resultados de Techfin à 50% em todos os períodos.

(2) EBITDA ajustado pelos itens extraordinários e somado com 50% do EBITDA da Techfin em todos os períodos.

(3)) EBITDA Ajustado sobre a Receita Líquida de Funding (Non-GAAP), considerando os resultados de Techfin à 50% em todos os períodos.

(4) Lucro líquido ajustado pelos itens extraordinários, efeitos da sociedade da operação da Dimensa e sem os efeitos das despesas com amortização de intangíveis oriundos de aquisições.

Remuneração	Proposta 2025	Proposta 2024	Δ
Total remuneração fixa	23.301.573	19.619.089	**18,8%**
Total remuneração fixa + variável + outros	44.833.877	38.594.201	**16,2%**
Remuneração total ano corrente (1)	51.402.690	45.695.470	**12,5%**
Total de Remuneração baseada em ações	27.800.861	29.144.658	**-4,6%**
Remuneração Global Total	73.187.007	68.259.158	**7,2%**
Quantidade de ações - outorga ano corrente	1.183.496	1.026.819	**15,3%**
Diluição outorga do ano	0,20%	0,18%	**11,1%**

(1) Remuneração fixa + variável + outros + remuneração baseada em ações do ano corrente

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social		**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço		**Data de início da prestação de serviço**	
23/04/2024		01/01/2024	

Descrição dos serviços prestados
A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 23/04/2024 para a realização, a partir de 01/01/2024, dos seguintes serviços de auditoria independente para a Companhia e suas controladas: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024; (iii) Asseguração do Relato Integrado.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os serviços se dividem entre: (a) Serviços de Auditoria e despesas adicionais relacionadas aos itens de auditoria financeira das (i) demonstrações financeiras e (ii) ITRs, que perfazem um montante de R$3.242.943,34; (b) Serviços extra-auditoria Financeira, que contempla outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, sendo ele (i) Asseguração do Relato Integrado (R$128.279,88).
Justificativa da substituição
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Além dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras, ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para prestar serviços de (i) Asseguração do Relato Integrado da Companhia de 2024; (ii) Due Diligence em processo de aquisição de empresa; (iii) ISAE – revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e (iv) Treinamentos.

A Companhia mantém uma , que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 01 de agosto de 2024, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, a fim de suportar o processo de contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pela Auditoria Independente ou por Parte Relacionada do Auditor Independente, para assegurar a qualidade e independência do referido prestador de serviço.

A contratação dos auditores independentes para serviços extra auditoria fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nas seguintes condições: (i) que os serviços não impactem a sua independência; (ii) que sejam previamente avaliados e recomendados pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovados pelo Conselho de Administração; e (iii) que os serviços estejam dentro do escopo de sua competência profissional.

Previamente à contratação de outros serviços profissionais, que não os relacionados à auditoria contábil externa, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Importante destacar o processo de avaliação anual da auditoria independente realizado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, com o objetivo de aprimoramento e evolução contínua do processo.

Durante a vigência do contrato, o Comitê de Auditoria Estatutário mantém reuniões periódicas com os Auditores Independentes, com o objetivo de aprovar o plano de trabalho e monitorar o desenvolvimento ao longo do ano, de acordo com o calendário anual das reuniões estabelecido conforme . Ao Auditor Independente,

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

deve ser garantido acesso, sempre que julgar necessário, tanto ao Comitê de Auditoria Estatutário quanto ao Conselho de Administração.

Anualmente, o Comitê de Auditoria Estatutário realiza uma avaliação formal dos trabalhos dos auditores independentes. O resultado desta avaliação, apresentado e discutido com o Conselho de Administração, determinará a necessidade de realização de um novo processo de seleção com outras empresas, ou apenas de trâmites para renovação do contrato para o próximo exercício fiscal, respeitando o limite máximo de 5 (cinco) exercícios sociais auditados pela mesma empresa ou pessoa física, sendo permitido estender até 10 (dez) exercícios sociais consecutivos desde que esteja de acordo com o Art. 31-A da Resolução CVM nº 23/2021. Após transcorrido o período citado, a recontratação da mesma empresa de auditoria independente só é possível após superado um intervalo mínimo de 3 (três) exercícios sociais.

O Comitê de Auditoria Estatutário deverá receber anualmente dos Auditores Independentes uma declaração formal confirmando sua independência durante toda a execução dos trabalhos. Não obstante, o monitoramento dos aspectos de independência deve ser permanente, assim como a sua estrutura e governança, a adequação dos processos de controles internos de qualidade, a capacitação e a dedicação da equipe designada para os trabalhos, bem como a compatibilidade dos honorários com o porte e a complexidade da Companhia.

9.4 Outras informações relevantes

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes. Procedimentos adotados pela Companhia, conforme item 9.3, Artigo 17, da Resolução CVM nº 162/22.

Foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras em 2024, principalmente, relacionados à *due diligence*, Relatório de ISAE - International Standards for Assurance Engagements, asseguração do Relato Integrado e treinamento. Os honorários desses serviços totalizaram R$497,6 mil, representando 13,3% do total dos honorários relacionados à auditoria externa, conforme indicados abaixo:

Razão Social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA
Tipo Auditor	Jurídico
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	23/04/2024
Data de início da prestação de serviço	01/01/2024
Descrição dos serviços prestados	A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 23/04/2024 para a realização, a partir de 01/01/2024, dos seguintes serviços de auditoria independente para a Companhia e suas controladas: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024; (iii) Asseguração do Relato Integrado.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os serviços se dividem entre: (a) Serviços de Auditoria e despesas adicionais relacionadas aos itens de auditoria financeira das (i) demonstrações financeiras e (ii) ITRs, que perfazem um montante de R$3.242.943,34; (b) Serviços extra-auditoria Financeira, que contempla outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, sendo ele (i) Asseguração do Relato Integrado (R$128.279,88).
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

Razão Social	KPMG ASSURANCE SERVICES LTDA
Tipo Auditor	Jurídico
CPF/CNPJ	06.240.429/0001-32
Data de contratação do serviço	24/05/2024
Data de início da prestação de serviço	24/05/2024
Descrição dos serviços prestados	A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 24/05/2024 para a realização do seguinte serviço de auditoria independente para a Companhia e suas controladas: (i) ISAE – Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os serviços totalizaram o montante de (R$ 139.636,35).
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão Social	KPMG ASSESSORES LTDA
Tipo Auditor	Jurídico
CPF/CNPJ	05.490.840/0001-01
Data de contratação do serviço	17/07/2024
Data de início da prestação de serviço	17/07/2024
Descrição dos serviços prestados	A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 17/07/2024 para a realização dos seguintes serviços para a Companhia e suas controladas: (i) *Due diligence* em processo de aquisição de empresa; e (ii) Treinamentos.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os serviços totalizaram os seguintes montantes: (i) Due diligence (R$204.081,63); e (ii) Treinamentos (R$ 15.741,00).
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão Social	KPMG CONSULTORIA LTDA
Tipo Auditor	Jurídico
CPF/CNPJ	01.708.167/0001-74

9.4 Outras informações relevantes

Data de contratação do serviço	09/10/2024
Data de início da prestação de serviço	09/10/2024
Descrição dos serviços prestados	A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 09/10/2024 para a realização do seguinte serviço para a Companhia e suas controladas: (i) Treinamento.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os serviços totalizaram o montante de (R$ 9.891,00).
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	635	1036	0	0	0
Não-liderança	4135	6470	0	0	0
TOTAL = 12.276	**4770**	**7506**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	19	1313	53	217	0	0	69
Não-liderança	132	7163	644	2200	25	0	441
TOTAL = 12.276	**151**	**8476**	**697**	**2417**	**25**	**0**	**510**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	83	1403	185
Não-liderança	3076	6748	781
TOTAL = 12.276	**3159**	**8151**	**966**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	19	1652	0
Não-liderança	452	10153	0
TOTAL = 12.276	**471**	**11805**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	15	42	1071	503	40
Não-liderança	10	170	295	6441	3433	256
TOTAL = 12.276	**10**	**185**	**337**	**7512**	**3936**	**296**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	4	6	0	0	0
Nordeste	59	126	0	0	0
Centro-Oeste	87	250	0	0	0
Sudeste	2735	4777	0	0	0
Sul	1776	2160	0	0	0
Exterior	109	187	0	0	0
TOTAL = 12.276	**4770**	**7506**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	4	0	5	0	0	1
Nordeste	1	103	16	59	0	0	6
Centro-Oeste	5	190	13	127	0	0	2
Sudeste	100	5078	476	1723	18	0	117
Sul	45	3101	192	503	7	0	88
Exterior	0	0	0	0	0	0	296
TOTAL = 12.276	**151**	**8476**	**697**	**2417**	**25**	**0**	**510**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	2	7	1
Nordeste	37	123	25
Centro-Oeste	55	267	15
Sudeste	1750	5068	694
Sul	1257	2491	188
Exterior	58	195	43
TOTAL = 12.276	**3159**	**8151**	**966**

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Informamos, a seguir, o número de terceirizados da Companhia e de suas controladas, por grupo de atividades desempenhadas e por localização geográfica, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
Atividade	**Brasil**	**Total**
Segurança, limpeza e recepção	197	197
Representantes comerciais	-	-
Outras atividades	46	46
Total	**243**	**243**

c. Índice de rotatividade

	Em 31 de dezembro de 2024
Índice de Rotatividade (*Turn-over*[1])	19,95%

[1]Turn-over = [(Admitidos + Demitidos) / 2] / Ativos

10.2 Alterações relevantes

Não houve alterações relevantes em relação aos números divulgados no item 10.1 acima.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A atual Política de Relações Humanas e Remuneração da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2023, estabelece que a remuneração dos profissionais deve estar alinhada aos padrões de mercado para cargos com atividades e responsabilidades semelhantes, visando à atração, retenção e motivação dos participantes.

A estrutura de remuneração é aprovada pelo Comitê de Gente e Remuneração e as alterações necessárias são levadas para sua análise. A Companhia organiza os cargos dentro de uma mesma natureza de função, conforme hierarquia, contribuição estratégica, amplitude, maturidade técnica-profissional, complexidade das atribuições e a responsabilidade inerente. Cada cargo tem sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função, sendo a remuneração total dividida entre fixa e variável.

A **remuneração fixa** refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, pago na folha de pagamentos, que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, também denominado como “salário nominal”.

A **remuneração variável** refere-se aos valores recebidos periodicamente pelo profissional, remunerando-o pelo atingimento de metas estabelecidas em um determinado período.

b. Política de benefícios

A Companhia oferece um pacote de benefícios amplo e atrativo aos seus profissionais e também dependentes, objetivando proporcionar uma melhor qualidade de vida, sendo uma das estratégias de atração e retenção de talentos.

Os principais benefícios oferecidos pela Companhia são: (i) plano de saúde com acomodação em apartamento que proporciona atendimento médico, laboratorial e hospitalar a todos os beneficiários e seus dependentes diretos; (ii) plano odontológico oferecido aos beneficiários e seus dependentes diretos; (iii) licença maternidade de 180 dias (60 dias adicionais ao previsto em lei) e paternidade de 40 dias (20 dias adicionais ao previsto em lei); (iv) fornecimento de cartão de benefícios para compra de refeição (supermercado e restaurantes); (v) cobertura de seguro de vida (titular, cônjuges e filhos); (vi) plano de previdência privada (contribuição definida), em parceria com uma instituição financeira, sendo parte da contribuição realizada pela Companhia e parte pelo participante; (vii) ajuda de custo para os profissionais em teletrabalho; (viii) fornecimento de vale-transporte; (ix) programa de Bem-Estar, +Saudáveis; (x) empréstimos consignados com taxas menores, se comparado ao mercado; e (xi) auxílio creche e auxílio filhos com deficiência, de acordo com a convenção coletiva de cada localidade.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

i. Grupos de beneficiários

São elegíveis para participar do plano os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração, para participar do plano, conforme "Plano 4" indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

ii. Condições para exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

iii. Preços de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes, nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

iv. Prazos de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, considerando: (i) um período de 10 anos contados da data de aprovação do plano em Assembleia Geral realizada em 23 de abril de 2025; e (ii) ações restritas concedidas a administradores e funcionários, conforme “Plano 4” indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

d. Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Para o cálculo da razão, foi considerada a maior remuneração individual reconhecida no resultado do último exercício social de 2024, conforme item 8.2.d, dividido pela mediana da remuneração individual dos empregados no Brasil:

	Remuneração Fixa	**Remuneração Total***
Maior remuneração individual	2.116.992,00	19.159.973,00
Mediana da remuneração	101.061,81	108.129,78
Razão	20,95	177,19

*Remuneração Total: Considera remuneração fixa, remuneração variável, PLR/bônus e incentivos de longo prazo. Não considera benefícios, pois não é possível quantificar os benefícios para todos os empregados.

Conforme observado na tabela acima, quando considerada apenas a remuneração fixa, temos uma razão de 20,95 vezes, porém, quando incluímos a remuneração variável (PLR/bônus e incentivos de longo prazo), a razão passa para 177,19 vezes, por conta de um maior foco da TOTVS na parcela da remuneração variável, conforme exemplificado nas práticas de remuneração do item 8.1.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
2.116.992,00	101.061,81	20,95
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia mantém um processo permanente de negociação para a construção de soluções com as Entidades Sindicais. Realizamos reuniões para estruturação de acordos coletivos específicos, tais como: Participação nos Lucros e Resultados, Banco de Horas, entre outros, sempre buscando atender aos interesses das partes envolvidas.

As relações de trabalho da Companhia, individuais e coletivas, são conduzidas de forma direta, pautadas no respeito e na ética, visando o fiel cumprimento da legislação trabalhista vigente. Na TOTVS, todos os participantes são cobertos por acordos e/ou convenções coletivas de trabalho.

Nos últimos três exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve greve de colaboradores.

Para garantir o cumprimento das normas trabalhistas vigentes, a Companhia mantém, em sua estrutura, um time focado em relações laborais, buscando sempre a sinergia entre os stakeholders para preservar um relacionamento harmônico e amistoso entre as partes.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas apresentadas nos itens acima.

11.1 Regras, políticas e práticas

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas com a observância da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e das melhores práticas de governança corporativa, sendo contratadas em preços e condições usuais de mercado e em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Nesse sentido, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos em relação às condições praticadas no mercado, bem como as particularidades de cada operação, tais como prazos, valores, atendimento a padrões de qualidade, etc. Participam das referidas negociações pessoas sem interesses pessoais nas matérias negociadas.

A Companhia possui uma Política de Transações entre Partes Relacionadas, que estabelece as regras, procedimentos, princípios e metodologia para identificação e aprovação de transações com partes relacionadas e a administração de situações de potencial conflito de interesses. A versão atual da política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2025, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Dentre os principais pontos dessa Política, destacam-se os seguintes:

- A área de Controles Internos, Riscos e Compliance da Companhia manterá um cadastro atualizado com a identificação das pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades de qualquer entidade da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas, direta ou indiretamente, bem como dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária de quaisquer das empresas da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas (“Pessoal-Chave da Administração”), ou pessoa com Influência Significativa nos termos da Política, bem como as suas partes relacionadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis pelas transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação se enquadra como uma Transação com Parte Relacionada nos termos da legislação aplicável.
- Cada pessoa chave da Administração ou pessoa com Influência Significativa deve preencher e atualizar no mínimo anualmente um questionário destinado à coleta de informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições da referida Política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe informar os membros próximos da família e administradores de suas entidades relacionadas, se for o caso.

11.1 Regras, políticas e práticas

- O Pessoal-Chave da Administração da Companhia ou com Influência Significativa será instruído e periodicamente orientado sobre a obrigação de informar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance sobre qualquer potencial transação da Companhia com partes relacionadas de que tenha conhecimento.
- Qualquer transação que, eventualmente, possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada deve ser reportada à área de Controles Internos, Riscos e Compliance, responsável por emitir parecer, em conjunto com o Departamento Jurídico, para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos da referida Política.
- As referidas transações devem ser instruídas com as informações necessárias à sua análise, além de evidências e opinião do gestor responsável pela condução da transação de que (a) há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a transação com a parte Relacionada, e (b) a transação é realizada em condições de mercado ou em termos oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, no mínimo, em circunstâncias equivalentes, tendo em conta ainda o seu custo de monitoramento pela Companhia.
- Toda Transação com Parte Relacionada deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia, exceto (i) se a transação for relacionada a (a) remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76 ou em Conselho de Administração, conforme o caso, e (b) transações realizadas entre a Companhia e qualquer sociedade cujo capital, direta ou indiretamente, seja integralmente detido pela Companhia; (ii) na hipótese da transação, ou conjunto de transações correlatas, cujo valor total seja inferior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma única transação ou diversas consecutivas com o mesmo objeto e partes, dentro do período de 12 (doze) meses.
- As transações submetidas ao Conselho de Administração devem ser previamente apreciadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, instruídas por parecer da área de Controles Internos, Riscos e Compliance e do Departamento Jurídico, responsáveis por avaliar se as diretrizes da referida política foram observadas na instrução do processo sobre a transação em análise, bem como do parecer técnico da área responsável pela condução da transação.
- As transações com partes relacionadas devem ser celebradas por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de

11.1 Regras, políticas e práticas

tributos e obtenção de licenças, entre outras. Dentre essas características também deverá constar expressamente a possibilidade de resilição pela Companhia, de qualquer transação com parte relacionada que seja de caráter contínuo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas.

- O Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria Estatutário e seus respectivos membros, a seu critério, terão acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer pareceres ou opiniões técnicas relativas às transações, podendo solicitar pareceres adicionais, se necessário.
- O Conselho de Administração pode definir o conteúdo e o formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma Transação com Parte Relacionada, as quais serão distribuídas juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida à análise.

O Conselho de Administração poderá aprovar a Transação com Parte Relacionada caso conclua, de boa-fé, que a transação obedece às condições de mercado, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a transação cumpra as condições de mercado.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	71.924,16	0	14.384,83	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Wealth System Informatica Ltda e a Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 20,00% do capital social da Biosolvit através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.					
Objeto contrato	Contratos de serviço de software (TOTVS CRM MASTER e EXECUTIVE). O contrato em vigência para o CRM MASTER é reajustado anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV, enquanto o CRM EXECUTIVE é reajustado anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Para o CRM MASTER, qualquer uma das partes poderá rescindir o contrato a qualquer tempo sem multa ou indenização, se a outra Parte inadimplir qualquer de suas obrigações e não sanar tal inadimplemento em até 30 dias da notificação recebida nesse sentido. Para o CRM EXECUTIVE o cliente poderá extinguir o contrato mediante notificação prévia por escrito de 180 dias. Caso o prazo não seja respeitado pelo cliente, este pagará à Wealth System o valor correspondente a 100% dos valores remanescentes até o fim do prazo de aviso prévio. Caso a rescisão dos Contratos se dê por infração à propriedade intelectual da TOTVS, o Cliente pagará multa igual a 6 vezes o valor recorrente mensal devido, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	256.565,57	0	51.313,11	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 20,00% do capital social da Biosolvit através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV ou IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia. Os serviços de Hosting Cloud podem ser cancelados imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A.	14/08/2023	16.921,37	0	541,48	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 3,20% do capital social da Braincare através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA/IBGE. A renovação dá-se automaticamente, salvo aviso prévio por escrito com antecedência de 30 dias. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	A rescisão do contrato sem justa causa pode ocorrer a qualquer tempo obedecendo as condições de contrato, e a rescisão de contrato com justa causa, pode acontecer caso a parte contrária venha a inadimplir qualquer das obrigações estabelecidas no contrato que não sejam sanados em até 45 dias da notificação recebida e também em caso de não pagamento pelo cliente por mais de 30 dias, onde a rescisão do contrato pode ocorrer mesmo sem a notificação					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	34.746,32	0	7.644,19	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a VT COMERCIO DIGITAL SA e a BR-ME Negocios SA, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 22% do capital social através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda. A Companhia detem 50% do capital social da VT COMERCIO DIGITAL S.A.					
Objeto contrato	Contratos de serviço de software (Plataforma de E-commerce). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes pode rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	85.337,26	0	18.774,20	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a BR-ME Negocios SA, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 22% do capital social através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda					
Objeto contrato	Contratos de serviço de software (TOTVS APP - Conector, Cloud e Totvs Transmite). O contrato em vigência do Conector é reajustado anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV e os contratos de Cloud e Totvs Transmite são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia. Os serviços de Hosting Cloud podem ser cancelados imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GHT4 - REAL ESTATE S.A.	19/07/2021	60.123,36	4.989,00	60.123,36	24/36 Meses	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GHT4 - Real Estate S.A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, diretamente, 4% do capital social e, indiretamente, 96% através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e aluguel de Cloud. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M ou IPCA/ IBGE. Os contratos foram cancelados em 2024, não restando nada em aberto para 2025					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes pode rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GHT4 EMPREENDIMENTOS SERVICOS E PARTICIPACOES SA	19/07/2021	49.043,92	0	12.133,47	24/36 Meses	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GHT4 Empreendimentos Servicos e Participacoes S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui 24,74% do capital social.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e contratos de serviços de Cloud Computing. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE e IGP-M. Os contratos foram cancelados em 2024, não restando nada em aberto para 2025					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes pode rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GoodData Corporation	11/06/2013	56.647.935,19	0	3.013.670,15	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GoodData Corporation, onde a Companhia detém, por meio de sua subsidiária TOTVS, Inc., aproximadamente 5,32% do capital social total da GoodData. A TOTVS, Inc. é parte do Stockholders' Voting Agreement da GoodData, que lhe confere direito de indicação de membros para participação no board da GoodData. Com base nas análises de acordo de acionistas, foi identificado o enquadramento da transação como uma transação entre partes relacionadas, de modo que passamos a divulgar os contratos firmados com esta parte relacionada na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos a transação ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.					
Objeto contrato	Contrato de distribuição da Plataforma GoodData. O fornecedor, após o primeiro ano de contrato, reserva o direito de modificar anualmente os valores para refletir mudanças de preços comercialmente razoáveis. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software e distribuição da Plataforma GoodData.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GoodData Corporation	15/06/2015	1.979.303,11	0	105.298,93	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GoodData Corporation, onde a Companhia detém, por meio de sua subsidiária TOTVS, Inc., aproximadamente 5,32% do capital social total da GoodData. A TOTVS, Inc. é parte do Stockholders' Voting Agreement da GoodData, que lhe confere direito de indicação de membros para participação no board da GoodData. Com base nas análises de acordo de acionistas, foi identificado o enquadramento da transação como uma transação entre partes relacionadas, de modo que passamos a divulgar os contratos firmados com esta parte relacionada na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos a transação ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.					
Objeto contrato	Contrato de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). O fornecedor, após o primeiro ano de contrato, reserva o direito de modificar anualmente os valores para refletir mudanças de preços comercialmente razoáveis. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software e distribuição da Plataforma GoodData.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto da Oportunidade Social	19/02/2018	40.466.673,36	0	0	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia é a principal mantenedora do Instituto da Oportunidade Social (IOS), onde é responsável por mais de 50% do aporte do seu orçamento anual, considerando a criação de aditivos com as condições da doação do período, sendo que o montante da doação não poderá ser inferior a 95% da doação do ano anterior. Em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito do Processo Administrativo 19957.001316/2020-08, proferida em 7 de julho de 2020, passamos, ao avaliar a natureza da parceria com o IOS, a divulgar a relação com a referida entidade sem fins lucrativos como uma transação com parte relacionada da Companhia, na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos as contribuições ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.					
Objeto contrato	Os recursos aportados na IOS se dão através de patrocínios e doações, podendo ser por meio da concessão de recursos financeiros, de bens materiais e do direito de uso de licenças e soluções desenvolvidas e comercializadas pela Companhia. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A Companhia, alinhada a sua estratégia social, apoia voluntariamente o IOS desde sua fundação, em 1998, e centraliza seu investimento social anual em projetos desenvolvidos pelo IOS.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A	23/07/2021	171.860,62	16.527,26	49.581,79	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Mendelics Analise Genomica S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui 28,85% do capital social da Mendelics Analise Genomica S.A.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de Cloud Computing. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	O cliente pode cancelar os Serviços de Cloud imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência.					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço de Cloud Computing					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A.	18/12/2024	167.053,00	44.178,56	48.194,79	30/11/2025	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Mendelics Analise Genomica S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui 28,85% do capital social da Mendelics Analise Genomica S.A.					
Objeto contrato	O objeto da presente OF é o fornecimento de testes de triagem neonatais genéticos (teste da bochechinha), em benefício dos colaboradores da COMPRADORA, como item adicional ao kit maternidade, parte do Programa Qualidade de Vida, pela FORNECEDORA à COMPRADORA (os “Produtos”)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Este Contrato e/ou cada OF poderão ser renunciados por qualquer das Partes, a qualquer tempo e sem imposição de quaisquer ônus ou multas, mediante notificação à outra Parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de venda de produtos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	22/12/2020	9.811.965,59	0	9.811.965,59	36 meses	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contrato para emissão de cartões de compra sistema Supplier. Renovação automática por prazo indeterminado					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio escrito de 90 dias sem aplicação de penalidades.					
Natureza e razão para a operação	Antecipação de recebíveis de clientes através do cartão de compra sistemas Supplier.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	01/01/2021	847.394,88	0	847.394,88	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de custos e despesas. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades, ou se deixarem de pertencer ao mesmo grupo societário					
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	15/07/2020	625.541,90	0	625.541,90	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA e IGP-M. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes pode rescindir o contrato com aviso prévio de 90 dias sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TOTVS Techfin S.A.	31/07/2023	12.532.993,26	5.970.578,73	6.266.496,63	30 anos	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a TOTVS TECHFIN S.A., onde a TOTVS TECHFIN faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de software (integração de softwares, suporte e monitoramento de ambientes). Os contratos em vigência são reajustados anualmente conforme projeção de aumento ou redução de custos acordada entre as Partes para o próximo ano e pelo IPCA/ IBGE					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Apenas poderá ser rescindido (i) por mútuo acordo entre as Partes (distrato); (ii) nas hipóteses previstas no Acordo Operacional; (iii) pela TECHFIN, a qualquer tempo e sem imposição de quaisquer ônus ou multas, a seu exclusivo critério, mediante envio de notificação, por escrito, à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou (iv) pela TOTVS, em caso de descumprimento pela TECHFIN comprovado e imotivado de quaisquer de suas obrigações , que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias, após envio de notificação, por escrito, pela TOTVS nesse sentido.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TOTVS TECHFIN S.A.	01/08/2022	8.164.161,99	0	4.082.081,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a TOTVS TECHFIN S.A., onde a TOTVS TECHFIN faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de custos e despesas. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades, ou se deixarem de pertencer ao mesmo grupo societário					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2019	10.375.656,20	928.438,33	4.095.271,50	31/05/2026	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda. (“VIP IV”), Laércio José de Lucena Cosentino detém, indiretamente, 39,47% do capital da VIP IV através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda					
Objeto contrato	Contrato de Locação Comercial do imóvel localizado na Av. Braz Leme, n.º 1793, São Paulo/SP, para a locação do datacenter da Companhia, com área construída de 422m² e do imóvel localizado na Rua Sóror Angélica, n.º 269, Casa Verde, São Paulo/SP, com área total construída de 1.722 m². O reajuste do contrato é anual de acordo com a variação do IGP-M no período. O contrato é renovado automaticamente a cada 2 anos					
Garantia e seguros	N/A quanto à garantia. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra incêndio para os imóveis, pelo valor atualizado do imóvel.					
Rescisão ou extinção	No caso de infração contratual, multa correspondente ao valor mensal de três aluguéis					
Natureza e razão para a operação	Locação do datacenter da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Devedor:

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Instituto da Oportunidade Social	19/02/2018	40.466.673,36	0	0,00	Indeterminado	Não	0
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A TOTVS é a principal mantenedora do IOS e tem por diretriz centralizar as suas ações de investimento social nessa Instituição, a fim de realizar ações impacto social voltadas aos jovens em condição de vulnerabilidade social. Tendo em vista os objetivos da parceria, conclui-se que a transação se estabeleceu em bases comutativas.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GoodData Corporation	11/06/2013	56.647.935,19	0	3.013.670,15	Indeterminado	Não	0
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo o processo estabelecido em política, sendo o Contrato de Distribuição e o Contrato de Licenciamento firmados em bases comutativas e dentro de condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GoodData Corporation	15/06/2015	1.979.303,11	0,00	105.298,93	Indeterminado	Não	0
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo o processo estabelecido em política, sendo o Contrato de Distribuição e o Contrato de Licenciamento firmados em bases comutativas e dentro de condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2019	10.375.656,20	928.438,33	4.095.271,50	31/05/2026	Não	0

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando os custos totais envolvidos em comparação com cotação realizada junto a outros players de mercado.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A	18/12/2024	167.053,00	44.178,56	48.194,79	30/11/2025	Não	0
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo o processo estabelecido em política. O contrato foi firmado em bases comutativas e dentro de condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	01/01/2021	847.394,88	0,00	847.394,88	Indeterminado	Não	0
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, o contexto de integração entre as empresas em função da aquisição da Supplier pela TOTVS.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	22/12/2020	9.811.965,59	0,00	9.811.965,59	36 meses	Não	0
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Credor:

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A	23/07/2021	171.860,62	16.527	49.581,79	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação é submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nos controles internos e na Política de Transação entre Partes Relacionadas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação segue os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	15/07/2020	625.541,90	0,00	625.541,90	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	71.924,16	-	14.384,83	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

compensatório adequado	

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	256.565,57	0,00	51.313,11	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A.	14/08/2023	16.921,37	0,00	541,48	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GHT4 - REAL ESTATE S.A.	19/07/2021	60.123,36	4.989,00	60.123,36	24/36 Meses	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GTH4 EMPREEENDIMENTOS SERVICOS E PARTICIPACOES SA	19/07/2021	49.043,92	0,00	12.133,47	24/36 Meses	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	85.337,26	-	18.774,20	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	34.746,32	0,00	7.644,19	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						

100%

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TOTVS TECHFIN S.A.	01/08/2022	8.164.161,99	0,00	4.082.081,00	Indeterminado	Não	-

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi prevista junto às demais condições do acordo firmado com o Itaú para a criação da Joint Venture da TOTVS TECHFIN, sendo observados os aspectos relacionados a potenciais conflitos de interesses no signing da operação.
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Foram observados os parâmetros base para estabelecimento dos custos operacionais envolvidos na prestação de serviços à TOTVS Techfin.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TOTVS TECHFIN S.A.	31/07/2023	12.532.993,26	5.970.578,73	6.266.496,63	30 anos	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi prevista junto às demais condições do acordo firmado com o Itaú para a criação da Joint Venture da TOTVS TECHFIN, sendo observados os aspectos relacionados a potenciais conflitos de interesses no signing da operação.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Foram observados os parâmetros base para estabelecimento dos custos operacionais envolvidos na prestação de serviços à TOTVS Techfin.						

11.3 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
06/11/2024	N/A	2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
599.401.581	0	599.401.581

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
20/04/2021	N/A	4.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
599.401.581	0	599.401.581

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
06/11/2024	N/A	2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
599.401.581	0	599.401.581

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
06/11/2024	N/A	2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
599.401.581	0	599.401.581

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	19/07/2024
Data de vencimento	19/07/2031
Quantidade	1.500.000
Valor nominal global R$	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir de 19 de julho de 2026 (inclusive), ou seja, do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) da Data de Emissão, inclusive, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures a que farão jus os Debenturistas corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, apurada desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Refere-se à 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 1.500.000.000,00, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Resolução CVM nº 160, sendo o agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há repactuação programada das debêntures.
Outras características relevantes	Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,95 % ao ano.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	29/01/2026
Data de vencimento	29/01/2033
Quantidade	3.000.000
Valor nominal global R$	3.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	3.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir de 29 de janeiro de 2028 (inclusive), ou seja, do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) da Data de Emissão, inclusive; realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, apurada desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definida), acrescido dos Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Refere-se à 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 3.000.000.000,00, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Resolução CVM nº 160, sendo o agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há repactuação programada das debêntures.
Outras características relevantes	Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI Over, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,59 % ao ano.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	42

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil por meio da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (ticker) “TOTS3”, listadas no segmento Novo Mercado, que representa o mais alto nível de governança corporativa da bolsa.

As debêntures emitidas pela Companhia são negociadas no segmento CETIP da B3, sob o código de negociação TOTS15.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

3ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 3ª emissão pública de debêntures foram integralmente utilizados na consecução do Plano Estratégico e do objeto social da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas divulgadas.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve desvios.

4ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 4ª emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 3ª (terceira) emissão da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas divulgadas.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve desvios.

5ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 5ª emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 4ª (quarta) emissão da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

6ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 6ª emissão serão integralmente utilizados para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Linx Software Participações em Tecnologia S.A. (atual denominação da Linx Participações S.A.), conforme fato relevante divulgado em 23 de julho de 2025, e para a gestão ordinária de seus negócios, incluindo, mas não se limitando, ao reforço de caixa, capital de giro, reperfilamento de passivos financeiros, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular de suas atividades.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

12.9 Outras informações relevantes

5ª Emissão de Debêntures

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Garantias: Não há.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: Constituem Evento de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.3 abaixo, quaisquer dos seguintes Eventos de Vencimento Antecipado (“Evento de Vencimento Antecipado Automático”):

(i) Não pagamento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura de Emissão, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;

(ii) Decisão em primeira instância prolatada por juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão;

(iii) (a) Decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas que represente 15% (quinze por cento) da receita líquida consolidada da Emissora, conforme verificado por meio das demonstrações financeiras mais recentes da Emissora (“Controladas Relevantes”); (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma reorganização societária envolvendo as Controladas Relevantes da Emissora observado o item (viii) abaixo e que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; ou (f) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de mediação, conciliação, nos termos do artigo 20-B da Lei de Falências ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias para quaisquer de tais procedimentos conforme previsto no parágrafo 12º do artigo 6º da Lei de Falências ou, ainda, qualquer processo similar em outra jurisdição;

(iv) Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) Qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1 abaixo;

(vi) Não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser

12.9 Outras informações relevantes

atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

(vii) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Cláusula 4 desta Escritura de Emissão; e

(viii) Cisão, fusão, incorporação (somente quando a Emissora for incorporada) ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique mudança na estrutura de controle (conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), observados os termos previstos no item 7.1.2(viii) desta Escritura de Emissão, exceto se (a) não tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1 abaixo; ou (b) tais operações envolverem a Emissora e Controladas Relevantes da Emissora.

6ª Emissão de Debêntures

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual 8 ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br) (“Taxa DI Over”), acrescida, exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Garantias: Não há.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: Constituem Evento de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.3 abaixo, quaisquer dos seguintes Eventos de Vencimento Antecipado (“Evento de Vencimento Antecipado Automático”):

(i) Não pagamento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura de Emissão, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;

(ii) Decisão em primeira instância prolatada por juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade total ou parcial desta Escritura de Emissão;

(iii) (a) Decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas que represente 15% (quinze por cento) da receita líquida consolidada da Emissora, conforme verificado por meio das demonstrações financeiras mais recentes da Emissora (“Controladas Relevantes”); (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou

12.9 Outras informações relevantes

extinção da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma reorganização societária envolvendo as Controladas Relevantes da Emissora observado o item (viii) abaixo e que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; ou (f) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de mediação, conciliação, nos termos do artigo 20-B da Lei de Falências ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias para quaisquer de tais procedimentos conforme previsto no parágrafo 12º do artigo 6º da Lei de Falências ou, ainda, qualquer processo similar em outra jurisdição;

(iv) Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) Qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1 abaixo;

(vi) Não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 (cinco) Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

(vii) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Cláusula 4 desta Escritura de Emissão; e

(viii) Cisão, fusão, incorporação (somente quando a Emissora for incorporada) ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique mudança na estrutura de controle (conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), observados os termos previstos no item 7.1.2(viii) desta Escritura de Emissão, exceto se (a) tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1 abaixo; ou (b) tais operações envolverem a Emissora e Controladas Relevantes da Emissora.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

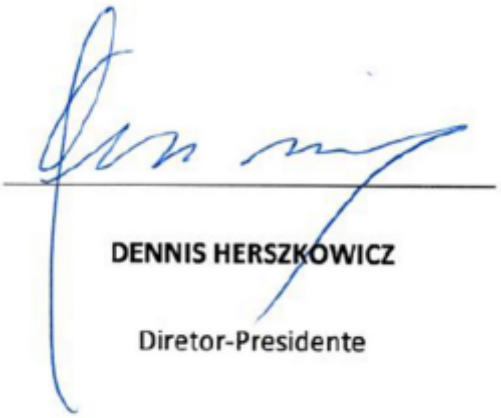
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Dennis Herszkowicz	Diretor Presidente	Registrado	
Gilsomar Maia Sebastião	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DENNIS HERSZKOWICZ, brasileiro, casado, com formação em Propaganda e Marketing, portador da Cédula de Identidade RG nº. 20.310.061 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº. 165.783.068-38, na qualidade de Diretor Presidente da TOTVS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Braz Leme, 1000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02511-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/MF**") sob o nº 53.113.791/0001-22 ("**Companhia**"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM nº 80**"), declarar que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

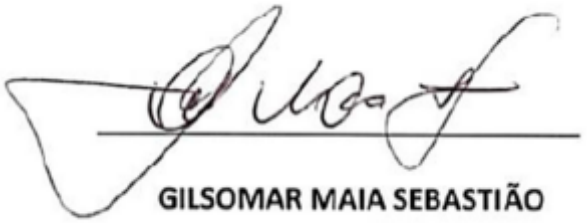


13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº. 24.733.092-9 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº. 174.189.288-07, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da TOTVS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Braz Leme, 1000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02511-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/MF**") sob o nº 53.113.791/0001-22 ("**Companhia**"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM nº 80**"), declarar que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.



13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.